

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

SERGIO ANTUNES DE ALMEIDA

A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR DA
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MODELO VIA
SATÉLITE: SER SUJEITO QUANDO JÁ NÃO SE É O
OUTRO DE SI MESMO

CAMPO GRANDE/MS
2015

SERGIO ANTUNES DE ALMEIDA

A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO
MODELO VIA SATÉLITE: SER SUJEITO QUANDO JÁ NÃO SE É O OUTRO DE SI
MESMO

Relatório de tese apresentado ao Curso de
Doutorado do Programa de Pós-Graduação em
Educação, do Centro de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, como requisito final à obtenção
do título de Doutor.

Orientadora: Prof. Dra. Inara Barbosa Leão

CAMPO GRANDE/MS
2015

Sérgio Antunes de Almeida

**A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA:
SER SUJEITO QUANDO JÁ NÃO SE É O OUTRO DE SI MESMO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação,
do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como requisito final para a obtenção do título de Doutor

COMISSÃO EXAMINADORA



Profª. Dra. Inara Barbosa Leão



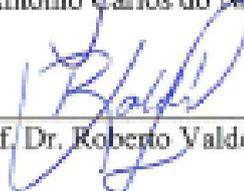
Profª. Dra. Deise Juliana Francisco



Profª. Dra. Shirley Takeco Gobara



Prof. Dr. Antônio Carlos do Nascimento Osório



Prof. Dr. Roberto Valdés Puentes

Campo Grande - MS, 19 de maio de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Inara, que com paciência e amizade aceitou o desafio de conduzir-me até esta etapa.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Educação, pelo conhecimento compartilhado.

Aos professores Deise Juliana Francisco, Roberto Valdés Puentes, Antônio Carlos do Nascimento Ozório, Shirley Gobara, Maria Tereza Ribeiro Pessoa, pelas observações por ocasião da banca de qualificação.

À Jacqueline Mesquita e Mauricio, pela partilha da sala e pela ajuda, juntamente com Horácio Porto Filho, nos tortuosos caminhos da burocracia.

À amiga Vivina, pela ajuda na EAD.

Aos professores tutores entrevistados que se dispuseram a contribuir com esta tese.

Aos meus filhos Dudu e Thalita.

RESUMO

Esta tese tem como objeto de investigação a subjetividade de professores tutores e professoras tutoras em atividade de trabalho na modalidade educação a distancia (EAD), especificamente no modelo semipresencial via satélite em Instituição do Ensino Superior (IES) localizada em Campo Grande (MS). A proposta é investigar a subjetividade do professor tutor no âmbito do seu trabalho na EAD. O referencial teórico que deu sustentação para compreender a constituição do sujeito é o da psicologia sócio-histórica, pois a pesquisa demanda estudar as condições sociais, econômicas e históricas em que o sujeito está inserido, assim como as particularidades dos grupos sociais a que pertence. A metodologia aplicada está apoiada nos fundamentos do materialismo histórico dialético que nos permitiu a construção do objeto de pesquisa e a aproximação com a empiria a partir da recuperação histórica do objeto através de consultas bibliográficas referentes ao tema, leituras de teses, dissertações e artigos pesquisados em bancos públicos de dados, coleta de dados por meio de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas direcionada para a atividade de trabalho, com roteiro composto por questões abertas, aplicado de forma livre e individual e registro de gravação pré-consentido. Foram entrevistados seis professores tutores com tempo de prática entre dois e seis anos no modelo via satélite da educação a distancia. Para análise de dados tomou-se por base as técnicas das análises de conteúdo e de discurso, cujos resultados indicaram que o trabalho docente do professor tutor se modifica na modalidade EAD, torna-se padronizado e simplificado em razão do uso da tecnologia e do trabalho parcelado. As mudanças no âmbito da instituição intensificam os processos de trabalho em razão da simplificação de tarefas e no âmbito subjetivo ocorre a perda de autonomia de trabalho e isolamento do professor. Os professores tutores relataram maior complexidade nas relações pedagógicas, nas orientações, nas correções e avaliações das atividades discentes. A ausência física do aluno foi outro fator de preocupação na medida em que o professor tutor desconhece o objeto de seu trabalho. Concluímos que a forma de repensar a prática pedagógica, o desafio de se comprometer ou não no processo educativo mediado por tecnologia deixa evidente o movimento subjetivo de redefinição do significado social colocado na atividade profissional do professor tutor.

Palavras-Chave: Educação. Subjetividade. Trabalho Docente. Educação a Distância.

ABSTRACT

This doctoral dissertation has as research object the subjectivity of tutor teachers working at distance education (DE), specifically the semi-presence mode via satellite in a Higher Education Institution (HEI) located in Campo Grande (MS). The proposal is to investigate the subjectivity of tutors within their scope of work in DE. The theoretical framework used to understand the constitution of the subject is the socio-historical psychology, since the research demands the study of the social, economic and historical conditions in which the subject is included, as well as the particularities of its social groups. The methodology applied rests on the foundations of dialectical historical materialism which allowed the construction of the research object and the approach to empiricism from the historical retrieval of the object. This was possible through bibliographic references on the issue, reading of dissertations, thesis, essays and articles surveyed in public databases and data collection through structured questionnaires and semi-structured interviews directed to the work activity. A script made of open questions was applied freely and individually with pre-consented recording data. Six tutors were interviewed with teaching practice time between two and six years in the satellite mode of distance education. For data analysis, the analytical techniques of content and discourse were taken as base. The results indicated that the teaching work of the tutor changes in distance education mode, becoming standardized and simplified due to the use of technology and the division of work. The tutors reported intensification of work and greater complexity in pedagogical relations, guidelines, corrections and assessments of student activities. The physical absence of the student was another concerning factor since the tutors do not know the object of their work. We conclude that as a way of rethinking pedagogical practice, the challenge to commit or not in the educational process mediated by technology makes clear the subjective movement to redefine the social meaning placed on the professional activity of the tutor.

Keywords: Education. Subjectivity. Teaching Work. Distance Education.

Résumé

Cette thèse a pour objet de recherche la subjectivité des professeurs tuteurs en activité dans l'enseignement à distance, plus précisément sur le modèle semi-présentiel via satellite de l'institution de l'enseignement supérieur situé à Campo Grande (MS). La proposition est d'enquêter sur la subjectivité du professeur tuteur dans le cadre de ses travaux dans l'enseignement à distance. Notre hypothèse est que ces changements au sein de l'institution amplifient les processus de travail en raison de la simplification des tâches puis dans le domaine subjectif entraînent la perte d'autonomie du travail et l'isolement de l'enseignant. Le cadre théorique qui a permis de comprendre la constitution du sujet repose sur celui de la psychologie socio-historique, ainsi cette recherche prévoit l'étude des conditions sociales, économiques et historiques dans lesquelles le sujet est inséré, tout comme les caractéristiques des groupes sociaux auxquels il appartient. La méthodologie appliquée repose sur les fondements du matérialisme dialectique, celle-ci nous a permis la construction de l'objet de recherche et l'approche empirique de la reprise historique de l'objet à travers des requêtes bibliographiques sur le thème, lecture de thèses, dissertation et articles recherchés dans des bases de données publiques, collecte de données au moyen de questionnaires structurés et entretiens semi-structurés dirigés à l'activité de travail, avec un script composé de questions ouvertes, appliqué librement et individuellement avec la preuve d'un consentement préalable. Nous avons interrogé six professeurs tuteurs ayant une expérience de deux à six ans dans le modèle via satellite de l'enseignement à distance. L'analyse des données repose sur la base des techniques d'analyse de contenu et de discours, les résultats indiquent que le travail du professeur tuteur se modifie dans le cadre de l'enseignement à distance, il devient standardisé et simplifié grâce à l'utilisation de la technologie et à la division du travail. Les professeurs tuteurs ont rapporté une intensification du travail et une plus grande complexité des relations pédagogiques, des orientations et des corrections et évaluations des activités des élèves. L'absence physique de l'étudiant est un autre facteur préoccupant du fait que le professeur tuteur ne connaît pas l'objet de leur travail. Nous concluons que la façon de repenser la pratique pédagogique, le défi de s'engager ou non dans le processus éducatif reposant sur la technologie rend évident le mouvement subjectif de redéfinir la signification du sociale dans l'activité professionnelle du professeur tuteur.

Mots-clés : Éducation. Subjectivité. Travail du Professeur. Enseignement à Distance

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Nível de produção das pesquisas	30
Quadro 2- Nível de produção específica EAD e Docência	31
Quadro 3- Consorcios de cooperação.....	60
Quadro 4- Formatos da modalidade EAD no Brasil.....	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O mercado da educação.....	62
---------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas Totais Ensino Superior no Brasil	51
Tabela 2 - Matrículas por Turno Educação Superior	53
Tabela 3 - Instituições por Região	54
Tabela 4 - Matrículas EAD 2011	63
Tabela 5 - Localização dos polos	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância
ABRAEAD – Associação Brasileira de Educação Aberta e a Distância
CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EAD – Educação a Distância
FIES – Financiamento da Educação Superior
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDEP - Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IESALC – Instituto Internacional para Educação Superior na América Latina e Caribe
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação.
MS – Mato Grosso do Sul
OMC – Organização Mundial do Comercio.
PD – Professor a Distância
PIS – Programa de Integração Social
PT – Professor Tutor
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
PNE – Plano Nacional da Educação
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PUC - Pontifícia Universidade Católica
REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEED – Secretaria de Educação a Distância
TECLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs – Tecnologias da Informação é Comunicação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
USP – Universidade de São Paulo
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFC – Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E O MUNDO DO TRABALHO	30
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS	47
1.2 UMA BASE INFRA E SUPERESTRUTURAL QUE PROMOVE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	49
1.3 O ADVENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL	55
1.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	65
2 O FUNCIONAMENTO DO MODELO EAD VIA SATÉLITE E O TRABALHO DO PROFESSOR TUTOR	71
2.1 A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE E A ATIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR	78
2.2 PROFESSOR TUTOR SOB AS NOVAS TECNOLOGIAS	81
2.2.1 O objeto da escolarização	93
2.3 ALIENAÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA EAD	94
2.3.1 O processo de objetivação do trabalho	102
3 EXPLICAÇÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES PARA A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	106
3.1 A SUBJETIVIDADE PROPOSTA POR VIGOTSKY	110
3.1.1 Subjetividade e o mundo do trabalho	115
3.1.2 Motivação para a atividade	124
4 ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DA MEDIAÇÃO	130
4.1 APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DA MEDIAÇÃO	132
4.1.1 Mediação dialética de Hegel	134
4.1.2 O conceito de mediação marxista	135
4.1.3 Mediação semiótica de Vigotsky	140
4.2 EDUCAÇÃO: ATIVIDADE MEDIADORA E MEDIADA	144
4.2.1 A educação mediada pelas TICs	148
5 A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E O TRABALHO DOCENTE NA MODALIDADE EAD	153
5.1 INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE: OPERAÇÕES E TÉCNICAS DE TRABALHO	153
5.2 O PROBLEMA ESPAÇO TEMPO	161
5.3 REMUNERAÇÃO E EMPREGABILIDADE	168
5.4 COGNITIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO	171

6	PROFESSOR TUTOR E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO	
	DOCENTE	175
6.1	CRIATIVIDADE E AUTONOMIA NO TRABALHO DOCENTE	175
6.2	SIGNIFICADO DO TRABALHO NA ATIVIDADE DOCENTE	185
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211
	ANEXOS	219
	ANEXO 1 -TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	220
	ANEXO2 - ENTREVISTA	221
	ANEXO3 - ROTEIRO DE AULA	225

INTRODUÇÃO

Os diversos aspectos das mudanças na área educativa, tais como as novas tecnologias, a privatização do ensino, inovações nas formas de organização das atividades na educação, assim como os modelos de gestão de mercado fazem emergir novos parâmetros para a educação. De fato, o modelo de gerenciamento baseado em terceirização, racionalização e enxugamento, interpelam tanto as instituições de ensino como os professores.

De uma maneira geral, a atividade de trabalho docente na educação superior, tanto nas instituições de ensino públicas quanto privadas, experimenta mudanças significativas na sua forma. Com a recente introdução da Educação a Distância (EAD) e a intensa utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) enquanto instrumental educativo aprofundaram-se as transformações no processo de trabalho, nas ferramentas e formas de operacionalização das relações profissionais no trabalho do agora denominado professor tutor.

Com o crescimento da modalidade EAD, surgem novas funções para compor o quadro de trabalhadores docentes. Dentre estas destacamos o professor tutor, responsável por acompanhar os alunos no processo de aprendizagem mediados pela internet. Trata-se de uma atividade recente, cujas práticas, características e especificidades de trabalho são objetos de estudo desta pesquisa.

Este trabalho, portanto, pretende contribuir para o debate sobre a introdução da modalidade educacional EAD via satélite e, mais especificamente compreender o sentido da atividade do professor tutor para a constituição da subjetividade deste profissional, especificamente no modelo conhecido como semipresencial via satélite oferecido por universidades privadas.

É importante salientar, entretanto, que, por estar focalizada no processo de trabalho do professor tutor inserido na EAD, esta tese não objetivou investigar o universo do aluno nem analisar os conteúdos curriculares e didáticos ou tecnologias utilizadas nos diversos modelos de EAD. Também não é o foco deste estudo analisar o trabalho de professores em outros modelos de Educação a Distância que não seja o semipresencial via satélite utilizado por instituições de ensino privadas.

Em que pesem as várias denominações atribuídas a este profissional - tutor eletrônico, tutor presencial, tutor virtual, monitor e diversas outras - a principal característica deste, ainda que não seja considerado, de fato, um docente pelas instituições, é ser quem desempenha a atividade de acompanhar os alunos no processo de aprendizagem. No modelo escolhido para esta pesquisa, o semipresencial via satélite, encontramos duas categorias de tutor: a primeira, denominada de tutor presencial, responsável pelo acompanhamento dos alunos

presencialmente, com encontros semanais nos polos das respectivas cidades; e outra denominada professor tutor, cujas atribuições são as de, a distância, por meio das tecnologias da informação e comunicação, orientar, corrigir tarefas semanais, trabalhos e provas discentes, enfim aprovar ou reprovar o aluno. É, portanto, este trabalhador docente denominado professor tutor que está no centro da análise deste trabalho de pesquisa.

Especificamente pretendemos analisar se os processos de educação desenvolvidos pela EAD são capazes de promover a apropriação e a transmissão da cultura pelos professores tutores, ou seja, se eles têm que dominar os conteúdos que devem ensinar e, portanto, alcançarem um desenvolvimento de suas consciências e demais funções subjetivas necessárias para o exercício dessa profissão. Examinamos as alterações em suas subjetividades para verificar se há nessa modalidade de educação uma maneira que torna os seus processos uma forma de domínio dos instrumentos práticos e intelectuais que alteram o significado e o sentido da profissão para estes trabalhadores.

Em face de tais alterações, levantamos a hipótese de que estas mudanças no âmbito da instituição intensificam os processos de trabalho em razão da simplificação de tarefas e no âmbito subjetivo ocorre a perda de autonomia e isolamento do professor. Estes fatores resignificam o trabalho docente e, por consequência, provocam-lhe um movimento dialético subjetivo que por identificação leva também à redefinição do sentido e significado individual construído para sua atividade profissional.

Portanto, para compreender o processo de constituição e alterações na subjetividade do professor tutor decorrentes do seu trabalho exigiu que observássemos as condições sociais, econômicas e históricas em que está inserido, assim como as particularidades dos grupos sociais a que pertence. Observe-se que Vigotsky (1995) afirma que é impossível admitir que o trabalho, que modificou profundamente o modo de adaptação da humanidade à natureza, não tenha relação com as transformações produzidas em sua conduta.

É por meio do trabalho e das ferramentas de trabalho que o ser humano pode estabelecer suas mediações com a materialidade do mundo, entretanto, dada a frágil estrutura biofisiológica dos homens e as transformações que necessita fazer na natureza para produzir e reproduzir a sua vida precisa sempre de instrumentos mediadores. É devido a criação e uso desses instrumentos que a intervenção sobre a realidade, cria novas formas de atividade e, portanto, novas formas de ser. A propósito para a Psicologia Sócio-Histórica o trabalho é um mediador fundamental na constituição da subjetividade do indivíduo, pois ele permite que o homem possa orientar seus objetivos socialmente, assim como a sua modificação contínua.

A necessidade de entender como se estabelecem as relações do sujeito docente nessa modalidade de ensino nasceu em 2003, quando fui convidado a lecionar em uma Instituição

de Ensino Superior (IES) privada do Norte do Paraná, pioneira na modalidade EAD via satélite. O que despertou minha atenção foi a novidade da EAD juntamente com as possibilidades de a educação alcançar as comunidades mais isoladas do território brasileiro. Entretanto, posteriormente, em razão da introdução, por parte da IES, de uma rotina de padronização do processo de ensino juntamente com a forma de organização e relações no processo de trabalho dos professores tutores surgiu a motivação para eu realizar uma pesquisa no curso de Mestrado na área da Sociologia do Trabalho.

Perda da autonomia para a realização de suas atividades, isolamento acadêmico e político em relação aos seus pares e alunos foram os principais resultados verificados nos professores que trabalham naquela forma de educação. Assim, devido a estarem envolvidos por um processo de individualização do trabalho, a venderem suas forças de trabalho intelectual para o capital e a consequente intensificação do trabalho, tornam-se impedidos de exercerem as suas funções crítico-criativas nos termos da definição essencial de uma Universidade.

O outro aspecto que consideramos, e que é inerente ao capitalismo, foi que em razão da utilização intensiva dos equipamentos tecnológicos, evidenciou-se a alienação do trabalho docente nos moldes marxistas, isto é, um produto do conhecimento cada vez mais definido externamente à aspiração do professor. Estes fatores desencadearam um desestímulo, uma relação interpessoal desestruturada e conflitiva com os pares em razão do modo concorrencial por salários e cargos, aliados a uma perda do significado social e de sentido humano da atividade acadêmica.

Verificou-se que naquela ocasião a IES programou a redução dos custos provenientes da força de trabalho por meio da exploração de relações de trabalho precárias, como, por exemplo, a utilização de aulas anteriormente gravadas para novas turmas, sem o necessário ressarcimento financeiro ao professor autor, além das práticas já verificadas no ensino presencial tais como, subcontratação de professores, a desvinculação do valor da hora/aula do respectivo contrato de trabalho e a implementação de atividades em domicílio sem que este tempo entrasse na contabilidade de seus salários. Essas práticas levaram à expansão e lucratividade na instituição, devido à natureza flexível que adota e à facilidade de interação com o processo de produção capitalista, como se verificou pelas terceirizações dos polos¹ nas diversas regiões do país.

Essa tendência já indicava que o trabalho docente viria cada vez mais a tornar-se parte do processo de valorização do capital. E isso me desafiou a prosseguir na investigação dos aspectos individuais dos professores envolvidos na modalidade EAD, isto é, como o professor

¹ Polo de apoio presencial é o local para onde os alunos se deslocam para assistirem as aulas via satélite.

tutor entende as transformações impostas à sua atividade de trabalho, na medida em que no campo educativo está um dos reflexos das mudanças nos processos de trabalho.

Posteriormente, em 2010 voltei a trabalhar como professor tutor. Agora em uma IES, também privada, com sede em Campo Grande (MS). Essa instituição iniciou atividades na EAD em 2007 e, conforme divulgação da própria instituição, em 2012 tinha 110 mil alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação. Destaco que nessa instituição as condições de trabalho dos docentes eram mais precárias, pois a contratação de professores tutores dava-se sempre com salários abaixo dos índices dos acordos trabalhistas, a proporção do número de alunos por professor tutor era muito acima do preconizado pelo MEC, além da insegurança em decorrência das constantes demissões.

Sofriam-se esses e todos os demais problemas decorrentes da precarização do trabalho educacional que vem ocorrendo no ensino tanto presencial como a distância, ainda que aqui destaquemos este último. É na forma de trabalhar na Educação a Distância via satélite que queremos buscar compreender os aspectos da subjetividade dos professores tutores influenciados pelas suas atividades docentes e considerando, ainda, o momento de aceleração intensiva do uso das TICs. Isso porque entendo que a subjetividade decorre da atividade principal, a qual nesse nosso período histórico é o trabalho empregado que constitui em cada sujeito, uma forma de ser que passa a existir nele mesmo, que se manifesta nas suas ideias e preferências individuais.

Considerando os meios tecnológicos utilizados na educação a distância é possível constatar o uso de várias denominações pelas instituições para se referirem a essa modalidade de ensino, causando ambiguidades conceituais. Normalmente utilizam-se: ensino a distância, educação virtual, tecnologia educacional, educação a distância, aprendizagem à distância, *e-learning*, como sinônimos. Diante disso, entendemos ser necessária uma melhor definição quando da utilização de cada um desses termos, em consonância com a situação em que é utilizado. Na tentativa de estabelecer uma maior precisão já que estamos elegendo as TICs como mediadoras entre a cultura e o professor e, desse no trabalho de professor tutor. Assim sendo, o mediador que focamos nessa pesquisa é a tecnologia via satélite, que permite este modelo de Educação a Distância. É essa especificidade da tecnologia via satélite que permitiu uma melhor relação entre as áreas da educação e os meios virtuais informatizados.

Vamos então comentar algumas das suas particularidades, pois a modalidade EAD se caracteriza por buscar oferecer ensino que promova a aprendizagem organizada em espaço diferente daquele onde o ensino ocorre devido à separação física entre educador e educando. Por isso, requerem-se técnicas instrucionais específicas, métodos de comunicação eletrônica por meio de (TICs), bem como sistemas diferenciados de organização e administração.

Com respeito ao conceito de educação cabe aqui um posicionamento na medida em que, com base na Teoria Sócio Histórica, entendemos que a educação é o processo de transmissão da cultura mais avançada de uma sociedade para seus membros que ainda não domina os conhecimentos e técnicas historicamente acumulados. Ao apropriarem-se desses conteúdos os indivíduos da nossa espécie vão se afastando das determinações naturais e se tornam humanos e aptos a viverem na sociedade que os educou. Na educação escolar, este processo de transmissão pressupõe que haja uma interação com a presença física do professor e do aluno. A função do professor é ensinar os alunos os conteúdos da cultura que lhes são necessários para viverem nesse grupo social. É essa ação que o torna mediador entre a cultura da sociedade e os estudantes. Isto é, por possuir uma formação especializada e dominar técnicas apropriadas se torna responsável pela transmissão de conhecimento que permitirá aos alunos construir a sua vida a partir do que existe e avançarem construindo o novo.

Portanto, não se trata de uma atividade espontânea e nem uma oferta de qualquer conhecimento, mas sim, de um trabalho organizado e acompanhado pela sociedade. Sendo assim, as características que se constroem nos professores que executam essas atividades, também, são constituídas conforme as necessidades sociais e não geradas naturalmente e espontaneamente. Estes aspectos técnicos instrumentais para o trabalho e as características que devem gerar nos professores tutores, portanto, começam a ser delineadas nas premissas para a educação superior, que é o mais elevado nível de ensino no país, a qual cabe transmitir a ciência mais avançada já acumulada e fomentar a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, tal como apregoa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Desse modo, há que se considerar que aquela definição se diferencia das limitações impostas às atividades de ensino e à aprendizagem propostas pela LDB, que foi elaborada e regulamentada dentro dos parâmetros do pensamento neoliberal. Esta lei que promove a Educação a Distância, se pauta no processo de integração econômico e político do atual nível de desenvolvimento do capitalismo, no qual se propõe, cada vez mais, o imperativo da compreensão das relações interculturais para sustentar a mobilidade da força de trabalho e das mercadorias para apoiarem as necessidades dos mercados de consumo globais.

Entretanto, essa mesma adequação da educação ao modo de produção reservou ao Brasil, desde o Consenso de Washington (GIOVANI, 2011), o lugar de fornecedor de força de trabalho abundante, portanto, barata, e semipreparada, para que seja facilmente treinada em qualquer lugar do globo e para qualquer atividade ou posto de trabalho (Antunes, 2012). Por isso a transmissão da cultura deve ser superficial, e visar assegurar apenas os rudimentos da cultura global sobre os quais se possa assentar qualquer tipo de habilidade motora para a

produção de mercadorias em qualquer lugar. Em termos do desenvolvimento da subjetividade, se deve fazer trabalhadores que não carreguem a identificação com nada e nem com ninguém que possa ser um referencial para a autoconsciência.

Sob o aspecto específico o trabalho do professor tutor da EAD via satélite não deveria suscitar dúvidas sobre a sua impossibilidade de transmitir a cultura construída historicamente, pois se trataria de ensinar o historicamente feito pelos homens sem a mediação de outro homem que a domine e possa explicá-la a quem não a entende. Esse papel de mediador, que é inerente ao trabalho do professor e que o caracterizava como trabalhador fundamental na e para a sociedade, está sendo substituído pela simples transmissão de informações pelas TICs. Diante dessa possibilidade, o professor se torna um trabalhador obsoleto na medida em que a especificidade da relação entre alunos e professor, que caracterizaram o magistério por permitir que o docente promovesse o desenvolvimento do discente, se torna desnecessária.

Assim sendo, é fato que tanto no Brasil como em outros países, vêm ocorrendo mudanças nos processos educacionais. Pode se observar que as universidades, privadas e públicas, ao redor do mundo adotam modelos de gestão que terceirizam as atividades, ampliando a segmentação do trabalho e dificultando a apreensão do processo completo de qualquer produção; de flexibilização e intensificação da exploração do trabalhador, sob o disfarce da polivalência; todos os processos possibilitados pelo uso das TICs. Percebe-se que o avanço do modo de produção e exploração próprio do capitalismo se intensificou na área da educação, que entendida como prestação de serviço e não mais como ação inerente à sociedade, tem que acompanhar as transformações econômicas e políticas impostas pela lógica liberal das relações de mercado. A educação, portanto, faz parte dessa potencial de possibilidades que se abrem para a acumulação capitalista.

Nesse contexto, para fazer frente aos processos de desenvolvimento mundial, os programas políticos dos últimos governos brasileiros, especialmente Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento da Educação Superior (FIES), buscam inserir maciçamente a população jovem ao sistema de ensino superior. De outra forma, mas com o mesmo intuito, o governo brasileiro tem incentivado a oferta da modalidade Educação a Distância, fornecida principalmente por Instituições de Ensino (IES) privadas, como opção para inserir os segmentos de menor renda da classe trabalhadora em cursos superiores. Certamente, em um país com dimensões continentais como o Brasil, a EAD pode atender comunidades e locais não alcançados pela educação presencial na medida em que se viabiliza por meio da EAD a superação do tempo e das distâncias.

Nesse aspecto, a EAD se apresenta como uma importante ferramenta de articulação de conhecimento e informações. A utilização de estratégias e ações com base nos conceitos de

interatividade virtual pode contribuir para a elaboração de cursos nas diversas áreas do conhecimento e, assim, diminuir o índice de alunos fora da universidade no país.

De fato, conforme afirma Francisco (2007), os sujeitos demonstram insegurança por não saberem trabalhar com as tecnologias da informação e comunicação e isso se deve à maneira como as novas tecnologias são apresentadas aos sujeitos. Como aspecto positivo, estão envolvidos vários fatores nesta relação como emprego, capacitação, questões salariais, escolares e outras, com relação aos serviços de saúde, na medida em que a “ausência do corpo constitui-se enquanto limite e desafio para a relação, podendo trazer elementos para acabar com a discriminação” como, por exemplo, a portadores de deficiências. (FRANCISCO, 2007), isto é,

(...) aponta-se que o ciberespaço resulta como meio liberador das condicionantes sociais (sobre o dever social) e dos individuais (através do anonimato), constituindo-se em uma transição para novas pautas de comportamento social. Além disso, o e-mail instaura uma nova temporalidade instersubjetiva, que afeta as relações pelas suas possibilidades. (FRANCISCO, 2007, p.50)

Na realidade existem várias possibilidades utilizadas de forma a articular o ciberespaço com a sociedade, mesmo porque, conforme Francisco (2007, p.50) “as armas e ferramentas são consequências, nada além de consequências do agenciamento do qual fazem parte”.

Contudo, especificamente no trabalho do professor tutor na EAD, ao se utilizar intensivamente das tecnologias da informação e comunicação, imprime novas práticas ao trabalhador docente que interferem em seu fazer pedagógico. Esses fatores passam a condicionar a atividade do professor tutor ao aparato tecnológico próprio do modo de produção capitalista de mercadorias com valor de troca e baixo valor de uso. Isso se revela como meio de exploração do trabalho em uma área na qual o capital tem encontrado campo para sua expansão, pois, o aumento significativo de matrículas na EAD implica no trabalho intensificado em razão de que cada professor tutor passa a atender um número maior de alunos além de comprometer sua a atividade mediadora de ensino.

A teoria Psicológica Sócio Histórica, sustentação teórica deste estudo, com o objetivo de evidenciar a centralidade dos processos mediadores com relação ao processo de desenvolvimento do ser humano, assim como no processo de apreensão do vir a ser do homem na materialidade da vida real, desenvolve um estudo sobre os instrumentos de trabalho e a função instrumental dos signos para a atividade intrapsíquica. Esta abordagem que fundamenta a Teoria Psicológica Sócio Histórica assinala que o comportamento evolutivo

só pode ser entendido quando estudamos as suas fases, suas mudanças ou seja sua história (Vygotsky 1989).

Tanto o processo do uso de ferramentas de trabalho, quanto o uso dos signos, estão no âmbito de uma função psicossocial mais ampla denominada por Vygotsky (1995), de atividade mediadora. Entretanto, essas atividades possuem diferenças no tocante a sua natureza e em relação ao papel histórico que desempenharam no processo real de transição das formas rudimentares para as formas superiores das diferentes fases da existência do ser humano.

Para Vygotsky (1989), as mediações entre a transformação da natureza e o indivíduo realizada pela atividade de trabalho e pelos instrumentos de trabalho na relação do indivíduo e a construção do novo no mundo material, resultam na produção de novas formas em ambos. Por sua vez o signo, enquanto estímulo artificial produzido pelo ser humano, possibilita intercâmbio social entre os seres humanos no interior de uma determinada forma social porque permite a representação da realidade na ausência do objeto representado e, daí surge a consciência e seus processos. Assim, o trabalho exerce a mediação das trocas materiais e produz modificações nos sujeitos que trabalham, enquanto que o signo é utilizado como um princípio regulador da conduta humana produzindo novas significações, que serão interiorizadas e construirão as estruturas subjetivas, a partir das relações concretas dos homens.

Entretanto, segundo Clot (2006), o trabalho é a capacidade de estabelecer engajamentos e pode perder o sentido quando não permite a realização de metas vitais e dos valores que o sujeito extrai dos diferentes domínios da vida em que está envolvido, pois o trabalho é, também, um meio de inventar a vida. Este é um aspecto fundamental para o professor, pois ideologicamente, tende-se a considerar o trabalho educativo como não-trabalho, e assim desvalorizá-lo.

Não obstante, vale salientar-se que o trabalho educativo realiza-se num contexto de materialidade. Por isso, conforme Saviani (2003), esse contexto de materialidade está no âmbito das condições sócio históricas nas quais se efetiva o processo educativo, ou seja, a ação que é desenvolvida pela educação é uma ação que tem visibilidade, é uma ação que só se exerce com base em um suporte material. Com relação ao resultado, o processo educativo está na esfera do trabalho não material; com relação ao processo, é uma atividade que processa num contexto de materialidade. Portanto, ela se realiza sobre as condições materiais colocadas pela sociedade.

Com base nisso, realizamos caminho semelhante à pesquisa de Ipólito e Leão (2012) utilizando-se de um levantamento bibliográfico na intenção de apreender as contradições que

estão presente na forma de trabalho do professor tutor em sua recente trajetória histórica. Ou seja, quais são as forças sociais antagônicas que nos seus enfrentamentos geram as diversas teses e antíteses que se estabelecem e geram as diferentes sínteses. Como os interesses das classes sociais se colocam na disputa em cada uma das diversas manifestações em que o fenômeno se revela.

Nosso objetivo nessa etapa da pesquisa foi realizar uma reconstituição histórica dos fragmentos localizados sobre o contexto social do trabalho dos professores tutores, em busca da compreensão da totalidade do fenômeno pesquisado.

Assim, como dito anteriormente constatamos que a EAD, como local de trabalho, está submetida à lógica capitalista de produção, tendo a ideologia neoliberal perpassado a forma de organização e execução do trabalho docente, determinando-as. Apesar dessas constatações, elas são insuficientes para apreendermos o trabalho realizado na EAD, por ser um trabalho intelectual e, portanto, intangível. Então, para a reconstituição do seu modo de realização optamos pela representação que os professores tutores têm nas suas consciências das suas atividades. Isto porque, o modo de produzir nesse trabalho decorre dos conteúdos e das estruturas de consciência dos seus executores, uma vez que seu instrumento principal é o pensamento produtivo e criativo.

Assim sendo,

Baseado nos recursos da linguagem, o pensamento humano é também uma forma específica de atividade produtiva: permite não apenas ordenar, analisar e sintetizar a informação, relacionar os fatos percebidos a determinadas categorias, mas também ultrapassar os limites da informação imediatamente recebida, fazer *conclusões* a partir dos fatos percebidos e chegar a certas inferências mesmo sem dispor de fatos imediatos e partindo da informação verbal recebida. O homem pensante é capaz de *raciocinar e resolver tarefas lógicas*, sem incluir o processo de solução na atividade prática. Tudo isto sugere que o processo de pensamento pode ser uma *atividade teórica especial* que leva a novas conclusões e, assim, tem caráter produtivo (LURIA, 1999, p. 100. Grifos do autor).

Daí a importância da linguagem para nossas análises: ela nos permite compreender, através da apreensão do significado que o sujeito atribui a sua atividade, como a executa e por que o faz de determinada forma e não de outra. Pois, se o significado da palavra é “a capacidade de analisar o objeto, distinguir nele as propriedades essenciais e relacioná-lo a determinadas categorias” (LURIA, 1999, p. 20), é possível compreendermos, através da análise dos significados sociais atribuídos ao trabalho do professor tutor, os determinantes que o

constituíram. Para Luria (1999), a palavra carrega uma gama de significados, e tem importância fundamental para estruturação do pensamento:

Deste modo, ao mencionar determinada palavra, o homem não apenas reproduz certo conceito direto, mas suscita praticamente todo um sistema de ligações que vão muito além dos limites de uma situação imediatamente perceptível e têm caráter de matriz complexa de significados, situados num sistema lógico. É natural que esse sistema de relações semânticas, implícito na palavra que expressa um conceito, permita ao pensamento movimentar-se em muitos sentidos, que são determinados pela "amplitude" e a "profundidade" desse sistema de relações. Por isto a “palavra que forma conceito pode ser considerada, com todo fundamento, o mais importante mecanismo que serve de base ao movimento do pensamento” (LURIA, 1999, p. 36. Grifos do autor).

Esta investigação consistiu em analisar a instituição pesquisada e os discursos dos professores tutores integrantes do processo do trabalho educativo na EAD. Como dito anteriormente, o objetivo foi, através dos discursos dos sujeitos, conhecer os sentidos e os significados sociais que apreenderam e desenvolveram a partir de suas atividades no mesmo processo de trabalho/produção sobre a função do professor tutor e, assim, apreender a totalidade do fenômeno pesquisado.

Aguiar (2000) explica como ocorre a internalização da atividade humana através dos signos sociais segundo Vigotsky, o que torna possível as nossas análises:

[...] a atividade humana não é internalizada em si, e sim como atividade significada, tal como um processo social, mediado semioticamente. A consciência, dessa forma, é semioticamente estruturada, resultado dos próprios signos, ou seja, de instrumentos construídos pela cultura e pelos outros que, quando internalizados, se tornam instrumentos internos e subjetivos da relação do indivíduo consigo mesmo. Signo é, pois, entendido neste caso como tudo aquilo que possui um significado e que remete a algo situado fora de si mesmo: é o elemento que integra as funções psíquicas superiores (AGUIAR, 2000, p. 130).

Por isso, entendemos que, ao analisarmos os significados sociais atribuídos ao trabalho do professor tutor pudemos compreender como a materialidade se expressa em seus trabalhos. E através da apreensão do movimento do pensamento dos sujeitos que atribuem os significados, foi possível compreender como organizam e executam suas atividades.

Para esta pesquisa optamos por utilizar a entrevista semiestruturada individual e um questionário estruturado. As entrevistas devem obedecer “a um roteiro semiestruturado

elaborado em função da hipótese, objetivos e fundamentos teórico-metodológicos que orientam a investigação” (LEÃO, 2007, p. 72), cujo roteiro encontra-se no apêndice deste trabalho.

As entrevistas foram realizadas com seis professores tutores que trabalham ou trabalharam na instituição Y. Inicialmente contatamos por meio de *e-mail* vinte (20) professores tutores dos cursos de Licenciaturas em Letras, Pedagogia e Ciências Sociais. Optamos por cursos de formação de professores oferecidos pela instituição pesquisada em razão de serem estes os que têm maior número de alunos matriculados e em decorrência disso acabam contratando expressiva quantidade de professores tutores. Entretanto, na época prevista para as entrevistas ocorreu a demissão de cento e cinquenta e dois tutores, impossibilitando a realização das entrevistas com todos os professores tutores anteriormente contatados. Portanto, os professores tutores que aceitaram participar e responderam os questionários e as entrevistas foram seis (6) professores de educação a distância entre mulheres e homens.

O objetivo das entrevistas foi compreender o que fazem e por que fazem, assim como de que forma apreendem os seus trabalhos. Isto é, como se materializa em suas atividades a síntese entre a materialidade e a superestrutura. Isso foi parte dos procedimentos necessários para o desvelamento da função do professor tutor no processo de produção/trabalho na instituição. Assim, analisamos as entrevistas procurando estabelecer:

(...) conscientemente ou não, uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas e ou sociológicas dos enunciados. É o mesmo processo dedutivo e inferencial a partir de índices ou indicadores utilizados em outras práticas científicas, como a médica, a grafologia, a arqueologia e a história (Leão 1999, p. 139).

É importante salientar que nossas análises são baseadas no entendimento de que o discurso individual é representativo e é determinado pela atividade-trabalho. Portanto, ele expressa o significado sócio-cultural da atividade tal como ela é determinada pela materialidade e a superestrutura.

De acordo com estes pressupostos iniciamos nossas análises com a transcrição da gravação das entrevistas individuais. Após esta etapa, procuramos identificar nos discursos dos sujeitos a tese, ou seja, o significado social da educação e do trabalho do professor tutor neste trabalho educativo; a antítese, entendida como a apreensão, enfrentamento, do professor tutor com o seu trabalho, com o objeto do seu trabalho; as mediações, que tomamos pela composição de

professores e demais trabalhadores; e as sínteses, que são o trabalho do professor tutor como resultado do confronto entre a tese e a antítese.

A partir da análise do confronto dialético entre o significado social atribuído à educação e ao trabalho do professor tutor e entre o enfrentamento do professor tutor com seu trabalho e com o objeto deste, mediados pelos professores e demais trabalhadores da instituição, pudemos apreender a síntese gerada que nos elucidou qual a função do professor tutor no processo de produção/trabalho na EAD.

Para realização das análises trabalhamos com categorias, que emergiram dos próprios discursos dos sujeitos, quais sejam: o trabalho do professor tutor e o trabalho educativo.

Isso se torna possível, pois, se o pensamento tem estreita relação com a linguagem, e a palavra expressa uma gama de significados, por sua vez, estes podem ser agrupados em diversas categorias, pela capacidade de ordenação do pensamento produtivo (LURIA, 1999). É importante salientar que consideramos:

[...] o pensamento não como uma *revelação do espírito*, mas como um processo que se forma na história social, ocorre inicialmente como atividade material ampla, usa o sistema de linguagem como um sistema objetivamente concluído de relações semânticas e conexões, e só posteriormente assume formas reduzidas, adquirindo o caráter de *atos intelectuais* internos (LURIA, 1999, p. 102).

Por isso, também procuramos identificar os determinantes históricos e sociais que fizeram com que os sujeitos de nossa pesquisa apreendessem o trabalho do professor tutor da forma tal qual o fazem. Deste modo, as análises dos discursos aqui propostas consistiram em uma busca pelos significados sociais acerca de qual seria a função do professor tutor no processo produtivo do trabalho na EAD via satélite, considerando as determinações históricas e sociais da organização do trabalho educativo, da superestrutura e da infraestrutura.

Para melhor compreensão de como realizamos nossas análises, explicitaremos o método que nos embasou, ou seja, a dialética materialista histórica. Ao utilizarmos essa abordagem pressupõe-se que partimos do real aparente, da materialidade, ou seja, daquilo que está posto que, no nosso caso, configura-se como o trabalho dos professores tutores, registrado através dos discursos dos sujeitos obtidos nas entrevistas e todo o material coletado com a pesquisa teórica:

[...] o conceito de matéria visto pelo materialismo dialético reflete a particularidade universal das coisas e dos fenômenos do mundo exterior de existirem objetivamente,

isto é, fora e independentemente da consciência do homem. O conceito de matéria é um conceito abstrato que fixa o que é característico de todos os objetos e processos: existir fora da consciência, agir sobre os órgãos dos sentidos e refletir-se na consciência. A matéria não existe senão nas coisas, nos fenômenos e processos corretos. É ela que constitui toda a diversidade infinita do mundo, do qual faz parte o próprio homem.. (KRAPIVINE 1986, p.95)

Nesta perspectiva, a subjetividade resulta da interação do homem com o mundo físico e social, ou seja, com a materialidade, e é desta forma que o homem construirá socialmente a sua singularidade. Portanto, a matéria, que é tudo quanto esteja fora da consciência, será o determinante da forma de pensar e agir do homem. Este processo, no entanto, não ocorre de uma forma mecânica, mas mediatizada pelos signos sociais. Por isso, para conhecermos a totalidade de um fenômeno devemos, necessariamente, identificar as contradições e os sistemas de mediações que a constituem. No caso do trabalho do professor tutor devemos reconstituir a história da entrada destes docentes na instituição e ir identificando as mediações que possibilitaram que este se manifestasse da forma tal qual o faz atualmente.

Assim sendo, a matéria tudo quanto esteja fora da consciência, e sendo aquela o determinante desta, a base material será entendida como composta pelas forças produtivas, ou seja, tudo aquilo que permite a produção, como as ferramentas, as técnicas e as máquinas, e pelas relações de produção, entre a classe trabalhadora e os donos dos meios de produção. Por isso a necessidade de elucidar como ocorre o trabalho na EAD, bem como de que forma se estabelecem as relações de trabalho.

A fim de compreendermos esta materialidade, a princípio caótica, o método nos ensina que devemos, por meio de abstrações, irmos deslindando esta realidade percebida. Foi o que fizemos ao analisarmos o modo de produção e suas determinações, bem como historicizar a profissão. A pesquisa histórica e análise do modo de produção nos revelaram o movimento que possibilitou que os professores tutores trabalhassem da forma tal qual o fazem atualmente.

Daí a relevância da história para esta perspectiva teórica: ela é muito mais que a mera descrição de fatos, mas é aquilo que distingue o homem dos animais, na medida em que é possível através de sua análise a criação e a recriação das necessidades humanas. Isso porque a história nos permite o exame do processo de desenvolvimento da humanidade e, assim, transformar as relações sociais. Com isso, depreende-se que o conhecimento para o materialismo histórico e dialético tem estreita ligação com a práxis:

A teoria materialista histórica sustenta que o conhecimento efetivamente se dá na e pela práxis. A práxis expressa, justamente, a unidade indissolúvel de duas dimensões distintas, diversas no processo de conhecimento: a teoria e a ação. A reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão diletante, mas uma reflexão em função da ação para transformar (FRIGOTTO, 2008, p. 81).

De fato, o conhecimento possibilita uma ação transformadora mas, para tanto, é necessário que antes reconheçamos a lei da unidade e da luta dos contrários, ou seja, admitir o caráter contraditório dos fenômenos e dos processos. Logo: “Por contrários entendemos aspectos, as tendências e as forças internas dum objeto ou fenômeno que se excluem mutuamente, mas ao mesmo tempo não podem existir umas sem as outras. A ligação recíproca dos contrários forma a contradição” (KRAPÍVINE, 1986, p. 155).

Nesse sentido, a unidade dos contrários pode ser representada, por exemplo, pela classe trabalhadora e pela classe dos donos dos meios de produção, que são contrárias entre si, mas uma não existe sem a outra, são interdependentes. Por isso, para desvelar a essência de um fenômeno é fundamental partirmos “das contradições neles contidas ajuizando-os como uma unidade de aspectos, propriedades e tendências contrários, procurando esclarecer a sua interligação” (KRAPÍVINE, 1986, p. 163).

Esse processo de conhecimento da realidade, que nos exige pensá-la como essencialmente contraditória, é realizado através da compreensão da dialeticidade dos fenômenos. Lenin (1914), apoiado nas formulações de Marx e Engels, afirma que a dialética:

É um desenvolvimento que parece repetir etapas já percorridas, mas sob outra forma, numa base mais elevada "negação da negação"; um desenvolvimento por assim dizer em espiral, e não em linha reta; um desenvolvimento por saltos, por catástrofes, por revoluções; "soluções de continuidade"; transformações da quantidade em qualidade; impulsos internos do desenvolvimento, provocados pela contradição, pelo choque de forças e tendências distintas agindo sobre determinado corpo, no quadro de um determinado fenômeno ou no seio de uma determinada sociedade; interdependência e ligação estreita, indissolúvel, de todos os aspectos de cada fenômeno (com a particularidade de que a história faz constantemente aparecer novos aspectos), ligação que mostra um processo único universal do movimento, regido por leis; tais são certos traços da dialética, dessa doutrina do desenvolvimento mais rica de conteúdo do que a doutrina usual (LENIN, 1914, p. 8).

Partindo deste pressuposto, de que há uma interdependência entre os vários aspectos de um dado fenômeno, tal como podemos deduzir sobre os aspectos que incidem na atuação do professor tutor, e que estes podem ser explicitados por meio de abstrações, que ainda sem apoio técnico, podemos apreender que na EAD via satélite há a incidência dos fatores oriundos da política educacional adotada, das orientações emanadas pelas várias instâncias administrativas, da concretização desses nas ações dos sujeitos que compõem a EAD; em um processo que se inicia com o concreto de uma forma percebida, aparente, tal como pudemos registrar nas entrevistas, até alcançar o concreto pensado, que passaremos a buscar nas nossas análises, que se seguem.

Com isso, nosso intuito foi apreender a totalidade do fenômeno pesquisado. Ao compreendermos a tese, ou seja, aquilo que se mostra, e identificarmos a sua antítese, que é a

sua negação, somos capazes de ter uma visão totalizante do objeto, uma síntese, onde estão presentes a tese e a antítese, o que ele é e sua negação. No entanto, vale explicitar que a síntese não será uma mera junção de tese e antítese, mas algo inédito: o objeto como resultado de múltiplas determinações.

Um exemplo é um sapateiro que fabrica um sapato. O couro, sua matéria-prima, pode ser tomado como a tese, que é modificado em sua forma original, ou seja, é negado através do trabalho do sapateiro, a antítese. Contudo, ainda que o couro tenha sido modificado, ele ainda é um couro, no entanto, sob outra forma: um sapato, que será a síntese gerada da matéria-prima, que é a tese, e do trabalho do sapateiro, que é a antítese.

Por isso, o trabalho dos professores tutores será a síntese do que é considerado como sua função pela instituição e do que eles e os demais trabalhadores compreendem que seja o seu trabalho. Deste modo, a síntese será o resultado deste confronto entre o que esperam que seja o seu trabalho e de suas concepções acerca dos mesmos, dialeticamente determinado pela infraestrutura e pela superestrutura.

Portanto, demonstramos como a materialidade determina as concepções dos entrevistados e como os mesmos agem de acordo com o que é produzido pela coletividade historicamente. Nesse contexto, pudemos apreender o movimento dialético que se dá em suas concepções, identificando a tese, aquilo que é, que aparenta ser, a antítese, que é sua negação, e a síntese do fenômeno, entendida como o objeto compreendido em sua totalidade. É importante ressaltarmos que:

A visão de conjunto, ressalve-se, é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade. A totalidade é mais do que a soma das partes (KONDER 1993, p.18).

Assim, a forma como trabalham os professores tutores na instituição Y será apreendida em um dado momento histórico, sob condições específicas que, talvez, se tomadas em condições diversas trariam outros conteúdos. Aqui nosso intuito é compreender o que há de universal na particularidade do trabalho dos professores tutores da instituição Y através da elucidação dos determinantes históricos e sociais, bem como da análise dos significados

sociais que professores tutores atribuem ao trabalho realizado por eles, demonstrado tanto pela pesquisa bibliográfica quanto pelas entrevistas individuais e coletivas.

Apesar de serem contratados como professores tutores, todos também, em algum momento, declararam ter tido experiências como professores a distância. A opção por tempos diversos de experiência pretendeu garantir certa heterogeneidade na análise dos depoimentos dos professores mais antigos e daqueles com menos tempo de contrato de trabalho.

A faixa etária variou de trinta e dois (32) a cinquenta e seis anos (56). Conforme será exposto na análise das entrevistas nos capítulos seguintes, entre os entrevistados verificou-se que quatro (4) têm experiência no ensino presencial superior e que dois (2) ainda trabalham em escolas do ensino fundamental, portanto possuem dois (2) vínculos empregatícios, e dois (2) nunca trabalharam no ensino presencial, portanto com experiência apenas na EAD.

Iniciamos este trabalho, no primeiro capítulo, com uma reflexão contextualizada sobre a educação e as pesquisas existentes sobre o tema EAD e disponibilizadas bancos públicos de dados no Brasil. Além disso, o primeiro capítulo procurou analisar o processo de privatização e consequente mercantilização de setores da educação brasileira juntamente com a introdução da EAD no Brasil. O capítulo analisa também o contexto atual do mundo do trabalho e seus processos em face das novas tecnologias, bem como a discussão sobre os limites da humanidade no processo de transformação tecnológica e, em particular, as consequências para o trabalho docente e para o professor tutor.

O segundo capítulo analisa o funcionamento da modalidade EAD, o trabalho docente sob as novas tecnologias e especificamente o processo de trabalho do professor tutor no modelo semipresencial via satélite. Portanto, neste capítulo o objetivo está centrado em conhecer e caracterizar melhor a modalidade de ensino e, sobretudo, a localização do professor tutor na estrutura organizacional EAD, isto é, quais as suas atribuições, como utiliza as tecnologias, com quem se relaciona presencialmente e virtualmente, qual a quantidade de alunos que orienta e o volume de trabalho, enfim, identificá-lo no sistema. Por isso, os dados coletados foram apresentados de forma descritiva; as análises dos dados e depoimentos foram feitas nos capítulos seguintes.

Em seguida, no terceiro capítulo, a pesquisa estabelece uma breve discussão teórica da subjetividade, isto é, ao introduzir a interface entre subjetividade e atividade, propõe o estudo do sistema de atividades, do comportamento evolutivo do sujeito tal como foi proposto por autores da Teoria da Atividade e da Teoria Psicológica Sócio Histórica. Assim, no contexto da atividade na modalidade de Educação a Distância, propõe perceber como ocorrem as transformações significativas na prática e na organização social do trabalho do professor tutor.

No quarto capítulo analisamos o processo de mediação procurando identificar a produção de significado das linguagens mediadas por instrumentos das TICs utilizados no processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância. Junto a isso, quais os paradigmas da mediação e como se dá a articulação das dinâmicas educacionais com os processos socioculturais que se integram ao processo de transformação na educação, a partir da introdução dessa modalidade de ensino.

No quinto capítulo, com base na Teoria Psicológica Sócio Histórica, buscamos a relação da intensificação da atividade de trabalho, o problema da separação física entre professor e aluno, fatores como remuneração, empregabilidade e a cognitividade e subjetividade no trabalho.

Finalmente, no sexto capítulo, o estudo está focado sobre as transformações no trabalho docente no contexto da EAD. Para entender essas mudanças é imprescindível considerar a natureza do trabalho docente, que tem especificidades e características que ficam guardadas na imagem do professor, particularidades que o tornariam livre da padronização, fragmentação ou sua troca por máquinas. Isto é, qual sua perspectiva de trabalho em razão das mudanças que incidem sobre o trabalho do professor tutor na modalidade educação a distância, considerando sua característica principal, que é a mediação pelas tecnologias da informação e comunicação. Nesse panorama, pretendemos compreender como as transformações atuais repercutem na subjetividade do professor tutor, quais as implicações dessas mudanças e que estratégias subjetivas este sujeito elabora para enfrentar as demandas que lhe são impostas.

1 EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E O MUNDO DO TRABALHO

Iniciamos a apresentação desta exposição esclarecendo que, apesar da contemporaneidade do nosso tema e da pequena história da educação oferecida sob as condições que a analisamos, dada a sua gênese coincidir com a aplicação das tecnologias desenvolvidas a partir do século XX, estamos nos pautando pelas orientações que:

A avaliação do desenvolvimento do conhecimento sobre algum aspecto da realidade, entendido sempre como a produção histórica do trabalho humano, exige a superação da visão positivista, que toma o trabalho ainda na perspectiva das Corporações de Ofício, quando se construía, individualmente, o produto e suas formas de produção. Portanto, o resultado era, evidentemente, uma obra de arte, derivada da criatividade e esforço do artesão que a fez, e que quando muito, tinha a orientação de um mestre. Isso, historicamente, acabou no final do Período medieval. A partir de então, o trabalho é coletivo e orientado pelo conhecimento científico e executado sob a organização racional. Portanto, o que temos que fazer para entender os processos de trabalho, seus desenvolvimentos e seus produtos ou qualquer outro fenômeno social, é a recomposição da história do seu processo de desenvolvimento. A isto chamamos de contextualização (LEÃO, 2012, p. 2).

É isso que pretendemos apresentar a seguir. Respeitando o princípio que nos mostra que qualquer fato social só pode ser entendido quando compreendemos a sua gênese e o desenvolvimento que esta determina, buscamos construir um contexto histórico que ajude o entendimento do nosso tema de pesquisa.

A pesquisa bibliográfica para subsidiar e contextualizar a nossa recomposição histórica consiste na coleta de dados feita por meio de acesso ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Banco de Dados SCIELO, Banco de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, cuja temática versasse sobre Ensino a distância ou EAD. Resultou desse empreendimento a localização de 3.230 trabalhos, distribuídos por cursos de mestrado, doutorado e artigos nas várias áreas do conhecimento (Educação, Comunicação, Marketing, Economia, Ciências Sociais, Letras, Teologia) como consta no quadro 1.

Quadro 1-Nível de produção das pesquisas

Mestrado	1879	58,17%
Doutorado	481	14,89%
Artigos	870	26,93%
Total	3.230	100%

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes. Artigos- Banco de Dados Scielo

Cabe ressaltar que a quantidade de pesquisas em EAD nos cursos de mestrado (58,17%) superou significativamente o número das pesquisas em doutorado (14,89%), ao passo que os artigos produzidos (26,93%) são oriundos das várias áreas do conhecimento.

Em seguida, a pesquisa passou por outra filtragem, procurando analisar por título e resumos sobre a temática abordada e o programa de pós-graduação a que estavam ligados. O objetivo foi no sentido de encontrarmos nas bibliotecas (bases de dados), textos específicos sobre educação a distância e docência. Essa nova filtragem apresentou um total de quinhentos e setenta e nove (579) títulos e resumos de textos, conforme demonstramos abaixo.

Quadro 2- Nível de produção específica EAD e Docência

Mestrado	379	65,47%
Doutorado	87	15,02%
Artigos	113	19,51%
Total	579	100%

Fonte: Levantamento realizado com base no Banco de Teses da Capes/MEC 2011

Conforme aponta o Quadro dois (2), a busca específica pelas palavras-chave EAD e docência reduziu a quantidade de trabalhos apresentados tanto nos cursos de mestrados quanto nos cursos de doutorados. Verifica-se, novamente, que a maioria das pesquisas, trezentos e setenta e nove (379), foram realizadas no âmbito dos cursos de mestrado, entre os anos de 2003 e 2011.

Em razão de que as pesquisas publicadas por meio de artigos serem menos abrangentes, a seleção elaborada na sequência foi com especificidade em dissertações e teses nos cursos de doutorado e mestrado com os termos: Trabalho Docente e Ensino a Distância na área específica da Educação. Verificamos também que há em outras áreas de pesquisas, Comunicações, por exemplo, farto material produzido por pesquisas sobre o Ensino a Distância com ênfase em tecnologias da comunicação. Porém, optamos por centralizar a presente pesquisa na área de nosso interesse: a avaliações da própria educação sobre as transformações promovidas pela mediação das tecnologias.

O resultado da aplicação de mais esse critério de seleção foi uma relação de duzentos e um (201) textos entre teses e dissertações que atenderam tais critérios.

Verificamos que nas Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) de Porto Alegre/RS, São Paulo/SP e Curitiba/PR há um volume de setenta e seis (76) textos na área da Educação a Distância com ênfase na docência. Entretanto, encontra-se na Universidade de São Paulo (USP) o maior número de pesquisas, somando trinta e sete (37) textos entre dissertações e teses. Além dessas, destaca-se as IES federais: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC com vinte e seis (26), Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT com dezessete

(17), Universidade Federal do Ceará - UFC com vinte e dois(22) e Universidade Federal de Pernambuco - UFP, com vinte e três(23) textos.

Separados os duzentos e um (201) textos, iniciamos a leitura novamente dos resumos, e palavras-chave na tentativa de eleger termos e conteúdos que nos interessavam, ou seja, Educação a Distância e Docência especificamente na área da educação.

Assim, para preservarmos a coerência com o tema, problema e o objeto de pesquisa que orientam a nossa pesquisa retomamos as explicações dadas por Lakatos & Marconi (1985) e Asti Vera (1983), isto é, buscamos centrar-nos na localização dos trabalhos que contemplavam o assunto que já tínhamos optado por desenvolver durante a nossa pesquisa. Portanto, nos dedicamos análise dos textos que contemplavam: Educação a Distância, Tutoria, Trabalho Docente, Subjetividade Docente, Identidade Docente, visto que esses são os temas de nosso interesse.

Chegada a essa etapa de refinamento da pesquisa, o nosso contexto restou composto 48 textos, relatórios de pesquisas, cujos temas tinham afinidade com nosso projeto de pesquisa, organizados com as seguintes categorias:

- a) Formação Docente –19
- b) Subjetividade e Tutoria – 05
- c) Educação Matemática - 05
- d) Educação on line – 07
- e) EAD e Didática – 06

Assim, destacamos para leitura os sete (07) textos que diretamente interessam para nossa pesquisa. Nestes trabalhos estão agrupadas pesquisas empíricas de cunho quantitativo e investigações desenvolvidas por meio de análise documental ou bibliográfica a respeito do professor na Educação a Distância (EAD), tutoria e uso de Tecnologias da Informação e Comunicação.

Por meio dos conteúdos desses trabalhos foi possível verificar como os pesquisadores analisaram o trabalho docente na modalidade ensino a distância. A coleta de dados referentes a objetivos, metodologia utilizada e resultados permitiu avaliar os trabalhos dos autores das pesquisas e, nos auxiliou na definição da nossa própria pesquisa na medida em que compreendemos a abordagem dos temas e seus resultados.

A seguir, apresentaremos as análises dos sete (07) textos que contêm informações sobre Atividade de Trabalho Docente, Subjetividade, Ensino a Distância, Tecnologias da Informação e Comunicação.

A tese dissertação de Arruda (2011) foi apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com o título: DIMENSÕES DA AULA E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRESENCIAL E A DISTANCIA contida no tema EAD e Didática. A pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as relações que os professores universitários estabelecem entre as práticas pedagógicas na educação a distancia e suas relações com as práticas consolidadas destes professores na educação presencial e compreender as interrelações entre as práticas pedagógicas em diferentes modalidades de educação presencial e na EAD.

Os questionamentos feitos na pesquisa são: Quem é o professor que exerce a docência nos cursos superiores a distancia? Quais as competências e habilidades deste professor para trabalhar com esta modalidade de educação e com a disciplina em questão? Quais as relações estabelecidas entre as práticas docentes destes professores na educação presencial e na Educação a Distancia? O que muda na prática presencial do professor? Quais as possíveis modificações nas dinâmicas pedagógicas de ambas as modalidade a partir da inter-relação de ações de um professor que atua nas duas modalidades? É possível afirmar que a prática pedagógica dos professores da educação presencial melhora ou não quando exercem ao mesmo tempo a docência em cursos de pedagogia a distancia.

Arruda (2011) fundamenta o estudo na análise proposta pela pesquisa de caráter exploratório, cujos dados foram construídos por meio de formulário e questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas. Isto é, está centralizada em analisar os elementos constitutivos da prática do professor universitário que atua em cursos de graduação na modalidade EAD pelo sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Diferentemente do nosso trabalho, não obstante ser comum professores de cursos presenciais trabalharem na EAD, a autora compara o trabalho dos professores presenciais com o trabalho dos professores a distancia abordando os seguintes temas: a) Características do fazer pedagógico do professor universitário de dois cursos de licenciatura em pedagogia, presencial e a distancia b) Relações entre as práticas pedagógicas dos professores na educação presencial e c) Interrelações entre as práticas pedagógicas em diferentes modalidades de educação.

A abordagem metodológica utilizada é de cunho qualitativo, exploratório e explicativo, cujos sujeitos da pesquisa são : 05 professores universitários de Instituição Federal de Ensino (IFES) que oferece dois cursos de graduação em pedagogia em EAD (UAB) e Presencial.

Ressaltamos também que em nossa pesquisa focalizamos o professor tutor que trabalha no modelo via satélite, isto é, este trabalhador não mantém contato presencial em nenhum momento com o aluno, enquanto que no modelo UAB exige-se que haja momentos

presenciais em alguma fase das disciplinas, ainda que existam entre ambas similaridades importantes que muito contribuíram para que entendêssemos os aspectos positivos de um e de outro.

As semelhanças entre nossa proposta de pesquisa e a de Arruda (2011), se apresentam quando a autora faz a análise comparativa do papel da didática na educação superior em EAD e presencial. Ao analisar o curso de pedagogia a distancia da universidade pesquisada observou a ausência de parâmetros de formação inicial para atuação na EAD. Os cursos se limitam a apresentar as características do trabalho na EAD e suas atividades no curso de pedagogia não se aprofundando no que diz respeito aos princípios didáticos dessa atividade docente. Ora, as respostas que sobressaem nas pesquisas são: ausência de diretrizes, normas e definições sobre a formação básica mínima para atuação na EAD.

O trabalho de Arruda (2011) constata a falta de produção acadêmica que versem sobre a prática pedagógica de professores que atuam na EAD e aponta que há poucos professores formados especificamente para atuarem nesta modalidade. Na visão da autora os professores EAD precisam de um conjunto de especificidades próprias desta modalidade de Educação.

Além disso, afirma a autora, a perspectiva da aparente transformação das práticas pedagógicas na modalidade a distancia leva a concordar que o computador e a rede de informações é um terceiro processo de desenvolvimento das tecnologias intelectuais, isto é em primeiro lugar a passagem da oralidade para a utilização da escrita e o segundo advento da imprensa. Considera a relação docente com os saberes como algo que não se reduz a uma função dos conhecimentos já constituídos pois, os professores no exercício de suas funções constroem novas competências na prática de sua profissão.

Para Arruda (2011) as proximidades entre as modalidades são mais latentes do que se imaginava. As práticas dos professores na EAD se assemelham àqueles preconizados pela educação presencial. Entende que por um lado pode ampliar as potencialidades de socialização dos sujeitos do processo de ensino aprendizagem. Por outro as tecnologias criam dificuldades para os docentes envolverem os seus alunos devido a que ambos estão em processo de transição nas formas como se comunicam e constroem o conhecimento.

Compreende então que os professores de pedagogia presencial e a distancia da instituição pesquisada mobilizam seus saberes para dar conta das exigências em diferentes modalidades de educação. Na EAD a diferença é o processo de desenvolvimento das estratégias de ensino e aprendizagem que se materializam nos materiais didático impresso, vídeos e conteúdos virtuais e estratégias de avaliações.

A semelhança da pesquisa de Arruda (2011) com a nossa está principalmente no fato de que o interesse de ambas as pesquisas surge a partir dos questionamentos e dúvidas

quanto as possíveis modificações no papel do trabalhador da educação. O detalhe é que o nosso interesse está colocado na subjetividade do professor tutor na EAD, a partir de sua atividade de trabalho. Além disso, ambas as pesquisas constatarem intensificação do trabalho no âmbito da docência e, junto a isso Arruda (2011) verifica que o professor EAD tem menos flexibilidade em razão da sistematização dos trabalhos.

A tese de Silva (2008), apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o título: “O processo de construção de identidades individuais e coletivas do ser tutor no contexto da educação a distância”, tem como objetivo geral a busca pela compreensão, com base nos processos de significações, da construção da identidade do sujeito que atua como tutor em cursos de nível superior na modalidade EAD. Silva (2008) investiga os modelos de EAD oferecidos por universidades públicas com o formato da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e os modelos oferecidos por algumas IES privadas via internet sem a transmissão via satélite. Especificamente, o autor tem nessa pesquisa o objetivo de discutir o tutor em busca de si mesmo, bem como a função social docente e a perspectiva da educação inicial e continuada deste tutor. Com base nos depoimentos dos tutores, Silva (2008) verifica a incerteza que permeia o conjunto destes trabalhadores devido à falta de clareza na execução da prática profissional, sua posição na hierarquia do quadro docente, remuneração e estabilidade no emprego.

Por isso, a hipótese apresentada pelo autor é de que o significado de ser tutor está intimamente interligado com uma perspectiva conceitual de identidade como um ser em construção. Isto é, Silva (2008) entende que o tutor, tanto no aspecto individual quanto no coletivo, é um ser sujeito da sua própria ação e que busca um sentido pleno de ser. Esta busca está acoplada à maneira como o tutor se percebe e se vincula a uma rede de convivência e de comunicação entre si. Por se tratar de uma atividade cujas atribuições estão em processo de formação, o significado de ser tutor será definido no decorrer do exercício de seu próprio trabalho.

Ao revelar ter adotado a perspectiva fenomenológica-existencial, Silva (2008) aponta como base teórica as abordagens de Husserl (1986), Ricoeur (1991), e Melucci (2001, 2004). Na análise das entrevistas sobre o tema: identidades individuais e coletivas do ser tutor no contexto da Educação a Distância, o autor afirma ter surgido três categorias: 1) O tutor em busca de si mesmo; 2) A função social docente do tutor e 3) A perspectiva da educação inicial e continuada do tutor.

Para cada um dos itens acima, Silva (2008) expressa comentários que confluem para um diagnóstico: o tutor não é apenas um mero executor de tarefas ou um tirador de dúvidas, por isso ele precisa se preparar continuamente. Em razão de suas atribuições: correções,

orientações, até a aprovação do aluno, ele, o tutor, assume papel fundamental e determinante em todo o processo de EAD, sendo necessário, por isso, que se reflita constantemente sobre a formação desses tutores.

Para o levantamento de dados participaram vinte e três (23) sujeitos tutores de cursos a distância de duas instituições de Ensino Superior, uma pública e outra privada, no Estado do Rio Grande do Sul. De forma diferente, em nossa pesquisa optamos por centralizar a investigação especificamente em uma IES privada, fruto da junção de duas das maiores instituições que oferecem cursos EAD no modelo via satélite, chamado semipresencial, por entender a importância que esta possui, na medida em que concentra segundo dados do MEC (2011), mais da metade de alunos matriculados em cursos de EAD no país.

Na análise dos relatos, Silva (2008) revela que os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, apontam no sentido de que o tutor necessita de formação e capacitação especializada continuamente, uma vez que, a cada dia, as condições para o desempenho de seu trabalho tornam-se mais complexas.

Em síntese, a tese de Silva (2008) busca demonstrar a importância do tutor na modalidade à distância e a necessidade da preparação e qualificação do sujeito envolvido, assim como enfatiza as vantagens da Educação a Distância. O estudo tem como objetivo pesquisar o significado do tutor na EAD e sua constituição, porém não há um questionamento sobre as consequências desse tipo de trabalho sobre o tutor.

Apesar de tratar-se de um tema bastante discutido, inclusive demonstrado nesta pesquisa bibliográfica, Silva (2008) não propõe uma discussão sobre os mecanismos de mediação na modalidade EAD, e a coloca como se já fosse uma modalidade de ensino com resultados eficazes e definitivos. Com relação aos tutores, o autor aponta a necessidade da adequação do professor a este trabalho por meio da formação e preparação adequada deste profissional no modelo de qualificação em serviço, capacitação especializada nos moldes propostos pelo sistema de mão de obra capitalista, sem se preocupar com a utilização de docentes na tutoria sob a forma de subemprego, com baixos salários, simplificação e intensificação da atividade, dentre outras formas de precarização do trabalho.

A tese de Francisco (2007), apresentada ao programa de pós-graduação da Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) com o título: CRIANDO LAÇOS VIA RECURSOS INFORMATIZADOS: INTERVENÇÃO EM SAÚDE MENTAL trouxe contribuições para esta pesquisa na medida em que sua pesquisa propõe a utilização das tecnologias da comunicação e informação na atenção à saúde mental.

A pesquisa é realizada por meio de organização de oficinas cujo objetivo geral é mapear as relações humano-máquina e as composições de convivência no uso de recursos

informatizados no projeto de extensão. Para isso faz incursões nas estratégias das formações de desejo no campo social, nas especificidades da tecnologia informática bem como da loucura, cartografando o encontro dos participantes com a tecnologia informática. O conteúdo que interessa para nossa pesquisa está na discussão feita pela autora sobre os agenciamentos sociais vividos na contemporaneidade, apresentando, para isso, a sociedade da informação e a sociedade de controle, em seus atravessamentos subjetivos e tecnológicos, bem como o conceito de rede entre computadores. Junto a isso a exploração da relação homem-máquina bem como os movimentos de subjetivação ocorridos durante a pesquisa.

A autora aponta para uma relação entre sociabilidade e o uso dos recursos informatizados com fins de democratização, acesso e criação associados à saúde mental. A tese parte de questionamentos sobre as formas de subjetivação em curso de controle, nas suas relações com as tecnologias.

O questionamento que norteia a pesquisa é: quando do encontro de pessoas em sofrimento psíquico com objetos técnicos como o computador e a internet, que acoplamentos são produzidos? Tem como objetivo mapear as relações humano-máquina e as composições de convivência no uso de recursos informatizados.

Segundo a autora, por um lado a sociedade do conhecimento que atua mediante uma rede interconectada possibilita, a generalização da tele vigilância e por outro sistemas que satisfazem a produção de redes, padrões de comportamento a partir das próprias ações dos sujeitos nas redes como transações bancárias e outras facilidades proporcionadas pela informatização.

De fato, a internet está disseminada no campo econômico mas também presente no campo social. Relacionamentos pela internet, perfis candidatando-se a empregos. A autora reconhece que na educação a resistência às tecnologias ainda é grande pois entende que os sujeitos que rejeitam o computador demonstram sentimentos de medo, inferioridade, insegurança por não saberem trabalhar com tecnologias. Entretanto, vários fatores estão envolvidos nesta relação como emprego, capacitação, questões salariais,

Nas conclusões, Francisco (2007) enfatiza que a inclusão no mundo digital possibilitou a abertura de outras possibilidades para os participantes. Assim, as formas de expressão das novas tecnologias da comunicação compactuando com as chamadas pessoas normais no uso do artefato tecnológico, as coordenadas de vida se potencializam, se abre ao mundo atual.

O quarto autor pesquisado, Mill (2006), investiga as transformações que podem ser observadas no trabalho do educador quando os processos pedagógicos são estabelecidos por meio de tecnologias virtuais.

Constatamos que o objetivo da pesquisa de Mill (2006) tem semelhanças e diferenças em relação à este estudo, principalmente no que diz respeito ao trabalho do professor. Semelhanças no sentido das efetivas transformações no trabalho docente mediado pelas tecnologias e consequências referentes ao trabalho intensificado e precarizado. As diferenças estão nos resultados da análise dessa constatação. No nosso caso, pesquisamos as transformações no trabalho docente na EAD, mas procuramos analisar a subjetividade do professor alocados na modalidade EAD diante dessas transformações no seu trabalho enquanto que Mill (2006) constatou as transformações no trabalho docente porém tenta indicar caminhos para um melhor aproveitamento da modalidade no processo ensino aprendizagem.

A problematização definida por Mill (2006) é: como as mudanças nos tempos e espaços introduzidos pelos processos pedagógicos virtuais podem influenciar no trabalho docente? Segundo o autor, essas questões nasceram do seguinte pressuposto: o processo de trabalho na educação a distância virtual parecia estabelecer novos tempos e espaços para o trabalhador docente. Para o autor, esse redimensionamento espaço-temporal estaria afetando não somente o cotidiano ou a prática pedagógica dos educadores, mas também sua natureza como categoria de trabalhador. Isto é, as novas tecnologias estariam condicionando o sentido do tempo e, ao mesmo tempo, suas formas de medição tornam-se meio de exploração do trabalho. Dessa forma, o trabalhador docente à distância poderá estabelecer relações diferenciadas com o tempo e com o espaço em relação ao trabalhador docente presencial ou tradicional implicando necessariamente outro patamar de exploração da mais valia pelo capital no âmbito educacional.

Em torno desse objetivo, foram estudadas várias categorias de análise como: espaço tempo, tecnologia, trabalho docente, gênero (ou relações sociais de sexo), educação à distância, coletivo de trabalho, lazer, produção e reprodução, entre outras.

Como resultado das análises, o pesquisador conclui que as novas formas de experimentar o tempo e o espaço com a utilização das TICs no âmbito do trabalho, se dão a partir de processos de trabalho intensificados e relações de trabalho precarizados.

Para Mill (2006), na modalidade EAD acontece o fim da fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo de descanso do tutor, pelo fato de que o professor fica o tempo todo disponível aos seus alunos. Estar acessível dia e noite significa um redimensionamento significativo no tempo e espaço do trabalhador docente.

Essa ideia é também uma de nossas perspectivas para o trabalho docente inserido na modalidade EAD, porém pretendemos avançar na investigação no sentido de verificar as alterações da identidade do professor nos cursos à distância, como consequência da

industrialização da transmissão da cultura. Considerando neste caso que, conforme Almeida, Wolf, Dantas (2008), o modelo da indústria cultural, com as necessárias adaptações, poderá ser replicado por qualquer outra indústria informacional, pode-se dizer que em qualquer indústria de ponta do capitalismo contemporâneo, entre elas, a educação.

Verificamos que Mill (2006) destacou que há positivities efetivas no trabalho da educação virtual à distância, e que essa modalidade de educação pode dar muitas contribuições à sociedade contemporânea. Porém, segundo o próprio autor, não é possível omitir que o uso inadequado das estratégias pedagógicas e tecnologias da EAD podem significar perdas e danos a todos os envolvidos, direta ou indiretamente, no desenrolar do ensino-aprendizagem à distância.

Na pesquisa encontramos várias críticas feitas pelos próprios entrevistados ao trabalho docente na EAD, especialmente à forma como tem se configurado pedagógica e economicamente e, também, em relação às formas de organização dos trabalhadores no contexto das Novas Tecnologias. No entanto, é importante destacar que nenhum dos 150 professores consultados por Mill (2006) deixou de fazer algum destaque positivo sobre o trabalho docente na modalidade EAD.

Finalmente, na tentativa de descobrir quem é o docente da EAD virtual, o autor parte da indagação: são homens ou mulheres? O que há de padrão entre os trabalhadores da EAD? A conclusão feita pelo autor vem com a afirmativa de que essa mediação por tecnologias de informação e comunicação traz uma dupla repercussão no processo de feminização do magistério. Se, por um lado, parece haver o mito de que o sexo das tecnologias é masculino, por outro, as tecnologias de informação e comunicação implementam condições para a feminização do magistério. Por exemplo, as condições técnicas do tele trabalho docente atendem perfeitamente à característica da feminização do magistério levantada durante a pesquisa: compatibilidade entre os horários de magistério e o trabalho doméstico.

Com relação a isso, entendemos ser incipiente a discussão sobre o binômio feminização do magistério e Educação a Distância feita pelo autor. O tema merece uma análise mais aprofundada, especialmente no que diz respeito à questão de gênero no processo do trabalho educativo.

Escolhemos para análise também o artigo produzido por Gobara e Batista (2005) cuja proposta é discutir aspectos do processo de interação, vivenciado pelos professores e alunos, observados nos fórum *on-line* de um curso de pós-graduação *lato sensu sobre* Orientação Pedagógica em Educação a Distância, de uma instituição pública de ensino superior.

As análises das interações, segundo as autoras, ocorridas no fórum *on-line* foram embasadas principalmente no conceito de interação discutido por Vigotsky (2000), e

subsidiadas pelas definições de situações didáticas e contratos didáticos de Brousseau (1996) e Chevallard (2001).

Segundo Gobara e Batista (2005), as investigações foram orientadas pela metodologia da pesquisa qualitativa. Foram entrevistados dez (10) professores e 53 alunos do curso de pós graduação observados no fórum on-line, no período de fevereiro de 2004 e junho de 2005. O fórum *on-line* estudado foi desenvolvido por dois professores do curso. Eles utilizaram, para a criação do fórum, ferramentas desenvolvidas em *software* livre, entre elas o sistema operacional *Linux*, o banco de dados *Mysqle* o processador de *scripts PHP*. Os *scripts* do fórum tiveram como base o *w-Agora5*, um sistema de publicação e gerência de fórum na *web*.

Os autores certificam que as análises das entrevistas com professores e alunos e das informações obtidas nos fóruns das disciplinas do curso sugerem que as poucas interações observadas são decorrentes de uma formação pouco especializada dos docentes e de práticas presenciais.

Além disso, Gobara e Batista (2005) verificaram que há entre os sujeitos investigados, certo desconhecimento das potencialidades do fórum *on-line* como um instrumento virtual de aprendizagem, adequado para promover a interação e a construção do conhecimento de forma colaborativa nesse contexto.

De forma semelhante à nossa pesquisa, Gobara e Batista (2005) demonstram a preocupação no sentido de que o fórum on-line e os demais recursos virtuais de aprendizagem cumpram a sua função que é a de permitir uma efetiva interação entre os sujeitos presentes no ambiente *on-line* e que possibilite a construção do conhecimento pelo aluno, mediada pelo professor, todas as suas potencialidades devem ser conhecidas pelos usuários desse ambiente.

Esse foi um dos aspectos que apontamos na nossa pesquisa, ou seja, a não utilização adequada dos fóruns de debates que resultam na falta de interação e conseqüente deficiência na construção do conhecimento. Em nossa pesquisa verificamos que a falta de acesso por parte do aluno, a má utilização dessa ferramenta desestimula tanto aluno quanto professor.

Todavia, Gobara e Batista (2005), enfatizam que o papel do fórum *on-line* revelou-se importante porque é um espaço em que efetivamente as interações devem ocorrer, o que, entretanto, não aconteceu plenamente em função das dificuldades evidenciadas, por professores e alunos, ao longo do curso. Entre estas dificuldades destaca-se a interação precária observada, e que foi uma das hipóteses de pesquisa levantada e ao final confirmada.

Há que se apontar também o fato de que o estudo de Gobara e Batista, (2005) revelou que a maioria dos professores apresentou um perfil que se enquadra em apenas uma ou outra das três dimensões identificadas por Belloni (2001), evidenciando uma prática reprodutivista importada do ensino presencial. A formação continuada e específica para atuar na EAD, o

preparo para o uso do fórum *on-line*, merece atenção e pode contribuir para a melhoria na qualidade dessa modalidade de educação.

De fato, concordamos com a análise das autoras na medida em que é preciso também viabilizar esforços e investimentos dos diferentes setores da sociedade no sentido de prover recursos para a formação inicial e permanente que garantam o melhor preparo daqueles docentes que vão atuar na educação a distância. Como mencionamos em nossa pesquisa as TICs é uma importante ferramenta para ser utilizada pelo setor educativo no país, entretanto é necessário que as instituições ofereçam condições adequadas de trabalho para que seja possível promover aprendizagens significativas no ambiente virtual por meio de interações efetivas entre os sujeitos dessa modalidade de educação.

Para contribuição de nossa pesquisa escolhemos também o trabalho de Campos (2002), cujo interesse se concentra na busca de elementos que permitam orientar a compreensão das relações existentes entre as configurações subjetivas e a reorganização de processos do trabalho que ocorre no campo educacional.

A tese de Campos (2002) foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

O âmbito da pesquisa está delimitado em universidades e faculdades particulares da cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, sobre a existência em funcionamento de projetos de educação superior a distância.

O pressuposto teórico-metodológico utilizado parte da premissa de que a subjetividade se manifesta nas situações de trabalho através dos sentidos que os sujeitos nelas colocam. Como as diferenças sociais entre os sexos são historicamente configuradas e cotidianamente reiteradas, ainda que sob patamares diferentes, os sentidos atribuídos à atividade e às suas transformações tendem a variar conforme o sujeito seja homem ou mulher. Esta variação, por sua vez, torna-se essencial quando, criar alternativas subjetivas possibilita fazer surgir novos sentidos para atividades que sofrem as transformações atuais do trabalho.

Para a pesquisa, portanto, há o emprego de metodologia qualitativa de análise dos depoimentos de professores e professoras entrevistados, tendo em vista captar os elementos que evidenciassem os sentidos atribuídos às suas atividades de trabalho. Ainda conforme a autora, a utilização da metodologia é necessária para estudar o contexto e as manifestações da subjetividade docente, na sua singularidade e diversidade, implicadas nas atividades de trabalho, a partir de relatos profissionais e pessoais de professoras e professores de educação superior a distância, com vínculo profissional relativamente estável em universidades e/ou faculdades particulares.

A intenção da pesquisadora é recuperar a ideia do professor como sujeito da ação do sistema educativo. Isto é, a pretensão é dar ao processo de trabalho educacional visibilidade, percebê-lo como sujeito e agente de profundas mudanças do processo pedagógico, é admitir que os professores de hoje possam ser nomeados como os artesãos e artistas desta nova era.

Verificamos semelhanças com a nossa pesquisa, na medida em que Campos (2002) parte do pressuposto de que na atividade docente de educação superior surgiram, nos últimos anos, mudanças significativas na sua forma, com implicações importantes para o seu conteúdo. Dentre essas transformações a autora destaca a modificação nos meios de trabalho com o emprego amplo das tecnologias de informação e de comunicação enquanto instrumental de pesquisa, de educação e de extensão.

De fato, à exemplo de Campos (2002), constatamos em nossa pesquisa mudanças importantes na forma de trabalho na atividade educativa, após o surgimento da EAD principalmente no trabalho dos professores tutores e especialmente dos que trabalham modelo via satélite.

Para verificar essas mudanças, Campos (2002) formula as seguintes perguntas: Quais são estas mudanças? Como a mediação tecnológica aplicada à educação pode ocasionar mudanças significativas na prática docente? Como essas transformações nos meios de trabalho têm refletido no conjunto das relações pedagógicas?

As respostas que a autora encontra são as de que as alterações nos aparatos tecnológicos que servem de meio para exercício da educação a distância são apenas a ponta do *iceberg*, pois, por baixo desta aparente evidência, existem flexões biográficas importantes nas trajetórias de professores e professoras que precisam ser evidenciadas. Se estiverem ocorrendo transformações na ação de educar, torna-se necessário compreender as relações intrínsecas entre essas alterações, as atividades e as trajetórias desses professores.

No entendimento de Campos (2002), a questão da subjetividade no trabalho tem sido o centro das discussões da psicologia do trabalho e da psicopatologia/psicodinâmica do trabalho há vários anos e hoje, ainda, nos remete a embates importantes. O conceito de subjetividade é amplo e requer ser apurado. Para isso, a autora assume o referencial teórico da sociologia e psicologia do trabalho utilizado tanto na construção do problema da pesquisa como na análise e discussão dos dados. O referencial teórico da psicologia do trabalho fundamentado na linha cognitivista e histórico-cultural de Leontiev.

A autora também trata de um desdobramento para aproximar duas fontes teóricas, a subjetividade no trabalho e as relações sociais entre os sexos no mundo do trabalho. Essa questão traz os seguintes pressupostos:

- A tecnologia provoca mudança no trabalho do professor; - A educação a distância é um campo profissional atingido por mudanças tecnológicas consideráveis e é propício para investigar as declinações da subjetividade dos professores e as relações sociais de sexo;

- A subjetividade pode ser explicitada no engajamento em ações e valores do sujeito nas atividades realizadas;

- O mundo do trabalho está organizado de forma sexuada e existem relações sociais de sexo através das quais os sujeitos se interagem ao exercer suas atividades;

- Estas relações sociais de sexo são invisíveis mas permanecem determinantes tanto nas formas subjetivas de agir como nas interações profissionais; e - Estas relações sofrem transformações embora não com a mesma intensidade que as mudanças tecnológicas nos processos de trabalho.

Como resultados o trabalho de Campos (2002) sugere que o contexto do trabalho docente está significativamente modificado com a incorporação das tecnologias da informação e comunicação. Pela mediação tecnológica, cria-se um espaço social maior que expande as possibilidades de trocas sociais, as interações de linguagens e os usos tecnológicos. E ainda, verificou que o processo de trabalho do professor se modifica ao ser introduzido o componente tecnológico de rede que permite a intercomunicação à distância, em tempo real, pois, o trabalho se torna mais complexo: a responsabilidade do professor aumenta, exige-se o desempenho de tarefas mais abstratas e uma nova organização nas relações entre professor e aluno, professor e grupo de alunos e entre eles e os diversos membros da equipe do programa.

Verificamos na pesquisa que alguns professores relataram o grande desafio de saber lidar com alunos que não apresentavam conhecimentos e acesso tecnológicos suficientes para acompanhar cursos *on line* e enviar trabalhos anexados em mensagens eletrônicas.

Segundo estes professores, na virtualidade, os lugares não são mais “lugares comuns” e o professor deixa de ser a figura central, responsável pela emissão do saber, para se tornar o interlocutor do aluno, aquele que media a relação deste com o conhecimento.

Verificamos também que, de forma semelhante ao nosso trabalho, além do controle e da dominação capitalistas, a extensão do uso do tempo e do espaço cria um paradoxo. Por um lado, há uma intensificação do trabalho docente, com aumento do número de alunos e tempo de dedicação.

Com relação à instituição Campos (2002) comenta que a IES, também, é parte intrínseca neste processo, participa de um jogo de captura deste engajamento subjetivo, dele se beneficia, ao mesmo tempo em que, os professores e as professoras envolvidos também buscam, individualmente, seus próprios benefícios de realização profissional.

É importante perceber que na pesquisa efetuada pela autora, as estratégias tayloristas de controle do trabalho não deixam de existir, apesar do avanço tecnológico, ao contrário, passam a tomar novos disfarces, envolvendo o sujeito nas consequências de seu trabalho, Nas experiências estudadas, os resultados finais dos cursos ministrados estão diretamente ancorados e dependentes dos desempenhos dos(as) professores(as). O que atesta o fracasso dos cursos é o número de desistências e as constantes avaliações durante o curso. O êxito, por sua vez, é atestado pela instituição com a decisão de continuidade do curso, o que significa, para os professores, a manutenção de sua condição de trabalho.

Portanto, conclui Campos, (2002), repensar e recriar a prática pedagógica e se engajar no desafio tecnológico evidenciam um movimento subjetivo de investimento profissional que tenta se adaptar a este momento de transição e às novas exigências da profissão. E ainda, pressionados pelos empresários da educação, pelos “alunos-consumidores” dos “produtos educacionais”, por um mercado de trabalho cada vez mais árido e competitivo, os professores correm o risco de se tornarem meros fazedores de aulas e reprodutores de conhecimentos. Para a autora, os professores veem-se assaltados por uma sobrecarga de trabalho e pelas profundas modificações das relações do trabalho. É por esta razão que a tecnologia não pode ser discutida como mero recurso do fazer pedagógico.

Em nossa pesquisa bibliográfica escolhemos este artigo de Moran (2004) com o título: Perspectivas (virtuais) para a educação publicado em: Mundo Virtual. Cadernos Adenauer IV nº 6 com intuito de apresentar as perspectivas do autor para o futuro da educação e conseqüentemente para a atividade docente.

Segundo o autor, caminhamos para formas fáceis de vermo-nos, ouvirmo-nos, falarmos-nos, escrevermo-nos a qualquer momento, de qualquer lugar, a custos progressivamente menores. Com as tecnologias cada vez mais rápidas e integradas, o conceito de presença e distância se altera profundamente e as formas de ensinar e aprender também.

Para Moran (2004), a educação será cada vez mais complexa, porque a sociedade vai se tornando mais complicada, rica e exigente em todos os campos. A aprendizagem será contínua, ao longo da vida, de forma constante, mais inclusiva, em todos os níveis e modalidades e em todas as atividades pessoais, profissionais e sociais.

A educação será mais complexa, porque cada vez sai mais do espaço físico da sala de aula para muitos espaços presenciais e virtuais; porque tende a modificar a figura do professor como centro da informação para que incorpore novos papéis como os de mediador, de facilitador, de gestor, de mobilizador. Descentralizará o professor para incorporar o conceito de que todos aprenderam juntos, de que a inteligência é mais e mais coletiva, com múltiplas

fontes de informação. A educação continuará na escola, mas se estenderá a todos os espaços sociais, principalmente aos organizacionais.

Para o autor as modalidades de cursos serão extremamente variadas, flexíveis e “customizadas”, isto é, adaptadas ao perfil e ao momento de cada aluno. Não se falará daqui a dez ou quinze anos em cursos presenciais e cursos à distância. Os cursos serão extremamente flexíveis no tempo, no espaço, na metodologia, na gestão de tecnologias, na avaliação. Acredito que prevalecerá o sistema modular: os alunos completarão créditos à medida que forem concluindo os seus cursos e suas escolhas, completando determinado número de horas, de atividades, de requisitos, obtendo diferentes níveis de reconhecimento ou certificação.

Entretanto, segundo Moran (2004), infelizmente todos os avanços tecnológicos continuarão privilegiando uma parte da população brasileira. Nessa perspectiva a maior parte das escolas continuará repetindo fórmulas pedagógicas ultrapassadas, tendo acesso a poucos recursos tecnológicos, com professores mal remunerados e resultados comprometedores para o futuro profissional desses alunos. E como a educação será cada vez mais importante para a mudança da sociedade, continua o autor, a diferença entre os que têm acesso à educação de qualidade e à educação massificadora será difícil de reverter no horizonte dos próximos anos. Numa sociedade desigual não se pode esperar só da escola a igualdade.

Para o autor e com relação às instituições educacionais, uma parte se preparará para esta mudança; outra parte permanecerá dentro de paradigmas antigos. Portanto, conclui, teremos escolas avançadas e tradicionais, como sempre, com propostas diferentes e teremos escolas com propostas conservadoras e com tecnologias de ponta; outras, com propostas tecnológicas inovadoras para utilização massificadora no ensino. Algumas organizações que aprendem continuamente, interativamente, que integrarão as tecnologias avançadas com projetos pedagógicos inovadores.

Na visão de Moran (2004) o que é claro é que qualquer pessoa poderá acessar através das tecnologias virtuais muitos cursos à distância de forma mais fácil do que hoje e haverá uma variedade de oferta muito superior à atual. Assim, o foco dos cursos será cada vez mais na aprendizagem significativa, na aprendizagem conjunta, não tanto olhar um conteúdo predeterminado.

Segundo essa perspectiva, haverá cursos prontos, com autores consagrados, com apresentações multimídia, mas predominarão os cursos com interação, debate, desenvolvimento conjunto de experiências, projetos, solução de problemas, com uso intensivo de tecnologias interativas audiovisuais e apoio on-line. O acesso a grandes bibliotecas virtuais multimídia com registros áudio-vídeo-gráficos será fácil, ao menos para as bibliotecas públicas, porque também haverá bibliotecas pagas. Não armazenaremos tanta informação em

casa. Guardaremos só o essencial e acessaremos a qualquer momento o que precisarmos (o custo será decrescente). O processo de aprender será mais personalizado.

Assim, a educação será mais personalizada, mais feita sob medida para cada aluno. Este tem que tomar muitas decisões do que aprender, onde e como, principalmente na fase mais adulta. Há respeito pelos estilos individuais de aprendizagem de cada aluno, sem nenhuma tentativa de forçar os alunos a demonstrar o mesmo desempenho em todas as áreas acadêmicas.

Com relação ao professor, Moran (2004) aponta o professor do futuro como alguém que poderá estar vinculado a uma instituição predominantemente, mas não exclusivamente. Participará de inúmeros momentos de cursos em outras organizações, de orientação de pesquisas em diferentes lugares e níveis. Desde qualquer lugar poderá conectar-se com seus alunos, vê-los e falar com eles. Haverá programas que facilitem a gestão de grupos grandes e de grupos menores à distância. As conexões serão com fio e sem fio. Poderá entrar em contato com seus alunos durante uma viagem de avião, na praia ou de outro país.

Isto é, o professor será multitarefa, orientará muitos grupos de alunos, dará consultoria a empresas, treinamento e capacitações on-line, alternando esses momentos com aulas, orientações de grupos, desenvolvimento de pesquisas com colegas de outras instituições. A ciência será cada vez mais compartilhada e desterritorializada. Os pesquisadores não precisarão morar perto, o importante é que saibam trabalhar juntos virtualmente, que saibam cooperar à distância, que tenham espírito cooperativo mais do que competitivo.

Porem, segundo Moran (2004), a escola é uma instituição mais tradicional que inovadora. A cultura escolar tem resistido bravamente às mudanças. Os modelos de ensino focados no professor continuam predominando, apesar dos avanços teóricos em busca de mudanças do foco do ensino para o de aprendizagem. Isto é, para o autor não será fácil mudar esta cultura escolar tradicional, que as inovações serão mais lentas, que muitas instituições reproduzirão no virtual o modelo centralizador no conteúdo e no professor do ensino presencial. E continua, os professores sentem cada vez mais claro o descompasso no domínio das tecnologias e, em geral, tentam segurar o máximo que podem, fazendo pequenas concessões, sem mudar o essencial.

Em sua reflexão o autor entende que muitos professores têm medo de revelar sua dificuldade diante do aluno. Por isso e pelo hábito mantêm uma estrutura repressiva, controladora, repetidora. Entretanto, os professores percebem que precisam mudar, mas não sabem bem como fazê-lo e não estão preparados para experimentar com segurança. Muitas instituições também exigem mudanças dos professores sem dar-lhes condições para que eles as efetuem.

Frequentemente algumas organizações introduzem computadores, conectam as escolas com a Internet e esperam que só isso melhore os problemas do ensino. Os administradores se frustram ao ver que tanto esforço e dinheiro empastados não se traduzem em mudanças significativas nas aulas e nas atitudes do corpo docente.

Em sua conclusão explica: ensinar é um processo complexo que exige neste momento mudanças significativas. Investindo na formação de professores no domínio dos processos de comunicação envolvidos na relação pedagógica e no domínio das tecnologias, poderemos avançar mais depressa, sempre tendo consciência de que em educação não é tão simples mudar, porque há toda uma ligação com o passado que é necessária mantermos, além de também estarmos atentos a um futuro que é bastante imprevisível.

Segundo essa perspectiva, ver-se e ouvir-se à distância será bem mais fácil e barato. O professor poderá dar uma parte das aulas da sua sala e ser visto pelos alunos onde eles estiverem. Em uma parte da tela do aluno aparecerá a imagem do professor, ao lado um resumo do que está falando. O aluno poderá fazer perguntas no modo *chat* ou audiovisual, participar de debates à distância. Essas aulas ficarão gravadas e os alunos poderão acessá-las *off line*, quando acharem conveniente.

A perspectiva de Moran em relação à nossa pesquisa revela, especialmente em relação ao professor a transferência de sua da atividade mediadora e o direciona para que incorpore novo papéis. A pergunta que fazemos em nosso trabalho: se a função do professor se tornará obsoleta? Na perspectiva do estudo de Moran (2004) nos parece que sim.

Ora, segundo o autor, e isso já constatamos em nossa pesquisa, as corporações, pressionadas pela competição e pela necessidade de atualização constante, cada vez mais se transformarão em organizações de aprendizagem e investirão no *e-learning*, na aprendizagem mediada por tecnologias telemáticas e coloca o professor em uma função diferente para a qual está sendo formado.

1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PESQUISAS

O elevado número de pesquisas na área da Educação a Distância justifica-se tendo em vista o apelo crescente da sociedade e do mercado de trabalho pela qualificação profissional para que alguém ingresse no mundo produtivo. Estamos entendendo que a Educação a Distância se tornou o principal e mais prático meio para tal e, por isso, a procura por cursos de

graduação aumentou consideravelmente, em particular a procura por cursos oferecidos pela modalidade EAD.

Entretanto, os dados e documentos apresentados aqui, apesar de merecedores de um debate mais aprofundado, apresentam algumas indicações da necessidade de uso e de avaliação desses recursos no processo educacional, em função da complexidade que a sociedade vem assumindo. São recursos que, bem utilizados, podem permitir uma educação que seja capaz de inserir o sujeito nesse meio social. Por isso, os documentos oficiais e outros mais de caráter acadêmico ou econômico apontam para a urgência em se preparar os professores para terem domínio das linguagens dos meios tecnológicos mediadores. Até porque a inserção de novos artefatos tecnológicos no processo de trabalho tem reformulado a organização desse trabalho.

Com relação aos sujeitos professores e alunos, pode-se constatar que não só a problemática da metodologia, mas também a relação que esses sujeitos estabelecem com os meios são as preocupações maiores das pesquisas da área. E não só a relação está colocada num contexto de relevância, mas também o conteúdo que está sendo veiculado por esses meios. Portanto, relações do sujeito com o computador e o conteúdo da mídia e metodologia se constituem nos aspectos centrais das problemáticas abordadas na produção brasileira no período analisado.

Em nossa avaliação sobre o levantamento, para um aprofundamento no debate sobre essa modalidade, é importante encaminhar duas questões: 1) as relações estabelecidas entre esta modalidade e as TICs e 2) a formação de professores é a destinação mais frequente em relação à EAD nas teses, dissertações e artigos analisados.

Apesar de ensinar a distância não ser uma novidade - pois desde que inventaram formas de circulação de mercadorias pelo mundo, também os conhecimentos, as características culturais e pessoais, como as formas de pensar e amar, foram também objeto de circulação - sabemos que os primeiros recursos para a instrução de pessoas distantes foram as cartas. Seus modos de circulação iniciaram com a marcha humana e foram acompanhando o desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte.

Assim sendo, o conhecimento, que também é um produto do trabalho humano, continuamente circulou entre as pessoas e as diferentes partes do mundo, nem sempre como mercadorias, mas muitas vezes como tal.

Portanto, como a educação em geral, a educação oferecida por quem não está presente depende das condições infra e superestruturais de seu tempo histórico e dos interesses sociais que conduzem cada período e, por isso, qualquer análise da educação depende de entendermos o contexto em que a temática em discussão se apresenta. Tal contextualização

insere a instituição educação nos princípios de seu tempo e a contextualiza conforme os recursos técnicos e as forças políticas em disputa.

Por isso nossa pesquisa que se voltou para o exame da educação a distância no contexto dos séculos XX e XXI, quando todo o sistema capitalista de produção foi reorganizado, nos foi exigida a busca de contribuições dos conhecimentos parciais já elaborados por outros colegas nos últimos tempos. Realizamos então, uma pesquisa eminentemente bibliográfica, que, como tal, nos permitiu a apreensão do já acumulado e sistematizado, mas que, sob a nossa análise, permitiu que identificássemos as possíveis contribuições e nos mostrou desafios a serem enfrentando nssa modalidade educacional.

1.2 UMA BASE INFRA E SUPERESTRUTURAL QUE PROMOVE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Consideramos como uma das determinações infraestruturais que ajudam a entender a Educação à Distância e seus trabalhadores a busca crescente por força de trabalho qualificada, o que também tem impulsionado o aumento da demanda por cursos de Ensino Superior. Outro aspecto é que as IES privadas têm recebido a maioria desses trabalhadores e, por isso, ampliaram substancialmente o crescimento dos seus investimentos através da aquisição de IES privadas menores. Em razão dessa crescente competição no mercado educacional e ofertas da área da produção da tecnologia da informação, a proposição abundante de cursos à distância por meios virtuais se tornou uma realidade no Brasil.

Nesse aspecto, o formato dessa modalidade de ensino efetivamente desenvolve novos paradigmas na esfera da metodologia educacional, devido à possibilidade da interatividade virtual. Essas condições se apoiam materialmente na ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação, o que tem possibilitado importantes alterações nos padrões de produção e consumo na maioria das regiões do mundo, transformações que exigem do trabalhador uma reorganização das diversas formas de exercer a sua profissão.

Nesta nova fase de ampliação do capitalismo, a superestrutura está calcada no modelo ideológico neoliberal que promove sua expansão sob a justificativa do Estado mínimo, no qual “as grandes empresas de todos os países terminaram tendo como habitat o mundo” (HAYMER, 1983, p.78). Essa estratégia, entretanto, está organizada conforme os interesses de seus países de origem, uma vez que as grandes corporações continuam sendo de fato nacionais pois, centralizam as operações em suas sedes, causando uma relação entre os diferentes países de superior e subordinado, matriz e filial.

A essa estratégia chamou-se de internacionalização das economias nacionais, cujas características principais são a emergência de um novo paradigma tecnológico e a implantação de um sistema financeiro de âmbito mundial, que passaram a exigir das economias chamadas periféricas um conjunto de adaptações à nova realidade. Nesse contexto, a base de expansão das empresas capitalistas é a desregulamentação das economias nacionais e, conseqüentemente, as instituições de ensino privadas também pressionam pela desregulamentação das atividades educacionais, particularmente no que se refere à facilitação do acesso de empresas e investidores internacionais a esse mercado.

É oportuno apontar que essas transformações atingem também o trabalho docente de maneira geral e particularmente a educação superior quanto à forma e conteúdo.

Dialeticamente em oposição às orientações internacionais que insistem nas proposições do modelo neoliberal para a educação, o Governo Dilma (2011-atualidade) em continuação ao período Lula (2003–2010), vem buscando a democratização da educação, e promovendo um expressivo crescimento no número de vagas nas universidades públicas através da expansão das Universidades Federais. Tal estratégia de ambos os governos visa à retomada do projeto nacional de desenvolvimento, fundamentada na recuperação do papel do Estado, combinado com a ênfase nas políticas sociais, autonomia na governança interna implementada através do incentivo ao consumo interno e a inserção do país no cenário econômico mundial, equacionando os principais problemas de vulnerabilidade externa (POCHMANN, 2011).

Portanto, é possível verificar que no quesito escolaridade, o país efetivamente tem apresentado importantes mudanças sociais. Tanto que: “O segmento populacional com 11 anos ou mais de escolaridade aumentou sua participação relativa tanto no estrato de maior renda (40%, em 1998 para 55%, em 2008) como também elevou a presença na base da pirâmide social (3,7%, em 1998 para 12,4%, em 2008)” (POCHMANN, 2011, p.35).

Contraditoriamente, no entendimento de Leher (2010), esse crescimento só foi possível devido aos programas governamentais direcionados às IES privadas: Programa Universidades para todos (PROUNI, Lei 11.906/05) e Financiamento ao Estudante Universitário (FIES, Lei 10.260/01). A argumentação era de que a ampliação das matrículas na educação deveria estar centralizada no setor privado de natureza empresarial.

De fato, as universidades privadas se tornaram responsáveis por 74,2% da oferta de vagas no ensino superior no Brasil, contra 25,8% das universidades públicas. Com efeito, diante desse quadro bastante favorável, o número de instituições privadas existentes no país em 2011 é sete vezes superior ao das públicas, ou seja, 2.081 instituições privadas para somente 284 públicas (BRASIL, 2011). Ainda como parte da intensificação da investida do

capitalismo na educação, sob a alegação de proporcionar maior facilidade de ingresso de estudantes ao ensino superior privado via bolsas de estudos, o PROUNI prevê isenção tributária (PIS e COFINS) para as IES privadas que aderirem a essa iniciativa governamental.

Sob esse discurso, eminentemente ideológico, de que tal direcionamento é decorrente do fato de que as universidades públicas são muito onerosas e elitistas e que propõe práticas que privilegiam a hegemonia do capital - como as divulgações que IES privadas seriam mais eficientes para a oferta de vagas no mercado (LEHER, 2010) - as verbas públicas vêm sendo canalizadas para o setor privado da educação. Contrária-se, assim, a premissa de verbas públicas para o ensino público, um dos princípios fundamentais do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP).

Entretanto, entendemos que as isenções são a manifestação da síntese das oposições mencionadas e que surgem como um engenhoso recurso do capitalismo para favorecer as iniciativas particulares, contribuindo para a gradual desestatização da estrutura universitária brasileira. Aumenta-se, assim, o gasto do governo, mas as beneficiadas são as instituições privadas. Tal prática seria eficiente se reduzisse concretamente gastos governamentais para a educação e ao mesmo tempo liberasse recursos para outras necessidades legítimas não atendidas da população.

As consequências desses movimentos de enfrentamento entre as classes sociais se concretizaram em 2007, com a promulgação do Decreto nº 6096, que criou o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), sinalizando uma nova etapa de crescimento das Instituições de Ensino (IES) Federais. O propósito foi criar condições para a ampliação de acesso e permanência de estudantes na educação superior mediante a reestruturação física e o incremento de recursos humanos e financeiros (BRASIL, 2007). Desde então até 2011, como se pode notar na Tabela 1 (Ensino Presencial e a Distância), houve apenas um pequeno crescimento nas matrículas nas instituições públicas, enquanto o que parece ser reflexo do programa de expansão governamental nas IES privadas é mais significativo.

Tabela 1-Matrículas Totais - Ensino Superior no Brasil

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
2002	3.482.069	1.053.811	30,3	2.428.258	69,7
2006	4.883.582	1.251.365	25,7	3.632.487	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	4.736.001	74,2
2011	6.739.689	1.773.315	26,3	4.966.374	73,7

Fonte: Censo da Educação Superior 2011/MEC- Presencial e a Distância

No total de matrículas de graduação de cursos reconhecidos pelo MEC, em 2011 992.927 alunos estavam inscritos nos cursos à distância. Porém, esses indicadores parecem não demonstrar os resultados da transferência do interesse pelo ensino superior presencial para o ensino a distância, pois o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABRAEAD) afirma que os matriculados na modalidade são 3.500.000 estudantes, cuja maioria, 2,7 milhões (77,2%), está em cursos livres, que não precisam de autorização do MEC para funcionar. São cursos de atualização, aprimoramento profissional e aperfeiçoamento pessoal. (Censo EAD. BR, 2011).

Em que pese à dimensão dessas estatísticas, o Ensino Superior no país ainda possui um considerável potencial de crescimento, devido à baixa quantidade de ingressantes quando comparado a outros países, inclusive os emergentes. Conforme dados da UNESCO (2006), enquanto no Brasil apenas 20% dos jovens em idade de cursar o Ensino Superior frequentam a faculdade, esse índice chega a 43% no Chile e a 61% na Argentina.

Neste contexto, a compreensão do significado dado pelo docente que desenvolve seu trabalho ensinando em IES que adotou a Educação a Distância, ativemo-nos a uma das principais empresas de educação, que aqui designaremos Y. Essa empresa foi tomada como exemplo da síntese gerada pela relação dialética entre a educação superior popular e as organizações capitalistas, que passaram a entender o ensino como prestação de serviço e que, como tal, pode ser vendido. A Empresa Y é resultado da fusão de duas das maiores instituições de ensino privado no Brasil que oferecem a EAD no modelo semipresencial via satélite e tem entre seus controladores o fundo de investimentos AdventInternational². A primeira instituição que compõe o grupo mantém nove faculdades em várias regiões do país, que em 2012 somaram 417 mil alunos em 53 campi no ensino presencial e 447 polos na educação superior a distância. Destes, 242.904 matriculados na Educação a Distância, além de 289 mil alunos no ensino básico, o que lhe rendeu naquele ano, conforme seu site, um lucro bruto de 140,6 milhões de reais.

Com essa mesma política, a segunda instituição adquiriu e abriga várias instituições de ensino somando 441 mil alunos, dos quais 159 mil estão na modalidade a distância. Por ocasião da aquisição de uma IES, um de seus diretores divulgou aos acionistas no site da instituição que em 2007: “nós compramos 23.000 alunos, o que representa um crescimento de 50% na base de nossa carteira de ensino superior”. Nesse caso, cada aluno representou 2,17%

² O Fundo AdventInternational já efetuou cerca de 15 investimentos no Brasil em vários setores, incluindo alimentação, bebidas, serviços financeiros, tecnologias e educação (AdventInternational, 2013). A Pátria Investimentos oferece também uma ampla gama de opções de investimentos no mercado brasileiro. Entre eles: Fundos de Investimentos em Participações, Infraestrutura, Imobiliário, Multimercado de Fundos de Investimentos (REVISTA EXAME, 2013).

no crescimento anunciado pelo diretor. No terceiro trimestre de 2012, o lucro bruto da empresa Y foi de 191,8 milhões.

Deste modo, acompanhando o comportamento próprio do capital nessa fase, em abril de 2013 a revista ISTO É DINHEIRO anunciou a fusão das duas instituições que, juntas, segundo seus diretores, dão acesso à educação para cerca de um milhão de alunos, com presença em 835 cidades em todos os Estados brasileiros. São 123 campi de ensino presencial, 647 polos de ensino a distância e 810 escolas associadas na educação básica. Conforme a revista, o valor de mercado da nova empresa é R\$ 13 bilhões, com uma receita bruta de 4,2 bilhões anuais, tornando-se assim a maior empresa de educação do mundo.

Entretanto, esses vultosos investimentos no setor são apresentados como estando vinculados à “firme disposição do governo federal de abrir as portas do ensino superior especialmente para os integrantes das classes C e D, combinada com o crescimento da renda dessas faixas da população: isso é que vem animando parte dessas tacadas empresariais” (REVISTA ISTO É DINHEIRO, 2013). Porém, o domínio das IES privadas se justifica pela farta disponibilidade de vagas e o constante apelo midiático com o discurso da chamada qualificação dos trabalhadores via ensino superior. Nesta perspectiva é importante observar que 68,81% dos estudantes brasileiros do ensino superior estão matriculados em cursos noturnos, conforme a tabela 2, constatando-se aí sua origem na classe trabalhadora.

Tabela 2 - Matrículas por Turno - Educação Superior

IES	Total	Noturno	%	Diurno	%
Pública	1.595.391	607.580	38,08	987.811	61,92
Privada C	4.151.371	3.037.399	73,16	1.113.972	26,83
EAD	992.927	992.927	100		
TOTAL	6.739.689	4.637.906			68,81

Fonte: Censo da Educação Superior 2011/MEC

O documento de recomendações do MEC (2005) para a educação superior enfatiza que o acesso à educação é uma das principais metas do governo federal, pelas quais as distintas classes sociais no Brasil, especialmente a classe popular, teriam melhores condições de acesso ao mercado de trabalho.

Certamente a educação é um dos principais mecanismos de integração social, na medida em que permite que os sujeitos assimilem competências profissionais que lhes assegurem sua incorporação ao mercado consumidor, inclusive o da educação. Porém, já são amplamente conhecidos os estudos que demonstram não haver relação direta entre a educação, vista como uma forma de diminuir as desigualdades sociais, e a superação das

diferenças produzidas pela estrutura econômica. São as determinações da classe que direcionam a trajetória do indivíduo, e alteração desta para condições mais positivas só é produzida quando o capital exige a ampliação do exército de trabalhadores.

Tal lógica pode ser comprovada também quando se constata que, por essa conjuntura da presente sociedade de mercado, que só observa as leis da oferta e procura, a iniciativa privada implanta universidades em locais onde há maior índice de oportunidades para a população e, portanto, maior capacidade de compra dos seus produtos e menor necessidade de ampliação de vagas escolares, pois já as tem. Não encontramos as iniciativas dessas empresas em regiões mais atrasadas, com um público consumidor que dificilmente daria o retorno financeiro desejado, apesar das carências educacionais importantes, conforme demonstra a tabela 3.

Tabela 3- Instituições por Região

REGIÃO	Total	Pública	%	Privada	%
Norte	152	27	17,7	125	82,3
Nordeste	432	63	14,5	369	85,4
Sudeste	1.157	134	11,6	1.023	88,4
Sul	389	42	10,8	347	89,2
Centro Oeste	235	18	7,7	217	92,3
Total	2.365	284	12,1	2.081	87,9

Fonte: Censo da Educação Superior 2011/MEC

Como se vê, a Região Sudeste concentra 1.023 (43,2%) das universidades privadas no país, enquanto na Região Norte, onde a população é comprovadamente mais carente, estão em atividade 125 (6,0%) e na Região Nordeste, 369 (17,7%). É importante ressaltar a falsidade dos discursos que sustentam que a privatização das IES viria a suprir a necessidade educacional das regiões mais afastadas.

De fato, com o aumento da instalação de universidades privadas a distância, se observa uma ampliação de matrículas de estudantes em cursos superiores. Porém, na medida em que as universidades públicas seguem tendo melhor desempenho acadêmico, seus modelos administrativos sofrem a incorporação de mecanismos próprios dos padrões neoliberais, especialmente no que se refere à configuração de seu corpo docente e a produtividade no trabalho. Outro aspecto é o fato de haver um número maior de ingressantes nas IES públicas oriundos do ensino médio do setor privado e de classes mais altas da sociedade, reproduzindo a desigualdade entre estudantes do ensino superior pago e gratuito.

É certo afirmar que a ampliação de matrículas e o aumento do número de universidades privadas melhoraram a cobertura da Educação Superior, porém, como isso decorre dos enfrentamentos das classes sociais, deve-se tanto aos processos educativos que são dirigidos pelo Estado, como também à ampliação da visão de mercado na educação, como verificaremos nesta pesquisa. Assim sendo, tampouco nesta forma de integração pode-se verificar a recomposição de um modelo eficiente que permita implementar processos de modernização sem que reflita a crescente distância social entre classes.

1.3 O ADVENTO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Até aqui explicamos sucintamente que, com o avanço da tecnologia de informática, ocorreram novas iniciativas de ensino e aprendizagem. Nesse panorama de desenvolvimento tecnológico e de um contexto social onde as políticas federais de educação passaram a programar ações voltadas para o atendimento da expressiva necessidade de novas vagas no ensino superior, aparecem, então, várias instituições de ensino com a proposta de Educação a Distância. Esse movimento também vai ao encontro dos anseios das políticas governamentais, em razão da EAD ser uma alternativa para atendimento e ampliação de vagas nas universidades públicas.

Essa modalidade de educação tem agora a sua manifestação mais avançada, pois a sua gênese se deu por volta de 1880 no Estado da Pensilvânia (EUA), direcionada para a qualificação profissional nas áreas do comércio e indústria. Naquela época, empresas de educação profissional recrutavam estudantes em quantidade quatro vezes maior que os estabelecimentos de ensino superior. A prioridade era a conquista de clientes (estudantes) com base em campanhas de marketing direto, jornais e revistas, em detrimento da boa formação (NOBLE, 2000, isto é, o interesse fundamental por lucros subverteu os objetivos de uma boa formação de seus alunos.

Em consequência, instalou-se uma alta taxa de abandono, devido à má qualidade e aos métodos de contrato, pelos quais os estudantes deveriam pagar a totalidade ou a maior parte dos estudos no início do curso (NOBLE, 2000). Outro fator que contribuiu para a decadência da EAD foi que as instituições universitárias americanas, entre 1910 e 1920 adotaram o sistema de ensino por correspondência sob a alegação da democratização do ensino, da comodidade e praticidade, aliados ao menor valor para o aluno. Porém, no final dos anos 1920, os programas universitários de ensino a distância foram censurados por seus interesses essencialmente comerciais e por terem abandonado seus objetivos sociais. Tais críticas chamaram a atenção dos meios de comunicação, gerando uma série de conflitos no interior

das universidades. O resultado foi o esvaziamento e desvalorização dos programas de ensino a distância existente no país (NOBLE, 2000).

Para Peters (2004), professor alemão e defensor da modalidade, a história da EAD está distribuída em três períodos: a) pré-industrial, à base de correspondências; b) pós-industrial, com o surgimento de universidades abertas. Especialmente a partir da década de 1970, o modelo foi facilitado pela intensificação da correspondência via correios; c) finalmente a EAD no modelo conhecido atualmente, baseado nas tecnologias da informação e comunicação (TICs), que dispensa a presença de alunos em sala de aula.

No Brasil, a modalidade já era utilizada em cursos por correspondência de conhecidas instituições, tal como nos mostra os dados de Alves (2011).

Provavelmente, as primeiras experiências em Educação a Distância no Brasil tenham ficado sem registro, visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX. Seguem abaixo alguns acontecimentos que marcaram a história da Educação a Distância no nosso país (MAIA & MATTAR, 2007; MARCONCIN, 2010; RODRIGUES, 2010; SANTOS, 2010):

- 1904 – o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo;
- 1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira.
- 2000 – é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão..
- 2004 – vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações conflaram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.
- 2005 – é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios;
- 2006 – entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade à distância (BRASIL, 2006).
- 2011 – A Secretaria de Educação a Distância é extinta. Torna-se importante citar que entre as décadas de 1970 e 1980, fundações privadas e organizações não governamentais iniciaram a oferta de cursos supletivos a distância, no modelo de teleeducação, com aulas via satélite, complementadas por kits de materiais impressos, demarcando a chegada da segunda geração de Educação a Distância no país. (ALVES, 2011, p. 87-90).

Assim como mencionado acima, foi somente com a promulgação da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentada pelo Decreto n.º 5.622e publicado no D.O.U. em 20/12/05, que as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas no Brasil, e a EAD passa a ser entendida conforme segue:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A Educação a Distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Percebe-se que mesmo na Lei maior da educação brasileira estão garantidos benefícios para os aspectos mercantis e financeiros da EAD, tais como o tratamento diferenciado, que contempla os custos de transmissão em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; a concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas e a reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Tanto que, segundo o MEC, no caso da oferta de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao Ministério da Educação, solicitando, para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer. O processo será analisado na Secretaria de Educação Superior, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em Educação a Distância. O Parecer dessa Comissão será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação.

Avaliações positivas que visam incentivar a ampliação da utilização das tecnologias na educação e, para tanto, intensificar as possibilidades econômicas e sociais da EAD, também são feitas por organismos vinculados ao capitalismo internacional que, tal como o Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e Caribe - IESALC (2003), vem divulgando diagnósticos para instar o apoio à EAD:

1. O Brasil é um país continental, com uma universidade tardia (século XIX), e com ampla carência educacional;
2. Tem boa infraestrutura de meios de comunicação e informação (satélites, alto crescimento de usuários de Internet, rede de telefonia, correio, etc);
3. As universidades públicas, confessionais e uma parcela das privadas têm experiência em desenvolvimento e uso de tecnologias da comunicação e da informação;
4. O país reúne, portanto, as condições favoráveis para a implantação e o crescimento da EAD com uso de NTIC;

As características do Brasil para EAD

5. Porém, o país não participa do movimento internacional pela criação de universidades a distância nas décadas de 70 e 80;
6. A EAD no país teve caráter de educação aberta, educação supletiva e de iniciação técnica, desde 1904, porém, sem a participação das universidades;
7. Somente em 1994 surge o primeiro curso superior a distância. Em 1996 surge a legislação que reconhece a EAD;
8. As IES brasileiras mobilizam-se para a EAD a partir dos anos 90. O MEC, somente lança programas oficiais de apoio ao ensino superior a distância na metade da década de 2000.

Esse mesmo Instituto informa que os cursos à distância implementados com o uso intensivo de novas tecnologias no Brasil até 2002, não foram marcadamente os de natureza acadêmica, dedicados ao ensino superior, mas sim os da área do *e-learning* marcados pelo atendimento corporativo aos trabalhadores de grandes empresas ou por contratação direta do governo nas esferas municipal, estadual e federal, para atender a grupos determinados de servidores públicos, caracterizando uma clientela restrita. Outra consideração do IESALC (2003) foi o problema de natureza socioeconômica estrutural, que restringe o acesso às TICs para a classe trabalhadora pela falta de conectividade universalizada e pelos custos da tecnologia, da comunicação e da tutoria on-line. Esses fatores, ao que parece, determinaram a privatização neoliberal dessa modalidade de ensino.

Assim sendo, a partir do ano 2000, a importância dessa modalidade aumentou significativamente, principalmente em termos de abrangência no território nacional e quantidade de alunos. Isso se deu devido aos aspectos acima mencionados, que o sistema empresarial educativo percebeu como um novo campo econômico para exploração, e também, pela crescente demanda educacional que o governo brasileiro tem por administrar. E ainda, com a reintrodução da modalidade à distância no sistema educacional brasileiro, algumas universidades se uniram a parceiros comerciais de procedência internacional com fins estritamente lucrativos e a intenção de colher os lucros da especulação financeira nessa nova indústria.

Dentre os custos que a EAD permite reduzir e as margens de lucro que ela permite aumentar, podemos apontar a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação, que possibilitam a padronização de cursos e o desenvolvimento de produtos como aulas gravadas, até a dispensa de professores devido à absorção dos conteúdos pelo maquinário informatizado. Outra estratégia, que seguiu a tendência mundial, foi o ensino por meios virtuais – *E-Learning* – que passou a ser utilizado no Brasil no final da década de 1990, com a organização de consórcios formados por instituições públicas e privadas. Entre 1999 e 2001 foram formados grandes consórcios para a constituição de universidades virtuais.

Quadro 3- Consórcios de cooperação

1999: Universidade Virtual do Centro-Oeste
2000: Universidade Virtual Pública – Unirede
2000: Rede Brasileira de Educação a Distância – iuvb.br
2000: Consórcios estaduais (MG, RS, SC, etc.) e Ricesu
2001: CEDERJ - Consórcio Universidade Virtual do RJ
2001: 2002 – Consórcios Internacionais (RIF-ET)
2001: 2005 – Redes privadas – expansão por franquias
2005: 2006 – Universidade Aberta do Brasil (IFES – MEC)

Fonte: IESALC (2006)

Destaca-se aqui o pioneirismo da Universidade Virtual do Centro-Oeste, tendo à frente a Universidade Federal do Mato Grosso, localizada em uma região pouco populosa, que deu início ao ensino no formato virtual sob o incentivo do governo federal. A partir de 2001, as redes privadas expandiram o mercado da EAD por meio da implantação de sistemas de franquias combinada as transmissões de aulas em tempo real via satélite, os chamados cursos semipresenciais.

Quadro4- Formatos da modalidade EAD no Brasil

MODALIDADE	FORMATO	ORIGEM
Tele Educação Via Satélite (Semipresencial)	Franquias e recepção presencial. Domina o mercado pelo setor privado	Derivado dos projetos PEC (SP) e UNITINS (TO)
Polos de apoio presencial	Modelo do MEC para a UAB	UFMT, VEREDAS CEDERJ
Universidade Virtual	Aluno-instituição com uso intensivo das TICs	UFSC, UNIFESP, UFPE
Vídeo Educação	Vídeo Salas com monitor de apoio presencial	IESDE
Unidade Central	Alunos visitam a instituição a intervalos regulares para atividades presenciais e avaliações.	Universidade Federal de Lavras

Fonte: Colabr@ - Revista Digital da CVA – RICESU - 2008.

Dada essa diversificação, em 2007 o MEC elabora um documento para sistematizar a EAD, que aponta que os projetos de ensino podem apresentar diversos formatos para a modalidade, desde que observem a realidade do cotidiano e as necessidades do estudante como base para a definição da tecnologia a ser utilizada, assim como momentos presenciais obrigatórios. Mas dentre os principais modelos de formatos (quadro 5) oferecidos por instituições brasileiras, a EAD via satélite semipresencial continuou sendo a mais utilizada por setores privados. Estes são cursos ofertados que se tornam o modelo para os investidores privados, pois atendem a segmentos da população que não possuem domínio sobre os

instrumentos digitais, o local de referência é o polo de apoio presencial e, ainda, com produtos e preços tidos como relativamente acessíveis.

Provavelmente é mais ofertado porque o modelo via satélite, além de não precisar de investimentos físicos significativos no âmbito da instituição geradora de aulas, de aumentar drasticamente a proporção aluno/docente, o empreendimento permite aproveitar conteúdos e estruturas já existentes, utilizando-se de processos de terceirização e franquias, deixando as responsabilidades do contato direto com os alunos por conta das unidades contratadas.

Para os polos contratados, o investimento a ser realizado é a estrutura tecnológica necessária para seu funcionamento. Segundo informações publicadas no Anuário Brasileiro de Ensino Aberto e a Distância ABREAD (2010), os fatores críticos para o sucesso das instituições que pretendem atuar na EAD são: a quantidade de polos nas diversas regiões do país; a capacidade dos gestores dos polos na captação e retenção de alunos; infraestrutura dos polos; visibilidade através de uma marca forte; existência de alguns professores/autores com certa notoriedade nacional assinando o conteúdo educacional produzido.

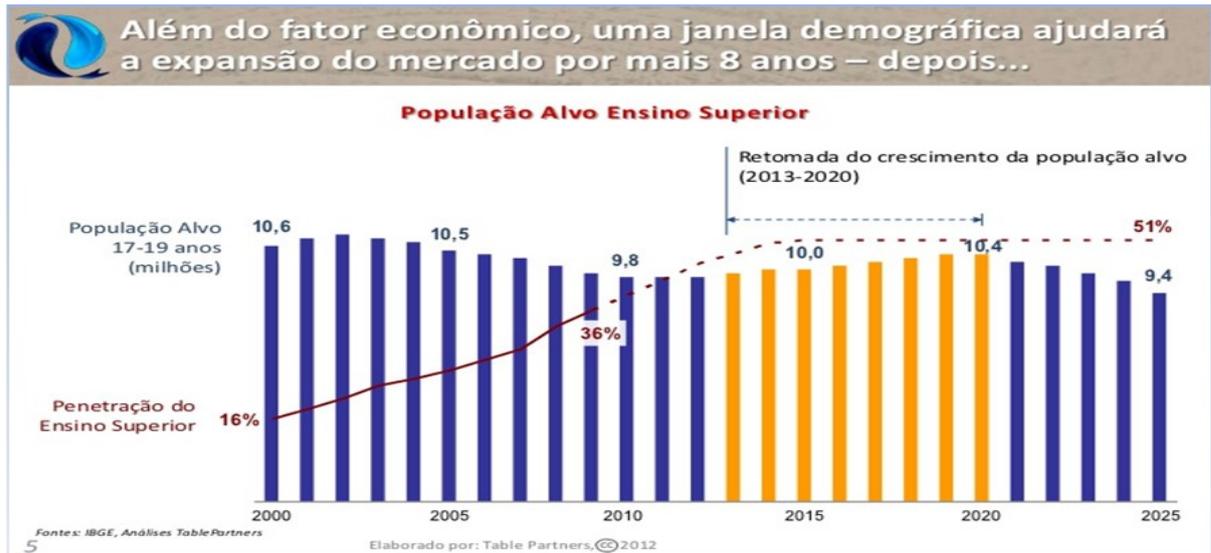
Para o professor tutor esse quadro representa salários baixos, enquanto para a empresa os custos do trabalho passam a ser responsáveis por uma fatia cada vez menor do orçamento corporativo. Portanto, cabe a analogia de que “quando o processo de fabricação real é tão desvalorizado, logicamente é mais provável que as pessoas que fazem o trabalho de produção sejam tratadas como lixo – coisas das quais pode se livrar”. (KLEIN, 2000, p.65)

É sobre esse aspecto que Gentili aponta as especificidades da reestruturação produtiva no setor educacional, particularmente no Ensino Superior: “o neoliberalismo³ trouxe uma nova forma de se ver a qualidade educacional associando-a aos princípios mercadológicos de produtividade e rentabilidade, introduzindo nas escolas a lógica da concorrência” (GENTILI, 1995, p.15).

O princípio mercadológico é verificado nas formas de propagandas das empresas do setor, nas quais se afirma que apesar de todo o crescimento, ainda está longe da saturação do mercado, e diversos indicadores apontam para a continuidade deste crescimento, conforme se verifica no demonstrativo da TablePartners (2012) a seguir:

³ Conforme Boito Junior (2002), no plano da política do Estado, o neoliberalismo no Brasil, e em geral na América Latina, assenta-se sobre quatro eixos: abertura comercial, privatizações de mercadorias e serviços, desregulamentação do mercado de trabalho e redução dos gastos sociais do Estado, ou seja, tem como pressupostos a livre iniciativa individual e a ideia de que o mercado, inclusive o de trabalho, é auto regulável e deve fluir sem interferências e resistências.

Figura 1- O mercado da educação



Fonte: IBGE – Elaborado por TablePartners

Portanto, o número de alunos vem crescendo significativamente principalmente na esfera privada. Esse contingente de estudantes é aquele que:

[...] por suposto estaria naturalmente destinado à entrada imediata no mercado de trabalho, pois, não deve dispor de condições para enfrentar os vestibulares das universidades públicas, pois não está destinado a elas. A maioria deles é forçada ou a desistir da formação universitária ou fazê-la em universidades particulares que, para lucrar com sua vinda, oferecem um ensino de baixíssima qualidade (CHAUÍ, 2000, p.38).

Diante dessas possibilidades de expansão, o *E-Learning* tem sido utilizado, para além da capacitação de funcionários, em universidades virtuais públicas e privadas, com destaque para formação de professores em licenciaturas diversas.

Entendemos que os dados acima reunidos subsidiaram também a Secretaria Nacional de Ensino à Distância, quando propôs que o primeiro passo para o estímulo ao ensino superior virtual seria a utilização desse sistema na formação de professores. Segundo essa secretaria do MEC, a medida atenderia a três diferentes demandas: o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases, que previu a formação superior para todos os professores da rede pública; o suprimento do déficit de 200 mil professores de Matemática, Física e Biologia; e, por último, a efetivação da inclusão digital (MEC, 2007).

Com relação ao currículo formativo e metodologias empregadas verificamos que, conforme pesquisas feitas pelo Censo EAD (Brasil, 2011), há uma precarização na geração dos conteúdos do ensino ministrado pelas escolas de Ensino a Distância, pelo menos é o que mostra o planejamento em investimentos. Elas tendem a terceirizar mais este tipo de serviço, já que reduzem em 11% os custos quando retiram tal produção da sua equipe interna e elevam

em 58% o lucro nessa área com a produção de conteúdo feita por equipe terceirizada. É esta a área na qual haverá maior crescimento do volume de investimentos na terceirização.

Apesar do crescimento das matrículas nos cursos de graduações oficiais, em sua maioria os cursos ministrados à distância (56%) são livres e não precisam de autorização do Ministério da Educação (MEC) para funcionarem. São opções de atualização ou aperfeiçoamento pessoal, além de aprimoramento profissional. Neles estavam matriculados, em 2011, 2,7 milhões de estudantes (77,2%). As áreas de conhecimento mais procuradas são Administração e Gestão, Educação e Ciências da Computação.

Por isso, a seguir, será dada ênfase nos cursos de graduação a distância autorizados pelo MEC, mais especificamente no modelo via satélite. Antes disso, apresentamos a tabela 4 para que se tenha uma noção da grandeza dos números da EAD no Brasil e da diversidade de iniciativas no setor.

Tabela 4 - Matrículas EAD 2011

REGIÃO	Total	Pública	%	Privada	%
Norte	134.557	40,2	15,4	80.514	59,8
Nordeste	187.698	43.003	23,0	144.695	77,0
Sudeste	355.278	38.753	11,0	316.525	89,0
Sul	214.857	36.402	17,0	178.455	83,0
Centro Oeste	100.537	5.723	5,76	94.814	94,3
Total	992.927	177.924	18,0	815.003	82,0

Fonte: SESU – Secretaria da Educação Superior

Demonstramos a Tabela quatro (4) no sentido de evidenciar que os números de matrículas são considerados pela sede da IES e não pela localização dos polos de apoio EAD. Assim, a tabela aponta que entre as IES privadas se concentram nas regiões Sul (214.857 alunos) e Sudeste (355.278 alunos), perfazendo 570.135, o que corresponde a 57,4% do total de matrículas na modalidade. Especialmente na Região Centro Oeste, região de menor densidade demográfica do país, verifica-se que 94,3% de estudantes matriculados na modalidade EAD estão em IES privadas. Tal discrepância se justifica em razão de que uma das maiores instituições que oferecem a modalidade EAD está alocada no Estado do Mato Grosso do Sul, porém os cursos são gerados para estudantes cujos polos estão fora do referido Estado.

A nossa análise crítica da EAD e a atuação mercantil que as empresas educacionais vêm promovendo é conhecida pelo próprio Ministério da Educação, pois em entrevista

concedida à assessoria de comunicação do MEC (2008) pelo então secretário de Educação a Distância, Carlos Eduardo Bielschowski, dava conta que havia uma série de irregularidades encontradas em polos de várias instituições especializadas nesta modalidade de ensino: instituições com infraestrutura precária, sem credenciamento, ausência de coordenação, bibliotecas e laboratórios insuficientes e inadequados, o que levou o MEC a desativar 1.337 polos em várias cidades do país (ALMEIDA, WOLFF, 2012).

A hipótese de que a EAD evidencia uma investida de setores mercantis no sentido de abrir espaço para novas formas de exploração econômica, sem preocupação do compromisso com o avanço na democratização do ensino de qualidade no país, tem mais indícios para confirmá-la, uma vez que o próprio MEC tem usado como indicador para a avaliação, por exemplo, das Universidades Federais, a proporção de dezenove alunos por professor. Mas, como se constata na tabela abaixo, essa proporcionalidade no seu patamar mais baixo é quase o dobro em IES privadas que operam na EAD

Tabela 5- **Proporção aluno/docente EAD**

Aluno/função docente	Número de instituições	Funções docentes	Alunos matriculados
Até 30 alunos p/professor	56	5.274	106.930
de 31 a 50 alunos p/professor	11	1.674	138.224
de 51 a 100 alunos p/professor	9	1.535	208.722
acima de 100 alunos p/professor	9	565	290.141
NR Não Resp.	13	NR	70.986
TOTAL	98	9.048	815.003

Fonte: Dados adaptados do Censo Ead.Br 2011 e SESU 2011

Nos dados da tabela 5, destacamos o contraste entre as instituições que têm matriculados até 30 alunos por professor em relação às instituições que mantêm mais de 100 alunos por docente. Nas primeiras são cinco mil, duzentos e setenta e quatro (5.274) docentes contratados para 106.930 alunos. Nas segundas, operacionalizadas pelo modelo via satélite, são quinhentos e sessenta e cinco (565) professores para duzentos e noventa mil, cento e quarenta e um (290.141) estudantes matriculados. Salientamos, entretanto, que os números apresentados na Tabela 5 não satisfazem os objetivos de demonstrar claramente a proporção entre aluno e docente. Primeiro, porque os dados da Sinopse da Educação Superior (2011) mostram as funções docentes em sua totalidade, isto é, incluem todos os docentes contratados e alocados tanto na modalidade EAD quanto na modalidade presencial, inclusive professores

tutores, cuja função nas IES privadas é considerada como a de um auxiliar de docente. Por sua vez, o Censo EAD 2011 produzido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) mostra uma média por amostragem e não números exatos das IES pesquisadas. Portanto, a amostragem não traduz a totalidade das instituições e dos professores que trabalham nos cursos reconhecidos e autorizados pelo MEC.

Diante disso, nossa análise procura demonstrar os dados colhidos de forma empírica com tutores e professores que atuam ou atuaram na modalidade EAD. Na realidade, conforme veremos mais adiante a média é de 300 alunos por professor tutor (PT), em certos casos até 500 estudantes. A proporção é multiplicada quando se trata da relação aluno/professor a distância, pelo fato de que cerca de 5.000 a 10.000 alunos assistem aulas via satélite, dadas por um único professor a distância (PD), com o agravante de que: é sabido pelo Sistema de Ensino, e principalmente pelas instituições que praticam EAD, que a impessoalidade desse conjunto de métodos faz com que o professor a distância, e mais ainda o professor tutor, tenha de investir muito mais tempo na formação de seus alunos do que na educação presencial, tendo em vista o grande número de alunos por docente.

1.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A educação é um processo amplo pelo qual uma sociedade transmite a sua cultura aos seus membros; “este mesmo processo é o que transforma um indivíduo da espécie biológica homo sapiens em sujeito humano” (LEÃO, 2003, p. 113). Por isso, a educação deve buscar a formação de sujeitos cada vez mais humanos, constituídos pelas capacidades mais desenvolvidas criadas pela humanidade e preservadas como cultura, as quais, ao serem interiorizadas pelos indivíduos se constituem nas funções, que não são inatas, chamadas de emoção, capacidade de pensar e agir. Por não serem inatas, dependem de serem ensinadas por outros e assim se tornam capacidades individuais.

Dessa forma, somente um sistema educacional fundamentado na efetiva construção da humanização do indivíduo pode oferecer uma educação que encaminhe esforços necessários “para a formação do interesse ativo e efetivo pelos conhecimentos, que constituem a base do desenvolvimento integral dos estudantes” (PUENTES E LONGAREZI, 2012, p.6).

Conforme afirma Puentes e Arruda (2011), a universidade tem problemas didáticos pedagógicos, tanto na modalidade a distancia quanto na presencial, apesar dos debates ocorridos nos últimos anos no país, que oportunizaram reflexões no sentido de ressignificações norteadoras do entendimento referente à educação, e os componentes do processo tais como escola, currículo, estudante, professor, avaliação (MEC, 2007, 2011). O

problema, entretanto, segundo Leão (2011), está nas questões geradas após estes debates, isto é, a opção político econômica que reflete, sobre a educação, a sua ideia de consumo constante e educação descartável que resulta na flexibilização da educação, tal como a EAD.

Particularmente na EAD, conforme indica Puentés (2011), a introdução dos recursos tecnológicos aumenta as potencialidades formativas da universidade, especialmente nos aspectos quantitativos, ainda que haja a necessidade de efetivamente produzir a intensificação dessa organização de conteúdos.

Paralelo a isso, as funções docentes passam por transformações decorrentes da introdução das tecnologias educativas, quais sejam “as relações dos sujeitos com a aprendizagem, o reconhecimento dos que possuem maiores saberes sobre determinados assuntos”. Estes fatores “determinam ainda a centralidade da escola nesta sociedade uma vez que a produção de informação é confundida com produção de conhecimento” (PUENTES e ARRUDA, 2011, p.254).

A ambiguidade entre conhecimento e informação e a não centralidade da escola apresentam algumas distorções. A educação, que antes estava condicionada por etapas bem definidas – o ensino básico, secundário, universitário – passou a ter, recentemente, uma nova dinâmica, denominada de educação continuada. Assim, temos a qualificação profissional instituída no ambiente escolar que, por sua vez, remete a outra expressão chamada mercado de trabalho.

Esta condição implica em garantir a eficiência e a alta produtividade, no sentido de quantidade, do processo pedagógico independentemente dos professores. Os bons resultados da educação seriam garantidos pela racionalização, pelo planejamento do processo sob o controle de técnicos, relegando os professores à dependência da organização racional dos meios (SAVIANI, 2003).

É por isso que a chamada educação continuada tem como princípio a exigência do domínio dos instrumentos de trabalho. Ela tem como objetivo atender as exigências do mundo do trabalho que necessita de trabalhadores bem treinados, de novas adaptações, novas qualificações, reflexo da dinâmica de transformação econômica e social nesse novo contexto.

Para Saviani (1984), a distorção no processo educativo no país não é recente. O autor aponta que a partir de 1969 a pedagogia tecnicista se tornou o modelo oficial do Estado brasileiro. A visão tecnocrata na educação apresentou um conjunto de mecanismos tais como o Ensino a distância em seus vários modelos, a instrução programada e outros instrumentos pedagógicos inspirados na visão tecnicista. Em seguida, já no governo Fernando Henrique Cardoso, é reforçada a política de incentivo à informatização nas escolas, da proclamação das vantagens do Ensino a Distância e dos sistemas de avaliação de ensino instigando a

concorrência entre as escolas como uma forma sadia de superação das dificuldades, conforme explica Gentili:

O eixo dessa política, no presente momento, não é a transferência de instituições públicas para mantenedoras privadas ou a cobrança de mensalidade na graduação, mas a implementação de determinado modelo de autonomia, em moldes neoliberais, para que o poder do mercado possa, ele mesmo, determinar todas as dimensões da universidade: cursos, tempo, trabalho, docência, pesquisa, etc. A autonomia permite que a razão última da universidade seja determinada pelo mercado (GENTILI, 2005, p.155).

É necessário que se leve em conta que o programa (REUNI), favorece essa movimentação, pois dentre as metas propostas, está o desmembramento da graduação em dois ciclos: “um ciclo genérico, bastante superficial, voltado para um maior contingente de jovens, abrindo espaço para instituições privadas, outro de natureza profissional, direcionado para parcelas muito mais reduzidas” (LEHER, 2010 p.394).

Em que pese à importância da formação profissional, a educação deve ser diferenciada de treinamento para o trabalho. Até porque neste, os instrumentos e mediadores mecanizados são os mais adequados, e o ensino a distância um excelente recurso. Isto porque os treinamentos e atualizações das atividades rotineiras da produção envolvem a padronização e repetição de atividades pelas pessoas, de modo que tal treinamento possa ser usado para fins e benefícios de terceiros, e não da própria pessoa.

Portanto, este tipo de formação é geralmente definido como um conjunto de habilidades ou de informações, determinadas por terceiros, concebidas para serem postas em prática com o objetivo de que trabalhadores se tornem operacionais em um contexto determinado.

Já a educação deve conter o treinamento, mas sem se limitar a essa organização de movimentos e dos órgãos dos sentidos sem expandi-los para a apropriação da realidade. Não deve implicar na dissociação, mas na integração total do conhecimento com todas as funções e processos psicológicos, o que deve permitir o conhecimento da realidade, que é a única forma de se chegar ao autoconhecimento. Isto é, a educação é parte do processo psicossocial que constitui um sujeito e, por isso, é um processo que implica necessariamente uma relação interpessoal na qual aluno e professor, aluno e aluno visam o autoconhecimento individual e coletivo. A experiência educacional envolve a fundamental relação entre pessoas com base no reconhecimento mútuo, centralizando-se sobre a formação e evolução da identidade associada à definição de que o que garante a relação educacional é a transmissão do conhecimento científico mais avançado que uma sociedade detém.

Além disso, é exigência que o professor saiba mais que o aluno, que o aluno saiba e respeite isso e que ambos entendam que esta é uma instituição social. O conteúdo real dessa experiência é definido por essa relação entre pessoas, e um componente determinante da qualidade educacional é o estabelecimento e enriquecimento dessa relação.

Por sua vez, a mercantilização da educação tem algumas características próprias. Como se sabe, a mercadoria é algo criado, cultivado, produzido ou fabricado para troca no mercado. É certo que existem coisas que são negociadas no mercado que não são de natureza mercantil, mas que se transformaram em objetos de compra e venda, tais como o próprio trabalho e a terra. A característica da mercadoria educação é que, quando oferecida no mercado, é considerada mercadoria fictícia e que, na sua origem, muitas vezes não foi criada pelo professor estritamente com o propósito de venda no mercado, mas para a transmissão do conhecimento científico.

Portanto, a mercantilização da educação superior é o nome dado ao processo em que o desenvolvimento dos fins e dos meios da educação superior, tanto no âmbito estatal como privado, sofre uma reorientação de acordo com os princípios e a lógica do mercado e sob o qual a educação superior, gradativa e progressivamente, perde o status de bem público e assume a condição de serviço comercial.

Conforme Noble (2000), a mercantilização da educação requer a interrupção do processo educativo fundamental e a desintegração da experiência educacional em coisas ou objetos vendáveis. Uma das condições essenciais para a mercantilização da educação é o desvio da experiência das pessoas envolvidas no processo educacional para a produção e inventariação de uma variedade de materiais fragmentados tais como: currículos, cursos, palestras, formação, módulos. Estes fragmentos de instrução apenas sinalizam o que deveria acontecer na experiência educacional na medida em que remetem a uma previsibilidade de formação educativa, mas que na prática é um processo improvisado sem um objetivo determinado.

Além disso, tais fragmentos são removidos de seu contexto original e se tornam estranhos ao próprio processo educativo real e a seus produtores, neste caso, aos professores. São então apresentados como cursos, apesar de serem apenas fragmentos de uma atividade plena e que, portanto, não têm mais a capacidade de produzir os resultados do processo todo. A alienação, neste caso, se dá porque o material educativo passa a ter uma existência independente dos professores que o criou. Esta se explicita pela apropriação e controle sobre o material do curso, através da compra e da entrega de direitos autorais, fator fundamental para o processo mercantil da educação.

Parece que um dos efeitos psicológicos facilitadores da desestruturação do trabalho educacional é devido à adoção das novas tecnologias que promovem a desestabilização dos trabalhadores e das suas atividades educativas. Tal como o faz com os operários da indústria, deixa os trabalhadores docentes igualmente vulneráveis ao desemprego e à proletarização, instabilidade que acaba por apagar eventuais comoções classistas decorrentes desse novo quadro.

Aqui, as TICs se revelam particularmente interessantes pela dupla faceta que incorporam: a automatização e a informatização. A primeira dá continuidade aos propósitos contidos na maquinaria desde a primeira Revolução Industrial, ou seja: simplificação e substituição do trabalho vivo pela expropriação do saber-fazer do trabalhador. Já a segunda, a informatização, traz a grande novidade do software, que possibilita que o conhecimento do trabalhador seja expropriado durante o processo produtivo em grande medida, ao mesmo tempo em que agrega uma propriedade organizacional dada pela conectividade das redes e seus sistemas informatizados de gestão da produção (WOLFF, 2004).

A possibilidade de expropriar o conhecimento do trabalhador vem ao encontro da introdução de soluções, que visam promover o deslocamento do capital para novas linhas de produção menos sujeitas à competição ou aos conflitos trabalhistas, própria da presente fase do capitalismo, uma vez que permite proceder a rápidas inovações nos processos e produtos de forma flexível e com a mesma base tecnológica, portanto, sem grandes custos com capital fixo. Daí a necessidade de um novo modo de gestão do trabalho, baseado na chamada administração participativa, em que todos os níveis da organização são entendidos como colaboradores passíveis de alimentar o novo maquinário com sugestões pertinentes para a melhoria da produtividade.

Posteriormente, essas ideias podem ser transferidas e incrementar os softwares da empresa, permitindo não só a otimização da produtividade, mas também a automação e, conseqüentemente, a substituição de várias atividades produtivas pela maquinaria.

O escopo basilar da gestão participativa é introduzir uma qualificação de cunho generalista. Também conhecido pelo termo competência, o principal propósito desse tipo de qualificação é quebrar antigas hierarquias e introduzir uma cultura colaborativa, visando garantir o envolvimento e engajamento dos trabalhadores em conformidade com o novo padrão de produtividade e competitividade assinalado pela globalização neoliberal e a sua principal ferramenta: a informatização da produção (WOLFF, 2005).

No setor da Educação, esses novos parâmetros se refletem no binômio Qualidade Total e Educação, difundido no país, sobretudo na década de 1990, o qual introduziu uma perspectiva privatista neste campo de atividade de acordo com a política econômica do

período. Tais parâmetros indicam a vinculação da educação com o mundo do trabalho, tal como é proposto pelos organismos econômicos internacionais, cuja finalidade é a expansão e manutenção dos interesses econômicos e políticos pela globalização e suas novas demandas. Faz parte desse projeto a divisão entre países centrais e periféricos, produtores e consumidores e as prioridades educativas para os diferentes países de acordo com sua posição nessa divisão (LEÃO, 2003).

Isto é,

na esfera educativa, a ideia da excelência mobiliza a competitividade entre as instituições, entre os alunos e os docentes. Não raramente, ela vem seguida de uma ênfase exacerbada na medição, nos critérios padronizados para averiguação dos êxitos cognitivos dos alunos e da produção docente, sugerindo que o simples ordenamento hierárquico diagnostica e melhora por si mesmo a situação educacional. Além disto, a padronização permite localizar, na massa dos sujeitos individualizados (professores ou alunos), aqueles que são mais dotados, com o objetivo de colocar à sua disposição os melhores recursos (GENTILI, 1995, p. 209. Destaque no original).

Por tais exigências e possibilidades, as instituições educacionais procuram adequar o processo de trabalho docente às novas tecnologias na EAD, no sentido de, dentre outros, qualificar os trabalhadores para a utilização dos recursos tecnológicos. Assim, as tecnologias potencializam num novo tipo de expropriação do trabalho vivo pelo capital, em consonância com o atual cenário político-econômico.

É nesse sentido que as instituições de educação privada se encontram num campo e numa situação oportunos para a análise das novas configurações do trabalhador docente no setor EAD, particularmente no que concerne à análise dos efeitos relativos à introdução de novas tecnologias no processo de trabalho.

2 O FUNCIONAMENTO DO MODELO EAD VIA SATÉLITE E O TRABALHO DO PROFESSOR TUTOR

Como já mencionado anteriormente, existem vários modelos de EAD. O EAD por meios virtuais envolve, principalmente, as atividades do chamado *e-learning* que inclui cursos universitários, cursos de capacitação de funcionários, *sites* de educação e as videoconferências. Educação a Distância é definida por Moore e Kearsley (1996) como uma aprendizagem planejada que normalmente ocorre em lugares diferentes de onde se encontra o professor, o que requer técnicas especiais de desenho de curso, de tecnologias instrucionais⁴, de métodos de comunicação eletrônica e outras tecnologias, bem como arranjos administrativos e organizacionais especiais.

Os modelos e formatos da modalidade Educação a Distância estão caracterizados pelo uso intensivo das TICs, as quais, de acordo com Moran (2007), estão basicamente divididas em diferentes modelos. O primeiro seria o semipresencial via satélite, oferecido em sua maioria por instituições privadas, com aulas ao vivo transmitidas via televisão. Os componentes essenciais deste modelo são: professor à distância (produz e ministra as aulas), professor tutor (mediação entre aluno e professor a distância), tutor local (auxilia o aluno em no polo) e aluno. A segunda possibilidade é a Educação *online*, via redes de internet no qual o aluno se conecta a uma plataforma virtual onde estão disponibilizados materiais, tutoria e outros alunos. É visto como o modelo que prioriza o desenvolvimento de uma aprendizagem ativa e compartilhada. O terceiro modelo são os Cursos *online* assíncronos, que têm conteúdos prontos nos quais os alunos podem se inscrever a qualquer tempo. Há ainda uma quarta alternativa que é a UAB, a Universidade Aberta do Brasil, cujo modelo é híbrido, pois o professor se desloca até um Polo de ensino presencial, mas outras atividades e disciplinas acontecem via rede assíncrona.

Em 2007 a então Secretaria de Educação a Distância do MEC definiu as principais características que atingem o trabalho docente na Educação a Distância: a) planejamento pela instituição da logística e dos recursos técnicos e pedagógicos, viabilizando o fluxo da comunicação entre aluno e professor; b) mediação da comunicação por softwares educativos e recursos de internet que exigem de alunos e professores conhecimentos específicos na área tecnológica informática e processos virtuais de comunicação; c) confecção de material didático de responsabilidade de professores conteudistas, professores a distância e técnicos de

⁴ Prescrevem métodos, estratégias, ferramentas e recursos de ensino. Detalham procedimentos instrucionais específicos (JONANSSEM, 1999; MAYER, 1999).

informática; d) relação pedagógica tendo como característica o distanciamento físico entre aluno e professores; e) quantidade de alunos ilimitada, e dependente do espaço dos polos locais; f) correções e lançamentos de notas de provas, orientação e correção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e fóruns de discussão virtual à distância a cargo dos professores tutores; g) presença, em cada unidade (polo), de um tutor presencial responsável por monitorar e enviar, durante a aula, via internet as dúvidas de alunos ao professor a distância (MEC, 2007, p.45). Este mesmo órgão define a modalidade Educação a Distância como ato de ensinar, cuja característica principal é o distanciamento físico entre aluno e professor, estabelecendo assim uma relação de ensino e de aprendizagem mediada por computadores, internet e televisão (MEC, 2007).

O objetivo principal, segundo documentos do MEC (2007), é facilitar o acesso de estudantes de localidades mais distantes, ou mesmo facilitar o acesso àqueles que não dispõem de tempo para o estudo. Nesse sentido, o uso inovador da tecnologia aplicado à educação, e mais especificamente, à Educação a Distância, está apoiado em uma filosofia de aprendizagem que proporcione aos estudantes a oportunidade de interagir, de desenvolver projetos compartilhados, de reconhecer e respeitar diferentes culturas e de construir o conhecimento.

De acordo com as normas da Secretaria da Educação a Distância (SED), dos professores tutores exige-se que sejam obrigatoriamente vinculados à própria instituição, que tenham a formação no nível de graduação na mesma área de atuação no curso e com formação pós-graduada mínima em um curso de especialização. São eles que mantêm contatos diretamente com os alunos, corrigem trabalhos e provas fazendo as atribuições das notas respectivas (MEC, 2007).

No modelo escolhido para este estudo, semipresencial via satélite, os alunos que estão matriculados em um dos cursos se deslocam até uma sala de aula (polo) em suas próprias cidades e lá recebem as aulas ao vivo via satélite. Por meio de um telão ou aparelho televisor, o professor a distância apresenta o conteúdo ao vivo, ou seja, o professor dando a aula em tempo real, e o aluno pode se comunicar com este docente, via internet, com o auxílio de um tutor presencial, sobre os assuntos abordados na aula: “normalmente um professor a distância ministra aulas no curso de pedagogia para cerca de 5.000 a 7.000 alunos” (PT3).

Ainda que não seja o sujeito pesquisado, entendemos ser necessária a exposição das atribuições do professor à distância, visto que elas também sofreram modificações importantes no contexto do processo educativo e estão relacionadas diretamente com as atribuições do professor tutor. A atividade do professor a distância consiste em apresentar o conteúdo que preparou para a aula com duração de 90 minutos, que pode conter trechos de

filmes, slides, fotografias, um arquivo texto e qualquer outro tipo de material que possa ser visto como auxílio à aula, além de propor atividades que devem ser respondidas pelos alunos de forma *online*.

Como se percebe, o trabalho do professor a distância inclui, além do domínio da disciplina, o manuseio do aparato tecnológico na preparação da aula, assim como noções de técnicas televisivas. Ressalte-se que o produto de seu trabalho, as aulas, permanece em poder da instituição, que delas se apropria e as multiplica por meio de gravações para transmiti-las a novas turmas, sem que o professor tenha mais direitos sobre ela. Assim, a mesma aula expositiva pode ser assistida por um número ilimitado de estudantes, que também podem acessá-la quando quiserem, dentro de certo tempo no calendário, já que a mesma fica armazenada em uma biblioteca digital exclusiva para alunos da instituição.

Neste modelo, a interatividade da aula é alternada em momentos síncronos e assíncronos. No primeiro caso, milhares de alunos estão conectados simultaneamente por meio da internet ao professor a distância, mediados por um funcionário do polo local denominado tutor presencial. No segundo, os alunos têm acesso ao professor tutor a qualquer tempo por meio da internet.

Na EAD, oficialmente, conforme orientações do MEC, a cada professor tutor é atribuído o número de 150 alunos matriculados nas diversas unidades. Os números estatísticos da proporção tutor/aluno pesquisados vão mostrar que esse número é irreal. Conforme uma professora tutora entrevistada, “quando entramos, a proposta é de orientar a 150 alunos; mas esse número chegou à proporção de 700 por tutor” (PT3). Por esse número evidencia-se um tipo de intensificação do trabalho, tendo em vista que o volume de tarefas avaliativas feitas pelos alunos multiplica-se geralmente por três (prova, exercícios e trabalho escrito), além das orientações diárias aos estudantes e, obviamente, a procura pela maximização do lucro ao menor custo possível.

Mas quando chega a época das correções, fica falho porque aí você não tem tempo para debater com os alunos, ou você corrige ou você conversa com eles. Quando eu digo conversar quero dizer por escrito. Eu tive que corrigir 500 TCCs (Trabalho de Conclusão de Curso), 500 relatórios de estágios, 500 provas e 500 ATPS (atividades programadas semanais) em 20 dias. Você acha que foi bem corrigido? Você acha que deu pra fazer isso corretamente? Você acha que deu pra dar uma devolutiva para os alunos, de forma coerente? (PT1).

Sobre isso, segundo a mesma tutora entrevistada, cabe ao professor tutor atender ao aluno no esclarecimento de dúvidas do sistema burocrático, orientação e correção de três trabalhos por disciplina (trabalho elaborado por um professor especialista), chegando a

receber, conforme a tutora, 50 e-mails por dia, provenientes de dúvidas, e que cabe a ela orientar, além da atribuição de nota a uma prova cumulativa semestral.

Esse volume intensifica sobremaneira a atividade do professor tutor, conforme relata outra professora tutora entrevistada:

[...] temos que efetuar leitura dinâmica para a correção de trabalhos, senão é impossível dar conta dessa quantidade de trabalhos. Tem época que o tutor precisa corrigir o trabalho dos alunos de sua responsabilidade (cerca de 400) em 15 dias. Se estiver com erros é preciso devolver e voltar a corrigir novamente (PT4).

A leitura dinâmica mencionada pela professora significa a necessidade de rapidez para cumprir a meta de produtividade estipulada para cada tutor. O atendimento a essa quantidade de alunos faz com que o tutor tenha ideia de sua importância no sistema, ainda que não consiga fazer o trabalho de modo a efetivamente ajudar o aluno a aprender.

É assim que a professora tutora entende:

No que diz respeito à educação, no sistema EAD, o professor tutor é mais importante que o professor, pois apesar da dificuldade e da distância, eu que lido diariamente com o aluno. Apesar da falta de uma interatividade concreta eu sei de suas deficiências e necessidades. o professor a distância não sabe; afinal ele só ministra a aula e vai embora (PT1).

No entendimento da professora tutora, o seu desempenho no processo educativo é mais efetivo e importante que o professor que ministra as aulas via satélite. É o professor tutor que tenta conhecer as dificuldades e as necessidades dos alunos, ainda que não tenha condições de responder todos questionamentos sobre os conteúdos. Sobretudo corrige trabalhos e até mesmo aprova ou reprova os discentes.

Pelo depoimento acima, de fato, é essencial o trabalho do professor tutor. Entretanto, outra professora tutora analisa dessa forma:

Parece uma relação sem comunicação de verdade. Nós ficamos distantes, alheios aos problemas do aluno, não porque a gente quer, mas, porque o modelo é assim. A instituição não se preocupa nem um pouco com isso, aliás, até impede que você tenha muita aproximação com os alunos. Veja pela forma como as mensagens são padronizadas, eu só tinha que mudar o nome dos alunos. Eu acho que isso não pode ser uma educação de qualidade. Tudo isso acaba causando certa frustração diante daquela primeira impressão, de quando eu comecei. A vontade de poder participar e ensinar vai acabando e confesso que me tornei uma funcionária administrativa. Dava nota, preenchia planilhas, cumpria com o tempo de trabalho em troca do salário. (PT2)

Entre essas duas professoras tutoras fica evidente que ambas estão cientes das suas responsabilidades e do que poderia ser feito com relação ao processo educativo. Entretanto, a

segunda, ao perceber que não há meios para que a interação educativa aconteça, passa a ser uma funcionária desinteressada por sua atividade de trabalho. Desse modo, destaca-se aqui outro componente importante da EAD que precisa ser discutido: a dificuldade de interação entre professor e aluno, que cria um problema importante para o processo ensino aprendizagem, conforme relata a professora tutora:

Quando professores do Ministério da Educação (MEC) vieram fazer inspeção, eles ficaram espantados, pois no programa está colocado que fazemos ligações para todos os alunos individualmente no andamento do curso. E eles perguntavam: Vocês ligam para todos? Que maravilha! Aí eu digo: Imagina 700 alunos por tutor você acha que tem condições? (PT 2).

Por esse depoimento, entende-se que o programa da instituição prevê um acompanhamento aos alunos impossível de acontecer, devido ao elevado número de alunos que cabe a cada professor tutor orientar. Ao que parece, trata-se de formalidades para cumprir as orientações do MEC que não são exequíveis, conforme relatou a professora tutora.

Outro aspecto que merece ser observado é a dificuldade que os professores tutores têm na execução de sua atividade com relação a materiais de trabalho e às condições ideais para exercer sua atividade, que se traduzem num aparente desencontro de informações dentro da própria instituição.

Quanto ao trabalho, acho que todos têm que ser valorizados como professor. O professor tutor tem que se preparar, ter uma preparação muito boa e ele não tem isso. Tem que complementar o que o professor a distância ensina. O que acontece hoje é que ele recebe o material em cima da hora da aula. A impressão que eu acho é que falta o elo entre os quatro, como manter os quatro conectados: conteudista, professor tutor, aluno e professor a distância (PT 1).

Evidentemente, esta falta de elo a que se refere a professora tutora dificulta o processo educativo e demonstra também as consequências do parcelamento das atividades de trabalho, isto é, a instituição organiza as atividades de acordo com a possibilidade de maior produtividade do trabalhador, em detrimento do processo educativo, o que acaba por recair sobre o estudante.

Algumas das peculiaridades do processo de ensino da EAD, o contato do professor tutor com o aluno via internet, evidencia a percepção do professor tutor de que seu trabalho como docente não consegue alcançar a finalidade de efetivamente transmitir o conteúdo da disciplina.

Às vezes sinto impotente no trabalho que faço quando recebo perguntas dos alunos sobre questões das disciplinas. O problema é que tento orientar, mas muitos não

conseguem entender o que escrevo. Para treinamento profissional até dá, mas educar pela internet é muito difícil porque tem questões que depende da fala, da emoção, etc. Não é a mesma coisa que ensinar frente a frente com o aluno. Peço para alguns ligarem para que eu possa explicar algum assunto por telefone. (PT2)

No entendimento dessa professora, os meios de comunicação utilizados na modalidade “até dariam” para efetuar treinamento na área profissional. Entretanto, o sentimento de impotência que demonstra seu depoimento evidencia as dificuldades que o sistema apresenta para uma efetiva interação entre aluno e professor. Certamente, a dificuldade que a modalidade apresenta - que está refletida no sentimento de impotência por não conseguir transmitir os ensinamentos previstos - recai sobre o significado que esta professora dá à sua atividade de trabalho. Percebe-se aqui um tipo de descontentamento do professor tutor, fato que exacerba a competitividade entre os que ministram aula e os que exercem o trabalho de retaguarda, pois a remuneração dos professores a distância é maior que a dos tutores. Além disso, nesta divisão, o tutor entende que exerce trabalho mais importante que o próprio professor especialista.

No começo, quando entrei eu senti que havia uma preocupação da instituição, uma intenção de capacitar nós tutores, tinha curso, tinha aquilo outro, sempre tinha uma preocupação, sempre estavam em contato, agora não. Agora o que senti é que eles estavam formatando. Eles mandavam até os modelos da comunicação que a gente tinha que enviar para os alunos. Vocês passem dessa forma a informação para os alunos, era padrão! Então tirou a liberdade do tutor de conversar com os alunos. Quando o trabalho é feito dessa forma é péssimo, porque eu não posso interagir com o aluno. Eu acho que a comunicação é fundamental, desse jeito você não tem liberdade. Você tem que fazer padrão. Se você não fizer padrão é chamado à atenção (PT 1).

Ao se qualificar para o trabalho padronizado EAD, o professor tutor se encontra diante da possibilidade de desvalorização de seu trabalho. Isto porque a padronização e a simplificação tendem a reduzir o custo operatório da instituição, pois ocorre: 1) diminuição do custo total associado ao trabalhador docente; 2) aumento do controle da coordenação (gerência) em todos os níveis com o objetivo expresso de forçar o professor tutor a trabalhar mais; 3) simplificação das tarefas individuais ao ponto de o professor tornar-se facilmente substituído por outro. Esse expediente cria mais competição entre eles e, conseqüentemente, diminui o valor do salário. Enfim, a estratégia é tornar o trabalho mais simples e também mais barato.

Para compreensão do que se define como as condições de trabalho docente nessa pesquisa, torna-se importante entender os conceitos de organização escolar e organização do

trabalho escolar, especialmente na modalidade EAD, que são fundamentais para o entendimento das relações de trabalho nessa área.

A organização escolar neste setor, com semelhanças em relação ao ensino presencial refere-se à forma como o ensino está estruturado: currículos, programas de ensino, metodologia e procedimentos didáticos, formas de avaliação, distribuição de conteúdos entre horas-aula, calendários escolares, etc.

Além das atribuições de funções, tarefas, competências, horários de trabalho, carga horária dos tutores em seu posto de trabalho, relações de hierarquia, controles, formas de avaliação do desempenho, etc, da mesma forma a organização do trabalho escolar é um conceito econômico e refere-se à divisão do trabalho na escola e à forma como o trabalho e os docentes estão organizados.

O conceito de organização do trabalho escolar ajuda a compreender as relações sociais de trabalho, isto é,

[...] deve ser compreendido à luz das teorias econômicas. Compreende uma forma específica de organização do trabalho sob o capitalismo. No processo de trabalho capitalista, os insumos, objetos e meios de trabalho, estão submetidos a uma orientação bastante específica, que é a finalidade da produção sob o signo do capital. Oliveira (2001, p. 56)

Como referenciado nos parágrafos anteriores, efetivamente tem ocorrido uma reestruturação do trabalho dos docentes, ligando-o a resultados mensuráveis, associados à avaliação de desempenho, processo constante de implementação, que traz inquietação e tensão no ambiente de trabalho, conforme a explicação da professora tutora:

Tenho um número específico de alunos sob minha responsabilidade que gira em torno de 400 a 500, dependendo da turma e do semestre. A correção dos trabalhos tem um prazo para ser entregue. Acontece que os alunos efetuam a postagem em cima do prazo e então tenho de 3 a 4 dias, às vezes, pra corrigir um volume enorme de trabalho. A coordenadora tem acesso ao sistema e controla o que estou fazendo; se não cumpro sou chamada para dar explicações (PT 1.)

Nesse contexto, paralelamente ao crescimento do número de matrículas, coordenadores e gerentes da instituição mobilizam professores, tutores e até mesmo alunos, na intenção de envolvê-los para o aperfeiçoamento do sistema, na busca de elevar a produtividade do trabalho. Tutores, alunos e professores, induzidos pela coordenação, são estimulados a incorporar os seus conhecimentos no sistema, e através de fóruns de discussão para esse fim, problematizam-se formas de melhorias para cumprimentos das tarefas.

2.1 A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE E A ATIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR EM MODELOS VIA SATÉLITE

Conforme Giannasi e Almeida (2005), o professor tutor na EAD via satélite deve ter no mínimo uma licenciatura, necessariamente na área de atuação. Este profissional tem como função exercer o papel de articulador das questões originadas nas salas de aula, mediando as inter-relações com as coordenações dos cursos, com os professores a distância, com os tutores de sala e com os alunos. Ainda é de sua competência intermediar as dúvidas e os questionamentos dos alunos e tutores de sala com os professores a distância, ao mesmo tempo em que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das disciplinas. Cabe também a este profissional a assessoria na condução e transmissão de instruções e informações extra-aula. É o professor tutor quem contribui para que o fluxo de informações, tanto originadas nas salas de aula quanto vindas dos professores, esteja em harmonia com as diretrizes e procedimentos previstos nos projetos pedagógicos dos cursos.

É importante destacar ainda que o perfil previamente estipulado no projeto de ensino pelas IES via satélite, exige determinadas características consideradas essenciais para o desempenho da função, quais sejam: o domínio de técnicas e habilidades em áudio, vídeo e informática, para tratar de forma específica os conteúdos integrados à proposta curricular; capacidade de organizar alternativas de aprendizagem para os alunos, tais como: leituras, entrevistas, etc.; capacidade de “fazer a ponte” fidedigna entre o professor a distância, o conteúdo, as atividades e o aluno, com criatividade, segundo a realidade local; utilização dos diferentes meios de comunicação (GIANNAZI, ALMEIDA, 2005).

De fato, esse novo profissional é uma figura-chave no processo educativo na EAD. O trabalho da tutoria é, nesse momento, uma das funções mais relevantes na modalidade EAD a ser estudada e abordada, uma vez que, conforme as atribuições que lhe são dadas, a atuação do tutor é decisiva para o sucesso da iniciativa e permanência do aluno até o final do curso.

Nesse contexto, particularmente entendemos o espaço do trabalho docente em um conjunto de conceituações que consideram o professor como um sujeito histórico, social e econômico, localizado em seu tempo e seu contexto. Questionamos o conceito de sacerdócio existente em décadas passadas e observamos o professor como um profissional que pertence efetivamente ao conjunto de trabalhadores. De maneira diferente do artesão em relação ao objeto, a atividade educativa atua sobre a consciência, sobre a conduta, sobre a prática social dos indivíduos.

Como sujeito epistêmico, o professor, de uma maneira geral, faz da transmissão de saberes e da transmissão cultural seu conteúdo de trabalho mais importante. Esta é uma das características que definem o trabalho docente e que permitem considerá-lo não como um trabalho simples, mas especializado.

Apesar de que, quase sempre, neste ofício, transmite-se um saber que não se produz, ao mesmo tempo em que, para poder exercer essa profissão é preciso um saber específico, fator que por si só distingue esse tipo de trabalho como um trabalho complexo.

Esta separação entre produção e reprodução tem efeitos sobre a relação do docente com o saber e, por consequência, em sua posição epistêmica e sobre sua autoridade social. De fato, é possível apontar alguns aspectos que levantam questionamentos sobre a legitimidade social do trabalho docente. Por exemplo, ao analisar as formas como se resolve a relação produção/reprodução do saber nas instâncias próprias do sistema de ensino, como a elaboração curricular, a formação e o desenvolvimento profissional docente, a elaboração de materiais de ensino e pesquisa além de livros textos, etc.

Entretanto, o docente, de uma maneira geral, recebe um saber específico, isto é, a especialização sobre a transmissão do saber, o que compreende uma função com dupla especialidade: as intervenções pedagógicas - no sentido de que alunos possam avançar em seus domínios de saberes - e o domínio dos campos culturais necessários à reprodução social.

Essa breve explanação tem a intenção de expor a diferença do trabalho simples, que teve maior atenção, em relação ao trabalho complexo, na análise marxiana, pois, segundo esta perspectiva, “o trabalho simples constitui, de longe a maior parte do trabalho total da sociedade burguesa, como se pode verificar a partir de qualquer estatística [...] Isso não impede que se reconheçam as múltiplas e diferentes qualificações dos trabalhadores” (MARX, 1974 p.144). Exatamente ao trabalho que exige qualificações, o autor denomina trabalho complexo.

A ideia de trabalho complexo era determinada pelas distinções na especificidade de trabalho e conforme o ofício fosse melhorado qualitativamente por treinamentos ou pela educação, o que certamente permitiria distinção entre um torneiro mecânico e um auxiliar de ferramentas ou, atualmente, entre um engenheiro e um técnico de construções.

A crescente introdução da mecanização na indústria e, mais recentemente, as novas tecnologias informáticas, exacerbaram a supressão da subjetividade do trabalhador no processo de trabalho. A exemplo do que observava Marx (2005), as atividades na mecanização da indústria passaram a ser reduzidas a trabalho simples desqualificado, cuja padronização permite que qualquer indivíduo as realize. Atividades estas que gradativamente foram se tornando predominantes ao absorver a maioria da parcela de trabalhadores naquela

época, e agora ainda mais, com a recente introdução das TICs, pois emprega a maioria das populações dos países.

O exemplo dado por Marx referia-se ao artesão, que tinha suas qualificações baseadas em sua experiência, aprendizagem, vivência, mas que foram sendo transferidas e incorporadas à maquinaria.

É assim que a propriedade privada se torna o meio de degradação do trabalho como condição natural da vida. Ela faz tornar insuficiente o meio e o objeto de trabalho. Assim, se o avanço técnico-científico libera o homem do trabalho imediato, ao mesmo tempo cria uma nova dependência alienada.

O trabalhador docente em instituições presenciais privadas tem experienciado a exploração de sua atividade de trabalho sob várias formas de precarização de trabalho. A exacerbação da precarização se verifica agora na modalidade EAD: a instituição privada reduz o trabalhador a simplesmente um *colaborador, tutor, auxiliar*, isto é, conforme verificamos nesta pesquisa, gradativamente deixa de ser o professor, o homem ou a mulher no exercício de suas potencialidades, para ser um trabalhador reduzido à utilidade que lhe é dada pela empresa educacional.

Ora, o trabalho docente na sua origem é, por excelência, uma atividade tradicionalmente autônoma e criativa com necessidades específicas de especializações. Com os novos padrões e a reestruturação introduzidos no setor da educação, principalmente pelas políticas neoliberais, tornou-se evidente a semelhança entre o processo de trabalho do professor tutor e o existente na introdução da maquinaria. Sendo assim, com os processos de simplificação e padronização, exacerbados pelo advento das novas tecnologias, a presente geração está testemunhando a destruição de sentido do trabalho docente, na medida em que seus saberes e suas especializações são absorvidos pelo sistema informatizado. Saberes gravados e disponibilizados para todos os demais e, principalmente, para os recém-contratados, sob o argumento do trabalho em grupo e cooperativo. Então,

[...] para que o trabalho seja atrativo, auto realização do individuo, o que de modo algum significa que seja mera diversão, mero entretenimento [...] os trabalhos realmente livres, como por exemplo, a composição musical, são, ao mesmo tempo, condenadamente sérios, exigem o mais intenso dos esforços. O trabalho de produção material somente pode adquirir este caráter: 1) se está colocado o seu caráter social; 2) se é de índole científica, ou trabalho geral, não esforço do homem enquanto força natural adestrada de determinada maneira, mas como sujeito que se apresenta diante do processo de produção, não sob uma forma meramente natural, espontânea, mas sim como atividade que regula todas as forças da natureza (MARX pp.119,120).

Em que pese seu caráter complexo, o professor tutor inserido na modalidade EAD tem sido obrigado a praticar uma atividade idealizada principalmente por setores da programação informática voltada para o trabalho simplificado. Ainda que utilize sua criatividade, esta é absorvida pelos meios tecnológicos e ele novamente passa a se submeter ao que lhe é exigido pela própria maquinaria informatizada.

Assim, as particularidades que incidem sobre o trabalho do professor tutor na modalidade EAD estão diretamente interligadas aos paradigmas atuais do mundo do trabalho. Para compreender as especificidades e o significado do trabalho para a construção da identidade do sujeito é necessário analisar este contexto, isto é, o que marca o mundo do trabalho contemporâneo.

Para Antunes (2007), o discurso atual das grandes empresas é a necessidade de que o trabalhador se qualifique. Segundo o autor, diante do excesso de oferta de mão de obra, a ideologia capitalista aponta a alternativa da qualificação, da busca da empregabilidade em todos os setores, inclusive na esfera do trabalho educativo.

Nesse panorama, pretendemos compreender como as transformações atuais repercutem na subjetividade do professor tutor, quais as implicações dessas mudanças e que estratégias subjetivas este sujeito elabora para enfrentar as demandas que lhe são impostas.

2.2 PROFESSOR TUTOR SOB AS NOVAS TECNOLOGIAS

A evolução da técnica é, na verdade, o acúmulo e a cristalização das experiências e do pensamento humano concretizados na matéria. No processo de trabalho, a tecnologia está estreitamente vinculada ao sistema produtivo, que tem como meta principal alcançar maior produtividade.

Com efeito, as sucessivas gerações herdaram técnicas que foram sendo aperfeiçoadas no desenvolver da história e permanentemente são atualizadas. Ela surge como fator primordial pela evolução da inteligência humana, devido à interação entre o raciocínio, ferramentas e a própria evolução técnica.

Por ser atividade humana, a técnica é também um produto social que, definitivamente facilita o desenvolvimento dos processos de trabalho e cristaliza em si as atividades anteriores à sua idealização. Efetivamente, a geração presente herdou técnicas que cumulativamente foram sendo aperfeiçoadas pelas sequências de gerações passadas e, historicamente estão sendo atualmente melhoradas e serão deixadas para as gerações futuras.

Isso significa que a tecnologia não é um fenômeno recente; é uma técnica que incide sobre eventos que já foram estudados e elucidados no âmbito de uma teoria científica.

Ademais, conforme Leroi-Gourhan⁵ (1983), o desenvolvimento e a difusão das tecnologias dentro de uma sociedade dependem de como a cultura valoriza a tecnologia, que por sua vez, depende da reflexão que acontece em torno do tema, de identificar quais são os problemas e benefícios dessas tecnologias, e não simplesmente receber os formatos prontos nos quais não se encontra sentido dentro dos universos simbólicos.

De todas as atividades humanas a técnica é a única que nunca retorna ao seu ponto de partida: repensa-se Platão a cada geração, não se repensa as técnicas, se as aprende: os milhões de encontros entre os operários e as ferramentas fazem com que elas sejam aperfeiçoadas, cumulativamente, não melhorias insensíveis, como evoluem os seres vivos. De maneira que as técnicas, produto do pensamento humano, têm uma vida que escapa a humanidade individual, cada um as toma no ponto em que elas se encontram e elas correm a sua frente até a geração seguinte (LEROI-GOURHAN, 1983, p.86-7).

Ao se analisar o aspecto envolvente da tecnologia e se determinar introduzi-la em meio às atividades humanas, acaba-se por valorizar excessivamente a maquinaria informática em detrimento de modelos e práticas importantes, diante da promessa do “novo”.

Como as tecnologias estão cada vez mais incorporadas aos processos de trabalho, aos sistemas sociais e a infraestrutura física, torna-se mais complexo o entendimento da divisão do trabalho, da mesma forma que, em muitas vezes, o aspecto geográfico e contratual ampliados, estabelecidos pela globalização, cooperam para separar a atividade mental da manual, dificultando a percepção de suas interconexões.

Nesse sentido, quando os trabalhadores estão em locais diferentes e ligados apenas por plataformas de software, tendo em comum somente uma descrição da rotina de trabalho, acabam por tornarem-se invisíveis.

Por isso, é difícil compreender o trabalho do professor tutor no atual processo de desenvolvimento da modalidade EAD sem uma análise das relações entre os diferentes formatos existentes. A análise apurada desse contexto é que tornaria possível obter uma visão na relação funcional entre o trabalho docente na modalidade EAD e o sistema capitalista.

Assim, é imprescindível verificar as pressões contraditórias que dão forma ao remodelado trabalho do professor tutor, que simultaneamente gera novas aberturas para as inovações e novos conjuntos de habilidade, associadas às tecnologias emergentes, enquanto padronização e desqualificação, ou até mesmo a realização de atividades obsoletas.

A instauração de um novo paradigma nas relações de trabalho exigidas na EAD traz consigo uma nova configuração ao professor, agora denominado professor tutor, caracterizada

⁵ André Leroi-Gourhan criou o conceito científico de cadeia operativa aplicada à tecnologia lítica pré-histórica. Este conceito representa a sequência dinâmica que se dá à produção de artefatos líticos, desde quando se recolhe a matéria prima, até seu desuso passando pelas diferentes fases de fabricação, de sua utilização e de sua reconstrução e reutilização.

pela mudança dos meios de trabalho (novas tecnologias), das incertezas pessoais representadas pelas novas formas de contratação e de envolvimento com o próprio trabalho.

Ora, o professor é atraído para esse trabalho, em parte, pela possibilidade de seus conhecimentos serem transmitidos para milhares de estudantes, a ponto de entender conforme expõe a professora “eu achava que poderia fazer muitas coisas na EAD. Ajudar milhares de alunos a conhecer a cultura, enfim compartilhar meus conhecimentos” (pt2).

Alguns professores mais céticos insistem que o que eles fazem não pode ser automatizado, e estão certos nisso. Porém, em detrimento do próprio ensino, o trabalho do professor tutor está caminhando rapidamente para a total automatização, conforme a instituição Y informa em seu site: “A partir do segundo semestre de 2013 forneceremos a modalidade *Online* com aulas totalmente gravadas. O aluno poderá fazer o curso integralmente sem precisar ir à universidade”.

Isso é um forte indício de que a centralidade não está na educação oferecida, mas na redução de custos, logo, no aspecto financeiro. É assim que a instituição Y assimilou as orientações da EDUCOM, consórcio acadêmico-empresarial que criou a infraestrutura de aprendizagem que busca investigar detalhadamente a prática do professor. A partir disso orientou as instituições para a fragmentação do trabalho do corpo docente de forma idêntica à taylorista clássica de tarefas distintas, no sentido de determinar quais as partes que podem ser automatizadas ou terceirizadas. Surge daí a função do professor tutor.

O presidente da EDUCOM Robert Heterich acreditava que os cursos, palestras e a avaliação poderiam ser padronizados e mecanizados: “o potencial para remover a mediação humana em algumas áreas, e substituí-la com a automação é enorme” (NOBLE, 1998).

De fato, é isso que tem acontecido nas instituições privadas. A racionalização do trabalho que ocorre nesse processo simplifica e, por conseguinte, aumenta a produtividade do trabalho docente ao viabilizar o aumento do número de alunos por professor em escala sem precedentes.

Grande parte do trabalho é a tarefa de se adaptar ao mecanismo tecnológico, saber manusear os programas, observar rigorosamente o tempo de entrega das correções de trabalho e provas de alunos. A margem do que pode ser alterado no processo de trabalho também é restrita (PT 3).

Dessa forma, um dos requisitos fundamentais para a contratação de um professor tutor é a habilidade no uso da tecnologia como forma de mediar e sanar as dúvidas dos alunos e contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de rotinas de trabalho postas no sistema.

Assim, tanto a dimensão midiática como a automatização proporcionada pelas TICs colocam a necessidade de um novo modelo de professor, flexível e polivalente, isto é, na linguagem atual, que seja qualificado para o manejo do aparato tecnológico.

Esquemáticamente, isso demonstra que o trabalho docente está envolvido em uma série de diferentes atividades que são cruciais para o desenvolvimento do próprio sistema capitalista.

Logo, as transformações estruturais que o sistema empresarial atravessa, a horizontalização, o aumento da carga de trabalho, paralelamente à introdução intensa das TICs, exigem novas habilidades dos professores, porém a finalidade continua a mesma: a intensificação da exploração do trabalho.

O “trabalho polivalente”, multifuncional, qualificado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas [...] tem como finalidade a redução do tempo de trabalho. [...] De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho (ANTUNES, 2000, P.52).

É justamente esta demanda por habilidades adaptativas e comportamentais que requer padrões mais flexíveis (toyotistas) de organização do trabalho. A administração participativa contempla uma qualificação de selo generalista com vistas a estimular nos trabalhadores a “colaboração” com a gerência através de atitudes comportamentais.

Ademais, a análise que Bianchetti (2001) faz dessa situação é que se tornam perceptíveis a formalização e a troca dos saberes tácitos⁶ de uma forma rápida e intensa em razão da utilização das TICs. É necessário ressaltar aqui que o saber tácito mencionado não se refere ao saber escolar, ao processo de ensino/aprendizagem que pratica o professor EAD, mas trata-se de como ele se utiliza e adequa o aparato tecnológico no trabalho de transmissão dos conteúdos escolares.

No começo, cada professor tutor tinha uma maneira de orientar, de enviar mensagens, de fazer o controle das notas. O pessoal da área técnica foi copiando o que era mais prático de cada professor e padronizou o formato do trabalho. Agora somos instruídos a obedecer a um sistema já pronto como se fosse um *telemarketing*. O professor que não consegue entrar no esquema quase sempre é demitido (PT 5).

⁶ Para Nonaka e Takeuchi (1997), o saber tácito é altamente pessoal e difícil de formalizar, tornando árdua a tarefa de comunicar ou partilhar com outros. Compõem-se de perspectivas subjetivas, intuições e palpites, está profundamente enraizado nas ações e experiências de um indivíduo, bem como nos ideias, valores ou emoções que se abraça. Segundo os autores, o conhecimento tácito pode ser dividido em duas dimensões: dimensão técnica, que engloba o tipo de capacidade informais e difíceis de definir. A outra dimensão é a cognitiva: consiste em esquemas, modelos mentais, crenças e percepções.

Neste novo contexto, pode-se supor que, ao ser invadido no seu espaço particular e ao ter formalizado e tornado universal seu saber tácito, o trabalhador tenderá a ver reduzido o seu poder de barganha pela transferência de seus saberes para a empresa através das novas tecnologias. O resultado disso se apresenta, entre outros fatores, pela imposição de uma remuneração mais baixa, o que desestimula os professores, e pela falta de reconhecimento profissional.

Pelas condições socioeconômicas aqui envolvidas, pode-se afirmar que há uma simplificação do trabalho docente em razão da padronização de sua atividade e uma consequente desvalorização da atividade do professor nessa modalidade.

Marx (1985), ao analisar as condições de desenvolvimento do capitalismo, oferece os fundamentos que posteriormente Leontiev (1978) utilizaria para analisar a subjetividade do trabalhador como decorrente da sua atividade e, como uma forma de determinação social, é influenciada pelo seu valor de troca.

Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor de troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor de uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel-moeda retirado da circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor (MARX, 1985, p.492).

O que o pensamento marxiano quer revelar é a desvalorização do trabalhador quando a maquinaria assume atividades até então feitas pela força de trabalho, levando-o ao desemprego ou fazendo baixar o valor de seu salário. A partir do advento das novas tecnologias na educação, especialmente na EAD verifica-se que algumas atribuições do professor começam a ser padronizadas e simplificadas, como por exemplo, a correção de provas:

Em meados do ano de 2012, a instituição começou a testar o sistema de correção automática de provas. O teste foi feito com a ajuda de uns três professores tutores. Era assim: o aluno fazia a prova e alguém lá no polo local lançava as respostas no sistema, que fazia a correção automaticamente. Na época desconfiamos disso, pois, se a correção é automática não precisa do nosso trabalho. E foi isso que aconteceu, logo em seguida foram dispensados mais de 100 tutores. Não pode ser coincidência. (PT 5).

O depoimento desse professor indica situação idêntica ao problema da maquinaria a que se referia Marx (1985). Com efeito, nesta situação o professor é levado a aprender a lidar com as novas tecnologias, deixando de lado aspectos de sua formação. O trabalho docente é

redefinido em termos de qualificação e polivalência ditadas pelo manejo das TICs nos moldes do trabalho operário, em detrimento do trabalho voltado para a pesquisa e reflexão, próprio à elaboração de aulas. Sua especialização é, assim, preterida em favor de uma qualificação de cariz operário.

Dado o avanço das tecnologias no contexto atual do mundo do trabalho, observa-se a ênfase na qualificação e polivalência, entendidas como atributos necessários ao trabalhador contemporâneo, aquele que se adapta a situações diversas e atua em diferentes postos de trabalho com competências múltiplas somando eficiência e produtividade.

Em uma modalidade de ensino cujo principal alvo é a quantidade de alunos, tal padronização que promove a simplificação das atividades docentes representa uma estratégia eficaz para ampliar o número de estudantes por professor. Conforme relata uma professora:

Nós padronizamos um modelo de correção de trabalho dos alunos. Assim o tutor a distância que entra pode aprender rapidamente a corrigir os textos. Se não for assim, a gente não consegue vencer, porque são muitos alunos para cada tutor. Já tive uns 600 sob minha responsabilidade num semestre. (PT3)

Em vista disto, para os novos docentes inseridos nesse processo, a questão da aplicação de conteúdos importantes, que correspondem diretamente à sua especialização, fica em segundo plano. É isto que se depreende da fala de uma professora tutora convidada para ministrar aulas:

Sou tutora, mas, fui convidada para dar aula de uma determinada disciplina no lugar de uma professora demitida. A coordenadora pediu que eu assistisse à aula gravada, pra ver o conteúdo e aproveitar os *slides* que ela tinha feito. Não conhecia a disciplina por isso tive que pesquisar na biblioteca digital e assistir a aula dela muitas vezes. A vantagem é que os conteúdos estão prontos em *slides*. O trabalho que tive foi ler os slides para os alunos sem precisar me aprofundar. Tive a oportunidade de dar essa aula e aproveitei apesar de que esta matéria não é minha especialidade. (PT3)

Essa professora, ao que parece, para ministrar a aula simplesmente leu diante das câmeras os *slides* preparados por outra professora. Isto é, ao ministrar a aula não se aprofundava nos conteúdos, em razão de que ela não tinha domínio do tema a ser estudado. Isso só é possível porque todo o conteúdo da aula, sua fala, os documentos utilizados, foram gravados pelo aparato tecnológico da instituição e disponibilizado para outro professor com menos conhecimento do tema. Ressalte-se que esta forma de ministrar aula é facilitada pelo fato de que os alunos estão em locais distantes e não é possível um questionamento de conteúdos diretamente ao professor.

É por isso que a ênfase na quantidade em detrimento de conteúdos educativos mais profundos lembra aquilo que Coriat (1976) denomina como a chave do sistema taylorista/fordista: a expropriação do saber-fazer do trabalhador pela padronização dos procedimentos de trabalho.

Porém, agora devido às características do trabalho pedagógico, a ênfase é desviada da dimensão física das atividades produtivas, visto que as dimensões temporais e espaciais deixam de ter importância para a execução do produto final no ensino. As novas exigências de planejamento e produção do produto-aula se deslocam para a adequação a sua forma que facilita o seu objetivo de, como serviço, ter que circular. A grande preocupação é atingir um consumidor desconhecido, que não tem sequer como ser identificado pela demarcação no tempo e ou no espaço em que buscará o produto. A padronização inicial dos tempos e movimentos parecem ser recursos que permitem a equalização das atividades de ensino, mas para a sua preparação para circulação: são modos de caber nos recursos midiáticos. Isso já não tem mais relação direta com o que se deu nas origens do taylorismo e nos parece duvidoso atribuir todas as transformações à busca de apropriação da capacidade de ideação, tal como se fosse possível um retorno ao que foi inovador na taylorização e padronização do trabalho físico: para o que agora se manifestaria como a intensificação da exploração da mais valia das capacidades cognitivas do trabalho vivo.

No caso, a redução do saber complexo aos seus elementos mais simples mina aquilo que parecia conferir a autonomia sobre os procedimentos do trabalho docente em um ensino direto, circunscrito à sala de aula, com graves consequências à sua criatividade. Assim posto, estamos examinando se justamente aquilo que, nos processos tradicionais, caracterizava a atividade docente, deixa de existir pela alteração do meio de mediação do ensino, que passou a ser tecnológico. De modo análogo, é como se inquiríssemos se as capacidades de promover e educar as emoções, a percepção estética e a lógica crítica fossem destruídas quando esse processo passou a ser apresentado sob outras condições técnicas e mediadoras.

Pensamos que, inicialmente, a afirmação da sua simplificação e mecanização do processo de trabalho docente na EAD é o que permite dispensar o trabalhador docente ou trocá-lo por outros contratos com salários base inferiores; o que é visto como uma oportunidade para o professor tutor, em que pese essa competição ocorra em todas as formas de trabalho sob o capitalismo.

Na realidade, os organizadores da instituição se utilizam da infraestrutura on-line para determinar a forma dos cursos e imprimir um trabalho docente mais racionalizado com suas partes bem estabelecidas e a um menor custo. Como os cursos serão oferecidos como produtos a serem vendidos e comprados por quem não se conhece, não podem ter muitas

variações. Assim, ocorre a eliminação de disciplinas, o enfraquecimento de poder de barganha com relação à empregabilidade e outros benefícios trabalhistas e, em última análise, a redução de postos de trabalho. É o que se depreende da fala de uma professora PD:

Em 2012 foram demitidos mais de cem (100) tutores. Antes funcionava assim, o coordenador acadêmico faz determinada função, tutor a distância determinada função, tutor presencial determinada função. A instituição está começando a colocar o tutor presencial pra fazer tudo isso, junto com o coordenador acadêmico. Acabou a tutoria à distância. Imagina sobrecarregar o tutor presencial com tudo isso, para dar conta de várias salas de 40 alunos. Acabou o tutor à distância. E aí? Como faz? (PT 2).

Embora frequentemente um modo operatório seja imposto ao professor tutor à distância, o processo de expropriação do seu saber-fazer nunca se esgota completamente. Antes, retroalimenta continuamente certos parâmetros que escapam aos idealizadores e planejadores do trabalho. O formato da aula, a forma de correção, o contato com o aluno e outras atividades do trabalho docente na EAD é idealizada em conjunto por coordenadores de cursos e coordenadores da área de informática da instituição, os quais têm relação com o saber tácito, que decorre de sua experiência concreta nascida do cotidiano particular de trabalho nos moldes tradicionais.

É assim que se aperfeiçoam os *softwares* do EAD nas instituições, o que alude ao processo de reificação⁷ do trabalho vivo pela prevalência do trabalho morto descrito por Marx (1966). As aulas que o professor recém-contratado encontrou gravadas e embutidas nos sistema de informação da Instituição, isto é, o trabalho morto, são os saberes tácitos, reificados, dos docentes que o antecederam.

É importante ressaltar que tal reificação é ensejada, em grande medida, pela mediação da gestão participativa e seu discurso da colaboração com a gerência. Wolff (2005) analisa como a informatização dos processos de trabalho é aplicada sob os princípios toyotistas, dos quais decorre a gestão participativa concorre, para a reificação da criatividade do trabalhador:

Sob o arrimo dos dois pilares mestres de tal reestruturação: a informatização da produção e as novas formas de organização do trabalho, ambas amplamente

⁷ O termo reificação remete à inversão entre o sujeito da produção e os instrumentos de trabalho, assinalada pela introdução da maquinaria no processo produtivo. Resulta na prevalência do trabalho morto (máquinas) sobre o trabalho vivo. Sua origem é do período da primeira Revolução Industrial, e diz respeito à conversão do trabalho vivo em mero mediador das máquinas que, assim, passaram a intervir como as reais depositárias da complexidade das atividades produtivas e, por conseguinte, a ditar o *modus operandi* dos processos de trabalho. Ao converter o trabalho vivo em mais um fator (coisa) de produção, inaugura-se uma nova concepção de qualificação em que os saberes operacionais passam a ser empregados tão-somente para amplificar as potencialidades postas na maquinaria, em detrimento do saber calcado em um desenvolvimento empírico autônomo. (WOLFF, 2012)

baseadas nos preceitos da Qualidade Total, os trabalhadores são constrangidos a pensar para o capital. Logo, segundo a lógica daqueles que os exploram (WOLFF, 2005, p. 78).

Nesse mesmo sentido, Bianchetti (2001, p. 161) afirma que, apesar de paradoxal, posto que padronização e flexibilidade sejam termos contraditórios, “o objetivo de padronizar produtos e serviços está no âmago das propostas de reestruturação de qualquer empresa em busca da Qualidade Total”. Para os trabalhadores envolvidos nesse processo, esse paradoxo se traduz da seguinte maneira: “se não explicitam seu saberes, objetivando-os em criações, não são contratados ou são dispensados/demitidos; se os explicitam, serão expropriados em seus saberes e nas condições humanas materiais de produção da sua existência” (BIANCHETTI, 2001, p. 189).

O autor refere-se a este quadro como neobravermaniano, ou seja, que as novas formas de organização do trabalho estão mescladas aos velhos padrões tayloristas para aperfeiçoar as potencialidades das TICs, deixando aos trabalhadores-operadores a discrepante tarefa de cumprirem “funções prescritas, que são saberes tácitos objetivados em *softwares*” e “dar respostas singulares frente a eventos imprevistos” (BIANCHETTI, 2001, p. 195).

Entretanto, não é possível desqualificar o contexto experiencial e cultural deste professor. Na realidade, é neste espaço que lhe é permitido resignificar suas ações, seus anseios e forma de conceber o mundo. Entretanto, na execução do trabalho parcelado educativo, visto como uma particularidade própria da modalidade EAD, o professor tutor não ministra aulas. A ele cabem outras parcelas do processo, fator que incide diretamente sobre seu desenvolvimento profissional.

A fragmentação das funções e a falta de uma efetiva participação na elaboração e concepção da disciplina tornam o professor tutor um mero conferidor de gabaritos e de tarefas, descaracterizando seu ofício de professor. Isso acontece porque o setor técnico absorveu os conteúdos das disciplinas e programou os computadores, a fim de que o sistema pudesse armazenar dados que o próprio professor, com seu conhecimento, ajudou a alimentar. Esta é a síntese de conhecimentos esparsos e práticas no trabalho docente, que nascem a partir das diferentes oportunidades e da própria subjetividade de cada professor. Estas experiências, tipo de interação discursiva, desenhos das tarefas, entre outras, são apreendidas e sistematizadas pelo sistema informatizado fazendo com que, a partir de agora, o trabalho seja uma espécie de vigilância às máquinas.

Ora, no âmbito educacional, o pressuposto é que as escolas devam ser estruturas relacionais entre pessoas. Considerando que o homem se faz pela interação social, pelas relações entre os homens e por sua ação sobre o mundo, as atividades docentes exigem

requisitos nas áreas de relacionamentos humanos, na empatia entre educador e educando. E esta interação só acontece quando é dialógica e todos os participantes atuam para construir conhecimentos significativos.

Ocorre que, com as TICs, o corpo técnico das instituições, nas várias modalidades educativas e agora muito mais na modalidade EAD, transformam as especificidades de trabalho em programas de computador que são introduzidos no sistema informatizado das instituições. O corpo funcional já não precisa ter tanto conhecimento sobre a disciplina, mesmo porque muitos destes saberes se tornaram caminhos digitais, isto é, uma sequência de instruções escritas em um computador com o objetivo de executar tarefas específicas. Esta facilidade que as TICs proporcionaram é semelhante àquela tida outrora nas organizações burocráticas, e muito importantes para explicar o processo atual de globalização.

De fato, o sistema globalizado precisa de um sistema confiável de registro e transferência de riquezas, de homogeneizações, em razão também das empresas transnacionais não se fixarem mais nos países. Portanto, o processo educacional perde a sua integridade original e nesse modo de organização e administração do capital, segundo Noble (2000), a instrução superior tem se transformado em um conjunto de *commodities*⁸ que, ao final de cada curso, torna-se uma atividade não de transformação do mero indivíduo biológico em um ser humano, devido à transmissão e interiorização da cultura, mas uma atividade que se concretiza em lucros para os detentores das empresas de ensino.

Nessas condições, os professores, especialmente em instituições privadas, foram transformados de educadores em produtores de tais *commodities* e submetidos ao regime de produção de mercadorias como em qualquer outra indústria; e os alunos, logicamente, tornaram-se consumidores da matéria prima educação. Nesse caso, a relação entre professor e aluno é estabelecida por meio do mercado, de forma alienada, e a sua compra e venda se apresenta como o mercado da educação, porém sem o conjunto de peculiaridades necessárias ao processo como um todo.

Portanto, os educadores, agora efetivamente caracterizados como trabalhadores do setor da educação, passam a enfrentar a realidade da produção de serviços, sem a rotinização da produção, mas com uma maior disciplina de trabalho e supervisão gerencial.

Na atividade do professor tutor que atua no modelo semipresencial da EAD verifica-se este processo na redução da autonomia, na insegurança do contrato de trabalho, na

⁸ Conforme Rebouças (2011), *Commodities* é um termo inglês que significa mercadoria, sendo um termo de referência para produtos de base, em estado bruto, considerado matéria prima. É também aquele produto que apresenta grau mínimo de industrialização. Em geral, as *commodities* são mercadorias de nível primário, propensas à transformação em etapas de produção, apresentam nível de negociação global. São suscetíveis a oscilações nas cotações de mercado em razão de perdas e ganhos nos fluxos financeiros no mundo. São negociadas no mercado físico, seja para exportação ou no mercado interno, e nos mercados derivativos das Bolsas de Valores e contratos futuros.

apropriação pelo empregador do produto do seu trabalho, e, acima de tudo, nas pressões para a redução do custo de produção, que se realiza, sempre pela intensificação da utilização da força de trabalho humana, ainda que subordinada à minimização do número de trabalhadores, o que se concretiza por meio de demissões.

Dessa forma, a mercantilização do ensino, de uma maneira geral, conduz invariavelmente à precarização do trabalho docente, mas que, como em todos os tempos de grandes transformações tecnológicas, é exacerbada e atualmente é sustentada pela recuperação das ideias do ensino a distância. Alterações que resultam em uma mudança significativa na transmissão do conhecimento e interação entre professor e aluno.

Tais elaborações já são apreensíveis, por exemplo, na organização do trabalho na instituição Y, onde o modelo implica, conforme foi visto, na divisão do trabalho educativo no qual o aparelhamento e suas diretrizes são centralizados e concebidos por um grupo de coordenadores, cabendo ao professor a distância e professor tutor colocarem em prática essas determinações.

Os professores recebem um modelo de roteiro para as aulas. Nele está determinado o tempo de abordagem dos diversos assuntos. Tem dois problemas, o primeiro é o professor que trabalha meio que limitado e o segundo é mais complicado ainda porque depois o tutor é quem corrige e dá notas. Desse jeito o trabalho é dividido e não sabemos o que cada um pensa (PT 3).

De fato, é comum na indústria a separação entre concepção e realização da atividade de trabalho, cujo objetivo é o aumento da produtividade. Entretanto, conforme o depoimento acima, a fragmentação do trabalho docente acarreta de fato consequências importantes para o trabalho do professor. Principalmente para o professor tutor, pois, por não ter elaborado a aula e não ter tido contato com nenhum outro material, tem seu trabalho dificultado por ocasião da orientação ao aluno. Isso porque um é responsável por ministrar aulas e o outro, alheio ao conteúdo dessa mesma aula, tem a responsabilidade de corrigir o que não elaborou.

Se o modelo de Educação a Distância se inclina em direção a um regime universitário de treinamento de aluno em detrimento da constituição do pensamento crítico, da capacidade técnica e metodológica para o desenvolvimento da ciência próprios do ensino superior, na mesma medida acelera o movimento em direção à simplificação do trabalho docente. Dentro do universo de trabalho na EAD, coordenador, conteudista, professor a distância e professor tutor, os primeiros prejudicados são os professores a distância (PD), cujo trabalho aos poucos está sendo dispensado, seja em razão dos novos cursos *online* - que se utilizam das aulas que já foram ministradas anteriormente por esses mesmos professores, isto é, são serviços que depois de concretizados, são gravados pela instituição e vendidos como qualquer outro

produto adquirido no mercado - seja por terem as suas atividades exercidas por professores tutores, contratados a salários mais baixos, conforme explica a professora tutora:

Apesar de eu ser tutora fui convidada a gravar 10 aulas da disciplina História da Educação pelo valor total de R\$ 138,25. Achei aquilo uma ofensa, mas como se tratava de uma experiência nova, aceitei. Depois fiquei sabendo que as aulas ficaram disponíveis no sistema para os alunos que iam sendo admitidos no curso de pedagogia (PT3).

É nesse sentido que o desenvolvimento da Educação a Distância permite que haja uma crescente forma de reestruturação do trabalho docente. No centro dessa transformação está a mudança de um trabalho que era visto como missão dos seus trabalhadores para uma área lucrativa na prestação de serviços. A instituição, por sua parte, indica claramente que se trata de um mercado onde a relação custo-benefício tem que ser favorável ao capital e, portanto, gerar lucro. O indivíduo é cliente, consumidor e não mais um sujeito social. É assim que divulga em seu site um dos diretores da instituição Y:

No Ensino Superior, nossa administração promove a revisão periódica, tanto do projeto pedagógico para cada curso de graduação individualmente, como na inovação de metodologias de ensino-aprendizagem que visem à diminuição de custos. [...] dessa forma, buscamos manter uma percepção positiva da relação custo-benefício por parte dos diferentes tipos de clientes e assim converter em captação e retenção de nossos alunos.

Na universidade Y, considerada por seus dirigentes a mais avançada e maior do país, o processo de trabalho é distribuído a um grupo de especialistas nas áreas de designers, desenvolvimento de conteúdos, professores especialistas, professores conteudistas e tutores. No ensino tradicional ou presencial um único professor realizaria a tarefa que envolve uma aula. Em vez disso, na EAD cada trabalhador faz apenas sua parte, com muito menos controle e conhecimento sobre o processo.

Estas diversas distinções apresentadas nos possibilitam uma melhor caracterização das transformações ocorridas no trabalho docente, e até generalizar este estudo para outras categorias, pois a experiência ocorrida na modalidade EAD precisa ser mostrada, tendo em vista que a precarização que se instala nesse setor incide diretamente sobre a educação já precária no Brasil.

Por isso, com base nos argumentos até aqui expostos, isto é, a introdução das novas tecnologias, a mercantilização da educação no cenário neoliberal mundial e brasileiro e suas consequências para as atividades de trabalho na EAD no Brasil. A seguir, tentaremos elucidar o trabalho docente na EAD e as implicações para a subjetividade do professor tutor.

2.2.1 O objeto da escolarização

Uma das características principais da EAD é a separação física entre professor tutor e aluno, isto é, a questão espaço e tempo. Por sua vez, a atividade do trabalho educativo é caracterizada pela atuação do homem sobre a consciência de outro homem, portanto, pretendemos aqui analisar a atuação do docente em sua atividade de trabalho sobre a consciência do estudante.

A reflexão de Lukács (1981) aponta que o mundo dos homens é um complexo de complexos⁹, no qual predomina o trabalho e outros modos de objetivações, chamado pelo autor de complexos sociais. Estas complexas objetivações têm a característica de atuar na relação homem-homem, formando, portanto, posições teleológicas¹⁰ secundárias no sentido de atuar sobre a consciência do homem ou mesmo de um conjunto de homens envolvidos no processo de trabalho ou de educação.

Os processos teleológicos secundários têm a função de:

conseguir que um homem (ou um grupo de homens) realize posições teleológicas concretas. Este problema aparece assim que o trabalho se tornou social, baseado na cooperação entre vários homens. Portanto, esta forma de posição teleológica, na qual o fim posto é imediatamente um fim elaborado por outros homens e aparecem em um nível muito primitivo (LUCÁKS, 2004, p.103).

A distinção entre trabalho e os complexos sociais não supõe uma compartimentalização nem separação entre uma estrutura e uma superestrutura, mas permite perceber as funções sociais desempenhadas pelo trabalho e pelos complexos sociais, do mesmo modo que as particularidades assumidas em cada momento histórico. As teleologias secundárias introduzem e atuam sobre os interesses sociais, que no caso das sociedades de classes, motivados pelo senso de pertencimento, das lutas de classes, são contraditórios e antagônicos (LUKÁCS, 2004).

Assim, os complexos sociais têm como particularidade e funcionalidade garantir a reprodução social, gerando uma determinada organização das relações sociais.

As particularidades entre trabalho e complexos sociais tratadas até aqui não determinam que estes, por sua autonomia, não tenham relação com a posição teleológica e a

⁹ O mundo dos homens dado e transformado se configura como uma totalidade para o ser social. Trata-se de um todo composto por uma série de relações complexas, processos complexos, designado por Lukács (2004), como complexo dos complexos.

¹⁰ Teleologia: objetivo de determinada ação, projeção do resultado de uma ação, fim.

transformação da realidade mediante a objetivação. Pelo contrário, os complexos sociais, ao atuar sobre as relações sociais, se encontram atravessados pelos interesses sociais contraditórios. É nesse sentido que para Lessa (2007), o ato de trabalho requer o conhecimento dos meios e fins destinados a transformar uma posição da natureza, enquanto os complexos sociais buscam desencadear certas posições teleológicas em outros indivíduos, com as quais são necessários outros meios e fins, destacando-se entre eles a educação.

É por esse desenvolvimento que é possível afirmar que a educação é um dos complexos sociais que atua sobre a reprodução das relações sociais capitalistas vigentes, isto é, em suas origens, o professor faz parte das estratégias desenvolvidas pela classe dominante para atuar sobre as questões sociais.

Se a função social do trabalho é gerar a produção e subsistência do ser social, os complexos sociais estão dirigidos para atuar sobre as relações sociais vigentes, isto é, intervir nos vínculos desenvolvidos pelos próprios homens. A teleologia secundária dos complexos sociais é um tipo de ação que opera nas relações sociais e humanas, incidindo sobre os atos de consciência dos indivíduos e grupos, mobilizando forças psíquicas relativas a valor, hábitos, atitudes, normas sociais, processos educativos, políticos, etc. Nestas posições secundárias o material da posição de fim é o homem, suas relações, suas ideias, seus sentimentos, suas vontades, suas atitudes (LUKÁCS, 1981).

Esta distinção apontada entre teleologias primária e secundária faz alusão a que a primeira atua sobre uma causalidade dada, que em geral reproduz processos físico-químicos, enquanto a segunda atua sobre um nível do ser social que sempre tem uma margem de liberdade e ação, já que diante de cada decisão o indivíduo tem uma pluralidade de alternativas frente às quais deve eleger e atuar.

É por isso que a função social que desempenha o trabalho docente dificulta a anteposição de categorias vinculadas ao processo de trabalho, como o objeto de trabalho, os meios ou instrumentos de produção e o produto do trabalho.

Mesmo com essa dificuldade entendemos que o objeto do trabalho do professor é a consciência do aluno. Mas como se realiza esse processo numa modalidade na qual o instrumento mediador utilizado pelo professor não é a fala nem o giz? Como se dá o processo de trabalho do professor tutor mediado pelas novas tecnologias?

2.3 ALIENAÇÃO DO TRABALHO NO SISTEMA EAD

A crise do capitalismo contemporâneo e a necessidade de um novo padrão de acumulação fez emergirem as tecnologias da informação e comunicação como seu novo vetor

de acumulação. Transformou a educação e outros segmentos organizados e geridos predominantemente pelo setor público, em alvos de crescente investimento privado.

Uma vez privatizados, esses setores passam a ser geridos de acordo com a lógica do capital, centralizada na acumulação e lucro. O principal objeto dessa gestão é o trabalho, fonte de valor. Entretanto, o trabalho docente não produz mercadoria, se considerarmos mercadoria como um “objeto externo, uma coisa, a qual, pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (MARX, 1984, p.45).

O docente produz conhecimento a ser comunicado a alunos, a EAD potencializa esse objetivo no momento que possibilita aumentar substancialmente o número de estudantes. Porém, utilizam-se de meios televisivos e internet, cujo valor não se encontra nos meios de produção (equipamentos usados para a comunicação), mas na atividade da elaboração e comunicação do conhecimento (trabalho vivo), considerando as aleatoriedades e a natureza criativa do processo educativo.

A utilidade da comunicação do conhecimento (valor de uso) está na orientação que estimula a uma determinada ação, instrumental ou intelectual, isto é, o valor da aula transmitida pelo professor, produto de seu trabalho, é também produto de trabalho vivo, pois produz a ação do aluno.

De um modo geral, o trabalho docente é de difícil redução a trabalho abstrato. Seu valor reside nas próprias qualidades concretas do professor (conteúdo, afetividade, empatia, etc.), embora no sistema EAD essas qualidades tenham que ser replicadas sobre um suporte comunicacional para que o capital nele investido possa se reproduzir e acumular.

Nessas condições, considerando a distância entre o professor e o seu objeto concreto de trabalho, o aluno, a mercadoria a ser produzida não seria a teleaula ou textos educacionais, mas a maior quantidade de consciências (alunos) que esse modelo educacional pudesse capturar, sendo essa quantidade de alunos o real valor de uso que interessa para a instituição, para assim obter a realização do capital cultural investido.

Entretanto, considerando o conceito de trabalho ser determinante no entendimento da constituição do sujeito, cabe aqui uma melhor precisão, visto que o significado do trabalho pode mudar de acordo com o contexto que é aplicado.

Manacorda (1991) explica que o termo trabalho pode expressar tanto a atividade do trabalhador como o resultado dessa atividade. Em ambos os casos, estão intrínsecos o processo de alienação e o sentido de atividade vital, o primeiro traduzido pelo autor por sentido negativo do trabalho. Já nos escritos de Vigotsky (1989), prevalece o aspecto vital do trabalho, sem desconsiderar seu caráter alienante.

A propósito, o trabalho alienado, como produtor de capital, é uma hipótese da economia política, apreendido juntamente com os fundamentos da teoria da mercadoria, divisão do trabalho, propriedade privada, entre outras (MARX, 1844).

Nessa concepção, o trabalhador aparece como mercadoria. A teoria marxista explica a alienação do sujeito que trabalha em seu objeto: o trabalho é incorporado ao objeto e cria uma força independente do produtor. Assim, quanto mais produz, mais valor é criado e em contrapartida, menos valor seu trabalho tem.

No processo analítico da história, Marx aponta pelo menos cinco formas de alienação: alienação religiosa, na qual o homem cria a religião e a Deus; alienação filosófica, aquela na qual a filosofia não reflete a realidade autêntica; alienação política, onde a classe dominante utiliza o Estado como instrumento de dominação; alienação social, caracterizada pela divisão de classes, e a principal delas, alienação econômica ou de trabalho, que representa a causa das demais alienações (MARCUSE, 1972).

No texto *Ideologia Alemã*, Marx & Engels (1994, p.78) explicam as concepções de Hegel e Feuerbach sobre o tema alienação. Na concepção marxista, Hegel, entende que alienação tem uma conotação positiva, a realidade é a ideia, o espírito: “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante”. Esta ideia é dialética, e tem em si mesma uma contradição: leva o indivíduo a sair de si mesmo, a alienar-se a um pensamento. Para o segundo autor, Feuerbach, o conceito tem uma conotação negativa, se restringia ao âmbito religioso. “Ele não vê que o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada diretamente da eternidade”. (Marx & Engels (1994, p.78) A alienação portanto, significa a desumanização ou negação do ser humano, criando um ser sobre-humano transcendente semelhante a Deus.

Assim, na perspectiva marxista, o conceito alienação é construído principalmente a partir de Hegel. Para ele, o sujeito da alienação é a ideia, enquanto para Marx o sujeito é exatamente o homem concreto, portanto, a alienação, tal como surge na sociedade capitalista, não é algo natural, mas um resultado nocivo e histórico de uma estrutura social e econômica específica.

Na concepção marxiana, a alienação se estende a todos os ramos da atividade humana, começando pela atividade essencial que é a produção de bens para satisfação de suas necessidades. Nesse contexto, com base nos fundamentos marxistas e com vistas às derivações atuais das complexas relações dos processos produtivos,

[...] o progresso é decerto uma síntese das atividades humanas, mas não o aperfeiçoamento no sentido de uma teleologia qualquer, por isso, esse

desenvolvimento destrói continuamente os resultados primitivos que, embora belos, são economicamente limitados; por isso, o progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais. É assim que surgem, a partir da comunidade dos homens, antinomias aparentemente insolúveis, isto é, as oposições de classe; de modo até mesmo as piores formas de inumanidades são o resultado desse progresso (LUKÁCS 1978, p.13).

Esse desenvolvimento é produto da atividade do homem. Várias são as consequências desse processo, entre eles o desencadeamento das capacidades e exposição da personalidade do homem. Esses processos, segundo Lukács (1978), mantêm entre si uma permanente relação opostora ao ponto de o desenvolvimento das capacidades surgir como entrave ao movimento da personalidade, como um fator para sua própria alienação.

Para Lukács (1978) o problema da alienação nasce por ocasião do desenvolvimento da capacidade humana e, na mesma proporção, a evolução das forças produtivas. Porém, estes fatores não produzem, necessariamente, o desenvolvimento da personalidade humana. Ao invés disso, num processo oposto, pode comprometer e deformar a personalidade humana.

O aviltamento da personalidade humana em oposição ao desenvolvimento das forças produtivas faz emergir a alienação, o significado concreto dessa oposição no processo de reprodução social.

Na sua forma originária, o processo de alienação tem sua procedência nas ações de objetivação/exteriorização. O ato de exteriorizar a ideia sobre um objeto é elemento necessário para o processo de posição teleológica e para decisões eletivas e de respostas que antecedem e sucedem o dito processo. É o efeito retroativo da atividade sobre o sujeito criador e sua capacidade para a posição imaginativa e para a eleição orientada a um fim (LUKÁCS, 2007).

Essa interação remete a processos como criação, estilo, visto que no modo de trabalho há uma transmissão do sujeito ao objeto produzido, seja material ou no plano ideal, cultura material e imaterial. Em um pensamento ou em um produto se reconhece o estilo do trabalhador.

A este elemento do sujeito que se fixa no objeto, Lukács (2007) chama de processo de exteriorização. Isso não significa uma redução, mas a uma otimização da experiência e, com ela, uma plenitude subjetiva.

Portanto, “a origem da alienação a partir da exteriorização não significa de modo algum que esses dois complexos sejam unívoca e incondicionalmente o mesmo: é bem verdade que determinada forma de alienação possa nascer da exteriorização, mas esta última pode muito bem existir e operar sem produzir alienações” (LUKÁCS, 1981, p.397).

É oportuno ressaltar que a objetivação nasce de uma motivação que impulsiona o indivíduo para que realize determinada atividade. O que dá sentido a essa atividade vem da

ideia de pertencimento ao conjunto da atividade social, ou seja, a expectativa que tem o trabalhador de alcançar os objetivos (significados) postos pela sociedade.

Como já ressaltamos anteriormente, o trabalho se apresenta como meio de existência, como processo vital e emancipado, pelo qual o homem em sentido genérico medeia, regula e controla seu organismo em relação com a natureza, e nele movimenta as forças naturais que pertencem ao seu corpo e seu ser, a fim de apoderar-se dos materiais ao seu redor de forma favorável para sua própria vida. Este é um processo consciente, pensado e livre. Nesse formato, o trabalho tem efetivamente um sentido positivo, está vinculado com a necessidade do ser humano. A atividade produtiva dá sentido ao indivíduo que se vê realizado no produto do seu labor.

No modo de produção capitalista, esta situação muda ostensivamente. O trabalho se reduz a uma atividade lucrativa. Isso significa que os produtos criados pelo homem mediante seu trabalho já não são destinados à reprodução da vida social, mas aos proprietários dos meios de produção, sem contar que o próprio ato de criar estes produtos está mudado.

Essa dissociação entre produção e sociedade na análise de Leontiev, citada por Duarte (2004), é o resultado que a divisão social do trabalho e a propriedade privada produziram na formação da estrutura da consciência humana, isto é, a ruptura entre significado e o sentido da ação.

Ora, uma das hipóteses que norteia essa pesquisa é de que as tecnologias da informação e comunicação significam um vetor crucial para exacerbar o processo de alienação no trabalho docente, da mesma forma que a inserção da maquinaria ensejou a subsunção do operário na indústria.

Marx enfatiza frequentemente o tema da corrupção da personalidade humana que é provocada pelo crescimento da sociedade capitalista industrial. Em um dos extremos da sociedade, a divisão entre o trabalho intelectual e o físico, a separação entre a cidade e o campo, a exploração cruel do trabalho da criança e da mulher, pobreza e a impossibilidade de um desenvolvimento livre e completo do pleno potencial humano, e no outro extremo, ócio e luxo; disso tudo resulta não só que o tipo humano originalmente único torna-se diferenciado e fragmentado em vários tipos nas diversas classes sociais que, por sua vez, permanecem em agudo contraste umas às outras, mas também na corrupção e distorção da personalidade humana e sua sujeição a um desenvolvimento inadequado, unilateral *em todas estas diferentes variantes do tipo humano*. (VYGOTSKY, 1930, P.10 – GRIFOS DO AUTOR)

A corrupção da personalidade a que se refere o autor está solidamente atrelada à divisão do trabalho intelectual e físico, cuja consequência é a fragmentação do trabalho. É assim que as TICs, no seu conjunto, são tanto mais vantajosas para a empresa quando combinadas com as reestruturações na organização do trabalho acadêmico e a padronização

da atividade de trabalho. Somando-se a isso, vai exigir uma requalificação do trabalhador docente visando a atender aos novos padrões de acumulação decorrentes das políticas econômicas neoliberais, a “acumulação flexível” (HARVEY, 1992).

Para uma melhor precisão é necessário identificar qual a mercadoria que as empresas de educação vendem. *A priori*, o produto a ser vendido certamente é a educação ou o conhecimento. Porém, partindo do princípio marxista da mais valia, para ampliar o valor de uma determinada mercadoria, se faz necessário que ela, ao ser consumida, possua certa quantidade de valor agregado. A mercadoria que agrega valor e que o capitalista encontra no mercado que possui esta virtude é a força de trabalho. A única mercadoria cujo valor de uso é o de ser “uma fonte não só de valor, mas de mais valor do que o seu próprio” (MARCUSE, 1972, p.76) é, portanto, o trabalho humano.

Por força de trabalho se entende a capacidade física, mental e espiritual que existem na corporalidade de um ser humano. Em uma analogia ao processo de mais valia marxista, o professor, em sua jornada laboral, investe uma quantidade de energia e em troca recebe um salário. O empresário compra essa energia e a consome, incorporando-a às demais mercadorias (promessa de conhecimento, textos, livros) que compõem os cursos educativos. A força do trabalho vivo do professor é a fonte criadora de mais valor, que se valoriza como essência do capital. Enquanto o produto vendido se valoriza por meio do trabalho do professor, ele próprio se desvaloriza por meio do uso excessivo e da falta de sentido do seu trabalho.

Assim, o objetivo principal da empresa educativa é produzir um objeto útil que se reverta em lucro, e ao mesmo tempo deseja que o valor desse objeto seja maior que o valor empregado para produzi-lo. Isto é, o valor pago pelo estudante deve ser maior que as despesas dos meios de produção e do valor pago aos professores. A chave para obtenção da mais valia está no trabalho do professor que se pode comprar a um preço inferior ao conhecimento vendido ao estudante.

Além disso, essa forma de trabalho tem características evidentes de exploração. O professor tutor, cujo instrumento de trabalho é o computador, passa a trabalhar em operações simples, padronizadas, de modo que, em comparação ao professor do ensino presencial, efetua com mais rapidez as correções, lançamentos de notas, planilhas, etc., mesmo porque existe um prazo limite de postagem de notas. Isto resulta que o professor tutor acaba por realizar um trabalho monótono no qual consegue uma maior rapidez, entretanto, nesse processo, seu trabalho, suas forças postas na tarefa, assim como o produto final não lhe é gratificante.

É nesse sentido que Marx (1978) alerta: o homem e seu corpo no modo de produção capitalista se transformam em função do trabalho, e não o trabalho em função do homem. Isso significa que o trabalho, neste caso, o trabalho docente, se volta contra o professor tutor, pois já não se torna uma atividade vital, pelo contrário, se torna uma atividade sem sentido e injusta. Não é ele que utiliza os instrumentos informáticos à sua disposição, mas de modo oposto, são os sistemas informatizados que determinam o trabalho do profissional.

Na medida em que o trabalho é externo ao trabalhador, explica Marx (1844), surge outro aspecto de sua teoria: a alienação com o processo de produção. Aqui o trabalho aparece como imposto, como meio para suprir outras necessidades em detrimento às suas necessidades diretas.

Qual ou quem é o objeto do trabalhador docente e qual é a sua posição teleológica? O trabalhador docente tem como objeto de sua atividade o aluno, que deve ser visto também como um trabalhador. Isso não determina as mesmas condições de trabalho para ambos, apesar de desenvolverem atividades de posições teleológicas semelhantes. O trabalho docente é exercido no âmbito da subjetividade. Em razão disso não se objetiva nas mesmas condições de trabalhadores fabris, por exemplo, cuja atividade se realiza na transformação direta da natureza, na qual o operário atua no objeto e o produto é realizado de forma quase imediata.

No campo da educação, a objetivação não acontece prontamente. A relação professor aluno acontece na esfera da subjetividade, pois o lugar de atuação do trabalhador docente é a consciência. Isso faz com que essa atividade seja imprevisível e desigual, pois, “entre o fim projetado pelo sujeito e as causalidades por ele postas em movimento intervém uma mistura muito maior de incertezas do que as que aparecem no trabalho” (TASSIGNY, 2004, P.86).

De uma maneira geral, embora o trabalho docente tenha a mesma configuração ontológica (teleologia e causalidade) que as demais categorias de trabalho, na perspectiva da reprodução social, o professor, como mencionamos, tem como objeto de trabalho a consciência do aluno. A diferença está posta na medida em que o processo de trabalho operário fabril se caracteriza por ser diretamente produtivo e seus fins apontam para o desenvolvimento da produção, enquanto na escola a atividade não se concentra na materialidade da produção e ainda, a atividade de ensinar só se realiza na totalidade, e não de modo fragmentado, como no processo fabril.

No âmbito da Educação a Distância, o quadro acima apresenta um paradigma distinto. Conforme Peters (1973), idealizador alemão da Educação a Distância, e Moore (1996), a EAD pressupõe um método de ensino em que as práticas docentes acontecem em locais separados dos alunos, de modo que a comunicação entre o professor e o aluno possa se realizar por meios virtuais, o que torna possível instruir um grande número de alunos ao

mesmo tempo e onde quer que vivam. É uma forma de ensinar e aprender adaptada ao modelo industrial de produção, pré-produzido e auto instrutivo.

Esta forma industrial de educação, pelo que foi fundamentado nos parágrafos anteriores, evidencia obstáculos ao pressuposto da objetivação do trabalho docente, a começar pelo estranhamento do seu objeto de trabalho, causado pela separação espacial entre aluno e professor, bem como dificuldades na percepção de sentido e significado ao exercício de sua atividade.

Conforme verificamos até aqui, a especificidade do trabalho do professor precisa estar fundada no complexo objeto de sua atividade, isto é, o aluno (causalidade humano-social) sobre o qual vai atuar de forma programada e intencional.

A negação disso surge em outro aspecto da alienação: a sujeição do ser humano ao trabalhar somente para sobreviver. O trabalho alienado inverte a relação, pois o homem, sendo um ser autoconsciente, faz de sua atividade vital, de seu ser, unicamente um meio para sua existência (MARX, 1844). O depoimento do professor tutor comprova isso:

Todo mundo reclama do trabalho de tutor. Mas eu nunca tive um trabalho tão bom. Ganho bem, não tem aluno que fica me incomodando e quando tenho que mandar alguma orientação mando para todos os 300 de uma vez só. O resto é esperar chegar os trabalhos e corrigir, não tenho compromisso com nenhum deles (PT 5).

Para este professor tutor a atividade é compensadora, uma vez que entende que o salário é bom, suas atividades não requerem maiores esforços, pois os alunos não estão presente e não o incomodam. Ao que parece, seu trabalho é um meio de subsistência em vez de ser uma manifestação de sua personalidade. Como explica Marx (1844), ele já não se afirma em seu trabalho, mas nega; não pratica uma atividade intelectual livre, mas martiriza e empobrece seu espírito.

Portanto, para Marx (2003), a alienação econômica ou de trabalho acomete o homem natural, e com isso torna-se a fonte das demais alienações (política, religiosa, social e filosófica). Nessa lógica pode-se sintetizar que a alienação econômica estaria dividida em duas: a respeito do produto e a respeito da atividade de produção, ou alienação do objeto e alienação da atividade (auto alienação).

Como já vimos, a alienação do objeto refere-se ao fato que a propriedade privada dos meios de produção não permite que os objetos confeccionados pelo trabalhador lhe pertençam; são alheios e estranhos.

A alienação do trabalho surge no processo de trabalho, o trabalhador se vê alienado de suas próprias capacidades criativas, não experimenta sua atividade como algo que lhe pertence, que faz parte de seus anseios.

Ora, a atividade de trabalho deveria ser um meio para a auto realização do indivíduo, mas neste caso, ao negociar sua força de trabalho, não o faz porque a mesma lhe seja atrativa. Isto é, o trabalho está além de ser uma simples atividade econômica, trata-se de uma questão existencial. A atividade alienada permite que o homem se sinta livre apenas em suas funções animais: comer, beber, vestir (MARX, 2006, p.110).

Esse processo desdobra em outras consequências. A primeira é a alienação do ser genérico, isto é, o homem, seu corpo, seu espírito, sua natureza, sua essência humana são desconstruídos, se tornam estranhos a ele como ser genérico. A segunda é uma alienação do homem em relação ao homem, pois não só se defronta consigo mesmo, mas também se defronta com outro homem. Se tanto a atividade como o seu produto são alheios ao trabalhador, a quem pertencem então? Essa força estranha para Marx (2003), colocada sobre o homem, não é mais que outro homem que vê ao primeiro como uma coisa.

2.3.1 O processo de objetivação do trabalho

Até aqui buscamos demonstrar como, a partir do trabalho, se produz a relação do homem com a natureza e, como esse processo diminui a incidência das determinações naturais sobre a vida humana. O resultado é a humanização do homem e a consequente constituição do ser social que obviamente se distingue do restante da natureza, uma vez que na esfera social se desenvolve uma história na qual se estabelecem as relações sociais.

A constituição do ser social supõe que a relação entre o homem e a natureza é mediada pela sociedade, já que:

uma posição teleológica provoca sempre outras posições teleológicas, tanto que disso surgem totalidades complexas, nas quais fazem que a mediação entre homem e natureza se processe cada vez com mais intensidade, e cada vez mais exclusivamente em termos sociais (LUKÁCS, 1981, p.139).

Assim, as objetivações de uma atividade de trabalho individual são as condições para a realização de outros atos de trabalho, constituindo desse modo, o mundo dos homens. Entretanto, ainda que o trabalho permaneça sendo a base de formação do homem social, as sociedades desenvolvem formas diferentes de teleologias que não aquelas apenas voltadas para a transformação da natureza. Mas abordar outras formas de atividades não determina a negação da categoria trabalho enquanto relação do homem com a natureza, nem fragmenta tal conceito.

As posições teleológicas primárias se referem à relação do homem (sociedade) com a natureza, isto é “àquelas que se encontram presentes na gênese ontológica do trabalho,

enquanto as posições teleológicas secundárias consistem na ação dos homens sobre os homens, fazem parte das formas mais evoluídas da práxis social” (LESSA, 1995, p.83), a exemplo do ato de educar, que não tem uma ligação direta com a natureza; o educador lida diretamente com a consciência, é uma relação entre subjetividades.

Para Luckács (1978) as formas teleológicas primárias propõem transformar com interesses humanos objetos naturais (a natureza). Assim, por meio do trabalho, a consciência se projeta objetivamente e se aliena em objetos ontologicamente distintos de si própria. Ora, sem a ação da consciência e da anterior ideação, tais objetos não se materializariam, por isso, não determina identidade entre o autor e o objeto.

Para se compreender o trabalho docente como atividade teleológica é preciso identificar onde se estabelece a teleologia. Ao se referir aos escritos marxistas, Lukács (1978, p.23) ressalta que fora do campo da práxis humana (trabalho) não pode existir teleologia, ou seja, “o trabalho é o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material”. Reconhece-se nessa afirmação a alusão de que as formas de objetividade externas ao trabalho e da práxis humana constituem uma sequência de causas e efeitos imprevisíveis, na maioria das vezes, no momento da prévia ideação.

Isto quer dizer que a construção de um objeto se dá a partir de uma resposta do homem a uma situação concreta. O objeto ganha forma e passa a existir no interior de relações objetivas que antecedem ao objeto acabado. Essas relações compreendem o homem com os indivíduos à sua volta e também com a natureza.

Assim, o objeto acabado surge imerso em uma rede de relações, de trocas, enfim, de relações sociais que representam a concretude e individualidade de uma determinada sociedade. Ao se inserir nessa determinada rede de relações, o objeto acaba por alterar de forma imprevisível as relações existentes e resulta em novas necessidades e novas possibilidades para suprir tais necessidades.

Para Lukács (1978) a dialética entre a ação de projetar, idealizar a finalidade de um trabalho (teleologia) e as causalidades (os nexos causais do mundo objetivo) representa fundamentalmente a essência do trabalho.

Nas explicações de Hegel (1993, p.457), a teleologia se divide em três momentos: a posição do fim subjetivo, a investigação dos meios para realizar tal fim, e o fim efetivamente realizado, com a respectiva preservação do meio empregado. Pressupõe que “a relação de finalidade, portanto, é mais que um juízo, é o silogismo do conceito livre, que, por meio da objetividade, se realiza consigo mesmo”. Portanto, o conceito se apresenta como realização de um fim, enquanto unidade do ser objetivo com o fim ideal. Conforme o autor, a única forma

de vincular um fim à objetividade é o meio para realizar tal fim. Conclui-se, pois, que o aspecto teleológico do trabalho é o momento em que a subjetividade se torna objetiva.

Por sua vez, Lukács (1993) enfatiza a importância da ferramenta de trabalho, considerada como meio de domínio sobre a natureza, por meio do qual o processo teleológico pode ser considerado como a tradução do conceito da realidade.

Para o pensamento marxista citado em Lukács (1996) a atuação da teleologia é reforçada pelo fato de que esta, por meio do trabalho, representa o elemento básico da sociabilidade. Portanto, a gênese da sociedade também estaria na mente do homem, e além disso, é pelas atitudes teleológicas existentes na atividade de trabalho que o homem pode intervir, ou seja, a objetivação é a ação por meio da qual o ser humano efetua uma atividade teleológica, imprimindo-a num objeto:

o trabalho está incorporado ao objeto sobre que atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido (MARX, 1996, p.205).

É assim que se realiza a objetividade que, diante da causalidade natural, origina um produto novo. Reitera-se que isso se torna possível porque, mediado pela consciência, o ser humano idealiza o que pretende realizar. Porém, suas pretensões anteriormente idealizadas precisam encontrar no objeto, na materialidade existente, os resultados concretos para suprir suas necessidades.

Dessa forma, o homem é movido a descobrir os meios de tornar concreto o projeto imaginado. Ainda que o sujeito não domine o conhecimento sobre a natureza, o trabalho impulsiona progressivamente o conhecimento das propriedades e forças presentes no objeto, uma vez que essa também é uma condição básica para o êxito da atividade.

Nesse sentido, Lukács faz referência ao reflexo como apropriação da realidade exterior e sua expressão na consciência:

[...] mediante atos de consciência, que podem apropriar-se deles Imediatamente encontramos a precisa separação entre objetos, que existem independentemente do sujeito, e sujeitos, que podem reproduzi-los mais ou menos espiritualmente (LUKÁCS, 1981, p.36).

O reflexo, portanto, surge como atividade da consciência, como apropriação ativa da realidade determinada pela consciência. Por isso, existe a diferença da realidade em razão da subjetividade na relação. Na análise do autor:

No reflexo da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa “realidade” própria da consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja da mesma natureza daquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a ela (LUKÁCS, 1981, p.38).

Com efeito, efetivamente não é a realidade que é absorvida pela consciência, mas a consciência que por suas propriedades realiza as adequações da realidade em representações e conceitos.

Sobre essas adequações, Leontiev (1978) esclarece que como se dá o processo formativo. A apropriação se dá por meio de atividades externas.

A ação interior constitui-se, portanto, primeiro, sob a forma de uma ação exterior desenvolvida. Posteriormente, após uma transformação progressiva – generalização, redução específica dos seus encadeamentos, modificação do nível em que se efetua – ela interioriza-se, isto é, transforma-se em ação interior, desenrolando-se inteiramente no espírito da criança (LEONTIEV, 1978, P.188).

O sujeito que aprende percebe e imita o educador até começar a ter os primeiros pensamentos lógicos e a seguir a linguagem. Na sequência destas apropriações práticas, nascem novos tipos de atividades no processo formativo do sujeito.

3 EXPLICAÇÕES SOBRE AS IMPLICAÇÕES PARA A SUBJETIVIDADE DO PROFESSOR TUTOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Este capítulo analisa as implicações do trabalho de tutoria na EAD para a subjetividade do professor tutor. Tem importância central a abordagem da subjetividade do professor tutor nesta tese, na medida em que pretendemos verificar sua atividade enquanto sujeito, as motivações que o conduziram a trabalhar nessa nova modalidade educativa, bem como as especificidades de sua atividade de trabalho.

O conceito de subjetividade, segundo Gonzalez Rey (2005), surge na segunda metade do século XX no sentido de situar a Psicologia em uma representação dialética, sistêmica e complexa, diferente do modelo mecanicista de até então. Assim, surgem de forma dialética conceitos como o cognoscitivo, o afetivo, o social e o individual, reconhecidos até então como excludentes e antitéticos passam a ser estudados a partir do modelo dialético e da importância do sentido relacional.

A subjetividade, segundo González Rey (2005), expressa as diferentes formas da realidade em complexas unidades simbólicas emocionais, nas quais a história do sujeito e dos contextos sociais produtores de sentido incorporado são essenciais em sua constituição.

No sentido de uma melhor precisão na discussão da subjetividade nesta pesquisa, ainda que de forma reduzida, buscamos fundamentação nos estudos de Gonzalez-Rey (2003), segundo o qual na construção teórica da subjetividade os trabalhos mais importantes estão nas obras da psicologia soviética e, dentre elas, as de Vigotsky (1987).

A teoria psicológica sócio histórica apresenta a concepção da essência do homem, da natureza e do conhecimento a partir do materialismo dialético pelo qual a matéria antecede a consciência. Segue-se daí que o cérebro humano representa a mais alta organização da matéria, isto é, “o ideal nada mais é que o material transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1985, p.20). Nesse sentido, Marx (1985) estabelece na sua teoria a base material em relação ao ideal, ou seja, a realidade é percebida e apreendida pela sensibilidade, por meio do cérebro, na atividade material.

O psiquismo humano, segundo Lênin (1986), representa para a epistemologia materialista dialética o mais complexo e elevado produto da natureza e do cérebro do homem em particular. Este é um dos aspectos fundamentais para a compreensão desta epistemologia e para a psicologia materialista dialética. O entendimento da relação entre pensamento e cérebro já estava presente nas obras de Engels e Marx desde o início.

Mas, se queremos, na realidade, saber o que são o pensamento e a consciência e de onde procedem, saberemos, então, que são produtos do cérebro e o próprio homem nada mais é do que um produto natural que se formou e se desenvolveu dentro de seu ambiente e com ele (ENGELS, 1979, p.32).

Para a Teoria Psicológica Sócio Histórica, o ideal, ou o reflexo consciente da realidade, é um requisito do surgimento e desenvolvimento de necessidades e objetos humanizados. A relação consciente com o mundo possibilitou ao homem apropriar-se efetivamente da realidade e com isto desenvolver as mediações do mundo humanizado, ocasionando necessidades e relações objetivas e sensíveis.

As condições para a humanização do homem, segundo Leontiev (1978), surgiu com o aparecimento e desenvolvimento do trabalho, enquanto transformação intencional da natureza pelo homem. A relação homem-natureza foi o ponto de partida do desenvolvimento do reflexo psíquico consciente da realidade (LEONTIEV, 1978). Isto é, os seres humanos “começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material”(MARX, ENGELS, 2000, P.27).

De acordo com o pensamento marxiano, portanto, os instrumentos e a sociedade mediatizaram a relação do homem com a natureza desde o início. Na mediação pela sociedade, os seres humanos encontram a possibilidade de trocar entre si suas atividades e é nesse momento que surgem os embriões da divisão técnica do trabalho. A característica histórica humana está no fato de que os conhecimentos produzidos pela atividade e na sua execução foram acumulados e compartilhados tanto intra quanto intergrupos humanos. Assim, Vigotsky (1987) destaca que o elemento fundamental para que isso ocorresse foi o surgimento da linguagem, um instrumento simbólico.

Ainda que a teoria psicológica soviética apresente contradições e diferenças entre seus autores, no conjunto de suas obras sobressai a unidade entre consciência e atividade. Concebe a atividade de um indivíduo concreto como o mecanismo para integrar-se ao sistema de relações sociais. Foi na obra dos autores soviéticos da década de 1930, fundadores do enfoque sócio histórico, que se delineou uma forma de compreender a psique localizada em outra dimensão ontológica, diferente de como vinha sendo compreendida pelas diferentes tendências da psicologia até aquele momento (GONZALEZ REY, 2003).

Conforme assinala Gonzalez Rey (2003), a Teoria da Atividade proposta por Leontiev (1975) se enquadrava perfeitamente com as exigências objetivistas do materialismo soviético Estalinista. Estas exigências eram caracterizadas por um conjunto de tensões entre ciência e política, o cenário se encontrava dominado pela ideologia do materialismo histórico. Isto

induzia ao desconhecimento do problema da subjetividade, sobretudo com a predisposição por acomodar os pressupostos teóricos vigotskyanos dentro da objetividade.

Naquele contexto, segundo González Rey (2003), na forma de marxismo tomada no poder político soviético, eliminou-se tudo que poderia ser generativo e fora de intencionalidade. O homem era visto como o dono do destino e o homem de projeto, da vontade, mas dentro de um projeto que estava definido de forma absoluta pela direção política, portanto, não se dava nenhum tipo de valor a uma expressão subjetiva. Por isso a categoria consciência, esta determinada e não geradora, tomou tanta força no referencial marxista.

A Teoria da Atividade de Leontiev (1978) reduzia o âmbito cultural e social a operações e a ações realizadas pelo indivíduo em um plano externo, isto é, as ações se colocam no plano objetivo imediato em detrimento do plano subjetivo ou a geração de sentido, como as construções semióticas referentes às ações individuais e/ou coletivas.

Com isso, na concepção de Leontiev (1978), subjetividade diz respeito ao processo por meio do qual algo se torna constitutivo do indivíduo e pertencente a ele. Isso ocorre de tal forma que o pertencimento se revela único singular.

A tese de que o reflexo psíquico da realidade é sua imagem subjetiva indica que a imagem pertence ao sujeito real da vida. Mas o conceito de subjetividade da imagem no sentido de seu pertencimento ao sujeito da vida implica a indicação de sua atividade (LEONTIEV, 1978, p.46).

É por isso, segundo o autor, que no reflexo psíquico da realidade está a concepção de parcialidade do sujeito. “Essa parcialidade está objetivamente determinada e se expressa não na inadequação da imagem, ainda que possa se expressar nela, mas em que esta permite penetrar ativamente na realidade” (LEONTIEV, 1978, p.46-47).

Assim, o processo humano de transformar a realidade objetiva é uma forma de subjetividade. Ora, do pressuposto de que os fenômenos externos provocam diretamente no sujeito, no seu cérebro, a imagem subjetiva, é que surge imediatamente o problema de como essa imagem parece concretizar-se exteriormente à subjetividade do sujeito (LEONTIEV, 1978).

A concepção que faz Leontiev (1978) aponta que a subjetividade é o que permite a particularidade do indivíduo tanto nas esferas constitutivas das funções psíquicas, da atividade, da consciência como nas da própria personalidade.

Conforme aprofundaremos adiante, González Rey (2005, p.19), define que a subjetividade é a categoria chave para a compreensão do psiquismo, isto é, “um sistema

complexo capaz de expressar através dos sentidos subjetivos a diversidade de aspectos objetivos da vida social que concorrem em sua formação”.

Apesar das posições em conflito no interior da psicologia soviética, seguidores de Vygotsky e de Rubinstein, como por exemplo Bozhovich (1976) e Lomov (1989), buscaram resgatar algumas categorias enunciadas e não desenvolvidas com mais profundidade anteriormente por seus mestres. Por exemplo, González Rey (2002), revela que Vygotsky não chegou a desenvolver a categoria *experiência*, isto é, não chegou a definição de um mundo constituído em termos subjetivos que tem um papel fundamental na significação das influências sociais durante o desenvolvimento da criança. Posteriormente, por meio dos estudos de seus discípulos, segundo González Rey (2002), permitiu-se chegar ao ressurgimento da essência das propostas de Vygotsky e Rubinstein, as quais são as bases para a construção da categoria *subjetividade*.

Como consequência dos debates das propostas acerca da Teoria da Atividade, seguidores de Leontiev (1978), liderados por Brutus (1982), propuseram a categoria *formação de sentido* na tentativa de resgatar o trabalho teórico acerca da personalidade, cujas bases teóricas se orientavam por questionamentos de muitos dos pressupostos da teoria da atividade. Através destas posições críticas surgiu uma forma cada vez mais clara do termo subjetividade (González Rey, 2002) e iniciou-se um trabalho no sentido da construção epistemológica que sustenta esta categoria. Portanto, a contradição epistemológica inicial entre a Teoria da Atividade e a concepção sócio-histórica levou ao fortalecimento da concepção de subjetividade e seu posterior fortalecimento ontológico.

Então, a subjetividade sob a teoria sócio histórica, segundo Gonzalez Rey (2003), é uma ontologia que especifica o psíquico humano e inclui uma emocionalidade que transita simultaneamente o espaço simbólico e o corpo em uma relação discursiva. Nesse aspecto, funda uma ontologia para compreender a psique nas condições da cultura e uma mente que se constrói no espaço simbólico, mas que nele não se dilui.

Assim, a contribuição para a construção e desenvolvimento do conceito de subjetividade tem sido o resgate do pensamento dialético tomado da filosofia marxista, especialmente nas obras de Vigotsky (1987) e Rubinstein (1967), apesar de encontrar contradições no trabalho de Leontiev, em parte devido às condições históricas da época. Atualmente surgem novamente os pressupostos vigotskyanos para fundamentar epistemologicamente e ontologicamente os referenciais da subjetividade humana. Estes referenciais teóricos se inscrevem dentro do paradigma do pensamento complexo (Morin, 1998), isto é, Gonzalez Rey (2003) tem realizado um trânsito dos postulados dialéticos e se instalado dentro dos postulados do paradigma da complexidade, visto que os estudos de

Vigotsky apontam da noção anterior da dialética em direção ao postulado epistemológico da complexidade dos fenômenos psicológicos.

3.1 A SUBJETIVIDADE PROPOSTA POR VIGOTSKY

Foi no último período de sua obra que Vigotsky (1987) introduziu um conceito que, apesar de não ter desenvolvido em sua totalidade teórica, representou uma transformação em sua obra geral sobre a psique. Pela primeira vez sua obra reconhece o caráter gerador ativo da psique, considerado essencial para o desenvolvimento do nível subjetivo nos processos psíquicos humanos (GONZALEZ REY, 2008).

Para González Rey (2003, 2008), a concepção de subjetividade é uma teoria em construção e reconstrução permanente derivada de investigações teóricas no sentido de avançar na compreensão as complexas formas de organização e funcionamento que representam a psique humana. Na construção dessa concepção destaca-se a articulação das categorias básicas: subjetividade, sujeito, configuração subjetiva e sentido subjetivo. O autor define subjetividade como:

a organização dos processos de sentido, este como o conjunto de todos os aspectos psicológicos que emergem na consciência perante a palavra e, significado, que juntos aparecem e se configuram de diferentes formas no sujeito e na personalidade assim como nos dos diferentes espaços sociais nos quais o sujeito atua (GONZALEZ REY, 1999, s/p).

De acordo com González Rey (2003), o entendimento atual da subjetividade é investigada a partir da complexidade (MORIN, 1998) e da epistemologia qualitativa, cujos elementos essenciais giram em torno da construção do sentido, tendo o sujeito como seu gerador e construtor. Nesse aspecto, a inclusão da dimensão afetiva na configuração subjetiva, não reduz a subjetividade a um estado interno mas a uma dimensão complexa que envolve tanto o psicológico como o social. Trata-se de uma relação dialética cuja natureza é histórica e social. Por esta razão, se propõe uma maneira de trânsito do pensamento dialético até o pensamento complexo.

O pensamento complexo é uma postulação de alguns autores como Morin (1998) e Munné (1995), que visam criar uma epistemologia sobre a base de uma concepção integral do homem e seu mundo, demarcada dentro da natureza da complexidade. Este pensamento, segundo González Rey (2003), não exclui o enfoque sócio histórico de Vigotsky, visto que estudar o desenvolvimento do ser humano como personalidade dentro da história e de uma

cultura particular que, por ser individual e social implica realidades subjetivas ou mundos diferentes e comuns em um processo eminentemente dialético e complexo.

Para a perspectiva sócio histórica o que importa é compreender que a subjetividade não é algo que aparece somente no plano individual, mas que a própria cultura na qual se constitui o sujeito individual, e da qual ele é também constituinte, representa um sistema subjetivo gerador de subjetividade. É necessário rever a visão mecanicista de perceber a cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos diferentes que se relacionam, para passar a vê-los como fenômenos que, sem ser idênticos, se integram como momentos qualitativos da ecologia humana em uma relação de recursividade.

Esta relação recursiva é um dos princípios expostos na proposta de complexidade, o que significa que novamente aparece um fato por onde a noção de subjetividade, conforme Morin (1998), responde à existência de uma epistemologia concebida como um tecido de eventos, ações e interações que constituem as relações do ser humano no mundo. A natureza múltipla e diversa do sujeito estudado, a presença do imprevisto como forma de expressão e uma concepção aberta da relação sujeito-objeto - além dos aspectos que envolvem o contexto frente às condições gerais dentro das quais se encontra o sujeito - são as questões mais relevantes da proposta da complexidade.

Os princípios assinalados, segundo González Rey (2003), permitem situar a subjetividade no contexto do pensamento complexo, e também sob o enfoque sócio histórico na medida em que se observa que Vigotsky e Rubinstein se referiram à consciência como organização complexa da psique e não somente como uma forma de estado que se define como oposição ao inconsciente, pois

No marco de sua preocupação com a integração do cognitivo e o afetivo, Vigotsky (1968) expressou que considerava a relação entre a inteligência e o afeto, cuja separação como objeto de estudo é o ponto de mais débil da psicologia tradicional, posto que fazem aparecer o objeto de pensamento como uma corrente autônoma de pensamentos que pensam em si mesmos, segregada da plenitude vital dos interesses e necessidades pessoais, das intenções e impulsos do sujeito que pensa. A mediatização de Vigotsky não é só semiótica, é a mediação integral de um sujeito que pensa e que se coloca ativamente na experiência a partir da organização do sistema a complexo de sentidos que caracterizam sua organização psíquica individual (GONZÁLEZ REY, 2002, p.168)

Verifica-se nessa explicação aspectos que se conectam com a noção integradora da subjetividade. A dimensão integradora que, ao se desprender do interior de uma concepção dialética, logo faz parte também da concepção complexa, a inclusão do emocional e o

cognitivo como parte do sistema complexo que permite ao sujeito participar não só como agente, mas como gerador de sentidos dentro do meio cultural em que se encontra.

Com relação à Epistemologia Qualitativa, González Rey (2003) explica que esta busca sustentar, a princípio, uma reflexão epistemológica que absorva formas de produção de conhecimento que possam constatar as necessidades de objetos de estudo que possuam, em sua constituição, características próprias.

Segundo González Rey, (2003) a teoria Epistemologia Qualitativa, que tem como referência a construção do conhecimento, está organizada: a) no princípio construtivo interpretativo do conhecimento, isto é, entender o conhecimento como produção permanente, não de forma linear, da realidade que se apresenta. Este princípio busca um rompimento com a dicotomia empírico-teórica, ou seja, o empírico e o teórico são inesperáveis do processo teórico de produção; b) no princípio da legitimação do singular como fonte de produção do conhecimento, de modo que as informações oriundas dos casos singulares são legítimos construtos do desenvolvimento teórico. Este atributo coloca a pesquisa como uma produção genuinamente teórica não restringida a saberes pré-existentes relacionados ao processo de pesquisa, mas ao que sobressai na atividade cognitiva do pesquisador. E por fim González Rey (2003) destaca a necessidade de compreender a atividade de pesquisa dentro de um processo de comunicação relacionado ao fato de que parte dos problemas sociais e humanos tem raízes na comunicação entre as pessoas.

Outra das categorias fundamentais para a compreensão de subjetividade é a concepção de sentido. Por meio da categoria *sentido*, a teoria sócio histórica aponta o caminho para o entendimento da unidade dialética entre indivíduo e sociedade e da psique como um sistema dinâmico. Associado à palavra, o sentido surge na consciência como um conjunto dos fatos psicológicos. Na explicação de Vigotsky “o sentido é uma formação dinâmica, fluida e complexa, que tem várias zonas que variam na sua estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto da fala”. (VIGOTSKY, 2010, p.465). Sentido e significado, embora aparentem pertencer exclusivamente ao âmbito cognitivo, segundo Oliveira (2012) existe uma relação entre os aspectos cognitivos e afetivos da elaboração psicológica. Portanto, o sentido faz referência ao “processo de recriação do significado da palavra a partir de sua utilização no contexto social e cultural e das vivências afetivas do sujeito”.

Sentido subjetivo e configurações subjetivas são categorias fundamentais da teoria da subjetividade de González Rey (2007). Neste caso, o sujeito é o gerador, sendo que neste processo não existe restrição somente para a produção de discursos e narrativas, mas que, além de inclui-los ao conglomerado de processos relacionado com a mediatização semiótica,

condensa também uma esfera afetiva que se encontra associada aos processos de significação, sem, entretanto, ser vista como emoção ou significado de forma abstrata, mas como a expressão de uma nova síntese que só pode ser compreendida dentro do movimento permanente dos significados e das emoções que definem o sentido subjetivo (GONZÁLEZ REY, 2002).

Este movimento surge como resultado do envolvimento e da atuação do sujeito frente ao contexto cultural e, por sua vez, origina um processo de organização que define as formas concretas de experiência do sujeito dentro dos espaços simbólicos da cultura. A este processo González Rey (2002) denomina configuração subjetiva. Ademais, o estabelecimento dessa configuração subjetiva está estritamente relacionado com a história individual e toda função psicológica se encontra imersa nela. É neste ponto interceptor que se nota o caráter sócio histórico da sua natureza.

A história não se limita nem se esgota ao discursivo ou ao narrativo, mas faz referência ao conjunto de experiências emocionais que fazem com que cada sujeito apresente um caráter único e que não se repete. Neste sentido, quando se pretende conhecer algum fenômeno específico, deve-se recorrer irremediavelmente à análise da maneira como o sujeito se posiciona frente ao conjunto de sentidos produzidos socialmente, assim como ao esquadramento da forma como ele mesmo produz os sentidos que lhe permitem integrar-se a eles.

Além disso, há que se considerar que “o sentido caracteriza o processo de atividade humana em seus diversos campos de ação configurada como unidade integradora” (González Rey, 2005, p.21). Considera-se assim o sentido subjetivo como produto resultante dos processos vivenciais do sujeito. Vivenciados interna e externamente pelo sujeito esses processos são articulados em seu interior de modo que, por meio da qualidade integradora, o sentido subjetivo está presente em todas as produções subjetivas e responsável por fundar diversas outras matrizes categoriais. Por sua vez, a subjetividade se coloca como responsável pela produção, organização e articulação de sentidos subjetivos.

As decorrências deste entendimento do sentido subjetivo se relacionam diretamente com a constituição subjetiva da psique humana, pois conduz a uma transformação na concepção do homem como indivíduo ligado à sua conformação dentro de uma determinada espécie, sujeito gerador de seu meio cultural, construtor de sentidos que passa a ser considerado como resultado de uma determinada conformação dos exemplares da espécie *homo sapiens*. Faz do sujeito agente de seu meio cultural, construtor e receptor de significados, isto é, o comportamento de um adulto, desde o ponto de vista filogenético “é o resultado dos processos distintos do desenvolvimento” (VIGOTSKY, 1998, p.29).

A definição do meio cultural feita por Vigotsky (1998) é que se trata de um processo biológico de evolução das espécies animais que conduz à aparição da espécie humana e, por outra parte, um processo de desenvolvimento histórico graças ao qual o homem primitivo se converte em um ser culturizado. A partir disso, inicia-se a análise acerca do desenvolvimento cultural que envolverá o conjunto de criações simbólicas nas quais os seres humanos se encontram situados. Desde o ponto de vista ontogenético, ao fazer a análise da interação mãe-filho, Vigotsky (1998) conclui que a criança, portanto, é a última a tomar consciência de seu gesto, isto é, o ser humano passa a ser ele mesmo através de outros. Esta regra não se refere unicamente à personalidade em seu conjunto, mas à história de cada função de forma individual.

Ao tomar consciência de seu próprio gesto, Vigotsky (1998) explica o termo *tomar consciência*: este é um elemento que se articula com a subjetividade, pois se trata da consciência da criança, e não da mãe ou de outro adulto qualquer. Trata-se de uma referência direta à consciência como uma dimensão que, ainda que singular, apresente uma gênese social e cultural. Além disso, a percepção de passarmos a ser nós mesmos através de outros está se incluindo numa concepção complexa da personalidade; esta concepção será fundamental na articulação atual da subjetividade dentro da perspectiva sócio histórica. Nela, a concepção de sujeito é definida por Gonzalez Rey (2002) como um sujeito constituído na história das formações discursivas, na sua história pessoal, por onde a constituição de sentidos está comprometida com a condição singular pela qual este sujeito busca a história de sua existência individual. Assim, o sentido de seus processos de subjetivação está comprometido simultaneamente com os discursos que atravessam os distintos espaços sociais em que o sujeito vive, que são parte de sua linguagem, se subjetivam em diferentes formas nos diferentes contextos de sua ação.

Os discursos não são definitivos sobre o sujeito, assegura Gonzalez Rey (2002). A capacidade geradora que tem o sujeito marca seus processos de subjetivação e lhe permite criar momentos de ruptura sobre os mesmos discursos que o constituem, em um processo igualmente inconsciente, mas que é afetado em suas dimensões de sentido e significação, e na diversidade de suas formas de organização pela atividade intencional, criativa e crítica do sujeito.

A dimensão discursiva, segundo Gonzalez Rey (2002), não anula o sujeito, incorporando-o a um fluxo despersonalizado e simbólico que o encerra em ideologias, histórias e formações discursivas que estão exteriorizadas. O sujeito tem uma capacidade geradora associada aos processos de subjetivação que representa um momento constitutivo de seus processos de sentido e significação. Dessa forma, não é somente um usuário inconsciente

de um discurso que não lhe pertence, mas ativo dentro das significações e sentidos que atravessam a subjetividade social e que lhe induzem a produzir um discurso pessoal que, ainda que atravessado pelos discursos sociais dominantes, representa um momento de ruptura sobre estes.

3.1.1 Subjetividade e o mundo do trabalho

Para a Teoria Psicológica Sócio Histórica, a atividade de trabalho é mediadora essencial na constituição da subjetividade do indivíduo concreto, pois ele permite que o sujeito possa orientar seus objetivos socialmente, bem como sua modificação contínua. Do ponto de vista dos autores da Teoria Psicológica Sócio Histórica, é através da atividade humana práxica de realização do trabalho que se desenvolvem os processos psíquicos humanos. Nessa perspectiva, a atividade é uma característica fundamental na existência do sujeito, na medida em que desencadeia ações geradas pela necessidade.

Isso significa que, ao trabalhar para atender às suas necessidades, o homem modifica a natureza, produz conhecimento e modifica a si mesmo. Portanto, ao propiciar a interiorização de processos e funções socioculturais para a formação das funções e processos da consciência humana, a constituição do homem se dá pela atividade.

Sendo assim, as atividades dos homens acontecem no sistema de relações históricas e sociais em constante movimento, no qual o trabalho tem importância central. Dessa forma, o trabalho é uma atividade humana institucionalizada que surge como forma de satisfazer as necessidades individuais, de maneira que o comportamento do homem aparece em meio a uma série de condições e elementos que são criados sócio culturalmente para permitir o domínio dos processos psíquicos (LEÃO, 1999).

Dado o processo constituinte da subjetividade individual promovido pelo trabalho, acima descrito, podemos então entender a proposição de que as funções psicológicas superiores originam-se nos processos sociais. Ou seja, o trabalho demonstra a síntese que está posta na “complexidade da estrutura humana que deriva do processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas relações entre história individual e social” (VIGOTSKY, 1996, p.98) e surgem do desenvolvimento e transformação das estruturas orgânicas, biologicamente originais.

São esses produtos histórico-culturais que constituem e transmitem as representações simbólicas nas quais os seres humanos se reconhecem e com as quais se identificam. Como

esse é o processo que deveria ocorrer durante a educação institucionalizada em cada grupo social, podemos considerar que, a partir do ponto de vista ontogenético, as análises da interação mãe-filho, mostram que a criança é a última a tomar consciência de seu gesto e, assim, podemos apreender como passamos a ser nós mesmos através de outros. Esta regra não se refere unicamente à personalidade em seu conjunto, mas à história individual de cada função psíquica (VIGOTSKY, 1996).

Da explicação vigotskyana sobressai o termo *consciência*, como uma instância processual onde se articulam todos os fenômenos bio-psicossociais, que nos diferenciam dos demais objetos e, por isso, nos tornam sujeitos – seres com subjetividade. Trata-se de uma referência direta à consciência como uma dimensão que, ainda que singular, apresenta uma gênese social e cultural. A ideia de que passamos a ser nós mesmos através dos outros, inclui uma concepção complexa da personalidade. Esta concepção será fundamental na articulação da subjetividade dentro da perspectiva histórico cultural.

Ao analisar a origem social da mente, Vigotsky (1996) indica que o eu não é sujeito, é constituído sujeito em uma relação que constrói ao diferenciar o outro de si, em si mesmo. Essa relação é imprescindível para a constituição do sujeito, porque a pessoa, para se tornar um sujeito, precisa ser o outro de si mesmo.

Por isso, o pensamento vigotskyano enfatiza que a consciência é construída nas relações sociais e tem sua origem no meio social e histórico. Dentre as relações sócio históricas promotoras da subjetividade, estão aquelas inerentes ao trabalho social, as que mais eficientemente contribuem para a nossa constituição e diferenciação. Isso porque, no que se refere a atividade de trabalho, a objetivação da consciência promovida pelos processos e produtos do trabalho é um pressuposto defendido pelo autor, já que a atividade é refletida no sujeito que, por sua vez, toma consciência da própria atividade (VIGOTSKY, 1996).

É oportuno ressaltar que a consciência também é um contato social consigo mesmo, tal como acontece na reflexão interior e solitária. Ou seja, a dualidade da consciência experimentada no encontro com o outro sujeito na própria consciência (Vigotsky, 1996). Por assim ser é que o autor explica que só pode existir o reconhecimento do eu no reconhecimento do outro. Ambos mediados socialmente.

Essa mediação, dada a precedência da matéria na existência dos sujeitos e objetos, nas mais variadas formas de atividade do sujeito, torna o corpo o aspecto individual primeiramente envolvido na construção da consciência e, ainda, de forma inversa ao que imagina o senso comum, é o corpo material, organizado socialmente, que faz com que as atividades empíricas impulsionem os processos psíquicos superiores a partir das possibilidades dos movimentos do corpo. Tais desvelamentos recaíram também sobre a

estrutura e formação das significações verbais que propiciaram a Leontiev (1978, p.79) resultados suficientes para afirmar que: “não é significação, não é consciência que antecede a vida; mas a vida que antecede a consciência”.

Portanto, o pensamento, a consciência e a inteligência não deverão ser reduzidos a uma subjetividade que se manifesta independentemente do sujeito. Quer dizer, a subjetividade se vivencia na unicidade de um corpo particular absolutamente único, que permite a sua objetivação.

Portanto, é pela apropriação da cultura, organização dos resultados alcançados historicamente pela atividade humana, que a subjetividade se estrutura como um fenômeno simultaneamente social e individual, por ser dependente das relações entre as pessoas. A subjetividade, então, decorre das atividades interpsicológicas para estruturarem as funções e processos intrapsicológicos. Isto pode ser apreendido porque se explicita na lógica de que é do sujeito político social que pode surgir o sujeito particular, psicológico, consciente.

A proposição de que é a atividade social que constitui os homens fundamenta-se no pensamento marxista sobre o trabalho humano, o qual tem recebido nos estudos de Duarte a explicação que:

[...] o trabalho é, para Marx, uma atividade que distingue o ser social do ser natural, isto é, define a especificidade do ser humano como um ser histórico social e cultural, por possuir essas três características: a de ser uma atividade conscientemente dirigida por uma finalidade previamente estabelecida na consciência, a de ser uma atividade mediatizada pelos instrumentos e a de ser uma atividade que se materializa em um produto social, um produto que não é mais um objeto inteiramente natural, um produto que é uma objetivação da atividade e do pensamento do ser humano (DUARTE, 2000, p.208).

A centralidade do trabalho, para o pensamento marxista, só é possível em razão de ser uma atividade consciente e idealizada previamente com a utilização de instrumentos, e o resultado dessa atividade é um produto social, isto é, o pensamento é cristalizado em um objeto por meio da atividade. Destaca-se, com base no pensamento marxista, uma das ideias centrais de Vigotsky (1989), que considera que os homens desenvolvem uma formação histórico-cultural criada pela própria atividade de produção e transformação de sua realidade.

Isso significa a passagem da vida orgânica para o mundo em sociedade, o que vai exigir a criação das Funções Psicológicas Superiores para a transformação consciente e orientada das condições de existência.

Dessa forma, foi por meio do trabalho que o ser humano realizou o salto que marca o início do ser social, isto é, que a experiência sócio histórica é construída no decorrer da atividade social, entre os seres humanos, resultado de ações da forma de viver, de se produzir

a vida a cada período histórico da própria sociedade. As atividades individuais se interpenetram por meio das relações sociais, resultando em um conjunto de ensinamentos que são transmitidos às gerações futuras. Essa transmissão só é possível em razão “dos homens terem uma atividade criadora e produtiva, a atividade humana fundamental: o trabalho” (LEONTIEV, 1978, p. 263).

Outro aspecto da constituição do ser humano diz respeito ao modo como se configura a experiência histórica na individualidade do sujeito. Essa experiência histórica é apropriada pelos indivíduos no sentido de sua inserção no meio social, ainda que não possua imediatamente a experiência genérica, que se lhe apresenta externamente, formada no período histórico transcorrido. Para que isso ocorra, é necessário que o indivíduo exerça sobre a experiência genérica (histórica) uma atividade específica. Esta atividade é exatamente o meio pelo qual ele adquire a experiência genérica formada ao longo da história.

Para melhor apreendermos essa relação é preciso se levar em conta o sentido, a significação e o modo como estes se relacionam com a consciência e com o inconsciente. O significado é socialmente construído por meio das atividades humanas e transmitidas aos membros da sociedade, que o internalizam e tornam a expressá-lo sob uma nova configuração no sentido de torná-lo socialmente aceito. Portanto, “Essas elaborações significam a formação da “realidade cristalizada”, a experiência e a prática social da humanidade” (SANTOS & LEÃO, 2012, p. 642)

Assim, um ambiente social se torna objetivo na medida em que explicações, concepções e normatizações que o caracterizam, integram e constituem são dadas aos indivíduos sob a forma de significados, compondo assim suas representações históricas (SANTOS & LEÃO, 2012).

Porém, estes significados não têm a mesma representação a todos os indivíduos, pois,

Esta experiência é específica no sentido em que não se forma na vida dos diferentes indivíduos, mas é produto do desenvolvimento de numerosas gerações e transmite-se de uma geração a outra. Todavia não é fixada pela hereditariedade e é nisso que reside a sua diferença radical com a experiência específica dos animais. Ainda que ela se adquira no decurso do desenvolvimento ontogênico do homem, não podemos identificá-la com a experiência individual propriamente dita. Ela distingue-se, por um lado, pelo seu conteúdo, o que é evidente, e, por outro, pelo princípio do seu mecanismo de aquisição e de apropriação (LEONTIEV, 1978, p.178).

A diferença determinante entre o ser humano e as demais espécies está no fato de que o homem realiza sua atividade vital de forma consciente, pois, por meio dela transforma a natureza moldando-a de acordo com suas necessidades. Esta atividade vital, portanto, realiza a relação com a natureza e proporciona a reprodução humana. É o que afirma Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1996, p.202).

Por essa afirmação entende-se que o trabalho é a atividade na qual o ser humano realiza trocas vitais com a natureza. Do trabalho surge a linguagem, devido à necessidade de comunicação entre os indivíduos que participam do processo produtivo. Assim trabalho e linguagem podem ser meios tanto para a reprodução da vida humana quanto para a produção de bens sociais, ainda que continue a existir uma separação radical entre o homem como indivíduo e como membro da sociedade, o que, segundo Lukács (1978), é uma das mais importantes formas de alienação.

Portanto, a relação entre o homem e a natureza se revela como responsável pela reprodução da vida humana, porquanto é regulada e controlada pelo homem ao apropriar-se dos recursos naturais, dando-lhes novas formas e direcionando essa relação em seu benefício.

O princípio que regula esse processo está exatamente na condição de que o homem tem de planejar: “é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 1996, p. 202). Assim, o produto de seu trabalho é algo novo que expressa uma idealização do que já existia antes em sua mente.

Na atividade de trabalho o próprio homem sofre transformações internas, pois no transcorrer do trabalho desenvolve seu raciocínio, movimenta-se, pratica, fazendo brotar qualitativamente novas possibilidades sobre a base de sua natureza interna. Surge daí o ser ontologicamente transformado da base orgânica para o ser social.

Dessa forma, o trabalho assinala a evolução do aspecto natural para o social. No âmbito social, na medida da inserção do trabalho como atividade que atende às necessidades do ser humano, a vida se reproduz em um processo de inovação. Neste caso não é mais o organismo que se adapta ao meio, como nos animais, mas o trabalho como atividade que modifica o meio para torná-lo adequado ao ser humano.

Disso, se deduz que as transformações verificadas no âmbito social estão sedimentadas na espécie de atividade vital na medida em que ela se estrutura sobre o planejamento prévio, teleologia e, a natureza pré-existente (causalidade). Estes dois aspectos - teleologia e causalidade - acabam por se fundirem na execução do trabalho originando novas objetividades ao sujeito que trabalha.

Portanto, a expectativa do sujeito que trabalha é de encontrar no produto do seu trabalho um objeto que atenda às necessidades que o colocaram em atividade. Entretanto,

quando isso não acontece, o homem vê no objeto produzido algo estranho a ele próprio. Isso pode acontecer porque o processo de trabalho não é significativo para o indivíduo, e sim alienante.

A falta de significação tem a ver com a ausência de sentido no processo de trabalho. As análises de Marx já sinalizavam que a intenção capitalista era separar do trabalhador o conhecimento que se faz necessário para a produção. Concretizando essa separação, ocorre a extinção do valor dessa força de trabalho tanto de uso como de troca.

Do ponto de vista dos autores da teoria psicológica Sócio Histórica, é através da atividade humana prática de realização do trabalho que se desenvolve os processos psíquicos humanos. Portanto, é pela apropriação da cultura, que é a organização dos resultados alcançados historicamente pela atividade humana, que a subjetividade se estrutura como um fenômeno simultaneamente social e individual, por ser dependente das relações entre as pessoas. A subjetividade, então, decorre das atividades interpsicológicas para estruturarem as funções e processos intrapsicológicos. Isso se explicita na lógica de que é do sujeito político social que pode surgir o sujeito particular, psicológico e consciente.

Considere-se também que, a subjetividade não é algo que se constitui somente no plano da psicologia do indivíduo, mas também como construção dialética da própria cultura que exige um sujeito individual; ainda que ele também seja constituinte dos aspectos culturais, isto é, “o individual é um elemento constituinte da subjetividade social e simultaneamente, se constitui nela” (GONZALEZ REY, 2002, p.37). Destaca-se, dessa forma, que o sujeito é constituído por meio da sua experiência social e histórica e pelo desenvolvimento da consciência, que se processa nas relações inter e intrapsicológicas, dentre elas as da educação e as do trabalho com a participação dos outros, estabelecendo a consciência do eu e do outro, no sujeito consciente. Nesse aspecto,

temos que substituir a visão mecanicista de ver a cultura, sujeito e subjetividade como fenômenos diferentes que se relacionam, para passar a vê-los como fenômenos que, sem ser idênticos, se integram como momento qualitativos da ecologia humana (GONZALEZ REY, 2002, p.164).

Ora, no contexto das relações de trabalho atual, essa afirmação oferece base para a análise da subjetividade do sujeito docente da modalidade EAD, pois este pode ser compreendido como um sujeito representativo daqueles que vivem no meio em que ele vive, pois neles reflete a totalidade das relações sociais. Portanto, conhecer o sujeito docente da modalidade EAD significa conhecer todo esse mundo do trabalho em todas as suas conexões. Nesse sentido, ao ocorrer em condições que reúne vários trabalhadores simultaneamente, o processo exige que se estabeleçam vários tipos de relações entre os membros dessa categoria,

ou seja, é um processo mediado simultaneamente pelos instrumentos e pela sociedade (LEÃO, 2004).

Por isso, conforme a autora, o trabalho social, ao dividir as funções e atribuí-las a cada indivíduo, origina novas formas de necessidades, independentes dos motivos biológicos elementares, que são os motivos sociais dos comportamentos (LEÃO, 2000). Considere-se que, para a Teoria Sócio Histórica as necessidades desencadeiam o motivo e este é determinante para que ocorra uma atividade. Entretanto, devido à necessidade não ser consciente, parte do motivo racional a objetivação dessa mesma necessidade. Por isso, a motivação aparece como concretização da necessidade em um determinado objeto, que permite o direcionamento da atividade. A motivação, um dos construtos importantes para o estudo da subjetividade, é um conceito que se forma a partir da ação humana na natureza, numa interação que decorre da atividade do ser humano sobre o meio e deste sobre o próprio homem. Com isso, as condições materiais de existência humana têm como fator determinante a sua motivação.

Os motivos sociais, isto é, “associações ou redes de pensamentos matizados afetivamente ao redor de metas sociais relevantes” (Romero-Garcia, p.16, 1985) e seus objetivos, considerados como incentivo exteriores que contribuem para gerar energias na conduta motivada, determinam as ações humanas. Estas ações, segundo a Teoria Sócio Histórica são caracterizadas por serem atividades conscientemente dirigidas para uma finalidade previamente estabelecida na consciência, são mediatizadas por instrumentos e se materializam em um produto social.

Nesse contexto,

As ações das funções intelectuais de organização e troca da produção e as das funções práticas para a transformação da natureza acarretaram como consequência certa individualização da atividade intelectual. Nesta condição, as ações verbais passaram a realizar, além da comunicação entre os indivíduos, ações teóricas para as quais não há necessidade de apoio material. Tornaram-se processos psíquicos interiorizados, individuais, que se manifestam como pensamento verbal exclusivamente cognitivo (LEÃO, 2004, p.25).

Os fatores apontados pela autora, bem como as novas formas e técnicas de gestão da força de trabalho, sob a égide do neoliberalismo, incidem diretamente sobre a atividade de trabalho do professor. Com isso, a expressão da subjetividade nas organizações empresariais, assim como em instituições de ensino públicas e privadas, pode ser analisada a partir da concepção de sujeito organizacional enquanto recurso humano (Heloani, 1996) e na concreticidade de uma relação social orientada por valores mercantis e produtivistas (SILVA JUNIOR & GONZÁLEZ, 2001).

Aplicado à Educação a Distância, o modelo atual de gestão de trabalho toyotista, calcado nas novas tecnologias e caracterizado pela flexibilidade e seus aspectos aparentemente emancipatórios e inovadores, segundo Heloani (1996), é muito mais uma utopia - dado o atual contexto do mundo do trabalho - do que uma realidade objetiva. É importante considerar que estas transformações causam resultados diferentes de acordo com a atividade profissional.

Porquanto, ainda que o trabalho dividido exija uma interconexão pela qual cada atividade esteja ligada interdependentemente com outras através de fronteiras espaciais, temporais e corporativas, na forma atual de organização do trabalho há uma determinação de que toda atividade econômica exija a engenhosidade humana e conhecimento.

Em tempos passados, certamente muitas dessas atividades foram realizadas por trabalhadores autônomos e livres para improvisar, ainda que dentro das limitações de recursos e tempos disponíveis. No entanto, ao longo da história diversos sistemas sociais desenvolveram complexas divisões do trabalho. Muitos envolvendo formas hierárquicas de controle, nas quais aqueles que dão ordens têm limitado a autonomia de seus subordinados, como no exemplo relatado por uma professora:

O ano passado (2011) a instituição contratou supervisores para inspecionar o trabalho dos tutores. Foi muito constrangedor, pois era uma espionagem explícita. Os supervisores a todo o momento queriam saber o que a gente estava fazendo. Na verdade eles não eram professores e não entendiam do nosso trabalho. Era só para espionar e levar para a coordenação o nome daqueles que não estavam seguindo as normas de acesso ao sistema (PT 5).

De fato essa forma de espionagem referida pelo professor estava ligada à necessidade de difundir no ambiente da instituição uma nova política de produtividade e menor desperdício de tempo.

Sem dúvida, estes fatores demonstram as estratégias da organização do modo de trabalho para a nova função do professor tutor que, na modalidade EAD, passa a ser mediada pelo sistema tecnológico e acarreta a transformação das relações e da cultura organizacional que orientava o trabalho, principalmente na Educação Superior. Neste movimento, segundo Leroi-Gourhan (1982.p.78), “o homem não se apropria do patrimônio social tal e qual; entre o indivíduo e este, a divisão do trabalho multiplica as mediações”. Mediação esta que, na nossa pesquisa, tem como característica principal a utilização da tecnologia.

Sob o capitalismo, mudanças na divisão do trabalho têm sido altamente dinâmicas. É um processo contínuo de destruição e recomposição de setores, organizações, processos de trabalho e competências, impulsionados pelo imperativo de maximizar a extração de valor a

partir de qualquer fonte de trabalho. Ora, entendemos que a formação por competências contribui para o esvaziamento da função essencial da educação escolar. Paradoxalmente, as competências organizacionais, liderança e técnicas, por exemplo, são requeridas ao trabalhador como condição de sua empregabilidade. Como reflexo disso, nos últimos tempos estas passaram a fazer parte do currículo, contrariando a premissa de que a educação escolar é a transmissão conhecimento humano, a fim de possibilitar ao ser humano condições para apropriar-se do conhecimento mais avançado desenvolvido pela humanidade, para que cada um tenha possibilidades de desenvolver suas potencialidades.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) orientam dessa forma:

Não basta visar a capacitação dos estudantes para as futuras habilitações e termos de especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função dos novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional preparado para lidar com as novas tecnologias (Brasil, 2004, p.34).

Com origem no pensamento empresarial a formação por competência tem como objetivo formar o indivíduo para o mundo do trabalho. Na realidade, essa lógica visa à multiplicação do capital por intermédio da exploração da força de trabalho. Na esfera da produção a estratégia é se apropriar do saber subjetivo que o trabalhador desenvolve ao longo de sua experiência profissional, isto é, o saber tácito. Este é um saber subjetivo adquirido na prática individual e coletiva no decorrer dos anos na sua profissão, e na nova estrutura técnico-organizacional do modo capitalista de produção, o trabalhador é chamado a disponibilizar para a empresa este conhecimento.

Na teoria pedagógica, essa concepção de conhecimento tem origem na escola construtivista, nas teorias tecnicistas associadas ao pensamento neoliberal e influenciam o esvaziamento dos conteúdos escolares. A pedagogia tecnicista atua no aperfeiçoamento do próprio sistema capitalista, em conformidade com o sistema produtivo. Para isso faz uso das técnicas de mudança de comportamento, a tecnologia comportamental (LUCKESI, 1990). Estes pensamentos propõem que a educação precisa valorizar a experiência que os alunos possuem em sua vida social. Nesse caso, a educação escolar deve estar no âmbito da realidade cotidiana na qual estão envolvidos os alunos. Na prática, este modelo propõe a transição do ensino com base em conhecimentos científicos para uma educação centrada no desenvolvimento das competências observáveis na prática.

Neste processo, há uma prática contínua de separação de tarefas na rotina de atividades dos professores, cujas atribuições necessitam de iniciativa e autonomia.

Seguindo essa linha, podemos observar que no modelo fordista há um processo que incide sobre o sujeito: baixa autonomia, repetições, baixa capacidade de decisões e alto respeito pelas normas, que era o modelo útil para as organizações. Já no modelo toyotista, pelo contrário, se exige do sujeito que tome decisões, que seja criativo, autônomo, flexível. Entretanto, as organizações empresariais esperam que o trabalhador adquira essas competências no sistema escolar.

Considerando que a construção de ideias nasce da prática individual interna e sob a materialidade fundamentada na prática social, o processo do “saber-fazer” e domínio dos meios é para cada sujeito uma forma de se afirmar socialmente, desenvolver e satisfazer suas necessidades materiais e espirituais, objetivadas e transformadas nos motivos da atividade.

Igualmente, a subjetividade relacionada ao trabalho docente implica na subjetividade do trabalhador, que é expressa em suas ações, na sua vida profissional e história de vida pessoal. O sujeito estabelece significados particulares relacionados ao seu trabalho e às ocorrências nas suas relações profissionais, de modo que a atividade se mostra unida aos sentidos subjetivos do trabalhador.

3.1.2 Motivação para a atividade

Leontiev (1978) afirma que é essencial a relação entre o motivo e as necessidades. Para este autor, o problema é que o objeto que pode satisfazer a necessidade dada não está solidamente fixado no estado de necessidade do sujeito. Enquanto não for satisfeita pela primeira vez, a necessidade não conhece seu objeto, tem que descobri-lo.

Ora, se há uma motivação para uma atividade, primeiramente haverá uma necessidade última para que a atividade produza um objeto que seja material ou não. A possibilidade de elaboração, o desafio da confecção de um determinado objeto se apresenta então como um estímulo que permeia a atividade, configurando-se como uma motivação.

Entretanto, a realização de uma atividade é movida por um motivo, que pode ser desconhecido pelo sujeito, como resultado da divisão dos motivos, que se opera durante o desenvolvimento da atividade humana. Essa divisão ocorre porque a atividade se torna necessariamente polimotivada, isto é, responde ao mesmo tempo a dois ou vários motivos.

De acordo com Leontiev (1978), as necessidades se manifestam subjetivamente como desejos e tendências e, ao mesmo tempo em que demonstram o aparecimento ou uma necessidade satisfeita, regulam a atividade do trabalho motivando o surgimento, o

crescimento ou o desaparecimento desta necessidade. É imprescindível que, junto à necessidade, deva estar um objetivo que estimula, dá sentido e direção à atuação humana.

Resta a indagação: quais são os motivos que movimentam os professores a atuarem como professores tutores na EAD? Por ocasião das análises percebemos que os professores tinham interesse em: a) atuar como educadores utilizando a tecnologia; b) obter uma segunda fonte de renda; c) oportunidade de atualização de conhecimento.

Além do compromisso com o trabalho em si, a aplicação no sentido de ajudar o aluno a aprender é a essência do trabalho docente. Alcançar esse objetivo é em si uma atividade libertadora, porquanto os objetivos externos devem ser despojados de serem considerados pura necessidade natural. Sobre isso, Marx (2005) descreve que as finalidades externas são objetivos que o indivíduo coloca a si mesmo, de maneira que seja uma realização e a objetivação do sujeito. Quer dizer a liberdade real pela atividade de trabalho.

Por essa análise marxiana, mesmo que o professor tutor esteja envolvido a maior parte do tempo com o trabalho repetitivo, que não requer esforço mental intenso, na medida em que lhe é exigido uma resposta a determinado problema, será dado um sentido à atividade na qual contem elementos de trabalho efetivamente livre.

É com esse sentimento que alguns professores tutores se deparam com tarefas no âmbito da informática e que não estão acostumados a fazer no ensino presencial. Para eles, tais desafios provocam a sua criatividade e por isso parece mobilizada em cumprir os objetivos demandados:

Eu acho que o trabalho na tutoria é bastante rotineiro. Mas antes de se tornar rotina, temos que desenvolver novos formulários, novas planilhas que facilitarão o trabalho de controle para todos os professores. É bom ter esses desafios porque assim aprendemos coisas que na nossa profissão não é muito comum (PT 4).

Isso pode conter uma fonte de satisfação genuína, criando uma motivação adicional para o trabalho, que não pode ser incluída no simples aspecto econômico da recompensa financeira. Aqui prevalece o conteúdo do trabalho ou a propriedade intelectual que, mesmo sem remuneração adequada, ainda pode ser experimentada como algo possível de se orgulhar.

O apego pelo trabalho pode se manifestar na forma de um compromisso com o aluno. Ou ainda com a reputação pessoal desse professor tutor. De alguma forma, essas manifestações podem ser um empecilho para uma negociação financeira, especialmente em uma situação na qual haja excesso de oferta de trabalho docente.

A identificação com o resultado do trabalho pode deixar o professor com a ilusão de controle da sua atividade, mesmo quando seus direitos de propriedade intelectual foram entregues.

Há que se destacar que a motivação que ora possibilitou o impulso da realização de uma tarefa não impede que a confecção de formulários, textos e formas de execução de tarefas elaboradas por tutores posteriormente sejam absorvidas pelo sistema tecnológico e tornado padrão para todos os demais trabalhadores.

Nesse sentido, as premissas de atividade/ação demonstram claramente sua relação com o trabalho humano, conforme a teoria marxista, segundo a qual o termo trabalho é uma atividade própria do homem, que transforma a natureza a partir de certa matéria dada e que antes do início do processo já existia em sua cabeça (MARX, 1985).

É fundamental que se tenha claro que a subjetividade no trabalho se relaciona com a constituição do sujeito, aos significados de suas relações sociais. Envolve análise sobre a formação profissional, a introdução de novas tecnologias, questões voltadas para empregabilidade e o próprio desemprego.

O trabalhador estabelece um sentido específico ao seu trabalho e ao resultado dele, assim como os fenômenos que acontecem nas relações de sua atividade. Assim, o trabalho se revela permeado pelos sentidos subjetivos que o sujeito lhe consigna.

Considerando que a subjetividade encontra-se na percepção da atividade dos indivíduos em situações coletivas e sociais, conclui-se que subjetividade do professor tutor pode ser verificada em sua atividade de trabalho e nas demais relações sociais.

Na atividade docente, ele estabelece as negociações das circunstâncias pessoais, históricas, recebe influências e influencia a si mesmo construindo e se construindo. Essa dinâmica torna proibitiva e inadmissível a atividade humana desenvolvida mecanicamente, como determinava a organização científica do trabalho (taylorista).

A atividade de trabalho exercida de forma mecânica, sem iniciativa, representa um esforço desprovido de sentido, fatigante e extenuante. Esse conjunto de fatores induz a que o ser humano reprima sua própria atividade, isto é, a limitação de sua ação laboral é uma “amputação do seu movimento” (WALLON apud CLOT, 2006, p.14).

Portanto, o trabalho pode perder o sentido se considerarmos que a atividade de trabalhar é simples execução, se o trabalhador não tem como meta extrair valores que deem sentido à sua própria vida.

Isso não quer dizer que se possa prescindir da formalização, de regras escritas e combinadas informalmente. A organização é necessária em toda atividade humana, porém, o engessamento a essas regras destitui o caráter de criatividade que deve ser inerente ao processo de trabalho: “não se governa o uso industrial de homens e mulheres” (SCHWARTZ, 2003, p.34).

Quando existe o cerceamento à liberdade de pensar no trabalho, a retração dessa capacidade afeta o significado moral, na medida em que os novos modelos de organizações, em nome da produtividade, exigem daqueles que trabalham.

Sendo assim qualquer processo de trabalho exige a subjetividade, a negociação de questões pessoais, o conhecimento de si e dos outros, que é também um processo de construção de afetividade.

Uma questão importante sobre essa pesquisa é a premissa de que o trabalho docente de uma maneira geral, mas sobretudo em IES privadas, ocupa uma posição altamente contraditória na sociedade moderna. Primeiro, porque as instituições privadas necessitam do fluxo de trabalho desses professores, precisam absorver o controle sobre a propriedade intelectual e ao mesmo gerenciar uma força de trabalho de cunho altamente criativo e historicamente autônomo.

Para manter o controle, as instituições privadas exercem formas de coação ostensiva e pressões sobre os mais vulneráveis, no sentido de conformá-los às suas exigências. Para isso usam o incentivo de progressão na empresa, premiações aos que cooperam, desencorajando assim a dissidência. Ao mesmo tempo, a propaganda pelos meios de comunicação expõe a classe docente como incompetente, ineficiente e que tem um custo elevado. Tudo isso para justificar a implantação das novas tecnologias de ensino. Nesse quadro, o ensino presencial, tradicional é tratado como obstrucionista, que impede o progresso e está no caminho da educação moderna supostamente exigida pelos próprios alunos.

É assim que na maioria das empresas privadas, o trabalho docente, professor a distância e professor tutor têm sido alvos, por parte dos gestores, da imposição de que o trabalhador pratique a gestão de si mesmo, a fim de criar interações favoráveis com o outro.

Enquanto trabalho imaterial, a docência não produz mercadorias do tipo analisado por Marx, como roupas ou móveis; sua prática envolve seu próprio corpo e suas capacidades de comunicação afetiva e emocional com relação aos alunos e aos colegas de trabalho.

É assim que os sentimentos de afetividade e emoção estão sendo trabalhados e disciplinados por profissionais de gestão de recursos humanos, no sentido de evocar um objetivo específico no contexto das relações de trabalho.

Na realidade o sistema enfatiza a verdade do momento representada pelo objetivo comum dado pela instituição. Ao contrário do monopólio do gerente sobre o conhecimento, enfatizado pelo taylorismo, aqui o novo espírito do capitalismo define a gestão em termos da negociação das relações interpessoais.

Explicita-se aqui uma transformação importante na natureza do desempenho docente na modalidade EAD. Em primeiro lugar, a padronização é um meio de disciplinar a

afetividade e as emoções nas relações, determinando as contradições entre o auto interesse e o cuidado genuíno com o outro. Esse tipo de relação no ambiente de trabalho prefigura uma crescente alienação do eu, a instrumentalização das relações e supressão do falso e verdadeiro que adentram o ambiente do trabalho docente, especialmente no modelo que está presente nas empresas privadas. Em segundo lugar, os professores precisam encontrar um equilíbrio entre a auto expressão, o reconhecimento profissional e o aspecto financeiro para sua sobrevivência.

As várias formas de controle citadas anteriormente, fazem com que seja difícil para os professores encontrarem formas adequadas de resistência. As tensões entre os impulsos naturais de competição e o aspecto moral de colaborar criam obstáculos para o desenvolvimento de estratégias de resistências coerentes por parte desses docentes.

Consideremos também que a suposta autonomia e criatividade do professor tendem a obscurecer os padrões de exploração, especialmente em relação à insegurança de emprego, remuneração e outras formas de controle.

Porquanto, na atividade de trabalho, dada a sua característica fundamentalmente humana, não só a determinação objetiva do sujeito é relevante, mas também a sua vontade subjetiva. Transformando sua própria natureza e o que é referente a sua externalidade, o sujeito coloca no trabalho sua marca, de modo que “no fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 1968, p.202).

Porém, a estratégia capitalista, para extrair este “saber fazer” do trabalhador é uma prática constante nas empresas. Analisando o texto “O uso da abordagem científica de gestão” (Taylor, 1911), na transposição de parte da atividade da fábrica para o escritório, Braverman (1974) introduz o conceito de “desqualificação” como um componente essencial do processo. O autor mostra as formas em que o conhecimento tácito dos trabalhadores, expresso em seu processo de trabalho, poderia ser capturado, analisado, padronizado e mecanizado, com o objetivo de criar processos simplificados para serem realizados posteriormente por trabalhadores menos qualificados.

Na análise de Braverman não aparece o processo de trabalho docente sob as novas tecnologias, mas há paralelos entre o ofício do operário na fábrica e o trabalho de um professor tutor, pois ambos envolvem o chamado conhecimento tácito ou intuitivo capturados pelo aparato tecnológico, além do processo de trabalho que se assemelha aos das linhas de produção da indústria taylorista.

Os níveis hierárquicos que estão sendo instalados pelas empresas de educação também obedecem ao padrão da indústria fordista com uma condição, ao contrário do trabalhador na

fábrica, o tutor além de realizar tarefas definidas pelo gerente, se envolve em um complexo processo de construção de conhecimento.

Nesse caso, o que distingue o trabalho docente? Ao focarmos as identidades ocupacionais social e historicamente construídas, torna-se possível identificar algumas características que, embora não exclusivas nem prevalentes de forma universal entre a classe, possuem algumas formas distintas observáveis.

4 ELEMENTOS PARA UMA TEORIA DA MEDIAÇÃO

Embora a educação tenha formas estáveis e duradouras, ela não deixa de ser sensível às mudanças, pois encontra-se exposta às transformações e aos processos de renovação ao longo do tempo. Os princípios de reprodução que a torna resistente ao devir temporal não lhe conferem imunidade nem a deixa ao largo da historicidade. Efetivamente, o compromisso com a vida social situa a educação como partícipe desta. A organização educacional registra, reflete e intervém nas mudanças socioculturais que se dão no contexto social. E, quando isso acontece, as transformações na educação atuam como agentes destes movimentos, de modo que as mudanças sociais e educacionais se mostram intimamente ligadas.

Ultimamente, muito se tem discutido sobre a utilização da mediação tecnológica. Com o advento das tecnologias da informação e comunicação as relações estão possibilitadas para além dos traços identitários, tais como parentesco, vizinhança, religiosidade, e é por isso que se fala em “comunidades virtuais, em escrita colaborativa, sinergia colaborativa” (FRANCISCO, 2007, p.120). Assim, no ambiente virtual, o sentimento de pertencimento a uma entidade é um dos elementos básicos das comunidades virtuais apesar das condições espaciais, temporais, sociais e econômicas.

De fato, o movimento de ocupação de espaços da internet é múltiplo. A partir da introdução da modalidade Ensino a Distância no sistema educacional brasileiro com a utilização de instrumentos tecnológicos de informação e comunicação (internet e televisão), o processo de mediação se apresenta sob uma nova perspectiva, principalmente em razão do aspecto espacial e temporal entre quem ensina e quem aprende, evidenciando a necessidade de novos estudos neste campo.

É certo que as mudanças educacionais estão correlacionadas aos processos de transformação sociocultural que moldaram as sociedades nos últimos anos. Entendemos que os instrumentos tecnológicos de comunicação restringem a condução dos conteúdos na medida em que não traduz efetivamente a linguagem e o discurso com seus diversos signos.

Chamamos signos aos estímulos artificiais introduzidos pelo homem na situação psicológica, que cumprem a função de auto estimulação. De acordo com nossa definição, todo estímulo condicional criado pelo homem artificialmente e que se utiliza como meio para dominar a conduta, própria ou alheia, é um signo (VIGOTSKY, 2000, p.83).

São estes signos, os elementos estes responsáveis pela interação com o sistema psíquico dos sujeitos, fatores responsáveis pelos processos de ensino aprendizagem. Por isso se compreende a dificuldade que a professora tutora encontra na tentativa de interagir com o

aluno. Esta professora tutora apresenta os fatores que interfere no desenvolvimento do seu trabalho e em consequência no processo ensino aprendizagem:

Eu enviei várias explicações para o aluno sobre o seu trabalho final de curso. Veja bem, nós estamos falando de um aluno que estava terminando o curso de pedagogia. Às vezes ele não lia porque tinha dificuldades no acesso ao sistema. Na verdade eu acho que ele não tinha computador nem internet. Quando ele conseguia ler acabava não entendendo as minhas orientações e não chegamos a um acordo. O que aconteceu foi que ele reclamou para a coordenação que eu não estava orientando direito. Eu que acabei levando a culpa (PT 1)

Certamente os problemas de orientação acontecem no ensino presencial, entretanto, no relato da professora tutora evidencia-se que a orientação a distância dificulta a compreensão do aluno sobre o que a professora estava tentando explicar, ou talvez, a professora que não estaria entendendo o que o aluno estava tentando expressar.

Nesta perspectiva, apresentam-se casos contrastantes que desafiam a reflexão sobre a pertinência da modalidade EAD no contexto das recentes transformações ocorridas nos processos sociais de produção e trabalho, quais sejam: novas formas de organização do trabalho, privatizações, terceirizações, fatores responsáveis pelo novo paradigma que se apresenta nas relações interpessoais, perpassando a sociedade e, em decorrência, a educação.

Portanto, pretendemos aqui analisar o processo de mediação, a produção de sentido das linguagens mediadas por instrumentos tecnológicos da informação e comunicação utilizados no processo de ensino e aprendizagem na Educação a Distância via satélite e quais os paradigmas da mediação, articulação das dinâmicas educacionais com os processos socioculturais, que se integram ao processo de transformação na educação a partir da introdução dessa modalidade de ensino.

O processo de mediação é uma práxis que permite a apropriação do conjunto de signos sociais pelo sujeito. Em sua acepção etimológica, o termo mediação faz referência à ação que medeia duas ou mais proposições, seres ou coisas. De acordo com essa ideia, as entidades intermediadas podem ser independentes e anteriores à ação concatenadora, ou constituir-se como resultado da ação, que atua como produtora ou condição de sua produção.

O uso do termo tem se tornado comum e se refere aos mecanismos de conflito e busca de acordo entre partes que mantêm posições antagônicas. De fato, a mediação tem se transformado em uma técnica, não obstante seja empregada em diversos ramos da filosofia para se referir às relações que vinculam a elementos de ordens distintas.

O materialismo dialético fundamenta esse conceito com base na teoria marxista da produção isto é, a relação do desenvolvimento do homem com o resultado da atividade do trabalho. De acordo com essa tese, o conhecimento está inserido na ideia da práxis cujas

manifestações do psiquismo humano (sentimentos, consciência, pensamento, etc.) dependem da atividade do trabalho.

Considerando que os instrumentos realizam a mediação no sentido de ajustar a ação do homem em relação à natureza, a Teoria Sócio Histórica desdobra a ideia de mediação para os signos, que assumem a condição de ferramentas psicológicas com a função de estabelecer a interatividade entre as pessoas. Portanto, a utilização de signos nas relações entre os psiquismos dos seres humanos significa a mediação semiótica.

Para se apropriar destes resultados, para fazer deles suas aptidões, os órgãos de sua individualidade, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação entre eles. Assim, a criança aprende a atividade adequada. Pela sua função este processo é, portanto, um processo de educação (LEONTIEV, 1978, p.272).

De acordo com essa explicação, a educação se desenvolve por meio da mediação semiótica. Este desenvolvimento se dá por causa de uma sequência de saltos qualitativos numa sobreposição de estágios evolutivos que representam o resultado da apropriação cultural e social originadas nas relações entre as pessoas da sociedade

É com base nesses conceitos que pretendemos analisar o processo de mediação na modalidade Educação a Distância, considerando os instrumentos tecnológicos da informação e comunicação.

Ao tutor a distância são atribuídas as tarefas de mediação entre professor e alunos no momento da tele aula, e em seu domicílio, correção de trabalhos, Trabalhos de Conclusão de Curso, provas e orientações gerais aos alunos via meios eletrônicos.

Em relação a este processo, cabe assinalar que consideramos a EAD um processo de comunicação, isto é, uma modalidade de ensino interativa e social nas quais os participantes compartilham informações e principalmente o sentido geral da ação. O que se espera é que os estudantes apresentem relações de identidade cultural, perspectivas de unidade social e compartilhem de um marco de conhecimentos contextuais que regulem o funcionamento da ação educativa, no sentido de permitir que esta desenvolva sua eficácia programática.

Com estes conhecimentos comuns, os estudantes devem realizar iguais ou similares interpretações dos conteúdos e participar de uma mesma experiência de aprendizagem, de modo que uma disciplina possa realizar o estudo previsto. Resta então procurar responder a questão: como os meios tecnológicos mediatizam o processo de construção do conhecimento?

4.1 APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DA MEDIAÇÃO

No decorrer da história o conceito de mediação teve diferentes abordagens relacionadas aos contextos sociais que as motivaram. A lógica clássica, especialmente na aristotélica, faz referência à ação da mediação adequada ao silogismo, que permite o avanço do raciocínio desde sua premissa até a conclusão. Na gnosiologia, remete às atividades ou ferramentas envolvidas no processo de conhecimento como intermediários da relação entre sujeito-objeto. Na teologia, apontam os elementos que intervêm, facilitam ou possibilitam o conhecimento do divino ou acesso a ele. Para Agostinho, por exemplo, a mediação é definida como a Graça Divina (Cristo), que representa o conhecimento ou acesso a Deus. É Deus quem possibilita que o homem conheça a realidade material e espiritual, agindo nele (homem) por meio da alma.

Por sua vez, segundo Leão (2004), Descartes entende que o homem só conhece uma verdade: a que é capaz de operar pensamentos racionais. Com isso, sintetiza a sua filosofia no poder da razão. Este seria o elemento mediador entre o homem e a realidade. No século XVIII, a filosofia kantiana estabelece as categorias *a priori* como elemento que medeia a relação do homem com a realidade. Para essa teoria, o homem só é capaz de conhecer o mundo porque é dotado das categorias *a priori*. Desse modo, todo homem é capaz de conhecer, uma vez que as categorias que são os conceitos *a priori*, já se encontram na sua cabeça.

No idealismo hegeliano, a mediação é estabelecida pela consciência. Para ele é a consciência que determina todo o processo de conhecimento do mundo, da realidade e do sujeito mesmo (a consciência de si). Ela se situa na relação de negação do sujeito com a realidade, como expressão unificadora da oposição historicamente mutável de sujeito-objeto, e que aponta no plano da história para a contradição meta-histórica da cisão contínua que caracteriza a natureza humana: material-espiritual, corpo-alma. O espírito é concebido, portanto, como sendo o construtor da realidade e toda sua atividade é reduzida ao âmbito da experiência (LEÃO, 2004).

De maneira diferente, segundo Leão (2004), Marx entende que as mudanças sociais não são resultados da ação do espírito na história (consciência), mas sim do resultado das lutas de classes sociais com interesses divergentes com base no trabalho. O autor entende que o homem, por meio do trabalho, organiza e transforma a realidade social, constituindo-a como resultado de uma prática histórica efetiva dos indivíduos em sociedade. Portanto, para Marx é o trabalho a atividade vital no qual o homem produz e utiliza os mediadores: signos e instrumentos para se pôr em contato com a realidade material e com o outro, elemento mediador entre o sujeito e a realidade.

O conceito de trabalho marxista dá origem à ideia de mediação de Vigotsky. A finalidade deste autor era construir uma psicologia com base no quadro teórico-epistemológico do marxismo, a fim de compreender o funcionamento do cérebro humano. Seus estudos buscam demonstrar que a mediação, por meio de instrumentos e signos, é um processo essencial para a realização das atividades psicológicas voluntárias, intencionais, controladas pelo próprio indivíduo, que distinguem o homem dos outros animais.

Desse modo, no trabalho, assim como nas atividades de transformação, o homem utiliza instrumentos como meio. Desse modo, quando o cérebro do homem aprende um conceito, usa a mediação das palavras ou linguagem. Ora, se toda ação humana é mediada, logo a aprendizagem se realiza com a mediação semiótica ou pela interação com o outro.

Essa perspectiva indica que a interação do homem com o mundo se dá por uma mediação reflexiva da mente cuja função real é orientar o sujeito, permitindo seu acesso indireto ao mundo objetivo.

4.1.1 Mediação dialética de Hegel

A concepção dialética constitui uma das perspectivas teóricas através da qual o conceito de mediação mantém um sentido de atualidade desde a dialética hegeliana, na qual é categoria básica. Ela se define como o momento de antítese ou negação que permite a transição da tese à síntese em um movimento de superação.

Como um conceito central da dialética hegeliana, designa o processo pelo qual as coisas são e se desenvolvem em sua relação com outras, mostrando o caráter orgânico do real. Em sua perspectiva, tanto o ser como o conhecer se constituem na alteridade, na reflexão de um sobre o outro, que reflete a imagem do primeiro e a devolve em negação, de modo que a identidade se especifica na diferença, não de um modo definitivo, mas no processo do ser. Assim, o próprio conceito de mediação se especifica em relação à ideia do imediato, que atua como seu oposto complementar.

Ao considerar o princípio do saber científico, questiona se deve ser o mediato ou o imediato. Ele mesmo propõe que ambas alternativas são susceptíveis de refutação. Para ele, tal oposição necessita de sentido, pois:

nada há, nada no céu, nem na natureza, nem no espírito, ou onde seja, que não contenha tanto a imediatez como a mediação. Assim, estas determinações se apresentam como unidas e inseparáveis (HEGEL, 1968 p.64).

O autor mostra que o conhecimento imediato supõe a mediação, posto que todo conhecimento se constitua em uma relação sujeito-objeto, sem a qual este estaria vazio de conteúdo, ou não seria conhecimento ao faltar-lhe o sujeito.

Ocorre, assim, com a certeza sensível, pois o conteúdo parece estabelecer-se de modo imediato, não obstante, se refletimos, veremos que nem o sujeito nem o objeto “aparecem na certeza sensível apenas de modo imediato, mas estão ao mesmo tempo mediatizados. Eu tenho a certeza por meio de outro, a saber: da coisa e essa está igualmente na certeza mediante outro, a saber, mediante o Eu (HEGEL, 1992, p.75).

No plano ontológico, Hegel mostra igualmente que o ser implica a contradição e supõe, portanto, a mediação. Assim, o autor coloca a antinomia que considera ao ser e não ser, na qual os termos da oposição se revelam simultaneamente como iguais e contrários. O ser puro e imediato se caracteriza por necessitar de qualidades, por ser indistinto, por ser igual a si mesmo. Como é indeterminado, permanece vazio e é igual a nada: “a proposição: ser e nada são o mesmo, expressa a identidade destas determinações, mas as contém igualmente como distintas, se contradiz em si mesma e se dissolve” (HEGEL, 1968, p.43). O ser e o nada são, portanto, momentos em um movimento no qual se produz, como síntese, um novo elemento.

De acordo com isso, a mediação trata da relação entre o mediato e o imediato. Sendo assim, não há nada desprovido de mediação, mas também não há nada que seja exclusivamente mediado. O imediato é aquilo “que existe em si mesmo, que exclui a diferenciação, já que toda diferenciação encerra a ideia de mediação” (HEGEL, 1970, p.46).

Assim, o mínimo que se pode dizer de uma coisa é que: “é o limite da abstração, pois a imediação também constitui uma constante” (HEGEL, 1970, p.47), ou seja, o movimento, além de ser contínuo não apresenta limites, início ou fim. E isso não significa desorganização, pois o movimento se organiza a partir da negação recíproca estabelecida entre os elementos envolvidos na relação. A negação mútua impede que a mediação, enquanto relação dialética, considere ideias iguais, uma vez que é marcada pela diferença e heterogeneidade.

Portanto, a força negativa que representa a mediação une mediato ao imediato e, ao mesmo tempo, os separa e os diferencia. Pela negação, ela permite que o imediato seja superado no mediato.

Para Hegel, o ser é mediado, mas também o conhecimento é sujeito, porque se encontra no devir. Significa, portanto, que a ideia de mediação implica em uma relação em movimento, onde se vão redefinindo as determinações do ser ou o conhecimento, e estes se transformam.

4.1.2 O conceito de mediação marxista

No materialismo histórico, por sua vez, a mediação remete ao papel do trabalho que estabelece as relações entre o homem e a natureza. Na concepção marxista, trata-se de um conceito central que se manifesta como condição, instrumento e ligação. Isto é, a mediação dos aspectos materiais da existência aparece aqui como um mecanismo de integração que torna possível compreender a totalidade da realidade social e explica o sentido das mudanças sociais.

Nessa perspectiva a dialética hegeliana se projeta de maneira invertida, superada e firmada na contradição. O grau de influência de Hegel na configuração da concepção marxista é um ponto de intensa discussão entre críticos e intérpretes. Portanto, deve ter-se em conta que o marxismo nasce de um movimento de crítica e reação ao idealismo especulativo de Hegel, e tem neste uma de suas fontes de inspiração intelectual. Uma de suas heranças mais nítidas é a articulação do materialismo histórico como uma teoria da mediação dialética. Conforme explica Marx no posfácio à 2ª edição de O capital:

Quando elaborei o primeiro volume de O Capital, epígonos aborrecidos, arrogantes e medíocres que agora pontificam na Alemanha culta, se permitiam tratar Hegel como o bravo Moses Mendelssohn tratou Espinosa na época Lessing, ou seja, como um cachorro morto [...] A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Ela está de ponta de cabeça. É necessário invertê-la e virá-la do avesso, para descobrir o núcleo racional dentro do invólucro místico (MARX, 1985, p.26).

A dialética metafísica de Hegel se transforma, no entendimento marxiano, em uma dialética histórica e materialista, que conta com uma ontologia social mediada pelos processos de produção como demonstra:

Meu método dialético não só é fundamentalmente distinto do método de Hegel, mas é em tudo e por tudo, a antítese dele. Para Hegel, o processo do pensamento, ao qual ele converte sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, o ideal não é, pelo contrário, mais que o material traduzido e transposto para a cabeça do homem (MARX, 1985, p.26).

Enquanto a dialética marxista impõe ao hegelianismo uma importante mudança, retém em seu interior a ideia de mediação como princípio de articulação. Entretanto, deve se considerar que Marx não desenvolve explicitamente este conceito com que as vezes lhe é atribuído, trata-se na maioria das vezes de um conceito subjacente, que se manifesta em sua obra através de termos como condição, instrumento e relação. Na realidade, Marx emprega o termo mediação em um sentido mais específico para se referir à função do dinheiro como instrumento geral de troca, que permite a circulação de mercadorias.

Através da crítica da filosofia hegeliana do direito, Marx chega à conclusão de que as relações jurídicas e as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas, muito menos em relação à alegada evolução do espírito absoluto que se objetiva na história, mas devem ser estudadas a partir das condições materiais que lhe servem de base.

Na produção social da sua vida, os homens entram em determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. Estas relações de produção em seu conjunto constituem a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a que se ergue a superestrutura jurídica e política e as que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, é o ser social que determina sua consciência (MARX, 1989, p.67).

Essa explicação de Marx enuncia o princípio do determinismo da infraestrutura, que aponta a prevalência explicativa dos elementos econômicos sobre o resto dos componentes da vida social. Da mesma forma, a dialética dos componentes da estrutura produtiva é o vetor dos processos de transformação histórica:

Em certa fase de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, o que não é mais que a expressão jurídica disto, com as relações de propriedade no seio das quais foram desenvolvidas até então. Das formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em seus grilhões. E se abre assim uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, se transforma mais ou menos rapidamente toda a superestrutura imensa. Quando se examinam tais transformações, é preciso sempre distinguir entre a transformação material – que se pode constatar com a exatidão própria das ciências naturais – das condições de produção econômicas e as formas jurídicas, políticas e religiosas, artísticas ou filosóficas, as formas ideológicas sob as quais os homens tomam consciência desse conflito e lutam por resolvê-lo (MARX, 1989, p.7).

A dialética se apresenta aqui como o movimento próprio da realidade social, que se origina na base econômica e envolve o resto dos componentes da sociedade em um processo de transformação. Seu motor é a contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas (os fatores tecnológicos e matérias do trabalho) e as relações sociais de produção (modos de propriedade), ou o conflito de interesses entre quem controla o processo de produção e os que realizam o esforço do trabalho. Ou seja, a história de todas as sociedades anteriores a nossa é a história da luta de classes (MARX e ENGELS, 1985).

A superação desta confrontação se dará no dia em que se produzir a socialização dos meios de produção (a dissolução da propriedade privada) como resultado de uma revolução proletária. A dialética marxista coincide neste aspecto com as ideias de Hegel. Para este, a dialética culmina com a autoconsciência absoluta do espírito, que por esta via se encontra

realizada. Para Marx, termina no advento da sociedade sem classes que erradica a alienação social e permite o livre desenvolvimento das potencialidades humanas.

O materialismo histórico se propõe a ser uma teoria capaz de explicar a totalidade da realidade social na medida em que descreve e analisa sua dinâmica estrutural e nos expõe suas transformações históricas. Isso se expressa em sua denúncia dos mecanismos de dominação capitalista, seu chamado à tomada de consciência, por parte do proletariado, de sua situação de exploração e sua promoção da transformação revolucionária da sociedade. É dessa forma que o materialismo histórico é concebido como a união entre teoria e prática. No texto Tese sobre Feuerbach (1845), Marx assinala que os filósofos não têm feito mais que interpretar de diversos modos o mundo, mas é necessário transformá-lo. Na atividade produtiva se encontra a articulação, ou seja, a mediação. Sua análise permite compreender a relação dos componentes sociais particulares com a totalidade social e situar os diversos momentos em sua relação com os processos históricos.

O autor em sua crítica ao misticismo hegeliano teologizante e sua pretensão de deixar de lado a ideia do espírito abstrato para abordar o homem concreto, curiosamente encontrará no próprio Hegel o ponto de partida para a sua teoria do trabalho. A esse respeito escreve:

A grandeza da Fenomenologia de Hegel e seu resultado final – a dialética da negatividade como princípio motor e criador – consiste, portanto, em que Hegel considera que a autoprodução do homem é um processo, a objetivação é uma desobjetivação, a alienação e superação desta alienação; em que capta assim a essência do trabalho e compreende ao homem objetivado, verdadeiro, porque é real, ao homem como resultado de seu próprio trabalho (MARX, 1985, p.37).

Marx valoriza em Hegel o destaque do caráter constituinte do trabalho: através dele o homem não só produz, mas se produz a si mesmo. Não obstante, diferentemente de Hegel, assume uma posição radicalmente crítica diante do caráter hegeliano de alienação. Ora, Hegel considera que o trabalho servil permite o desenvolvimento da autoconsciência, da autonomia do trabalhador frente às coisas. Marx, pelo contrário, denuncia a alienação do trabalho como um processo de desnaturalização e degradação da condição humana, alienação com respeito às coisas que se apresentam como alheias; do trabalhador com respeito ao esforço do trabalho, cuja venda faz dele mesmo uma mercadoria; do trabalhador em respeito à sua condição genérica, visto que o trabalho deixa de ser um meio para sua autoprodução e lhe impõe como uma carga que lhe desgasta.

Quando o trabalhador se vê obrigado a produzir não para si mesmo, mas para outro, acontece a “alienação do homem diante do homem” (MARX, 1985, p.62). Para Marcuse

(1971), é aqui que está o coração da dialética marxista que encontra a negatividade instaurada na atividade da qual depende nossa existência.

Na perspectiva marxista, a produção é qualificada como “o primeiro fato histórico” (MARX E ENGELS, 2000, p.24). Enquanto ela permite prover os meios necessários para a subsistência humana, é considerada como a condição que torna possível o curso da história. O trabalho é concebido como um mediador das relações entre o homem e a natureza. É por ele que o homem se auto produz, e a natureza é transformada pela ação social. Verificamos no trabalho a naturalização do homem e a humanização da natureza:

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo que este realiza, regula e controla mediante sua própria ação seu intercâmbio de matérias com a natureza. Neste processo, o homem se enfrenta como um poder natural com a matéria da natureza. Põe em ação as forças materiais que formam sua corporeidade [...] para desse modo assimilar-se sob uma forma útil para sua própria vida, as matérias que a natureza brinda. E ao mesmo tempo em que atua sobre a natureza exterior a ele e a transforma, transforma sua própria natureza, desenvolvendo as potências que dormitam nele e submete o jogo de suas forças a sua própria disciplina (MARX, 1980, p.197).

Na análise marxista do trabalho, portanto, existe uma dupla relação, que são os aspectos materiais e sociais. É assim que a produção, como atividade mediadora, pode, por sua vez, ser compreendida como o resultado de um duplo âmbito de mediações. De uma parte as forças produtivas que definem a mediação material da produção, configurando um campo de condições para a reprodução social. De outro, as relações sociais de produção que dão forma ao processo de trabalho e constituem a mediação social da produção.

É por isso que o homem é o que é na sua exterioridade em razão de sua relação ativa com a natureza e com a sociedade e não por causa de sua interioridade e consciência. A produção e o trabalho não são, no pensamento marxista, uma condenação que recai sobre o homem: é o próprio homem no seu modo específico de ser ou de fazer-se homem (LEÃO, 2004).

Assim, o grau de desenvolvimento das forças produtivas dá lugar a um determinado tipo de relação de produção, de modo que os fatores materiais medeiam originalmente sobre os sociais. Assim, as relações sociais de produção definem a forma que se assume o trabalho, e estas não só resultam mediadas, mas atuam como mediadoras do processo produtivo, controlando, portanto, os processos de reprodução social que sobre este nascem. Nesse aspecto, o peso correlativo destas mediações no sistema de mediação conjunta varia de acordo com as características do modo de produção. Quanto maior for a dependência dos fatores naturais e tecnológicos, mais importante será a mediação material.

Da mesma forma, na medida em que os fatores materiais podem ser controlados pela organização da produção, a mediação social terá maior relevância. Neste sentido, a história da humanidade mostra a influência da mediação social, que alcança total preponderância no capitalismo, e nele as relações sociais de produção modelam a realidade social. Portanto, a práxis humana ou o sistema de produção constituem para o materialismo histórico o princípio de mediação, que articula a totalidade social.

A estrutura econômica da sociedade constitui em cada caso o fundamento real a partir da qual há que explicar em última instância toda a superestrutura das instituições jurídicas e políticas assim como os tipos de representações religiosas, filosófica e de outra natureza, de cada período histórico (ENGELS, 1979, p.30).

Nesta perspectiva, o sistema governamental de justiça, tanto como a ideologia dominante, se forma sobre a base do sistema produtivo, estendendo o poder econômico como controle político. Suas funções são assegurar a reprodução, a legitimação e a justificação da ordem imperante. Deste modo, as instituições políticas, jurídicas e ideológicas se tornam mediadoras do sistema de dominação econômica diante da sociedade civil. Isto não quer dizer que estas instituições não tenham certo grau de autonomia e influência própria. Isto é, o princípio do determinismo da infraestrutura marxista não deve ser entendido de maneira mecânica e unidirecional, o que, de acordo com Engels,

Os desenvolvimentos político, jurídico, literário e artístico descansam sobre o desenvolvimento econômico, mas também reagem entre si, e sobre a base econômica. A situação econômica não é a única causa ativa, não sendo todos os demais agentes passivos. Existe no âmbito da qual atua a determinação econômica, uma reciprocidade que, em última instância se afirma sempre. Igualmente o materialismo histórico não nega o papel que desempenha a tradição social ao modificar o ritmo das mudanças nos aspectos materiais da civilização (ENGELS, 1979, p.31).

Isso significa que os componentes políticos, jurídicos e ideológicos não devem conceber-se como mediadores passivos da estrutura econômica ou simples intermediários, mas mediadores ativos no processo de reprodução social que repercute sobre essa base.

4.1.3 Mediação semiótica de Vigotsky

A teoria da mediação remete ao conceito de mediação semiótica elaborado por Vigotsky, no qual emprega para sua análise a evolução histórica dos processos cognitivos nos indivíduos. Na perspectiva vigotskyana, o termo mediação refere-se à intervenção dos

instrumentos semióticos no desenvolvimento intelectual e cultural do ser humano, cujas capacidades se encontram modeladas socialmente através do uso dos signos.

A teoria marxista da produção é o marco fundante da ideia de mediação vigotskyana. Segundo Marx, a atividade de trabalho é um ato que se estabelece entre o homem e a natureza, isto é, o homem atua sobre a natureza modificando-a com a força de seu corpo. Para isso, cria e aprimora instrumentos mediadores. Tais instrumentos mediadores são também objetos sociais, pois levam consigo a função e o modo de utilização para o qual foram criados. Igualmente, o materialismo dialético preconiza a ideia de que o conhecimento está inscrito na filosofia da práxis, pois os sentimentos, a consciência, o pensamento, o entendimento e todo o psiquismo humano é dependente do trabalho.

Na perspectiva de Vigotsky (1930, p.122), os fenômenos culturais se distinguem porque “entre o estímulo ao que está dirigida a conduta e a reação do sujeito aparece um novo membro intermediário e toda a operação constitui um ato mediado”. Os signos são concebidos como estímulos artificiais criados pelo homem para o domínio de sua própria conduta.

Por significação, entende-se a capacidade humana de criar e empregar sinais artificiais. Seu antecedente biológico se encontra nas condutas de sinalização animal que refletem as conexões entre diversos fenômenos, criadas sob condições naturais. Nesta perspectiva, o vínculo entre os processos de sinalização e significação é similar ao existente entre os reflexos incondicionais e condicionais. Sua distinção não se baseia nos princípios em que opera, mas no modo em que se cria o ato reflexo. Sobre isso,

a única diferença é que neste caso existe uma via de condução já constituída e no outro necessita-se de um fechamento prévio; em um caso o mecanismo da comunicação está plenamente disposto e no outro vai se completando pouco a pouco até ficar todo disposto (VIGOTSKIY, 1930, p.85).

A significação se inscreve, portanto, no âmbito geral do condicionamento. Ademais, a história natural dos signos mostra a origem destes nas formas biológicas, pois “a cultura não cria nada, tão somente utiliza o que lhe dá a natureza, a modifica, e coloca a serviço do homem” (Vigotsky, 1930, p.132). Dessa forma, a cultura não supõe a abolição das leis naturais, mas a subordinação destas. Assim, o homem se caracteriza não só por sua capacidade de adaptar-se à natureza, mas por sua habilidade para transformá-la ativamente, ampliando suas possibilidades, tarefa em que a cultura tem um papel preponderante. O homem situa-se, então, no campo da ação mediada através dos signos e ferramentas. Diante disso, o tratamento deste tema mostra a influência exercida por Marx e Engels sobre Vigotsky, de quem derivou o conceito de ferramentas psicológicas:

A invenção e utilização dos signos como meios auxiliares para a solução de alguma tarefa psicológica feita pelo homem (memorizar, comparar, informar, eleger) supõe, desde sua faceta psicológica, uma analogia com a invenção de ferramentas. Consideramos que esse traço essencial de ambos os conceitos, é o papel destas adaptações na conduta, que é analógica com o papel das ferramentas em uma operação de trabalho, ou, o que é o mesmo, a função instrumental do signo. (VIGOTSKY, 1930, p.132. Destaque do original).

Neste sentido, as similaridades entre o signo e a ferramenta estão baseadas em sua função mediadora. As ferramentas constituem um meio de trabalho para dominar a natureza, os signos e a linguagem, um meio para a comunicação e o desenvolvimento do pensamento. Através das ferramentas, o homem transforma o exterior, por meio dos signos domina sua atividade interior. Desse modo, o domínio da natureza e o domínio da conduta se mostram estreitamente relacionados, isto é, “a transformação da natureza pelo homem implica também a transformação de sua própria natureza” (VIGOTSKY, 1930, p.94)

Com base nisso, a teoria de Vigotsky (1930) aponta dois níveis estruturais para a descrição do desenvolvimento da criança. Um deles está representado pelas estruturas primitivas, na qual o aspecto psicológico natural é determinado pelas particularidades biológicas da psique. As estruturas primitivas são chamadas assim pelo fato de que os sujeitos interagem diretamente com os objetos, a reação e o estímulo se encontram em um mesmo plano. O outro, representado por estruturas qualificadas como superiores – por representarem uma forma de conduta mais complexa e superior – nasce do processo de desenvolvimento cultural.. As estruturas superiores operam sobre a base de processos mediados por ferramentas ou signos. Esta mediação, conforme o autor, supõe uma mudança qualitativa.

Da mesma forma que o uso de instrumentos técnicos modifica a atividade natural dos órgãos e amplia o sistema de atividade das funções psíquicas, o emprego de ferramentas psicológicas cria novas conexões mentais que alteram a estrutura das funções psíquicas e produzem novos atos instrumentais, nos quais o signo é o determinante funcional de todo o processo.

A partir destas modalidades de mediação, são especificadas as condutas e as funções psíquicas superiores. Nas operações simbólicas (funções superiores) estão o “domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural e o pensamento: a linguagem, a escrita, o cálculo, o desenho” (Vigotsky, 1930), assim como as funções psíquicas especiais, tais como a atenção voluntária, a memória lógica e a formação de conceitos.

Dessa forma, o desenvolvimento das funções psíquicas superiores se encontra determinado socialmente. É o resultado dos processos de interação social e comunicação, através dos quais o indivíduo aprende o uso de ferramentas psicológicas. Assim, as funções

psíquicas superiores constituem uma espécie de estrutura social da personalidade, são relações internalizadas de ordem social (VIGOTSKY, 1930).

É por isso que a linguagem é antes um meio de interação para depois ser instrumento de construção do pensamento. Portanto, a linguagem se constitui em processos de comunicação e, posteriormente, é empregada no plano da fala interna.

Esta formulação teórica constitui-se base para a análise da ação social que se realiza através de determinados instrumentos de mediação, assim como tem utilização no âmbito dos estudos da mediação pedagógica em análise e avaliação dos processos educativos mediados por sujeitos e instrumentos.

A argumentação vigotskyana é de que as ferramentas, os símbolos ou sistemas de signos são usados no processo de mediação por sociedades ao longo da história humana, acompanhando as mudanças da sociedade no âmbito do desenvolvimento cultural. A internalização pelo estudante dos sistemas de signos produzidos culturalmente envolve uma série de transformações comportamentais que começam no nível social e continuam no nível individual. Para Vigotsky é uma operação que representa, inicialmente, uma atividade externa reconstruída que passa a ocorrer internamente, um processo interpessoal que é transformado em intrapessoal. Cada função aparece duas vezes, primeiro no nível social, depois no nível individual. Isso se aplica igualmente à atenção voluntária, à memória lógica e à formação de conceitos. Todas as funções superiores são relações reais entre indivíduos humanos (VIGOTSKY, 1978).

O autor enfatiza que a linguagem desempenha um papel fundamental nessas transformações, isto é, o momento mais significativo no curso do desenvolvimento intelectual - que origina as formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata - acontece quando a expressão e a atividade prática convergem. Embora durante a fase pré-verbal os seres humanos utilizem ferramentas, e a fala de forma semelhante à dos macacos, estes sinais são incorporados e a ação é organizada transformando o sujeito ao longo da história. (VIGOTSKY, 1978)

Em qualquer processo de mediação é importante entender a diferença entre os níveis de desenvolvimento real e potencial do aluno. O nível real de desenvolvimento refere-se ao que um estudante pode fazer ou entender sem ajuda. O nível potencial refere-se à capacidade de um aluno realizar ou compreender com a orientação ideal de um professor. Portanto, a distância entre o nível real de desenvolvimento, determinado pela independência na resolução de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob orientação de adultos, professores ou pares mais capazes, é a zona de desenvolvimento proximal, definida por Vigotsky (1978).

É assim que, no centro do pensamento Vigotskyano sobre mediação, está a ideia de que o “único bom aprendizado é o que está antes do desenvolvimento (VIGOTSKY, 1978, p.89)”. Para que isso aconteça, é preciso aplicar os meios de mediação adequados, isto é, compreender as configurações socioculturais e se os meios escolhidos estão combinados com as experiências anteriores de socialização dos alunos. Sobre isso, a seguir, este estudo pretende verificar como se dá a utilização dos meios de mediação na modalidade Educação a Distância.

4.2 EDUCAÇÃO: ATIVIDADE MEDIADORA E MEDIADA

A condição para que o homem se torne um ser social está na sua capacidade de agir sobre a realidade da vida, e na proporção de sua ação desenvolve o seu psiquismo, isto é, o homem trabalha para satisfazer suas necessidades e, nessa ação, altera também a natureza. Nessa troca produz conhecimento e desenvolve a si mesmo.

A atividade, segundo Leão (1999), compreende os processos físicos e psíquicos que operam as relações do homem com o mundo e, ao mesmo tempo, satisfazem uma necessidade especial correspondente ao próprio homem. Por outra parte, a experiência acumulada do ser humano, resultado do trabalho e da práxis dos grupos humanos, cristaliza-se de forma cumulativa nas relações com outros homens, em objetos, utensílios e a linguagem.

Considere-se que a experiência humana está em movimento e é assimilada, no decorrer da história, nas produções desenvolvidas pelos indivíduos tanto nas atividades econômicas como nas relações sociais. Dessa forma, aquilo que é produzido pela sociedade, passa a ser reproduzido constantemente nas atividades dos indivíduos. Apesar dos aspectos individual e genérico não apresentarem coincidências, eles se desenvolvem por meio das mediações. Entre elas, a educação se constitui como uma dessas mediações que atuam na relação entre a sociedade e o indivíduo. Sem a transmissão da experiência sócio histórica não seria possível a continuidade da reprodução social, porquanto ela é transmitida entre as gerações e entre sociedade e indivíduo.

Por isso, a continuidade da reprodução social apresenta questões aos indivíduos, cujas respostas reproduzam a experiência humana acumulada até o presente. De fato, a sociedade induz os indivíduos a darem respostas às exigências demandadas por ela, influenciando suas atitudes e decisões. Da mesma forma, a apropriação pelos indivíduos dos conhecimentos passados é fator fundamental para a continuidade social na medida em que estes incorporam nesse patrimônio as novas experiências.

Nesse contexto, a educação é uma atividade que tem participação no processo de construção da subjetividade, pois ela é um meio que realiza a transmissão do pensamento ideológico dominante, prepara o indivíduo para o trabalho e reproduz a cultura, isto é, orienta os indivíduos no sentido da reprodução social e, por meio dela, proporciona sua apropriação da experiência universal acumulada (MACÁRIO, 2005).

Trabalho e educação são categorias fundamentais e, por isso, seus desenvolvimentos permanentemente encontram-se imbricados: “a formação do homem é ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide então, com a origem do homem mesmo” (SAVIANI, 2007 p.152.).

Para o autor, a humanidade não é dada ao homem, mas produzida historicamente pelo trabalho e as variadas atividades sociais. É no curso de sua práxis social que o homem se forma e a atividade educativa deve ser entendida como um tempo dessa práxis. Na realidade, Saviani entende que a escola pública de qualidade interessa sim às classes trabalhadoras. Para ele, na medida em que as classes trabalhadoras passam a dominar o conhecimento sistematizado, incorporam elementos próprios das ideologias dominantes e de posse deste conhecimento, armam-se com subsídios imprescindíveis a crítica consciente e coerente de seus interesses.

Saviani (1980, p.120) conceitua educação “como um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática global”. Posteriormente, ao elaborar sua reflexão sobre o método educativo relacionado aos conteúdos escolares e à atividade docente, explica que no desenvolvimento da história, cada geração “herda da anterior um modo de produção com os respectivos meios de produção e relações de produção (Saviani, 2003, p.43)”. Diante dos problemas que se apresentam, as gerações que chegam precisam absorver esta experiência, incorporá-la à sua atividade social e, ao mesmo tempo em que se apropria da história passada, transforma-a ativamente. É do movimento de reprodução e transformação que emerge a função social da educação:

A educação, na medida em que é uma mediação no seio da prática social global, cabe possibilitar que as novas gerações incorporem os elementos herdados de modo que se tornem agentes ativos no processo de desenvolvimento e transformações das relações sociais (SAVIANI, 2003, p.143).

A fundamentação da ideia do autor está no pressuposto de que a incorporação da experiência passada fornece as condições básicas para desenvolver a partir do que foi herdado. Por sua vez, “o professor enquanto alguém que, apreendeu as relações sociais de forma sintética, é posto na condição de viabilizar esta apreensão por parte dos alunos, realizando a mediação entre o aluno e o conhecimento que se desenvolveu socialmente”

(SAVIANI, 2003, p. 144). Portanto, a atividade do professor é possibilitar que o aluno apreenda os conhecimentos necessários.

Com o intuito de elucidar a natureza da educação, o autor elabora uma diferenciação entre trabalho material e não material. O trabalho material é aquele que está voltado para a produção de bens materiais e só é possível em razão de que o homem elabora antes a finalidade e os objetivos na consciência. Assim define o autor:

Inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciências), de valorização (ética) e de simbolização. Tais aspectos, na medida em que são objetos de preocupação explícita e direta, abrem a perspectiva de outra categoria de produção que pode ser traduzida pela rubrica “trabalho não material”. Trata-se aqui da produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra, trata-se de produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana (SAVIANI, 2003, p.168)

Essa definição aponta para outra forma de trabalho, o trabalho não material: o trabalho que produz ideias, conceitos, valores, símbolos hábitos e atitudes, habilidades. Portanto, o autor diferencia o trabalho para a transformação da natureza e o trabalho que atua sobre a consciência do ser humano.

Para Saviani, a educação está situada em uma forma de trabalho imaterial, isto é, aquela cujo produto é inseparável da ação de produzir (uma aula, por exemplo). Nesse caso, o consumo se realiza no momento da produção (SAVIANI, 2003). Saliente-se que trabalho imaterial, para o autor, engloba o universo das atividades sociais, cujo objeto é o próprio homem.

Reformulando sua tese sobre a não materialidade da ação pedagógica, Saviani (2003) esclarece que a ação desenvolvida pela educação é uma ação que tem visibilidade, que só se exerce com base em um suporte material, logo, ela se realiza num contexto de materialidade. Esse contexto de materialidade está no âmbito das condições sócio históricas nas quais se efetiva o processo educativo. Com relação a resultado, o processo educativo está na esfera do trabalho não material; com relação ao processo, é uma atividade que processa num contexto de materialidade. Portanto, ela se realiza sobre as condições materiais colocadas pela sociedade (MACÁRIO, 2009).

Na realidade, existe aí um processo de apropriação da aula por parte do aluno. O modo como utiliza ou aplica os conteúdos na prática social deverá realizar o objetivo da aula. As mudanças subjetivas pela apropriação das aulas dependem da apropriação pelo aluno, da mesma forma que a objetivação desses conteúdos no decorrer de suas ações acarreta em transformações objetivas. Assim, a materialidade da atividade educativa (aula) está posta

tanto do ponto de vista da objetivação dessa aula quanto da apropriação dos conteúdos e sua aplicação na prática social pelo aluno. A assimilação e prática social pelos alunos incorrem na posição de objetividades novas na vida social.

Diante dessas explicações, como podemos classificar a EAD quanto ao sujeito e objeto do processo educativo? A primeira pista que nos dá o autor é a de que:

Podemos dizer que a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens (SAVIANI, 2003, p.106).

A afirmação é de que a natureza humana não é dada ao homem, mas o próprio homem a produz sobre a base física, indicando, assim, que a natureza humana é o produto da atividade social humana, ou seja, as propriedades humanas são postas e não dadas aos indivíduos. Isso quer dizer que a atividade educativa é responsável pela produção intencional no indivíduo da humanidade, amalhada historicamente em meio à coletividade humana.

Para o autor, assim como o trabalho exerce algo sobre a natureza, o ato educativo também produz algo no objeto. Resta saber qual o elemento que exerce a mediação da apropriação no processo educativo. De fato, a atividade de apropriação por parte dos aprendentes está interposta entre o objetivo expresso na atividade educativa e o resultado produzido entre o que se espera da ação educativa e o que é produzido, o resultado final é a finalidade do processo educativo.

Já se afirmou neste trabalho que, como portadoras da experiência sócio histórica, as gerações adultas assimilam a experiência social passada e as objetivam operando com as gerações mais novas. Com o aparecimento da educação formal, espera-se que o professor seja portador de conhecimentos e demais elementos culturais já absorvidos ao assumir a responsabilidade para transmissão desses ensinamentos ao aluno. Por sua vez, supõe-se que o estudante seja carente dos elementos culturais e materiais em determinada área, o que o torna o aluno objeto da ação educativa.

Nessa interação existe uma identificação entre educador e educando. De fato, ambos sofrem a ação da atividade educativa na medida em que os educadores se apropriam da prática educativa, mesmo que respeitando as diferenças postas pela posição e tarefa de cada um destes agentes.

Com relação à Educação a Distância, a questão que se apresenta é: na ausência física do estudante o professor consegue objetivar a atividade educativa? É possível a interação

eficaz entre professor e aluno? Já que está é sua atividade de trabalho, o professor encontra sentido nessa atividade?

4.2.1 A educação mediada pelas TICs

Embora a teoria vigotskyana, nas áreas psicológicas e da educação, tenha foco na criança, os principais conceitos apresentados pelo autor abordam também a aprendizagem do adulto. O conceito de mediação, bem como a pedagogia, é frequentemente utilizado para pesquisas sobre a aprendizagem na educação.

Na análise da Educação a Distância, pretendemos considerar o processo de aquisição de conhecimento nas mesmas bases da Teoria Sócio-Histórica vigotskyana, no sentido de que a mediação é o processo através do qual os seres humanos adquirem conceitos culturalmente construídos através de atividades que possibilitam modificar o próprio mundo.

Entretanto, de acordo com o depoimento da professora tutora, a separação temporal e espacial entre um e outro causa o isolamento para ambos e conseqüente falta de sentido ao trabalho docente e dificuldades para a aprendizagem do aluno:

A maioria dos alunos nunca entra em contato, apesar de que mando mensagens sistematicamente para todos. Às vezes fico desanimada porque não tenho noção do que eles sabem ou deixam de saber sobre a disciplina que estamos estudando. O problema é que os alunos não estão preparados para essa modalidade de ensino e para nós professores não tem muita coisa a fazer, no final todo mundo passa (PT 3).

Conforme o depoimento dessa professora, a falta de contato, a separação física entre professor e aluno traz a contradição para o professor, uma vez que ele não tem como saber da evolução de conhecimento do aluno. Da mesma forma relata outra professora tutora:

Tenho vários alunos que nunca entraram em contato comigo. Mandeí recado várias vezes, mas nunca tive resposta. Eu sei que estão matriculados, pois nas atividades em grupo em grupo eu vejo o nome. O problema é com atividades individuais que tento explicar como ele deve responder a questões, mas ele não responde (PT2).

Isso contraria o preceito vigotskyano, no qual o momento mais significativo no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando expressão e atividade prática se convergem. A questão é: como o professor pode entender a diferença entre os níveis de desenvolvimento real e potencial? Isto é, o que um aluno pode fazer ou entender sem ajuda e o que este aluno pode

fazer com uma orientação ideal de um professor em uma modalidade de ensino que mantém distantes no espaço e tempo aluno e professor?

O funcionamento da EAD semipresencial via satélite e as especificidades do trabalho do professor tutor apresentados nesta pesquisa dão mostras de que existem obstáculos que necessitam ser vencidos, no sentido de uma adequação da didática na atividade pedagógica, especialmente do professor tutor.

Conforme explica Puentés (2011), há a necessidade de refletir sobre como levar em consideração a realidade do aluno que se encontra em outro contexto geográfico e cultural, verificar os avanços ou não, orientações, conteúdos do projeto pedagógico do curso, além da própria prática docente.

A importância disso se revela na medida em que o professor EAD não está disponível imediatamente, em razão do próprio modelo EAD que não oferece o modo síncrono: aluno e professor em tempo real no ambiente virtual. Por sua vez, o professor tutor não tem autonomia para criar mecanismos que atendam o aluno em sua real necessidade de aprendizagem, de forma que, neste processo, o ensinar e o aprender estão separados. Essa prática se revela como um equívoco, visto que:

A aprendizagem, como atividade transformadora tem caráter mediatizado por instrumentos, ou seja, ferramentas que se interpõem entre o sujeito e o objeto da atividade. Vigotsky confere grande importância aos signos como instrumentos especiais [...] A mediação se dá pela intervenção de objetos (materiais ou espirituais, instrumentos ou signos) na relação ente o sujeito e o objeto, e entre signos (PUENTÉS E ARRUDA, 2011, p.256).

A mediação por instrumentos é reconhecidamente importante para o exercício da docência em razão da necessidade da mediação por objetos. Entretanto, a separação entre estudante e professor, caso da EAD, caracteriza a presença aleatória ou não efetiva de quem ensina, ou do mais experiente. A consequência é o afastamento do aluno das atividades educativas em razão da não intervenção, necessária ao aluno para a aquisição da aprendizagem e desenvolvimento formativo.

As pesquisas da Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED (2010) indicam que a satisfação dos alunos na Educação a Distância não é significativamente diferente do que acontece nas salas de aulas presenciais. Efetivamente, a EAD oferece oportunidades para estudantes que não podem viajar para cidades que possuem universidades presenciais. No entanto, resultados anteriores (MEC 2010) não ilustram detalhes das perspectivas dos alunos em EAD, além disso, as pesquisas sobre o efeito dessa modalidade têm sido focadas em resultados dos alunos e não sobre os aspectos afetivos do processo de

aprendizagem, nem examinam questões relacionadas, tais como isolamento e eficácia da interação professor/aluno. Sobre isso a professora tutora argumenta:

Não existe uma real interação com o aluno. Não sei como explicar mas o aluno é apenas mais um numero da nossa produção diária que temos que dar conta. A coordenação verifica quando e como quiser a produção de cada professor(tutor) com relação à correção de trabalhos, provas e até as mensagens que enviamos para os alunos. Um aluno reclamou para a coordenadora da nota que dei a ele e ela me obrigou a reconsiderar e aumentar a nota (PT3)

Uma das estratégias mercadológicas utilizadas no processo de Ensino a Distância é a gravação e reprodução das atividades do trabalhador docente, ou seja, suas aulas. Nesse caso, dois aspectos merecem ser apontados: o primeiro é que se o trabalho gera como produto uma objetividade (seja sob forma de meios de produção ou de subsistência) que perdura, independentemente da atividade produtiva que realiza, o trabalho desse professor está destituído de objetividade, visto que o resultado lhe é desconhecido, pois,

A cada dia mandamos mensagens para os alunos para saber sobre o andamento das disciplinas, quais as dúvidas etc. Somente alguns dão retorno. A verdade é que eles percebem que elaboramos um modelo de mensagem para todos, entende? Não é uma mensagem pessoal que demonstre preocupação com o aluno. Mas não dá mesmo pra acompanhar, imagina 500 alunos no bimestre (PT1).

Portanto, aqui, o docente não concretiza sua objetividade, levando-se em conta que a objetivação de seu trabalho é a formação educacional do aluno. O segundo é que o docente passa a ser subordinado ao manuseio do aparato tecnológico por causa da automação, simplificação e desvalorização do trabalho, no que se refere à relação mente-corpo em atividades de natureza sgnica, nas quais a matéria será apenas um meio para registro de comunicação das capacidades cognitivas, de idealização, de imaginação do trabalhador, e não um objeto direto de transformação de que trata Marx (1980, p.202). Em primeiro lugar, o trabalho é um processo do qual participam os homens e a natureza. Nele, o ser humano, com sua própria ação, promove, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza.

Esta redução do saber aos seus elementos mais simples mina aquilo que conferia, ao trabalho docente, autonomia sobre seus procedimentos, com graves consequências à sua criatividade e ao próprio processo de ensino.

É certo que a Teoria Sócio-Histórica recomenda que o professor considere o grupo de estudantes, as experiências de socialização anteriores e o seu desenvolvimento atual. Isso

significa enfrentar o desafio de construir o percurso de aprendizagem, considerar a base de conhecimento e habilidades já adquiridas e apresentar conceitos considerados científicos.

Porém, nos cursos EAD, verificar o conhecimento prévio dos alunos é praticamente impossível devido ao número elevado de alunos e a impessoalidade que existe no próprio formato do curso. Assim, a construção do percurso de aprendizagem já prevê esses aspectos e dispensa a observação mais efetiva das habilidades dos alunos e conhecimentos adquiridos.

É impossível de verificar as condições prévias dos alunos. Primeiro que a maioria não sabe como acessar o sistema e isso nos faz perder muito tempo até que eles aprendam a transitar pelo ambiente. Muitos terminam o curso e não aprendem a postar trabalhos, participar dos fóruns de aprendizagem. Imagina se a gente vai ter como saber dos conhecimentos prévios de aprendizagem (PT3).

Considere-se também que o professor é levado a buscar novas aptidões, exigidas pelo aparato tecnológico, em detrimento de outros aspectos para sua formação. O trabalho docente estaria redefinido quanto à qualificação e polivalência conforme o ritmo e o manejo das TICs, na medida em que certa dimensão artesanal contida no processo de pesquisa e reflexão, próprio à elaboração de aulas, se perderia, objetivada nas TICs.

Ora, a instituição EAD inserida no mercado educacional tem como principal objetivo a ampliação da quantidade de alunos matriculados em seus cursos, vistos como clientes ou consumidores. Nisto, a padronização e a simplificação das atividades docentes proporcionam uma estratégia eficaz para ampliar o número de estudantes por professor, e por consequência, a produtividade inviabiliza qualquer iniciativa de estratégias de aprendizagem elaboradas anteriormente, por causa da dificuldade em verificar os elementos intersubjetividade, internalização, mediação e da aplicação da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD). Conforme explica o professor:

Nós padronizamos um modelo de correção de trabalho dos alunos. Assim um novo professor pode aprender rapidamente a corrigir os textos. Se não for assim, a gente não consegue vencer, porque são muitos alunos para cada professor. Já tive uns 600 sob minha responsabilidade, em um semestre (PT3).

Há muitos benefícios a serem considerados na Zona de Desenvolvimento Proximal na educação. Sobre isso, Vigotsky argumenta que este elemento fornece ferramentas aos educadores, por meio das quais o curso do desenvolvimento interno pode ser entendido. Isso possibilita gerenciar os ciclos e processos de maturação já realizados além do estágio atual de formação. Portanto, a ZPD pode promover a construção do saber do estudante, substituindo a absorção passiva.

Entretanto, conforme expusemos anteriormente, a separação espacial (diferentes Estados da federação) e a grande quantidade de alunos, mediados pela TICs, fazem com que o professor não tenha como conhecer o estágio anterior de desenvolvimento do estudante, muito menos manter a intersubjetividade. Esses fatores dificultam a ação dos professores na orientação e, sobretudo, impedem sua intervenção na formação dos acadêmicos.

Sob tais condições, para os docentes que aceitam se inserir nesse processo, a questão do ensino vai pouco a pouco perdendo maior significado e, junto com ela, dimensões fundamentais da própria formação e especialização do professor. É isso que se depreende da fala de outra professora tutora:

A tutora (...) coitada! Não consegue se adaptar ao jeito de trabalho no EAD. Estou tentando ajudar, mas falta muita coisa pra ela corrigir. Ela quer fazer a correção do mesmo jeito que fazia no ensino presencial e acaba ficando tudo atrasado. Eu disse pra ela que não é assim, mas ela não escuta. Além de não ter facilidade com o computador, quer fazer as coisas do seu jeito (PT3).

Ao que parece essa professora tutora não está adaptada ao trabalho padronizado e com alta produtividade porem sem resultados positivos para o processo ensino aprendizagem. O que importa, de fato, é a rapidez na execução das atividades para uma alta produtividade. A tentativa em transferir sua prática na modalidade presencial para esse modelo de EAD lhe traz dificuldades e, conforme outros depoimentos desta pesquisa, coloca em risco seu próprio trabalho.

Com respeito a isso, inúmeras críticas a cursos presenciais surgem com frequência, como a falta de atenção, conhecimento desatualizado, falta de competências adequadas, inadequação para uma população diversificada. Muitos pesquisadores defendem soluções como a aprendizagem ativa, princípios centrados no aluno, uso efetivo da tecnologia e aprendizagem colaborativa (MEC, 2010). Isso demonstra que as expectativas de que a tecnologia possa transformar o ensino superior são desproporcionalmente elevadas.

A aquisição da informação, dos dados dependerá cada vez menos do professor. As tecnologias podem trazer hoje dados, imagens, resumos de forma rápida e atraente. O papel do professor - o papel principal - é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacioná-los, a contextualizá-los (MORAN, 1999, p.01).

Se a afirmação de Moran (1999) estiver correta o depoimento anterior da (PT3) desabilita vários docentes que procuram cumprir com rigor as atribuições de um professor. Ora, por sua parte Santayana (2008), alerta de que a maioria das publicações sobre EAD enfatiza o aspecto positivo e inovador dessa modalidade, sem expor, entretanto, outros pontos de vista contrários à implantação da modalidade.

5 A PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E O TRABALHO DOCENTE NA MODALIDADE EAD

Neste capítulo buscaremos explicar, por meio da psicologia sócio-histórica, os problemas da intensificação da atividade de trabalho, a separação física entre professor e aluno, assim como fatores referentes à remuneração, empregabilidade e a cognitividade e subjetividade no trabalho. Para isso, os estudos teóricos de Leontiev relacionados às estruturas da atividade indicam a necessidade de que se compreenda os mecanismos do trabalho. Na realidade, o trabalho real proporciona meios para a formação daqueles que trabalham e apresenta elementos para uma compreensão psicológica das circunstâncias de trabalho (CLOT, 1999).

De fato, existem diversas formas de se compreender a classificação das atividades de trabalho existentes em uma sociedade. Wallon (1930) define a atividade de trabalho como algo forçado, o que vale dizer que trabalhar não é a resposta mecânica do organismo às sensações imediatas e instintivas do sujeito. Para o autor o trabalho não está ligado à resposta imediata do ser humano, mas precisa de símbolos psíquicos significativos para alcançar determinado sentido.

De imediato, segundo Clot (1999), o objeto de trabalho se torna estranho na medida em que o sujeito necessita cumprir tarefas que não estão necessariamente de acordo com a ordem espontânea das suas funções mentais e físicas.

A entrada na esfera da vida social por meio do trabalho tem suas regras estabelecidas. Por isso, torna-se imperativa a adequação do sujeito frente ao objeto, diante do outro e de si mesmo. Reinventar o trabalho, dar sentido às atividades com o objetivo de torná-las mais amenas são aspectos imprescindíveis para aproximar a dimensão do trabalho à sua vida. Caso isso não aconteça, o sujeito acabará por desprender energias além da necessária para levar adiante suas atividades, e o resultado poderá ser o excessivo e inútil desgaste.

Refletir sobre a subjetividade no trabalho requer conceber o trabalhador como sujeito de ação, além disso, exige analisar a história, as formas de desenvolvimento, as lutas em torno deste trabalho.

5.1 INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE: OPERAÇÕES E TÉCNICAS DE TRABALHO

A teoria elaborada pela psicologia do trabalho¹¹ sobre a psicologia dos meios de trabalho e de vida articula a prática e a teoria da atividade com a subjetividade. A teoria

¹¹ A teoria da psicologia do trabalho e da atividade tem suas raízes mais importantes na teoria histórico-cultural. Dentre os principais autores estão Vigotsky, Leontiev, Bakhtin e na ergonomia francesa, por exemplo, Yves Clot.

evidencia a subjetividade na própria atividade dos sujeitos que vivenciam as condições de trabalho.

A compreensão do modo pela qual a atividade docente afeta a subjetividade daquele que exerce essa profissão passa obviamente pelo entendimento propriamente do que é subjetividade. Nesse aspecto, a subjetividade estará sempre vinculada a determinada atividade, isto é, se quisermos entender a subjetividade deveremos pensá-la como um engajamento de valores do sujeito na atividade (CLOT, 1995).

Para este autor, o aspecto subjetivo define-se no âmbito do universo do sentido. Um sentido não puro ou isento, mas sempre direcionado para alguma coisa. O subjetivo seria os sentidos da atividade que se fixam no instrumento, ferramenta ou signo, sem necessariamente se instalar neles totalmente. Inversamente, o sentido se cristaliza na atividade, manifestando a relação que se configura entre a motivação da atividade e seus objetivos. Considera-se, porém que não é uma regra que os motivos venham a coincidir com os objetivos, e isso pode provocar discordâncias neste fluxo (CLOT, 1995).

As ações representadas pelas atividades seriam manifestações psíquicas do sujeito, isto é, o psiquismo não é uma mentalização virtual separada das ações praticadas, de modo que não há uma ação sem um objeto ou sem resultado. Dessa forma, o que existe é uma ligação concreta entre ação e objeto, resultados, vida psíquica e produtos.

O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligadas, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual (MARX, 1996, p.137).

Perspectiva psíquica é intrínseca a seus resultados, até mesmo a ausência de produtos é um resultado da ação do sujeito. Portanto, estudar o sujeito psíquico requer necessariamente estudar suas ações, isto é, refletir o trabalho em suas dimensões subjetivas no sentido de perceber a presença da subjetividade e sua relação com a objetividade do trabalho.

De fato, as atividades de trabalho acontecem por meio das combinações das operações mentais e físicas do ser humano: cálculos, movimentos, hábitos, uso de signos, entre outras intervenções humanas. Estas ações são denominadas como técnicas de ação. São os componentes operacionalizantes por meios dos quais se alcançam os objetivos pensados anteriormente.

Naturalmente, é o movimento humano que faz funcionar a técnica e esta fixa e flexibiliza os objetivos, organizados em séries operatórias. A falta de instrumentos ou de um objeto externo não impede que se faça uso da técnica. Por exemplo, nas maneiras de se usar o próprio corpo humano para se alcançar um determinado objetivo exige a técnica. Em todos

esses casos “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem”. Ou mais exatamente, sem falar de instrumento, o primeiro e mais natural objeto técnico e, ao mesmo tempo, meio técnico do homem, é seu corpo (MAUSS, 2003, p.407).

O uso de instrumento para uma atividade representa uma técnica de ação utilizada na realização de ações sobre o meio externo. Tem como apoio ferramentas artificiais, materiais concretos utilizados para atividades diversas, como por exemplo, um martelo, uma vassoura ou um serrote.

Na perspectiva marxista, nessas ferramentas estão materializadas as ações humanas envolvidas no decorrer de sua história. Portanto, o uso de técnicas com ferramentas são compostas a partir de operações externas orientadas para ações subjugadas aos objetos e são capazes de modificar o sujeito.

Por sua vez, as técnicas do simbólico representam as ações perpetradas no âmbito do meio humano por meio de signos. Tem como pressupostos o uso de signos (instrumentos simbólicos) na sua realização, envolvimento de signos da linguagem, escrita, ou outros signos como instrumentos psicológicos de representação ou comunicação. Por meio destes instrumentos simbólicos é possível a realização de ações sobre o interior da atividade humana e tende-se a uma mudança psíquica no sujeito e em relação ao outro. Estas técnicas possuem estruturas formadas por um sistema de signos objetivos internos voltados para uma ação subjugada diretamente ao sujeito e, em segundo plano, modificam os objetos (CAMPOS, 2002).

Há uma proximidade na relação entre as técnicas do simbólico e as técnicas do corpo, devido à ação mediadora da linguagem entre o sujeito e seu corpo. A linguagem funciona como órgão artificial. Assim, a ação de elaborar símbolos linguísticos para nomear um objeto é compreendida como técnica do corpo, pois está no conjunto de articulações musculares, em consonância com a fala e sons. É importante ressaltar que o uso de instrumentos, ferramentas ou símbolos se diferenciam pela direção que tomam, porém qualquer uma delas necessita ser ativada por meio das operações humanas. A ativação destas técnicas acontece a partir do momento em que as operações do sujeito podem materializar-se nos instrumentos, simbólicos ou ferramentas, mas permanecem vivas na ação (CLOT, 1992).

Com relação a instrumentos tecnológicos, o autor explica que ocorre o processo de cristalização na medida em que se fixam as etapas de objetivação das atividades humanas, transformando em formas concretas o objeto. O sentido subjetivo estará constituído neste objeto, que _formará um tipo de memória do corpo social.

De acordo com isso, como analisar o processo de cristalização de instrumentos tecnológicos aplicado ao processo de ensino? Com relação à Educação a Distância, os meios

informatizados seriam compatíveis com a base teórica de que a operacionalização estaria sendo integrada à memória do corpo social?

Através das mensagens você percebe que tem que descobrir como fazer para que o aluno aprenda. Através das ferramentas que o ambiente proporciona, através de e-mails, ensinar fazer uma tabela, um esquema, através de fóruns. O ambiente virtual, como ferramenta de ensino, como mediador, funciona bem e é fundamental para interagir com o aluno. Nesse ponto a tecnologia só tem a ajudar (PT 2).

A professora considera que os instrumentos tecnológicos estejam integrados ao seu trabalho e sejam fundamentais para a atividade. De acordo com que afirma a teoria marxista, estas ferramentas são consideradas o corpo inorgânico do homem. De fato, conforme Clot (1992), tais ferramentas são sistemas operatórios cristalizados, são montagens objetivas e simbólicas e, por isso, no mundo contemporâneo, todo trabalho do ser humano está sob a égide das técnicas.

O autor ainda afirma que neste momento o trabalho humano é chamado a manifestar sua criatividade individual e coletiva e “governar as técnicas, dando folga aos homens sob diversas formas” (CLOT, 1995, p.260). Entretanto, no âmbito da Educação a Distância privada, esta afirmação encontra na reflexão da professora uma constatação diferente:

De certa forma nossa rotina de trabalho é conduzida pelos computadores. Depois que a instituição passou a conhecer a rotina de trabalho do professor começou a mudar o sistema. Agora estão sendo introduzidos cursos totalmente *online*. Não será mais preciso o professor tutor. De que adianta falar curso EAD e não tem tutor a distância? Sem lógica (PT 2).

Esta professora sabe que o seu tempo de trabalho é coordenado pelo sistema informatizado. Ela também está se referindo à implantação de cursos transmitidos inteiramente pela internet a partir de 2013 que, depois de totalmente implantados, em muitos casos eliminaram a necessidade do professor à distância, face à gravação das aulas, e do professor tutor, em razão de que o sistema contém as instruções de atividades ao aluno. Assim, a folga mencionada por Clot (1995) nos dias atuais representa o desemprego de muitos professores.

Pode ser que a professora não tenha percebido que o interesse da mudança não é pela tentativa de melhoria do curso, mas pelo interesse na eliminação de postos de trabalho e de custos. Nesse caso, a informática ultrapassou as técnicas de ação humana, assim como os pontos de passagem de uma técnica a outra eliminando o próprio sujeito da atividade de trabalho.

Assim, ao lidar com as ferramentas tecnológicas, o professor de um curso de Educação a Distância, aos poucos vai perdendo a sua autonomia diante dos instrumentos tecnológicos e deixando, em consequência, de realizar seu objetivo de educar.

Na análise das entrevistas ficou evidente o problema da ausência física do aluno, questões que remeteram à reflexão de espaço e tempo e as dificuldades no manuseio com o sistema tecnológico implantado pela instituição.

As discussões feitas até aqui estão, de certa forma, associadas ao sistema organizacional que abrange as questões sociais e econômicas do trabalho do professor no sistema EAD. Nelas está incluída a atividade trabalho individual, em equipe, remuneração, entre outras. Todas as questões analisadas passam pelo ritmo de trabalho que o professor realiza na EAD.

Verificamos que nas instituições educacionais há uma substituição crescente da usual relação professor aluno por um sistema que abrange equipe, sistema tecnológico e alunos.

Esse quadro, próprio da Educação a Distância gera operações mentais e cognitivas que ativam formas de regulações subjetivas no trabalho do professor. Estas regulações se tornam evidentes quando, em certas atividades, os objetivos não são claros, as exigências não são muito bem especificadas. Essas ações tendem a provocar desequilíbrio entre os custos cognitivos e os custos subjetivos e gerar tensão.

Como já descrevemos anteriormente, as atribuições do professor tutor são amplas e com salários menores em relação ao professor a distância, cabendo a ele, inclusive, a responsabilidade da aprovação ou reprovação do aluno. Assim, o paradoxo se estabelece e afirma a análise dessa pesquisa da efetiva simplificação e intensificação do trabalho docente nessa modalidade.

Este tipo de conflito causa problemas na regulação do trabalho, uma vez que surge a concorrência entre um profissional e outro, onde um professor assume atividades de outro e não tem o reconhecimento por isso.

Com relação à sindicalização desses tutores, nessa pesquisa, nenhum deles é associado ao sindicato nem conhecem as interferências que o sindicato pode fazer a seu favor, conforme explica o professor tutor:

Sindicato não tem influência nenhuma. Os acordos não são cumpridos e ninguém toma providência. Sobre nossa situação, questão salarial, hora/aula, ganhos pela titulação, etc. eles nem tocam no assunto. Em julho de 2012 foram demitidos mais de cem professores de uma vez e ninguém viu o sindicato por aqui (PT5).

No entendimento do professor, o sindicato não oferece proteção alguma aos professores, bem como nenhuma preocupação em garantir acordo de não demissão, nem questionamentos quanto à questão das titulações de cada um.

Na medida em que se conhece a atividade dos professores, percebe-se a intensificação mencionada por eles próprios. A recente modernização tecnológica traz consigo a equivalente modificação das formas de gerenciamento e da organização do trabalho.

Nesse contexto, é necessário nesta pesquisa observar as reconfigurações, indissociáveis da utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação, que têm em comum uma simplificação e intensificação dos ritmos de trabalho, evidenciada nas atividades do docente.

A simplificação consiste em dois aspectos fundados na racionalidade dos instrumentos tecnológicos: implementações das novas tecnologias inseridas e substituição do professor por outro professor, fatos comprovados pelo depoimento do professor tutor:

Enquanto o curso estava em fase de reconhecimento pelo MEC, quem tinha a titulação de doutor, assim como os projetos e experiências no setor eram convenientes para a instituição. Depois do reconhecimento os doutores tornaram-se um peso que poderia ser substituído por outro professor com salário mais baixo ou até mesmo por ninguém. Afinal de contas o contrato assinado estipulava que toda a produção incluindo aí imagens, aulas gravadas e textos seriam de propriedade da organização. Com isso, as produções podem ser utilizadas indefinidamente (PT5).

Neste modelo, em detrimento das mediações que constituem o processo de ensino-aprendizagem, o privilégio é atribuído aos meios de ensinar e, não raro, deslocado para os suportes dos materiais ditos mais eficientes, no caso, o vídeo e o computador. Assim entende a professora (PT 2) entrevistada: “Deus! Estava totalmente envolvida. Acreditava que nossa tarefa na sociedade de informação seria nos capacitarmos para usar as novas tecnologias para o conhecimento. Assumir o papel de mediador, responder as dúvidas dos novos alunos, acompanhar e motivá-los a buscar o conhecimento”.

Nesse sentido explica Martin-Barbero (1997, p.255):

A imagem das "novas" tecnologias educa as classes populares latino-americanas na atitude mais conveniente para seus produtores: a fascinação pelo novo fetiche [...] Uma das "novidades" que as modernas tecnologias da comunicação supostamente apresentam é a contemporaneidade entre o tempo da sua produção nos países ricos e o do seu consumo nos países pobres: pela primeira vez não estaríamos recebendo as máquinas de segunda mão! Enganosa contemporaneidade, porém, uma vez que encobre a não contemporaneidade entre objetos e práticas, entre tecnologias e usos, impedindo-nos assim de compreender os sentidos que sua apropriação adquire historicamente.

Como observa Torres (1998, p.176), “Até a pouco, quando se dizia formação ou capacitação docente, entendia-se formação inicial”. Conforme o autor, sempre se criticou as instituições de formação docente por não se encarregarem da atualização e do aperfeiçoamento contínuo dos professores.

Hoje, como nos vários segmentos do mercado de trabalho, ao falar de formação ou capacitação docente, fala-se da capacitação em serviço ou qualificação. Neste caso, a pesquisa feita junto aos professores tutores mostra que: quanto ao domínio do potencial das TICs no processo de ensino-aprendizagem à distância, nenhum deles tinha domínio profundo do sistema. Isto é, informam ter domínio razoável da tecnologia usada e ainda encontram dificuldades em alguns procedimentos.

Para trabalhar na EAD sim, nós recebemos capacitações. A gente pode discutir, colocar as ideias, falar o que deve ser feito, melhorar o jeito de trabalhar. Os cursos são dados na instituição mas as atividades faço nas horas de folga ou em casa. Além disso, a instituição montou um curso de pós-graduação (especialização) em EAD, com a mensalidade bem baixa para os funcionários (PT 2).

As capacitações referidas são voltadas para adaptação do professor tutor ao sistema, com o objetivo de otimizar o uso do sistema tecnológico e, com isso, melhorar a produtividade. Assim, a formação profissional parece poder ser equacionada de forma rápida, simples, objetiva e eficiente, passando ao largo da complexidade da objetivação das situações concretas. Seria uma forma próxima ao que Gentili (1996, p. 28) denominou “mcdonaldização da escola”, porque “a mercadoria oferecida deve ser produzida de forma rápida e de acordo com certas e rigorosas normas de controle da eficiência e da produtividade”. Em outras palavras, uma redução ao treinamento das habilidades desejáveis ao manejo dos materiais de ensino que, traduzindo os parâmetros curriculares estabelecidos, favoreça um bom desempenho na avaliação específica.

Outro aspecto a discutir é o de como o aparato tecnológico possibilita o controle central das atividades. A apropriação simplista das tecnologias aponta para a expropriação do trabalho do professor, cada vez mais constrangido à escolha restrita dos materiais didáticos disponíveis para as aulas e, nelas, ao controle do tempo de contato dos alunos com estes materiais. O determinismo tecnológico faz com que as tecnologias sejam tratadas como ferramentas e/ou instrumentos, o que vale dizer: dissociadas da matéria a ser trabalhada. O resultado é o esvaziamento discursivamente marcado em outro deslocamento semântico básico: a expressão “trabalho docente” cede lugar a “atividade docente”.

Neste contexto, acontece a abordagem economicista das tecnologias, mídias (multi ou não) e materiais didáticos, e as supostas transformações são vendidas como pacotes, com

embalagens diversas, articulados, discursiva e concretamente, pelo mesmo produtor/formulador.

Em síntese, a política de flexibilização tende a uma nova forma de adaptação aos aparatos tecnológicos e menos formação *stricto sensu* e é sustentada pelas pesquisas internas do Banco Mundial, conforme citado anteriormente neste trabalho, para as quais o desempenho dos alunos depende menos da formação dos professores e mais dos materiais tecnopedagógicos utilizados. Daí a aposta clara nos pacotes instrumentais, dos livros didáticos às multimídias.

No discurso do Banco Mundial (BM), a saída para a educação - é uma exigência para a concessão de empréstimos aos países do terceiro mundo - direciona para utilização de “tecnologias mais eficientes”, quebrando a importância do saber profissional do professor na transmissão do conhecimento.

Esta compreensão pressupõe a objetivação das novas tecnologias nas suas múltiplas dimensões. “Não apenas na técnica, como se houvesse neutralidade, como se as tecnologias e as linguagens fossem ferramentas transparentes, passíveis de educação à distância” sustentando a “construção de um novo paradigma para a educação brasileira”.

Comprova-se também que, por conta desse tipo de mediação, são esvaziadas as possibilidades das práticas pedagógicas, conforme um entrevistado: “é impossível orientar um trabalho por meios de “e-mails”, sem nunca ter tido um contato real com o aluno, nunca sai como deveria” (PT1).

Verifica-se assim que quando os meios de ensinar e os materiais didáticos são postos como substitutos do trabalho docente, o barateamento do ensino é inevitável. Quando as multimídias servem como ilustrações para a transmissão rápida dos conhecimentos, a perspectiva do controle passa a ser do computador.

Conforme Bernstein (1996), em se tratando da apropriação pedagógica das novas tecnologias da informação e da comunicação, é preciso considerar a complexidade da recontextualização dupla e específica implicada, isto é, o discurso pedagógico é recontextualizador que, seletivamente apropria, reloca, refocaliza e relaciona outros discursos, para constituir sua própria ordem e seus próprios ordenamentos. No entanto, a reificação da formação de professores favorece a simplificação/padronização do que deve ser aprendido, legitimando a sua leitura acrítica e ligeira. Sob a perspectiva privada, a complexificação dos materiais de ensino tem sido articulada ao aligeiramento da formação: os novos materiais de ensino em lugar do trabalho docente, o sistema tecnológico no lugar do sujeito, os métodos, técnicas e tecnologias. Em síntese, o ritmo intenso das inovações tecnológicas passa a exigir um ajuste da intensidade de trabalho do professor.

5.2 O PROBLEMA ESPAÇO TEMPO

A análise da Educação a Distância implica refletir sobre as categorias espaço e tempo. A sala de aula é o espaço tradicionalmente definido para atividades de estudos e trabalho do professor. Na EAD, as relações tradicionais de ensino: sala de aula, quadro, giz, presenças físicas de professor aluno passam a ter sua configuração alterada, visto que este espaço se estabelece pelas relações virtuais.

Nessa modalidade de ensino, os limites geográficos deixam de existir na medida em que as sedes das instituições, professores, administração se localizam em locais distantes dos alunos, conforme explica o professor:

[...] na EAD o professor mantém contato com os alunos mesmo estando distante. É uma grande oportunidade de estudo para pessoas que moram fora dos grandes centros, longes das universidades. Agora qualquer pessoa, de qualquer lugar no Brasil tem chances de estudar. Nesse ponto a EAD é a melhor coisa que apareceu nos últimos tempos no Brasil. Vai dar oportunidade de estudar para todos (PT5).

Sem dúvida, na Educação a Distância o espaço e o tempo deixam de ser empecilho para a operacionalização dessa modalidade de ensino. De acordo com o que pensa o professor tornou-se possível alcançar os locais mais longínquos do país, podendo os alunos acessar os estudos a qualquer tempo. Do ponto de vista do aluno, essas condições podem representar aspectos positivos para o conjunto da educação brasileira.

A respeito do tempo cronológico, este delimita tradicionalmente a história humana, a vida das pessoas, a atividade de trabalho, dentre outras. De forma distinta tem-se a temporalidade representada pelo tempo construído pela experiência individual e social, a noção do tempo vivido pela consciência.

A temporalidade humana, segundo Teixeira (1998), é uma experiência do corpo. Primeira condição para a existência da vida, a corporeidade expressa e contém a vida assim como a noção do fluir do fluxo do movimento.

Na Educação a Distância, a relação espaço tempo é um componente inerente à modalidade. No sentido de se adaptarem aos cursos, professores e alunos procuram ajustar suas próprias distribuições de tempo. A possibilidade de o aluno acessar o sistema a qualquer tempo implica no trabalho em domicílio, isto é, apresenta um novo quadro ao professor que passa a ter continuamente alguma atividade por fazer:

No início estranhei, depois peguei o jeito, pelo fato de ter muitos alunos espalhados por vários Estados do país. Sempre tem algum trabalho ou prova para corrigir, até mesmo por causa do fuso horário. Quando não tem tarefas de alunos sempre aparece

uma orientação para dar. Até mesmo ensinar o aluno a acessar o ambiente virtual, pois, a maioria não sabe fazer isso (PT5).

Um professor iniciante nos cursos EAD pode ter conflitos decorrentes do acúmulo de trabalho provocado pelos meios tecnológicos utilizado nessa forma de ensino. O professor tutor menciona “pegar o jeito” como uma forma de se familiarizar com o trabalho. O acúmulo decorre, em primeiro lugar, devido ao fluxo contínuo de atividades de alunos que provêm das unidades e faz com que o professor tenha sempre algo a fazer, fator que está diretamente relacionado ao espaço tempo. Em segundo lugar, pela grande quantidade de alunos que estão matriculados nos cursos. Estes fatores contribuem para desestimular o professor na realização do seu trabalho.

A questão do tempo na Educação a Distância é um importante fator para análise do trabalho docente. Conforme explicou a professora, as atividades virtuais são postadas pelos alunos a todo tempo. “Em finais de meses sou obrigada a corrigir as tarefas em casa e com ajuda de meu marido. Isso porque a partir da postagem este mesmo aluno espera uma devolutiva por parte do professor”, portanto, neste caso, o trabalho docente exige que o professor esteja permanentemente à disposição, na linguagem dele, conectado. Até mesmo em sua própria residência.

Ora, essa é uma constatação de que há aumento de tempo real de trabalho, que na EAD está associado à intensificação do trabalho docente. Isto é, a atividade de trabalho está relacionada à noção de tempo e, por sua vez, aos graus de intensificação da atividade de trabalho. De fato, por meio do controle do tempo, sob a égide da modernização, o modo capitalista de produção articula a intensificação do trabalho.

Por causa da quantidade, não tem como fazer todo o trabalho de forma correta. Não tenho alternativa, pois eu preciso trabalhar. O salário não é tão ruim em comparação com os trabalhos que existem por aí. O problema é que eu não posso levar muito a sério o processo de educação porque eu não tenho contato real com o aluno e assim acabo não me envolvendo com as questões pessoais dele (PT5).

Ao concordar com essa forma de trabalho, o professor está buscando adequar-se ao processo de trabalho e também encontrar referenciais éticos no sentido de justificar as expectativas de manter determinada qualidade de vida. Dessa forma, ocorrem mudanças na temporalidade e no sentimento subjetivo de dedicação ao trabalho do professor na modalidade EAD.

A distância física é uma questão que apresenta um problema tanto para o professor no momento da aula via satélite, como ao professor tutor que faz as correções dos trabalhos e mantém contato via internet com o aluno.

Porém, um dos professores tutores entende que a ausência física do aluno é positiva: “meu trabalho rende mais, pois não perco tempo com aluno” (PT5). Na opinião desse professor, a ausência física do aluno possibilita mais rapidez na execução de suas atividades, fato este que remete ao problema do cumprimento de metas e prazos na realização das atividades em detrimento do processo educativo. Depreende-se que, na composição da função deste professor tutor, a interação pedagógica não é relevante, isto é, em sua opinião, o objetivo de sua atividade de trabalho, o mais importante, não é sua interação com o aluno. O depoimento desse professor indica que a discussão espaço e tempo sugere uma melhor reflexão sobre o processo ensino aprendizagem na modalidade EAD.

De fato, a atividade educacional pode se beneficiar das TICs. Muitas pesquisas e conteúdos podem ser acessados com o uso dessas ferramentas, e há possibilidade da sua utilização na própria sala de aula. Entretanto, conforme os dados dessa pesquisa, os cursos à distância inviabilizam a afetividade necessária ao processo ensino aprendizagem. Assim, a reflexão que se deve fazer é: um curso de pedagogia¹², por exemplo, realizado totalmente por meio da EAD, seria satisfatório para a formação docente?

Quando se refere ao Fórum de Debates, ambiente de discussões disponível na internet, a professora tutora entende que o processo pode ser melhorado, mesmo que não haja a interação com o aluno em tempo real. Para isso, a instituição deveria dar condições para que o sistema funcione.

É claro que a presença física do professor e aluno é muito melhor, dá pra sentir se o aluno aprendeu ou não, mas o Fórum de Debates é excelente e essa geração está acostumada com a internet. O problema é que não tem uma programação consistente para os debates. Se a coordenação não estipular regras para os alunos participarem do Fórum eu simplesmente coloco lá, e não abro pra debater. Serve só pra você colocar mensagens, é um fórum de notícias. (PT2)

A resistência dos professores tutores em participar do fórum de debates se comprova na medida em que:

a pouca interação apresentada pela maioria dos professores, são evidências de que o fórum foi um recurso utilizado de forma inadequada no curso em estudo e não teve todo o seu potencial explorado no sentido de valorizar a interatividade para efetivar a aprendizagem. Esses resultados mostraram que a falta de uma interação mais efetiva pela maioria dos professores pode ter provocado uma ruptura do contrato didático, levando alguns alunos a usar outros meios (o uso do telefone e reunião presencial com a coordenação) para buscar respostas aos seus problemas de

¹² De acordo com o Censo da Educação Superior do Instituto Anísio Teixeira (INEP) de 2010, 273.000 estudantes (47,87%) cursam graduação nas áreas de formação de professores. Destes, 88,71% matriculados em instituições privadas.

interação no fórum *on-line*, e reclamar da falta de participação de alguns professores que não interagiram. (GOBARA E BATISTA, 2005, p.8)

Sobre a pouca interação apresentada, apesar dos eficientes recursos tecnológicos utilizados no curso, conclui Gobara e Batista (2005), estes não garantem a necessária interação entre alunos e professores devido à falta de perfil de autonomia adequado e necessário para a utilização de todas as potencialidades em ambiente de aprendizagem *on-line*.

Por isso é possível compreender que na percepção da professora tutora (PT1) acima, a presença física do aluno é mais vantajosa para o processo ensino aprendizagem, pois é na convivência com o outro que se aprende a conviver em sociedade e, certamente, pode-se ensinar melhor. É certo que há interações em um ambiente virtual, entretanto é na convivência pessoal com outros alunos, com os que pensam diferente, que surge a oportunidade para a aprendizagem social, oportunidade e tolerância. Sentir se o aluno aprendeu ou não, como mencionou a professora, seria perceber a evolução do aluno quanto aos níveis de aprendizagem. Portanto, conforme Teixeira (1998), são fundamentais as implicações do tempo do corpo na convivência entre professor e aluno na vivência escolar, nas trocas intersubjetivas e experienciais próprias ao trabalho docente.

Não obstante, apesar de concordar com as vantagens da presença física do aluno, a professora (PT 1) entende que o ambiente virtual é excelente, o problema é que falta uma melhor adequação por parte da instituição. Para ela é possível manter interações pedagógicas, mesmo com a ausência física dos alunos, por meio do ambiente virtual, tendo em vista que esta geração está mais afeita aos meios informatizados.

Realmente, a presente geração tem mais acesso aos meios informáticos que as gerações passadas, porém a questão da Educação a Distância não significa a simples mudança de um modelo presencial para uma modalidade a distância, trata-se também da transposição de uma linguagem escrita e concreta para uma forma de comunicação falada e abstrata.

Eu acho que dessa forma o EAD é um acúmulo de informações. É diferente da construção do conhecimento, é o diálogo, é o diferente, é o contato com o outro. Por exemplo: o que é minha realidade não é a sua realidade porque, quando a gente troca ideias eu acrescento alguma coisa e você acrescenta alguma coisa, então já e conhecimento, é crescimento, já é uma construção e então você vai repensar. Não sei se é possível fazer isso na EAD (PT 1).

O contato com o diferente, o diálogo ressignificam a presença física e surgem como condições facilitadoras do processo de atividade de trabalho do professor. O aspecto coletivo dos cursos presenciais colabora pra a mediação do professor por possibilitar o diálogo

presencial. Com certeza a presença física do professor por si só não é suficiente para efetivação do processo ensino aprendizagem, mas a falta da presença física do professor e aluno aliada a uma interação apropriada prejudicam sobremaneira a qualidade dos cursos.

A preocupação da professora é a falta de interesse da instituição em fornecer condições adequadas para uma interação que possibilite o aprendizado do aluno. Entretanto ela questiona se, mesmo com condições adequadas, seria possível esta interação na modalidade, visto que “os alunos são dispersos e não tem como controlar isso” (PT 1).

Ademais, a educação contemporânea tem contornos que visam suprir as lacunas e deficiências causadas pelo trabalho, principalmente da mulher, fora de casa. Historicamente, a escola tem a missão de transmitir os saberes pertinentes à convivência social através dos encontros individuais e coletivos. A EAD no modelo que está proposto, baseada principalmente em meio virtuais, não poderá suprir as lacunas e deficiências que existe na educação, além da ineficiência decorrente disso na socialização inerentes à formação humana.

Uma das questões que se apresenta no contexto EAD é a de como usar estas ferramentas em uma sociedade onde a maioria de seus membros padece de condições básicas de sobrevivência. De fato, a mercantilização da educação tem como fim implementar a EAD com o objetivo de multiplicar o lucro. No entanto, referindo-me ao exemplo citado do curso de pedagogia, como formar professores para o desempenho da difícil tarefa de ensinar em um país que luta para garantir e ampliar a educação pública?

Portanto, o contato e o diálogo por meio de uma presença física efetivamente é uma dificuldade na EAD, e tem relação imediata com o processo de subjetivação das atividades. De acordo com as experiências dos entrevistados, esta ausência não é considerada pelas instituições nos elaborações dos cursos, fator que, de acordo com os professores, acarreta importantes considerações nas questões didático-pedagógicas, algumas comuns ao ensino presencial.

Alguns dos entrevistados têm experiências advindas da educação presencial e, em razão disso, nessas experiências estão histórias individuais ou coletivas que articulam posicionamentos subjetivos relacionados a estas atividades. Dessa forma, é natural que a experiência anterior esteja presente na atividade atual de trabalho e existam comparações com a EAD, como por exemplo, o perfil do aluno ingressante.

Os alunos ingressantes, todos tem dificuldades com o sistema, assim como nunca viram o alfabeto quando entraram na escola, como todos tem dificuldade quando entram numa empresa. O indivíduo que nunca estudou (EAD) opta por EAD, uma vez na semana porque ele não tem tempo, ele quer estudar e se comunica com seu tutor a distância. Como que eu faço? Como posso fazer, que leitura que posso fazer? Tem que entrar no fórum? Ah! Professor, como que é esse material? Estou com dúvida (PT 2).

Uma das preocupações dos professores é quanto à capacidade dos alunos no manuseio das ferramentas tecnológicas, mesmo porque a maioria desses alunos só tem a oportunidade desse manuseio quando estão no polo da instituição, o que acontece uma vez por semana. Com relação a isso, a professora compara o estudante ingressante a um aluno não alfabetizado e que precisa do auxílio permanente do professor. Outra questão é a autonomia intelectual na capacidade de questionar e analisar de forma racional e inteligente.

Quanto ao perfil do aluno EAD, pelo que eu presenciei, acho que a maioria não está preparada para estudar a distância. Eu por exemplo, se depender de estudar sozinha, ir para a aula e depois fazer minha atividade sozinha, pra mim não serve. Eu tenho que interligar com outras pessoas, eu tenho que conversar, que criar junto (PT 1).

Para esta professora, estudar na modalidade EAD não seria satisfatório. Quando se refere ao perfil dos estudantes, pensa que a modalidade não é ideal para o processo ensino aprendizagem para pessoas que não tem hábito de estudar sozinhas. Ela entende que o estudo na EAD está relacionado à capacidade crítica, da iniciativa própria e capacidade de escolha. Concordamos que, de fato, através do senso crítico, o estudante aprende a buscar a verdade questionando e refletindo profundamente sobre os mais diversos conteúdos.

De acordo com a própria experiência da professora, falta autonomia para a maioria dos alunos em razão da pouca experiência com pesquisa, exatamente pelo histórico anterior de estudos. A professora entende que nem ela seria capaz de levar adiante um curso em que tivesse que estudar sozinha, ou seja, considera que a falta do contato pessoal e coletivo prejudica a formação intelectual do estudante.

De fato, o fator sociabilidade é preponderante no processo ensino aprendizagem. A professora entende que a presença física é necessária, visto que por meio da convivência se constrói o aprendizado do aluno.

Como um indivíduo só existe como um ser social, como um membro de algum grupo social em cujo contexto ele segue a estrada do desenvolvimento histórico, a composição de sua personalidade e a estrutura do seu comportamento reveste-se de um caráter dependente da evolução social cujos aspectos principais são determinados pelo grupo (VIGOTSKY, 1930, p. 01).

A consciência do papel social de cada indivíduo promove a capacidade de viver em sociedade, pensar sobre as verdades impostas por ela. Dessa forma, alguém com senso crítico não aceita a imposição de tradições, dogmas ou comportamento sem antes questionar os fatos. Portanto, além do conteúdo, o processo de aprendizagem do ser humano envolve fundamentalmente uma relação subjetiva de convivência.

O desenho instrucional dos cursos a distância indica que, por não possibilitarem uma sociabilidade adequada, a EAD pode apresentar uma deficiência de aprendizagem para seus alunos. O envolvimento do aluno é uma necessidade fundamental que precisa ser incentivada a todo o momento. A falta de participação mais efetiva dos alunos na EAD é uma dificuldade percebida, primeiro por falta de estrutura dos polos.

Por exemplo, eu estava com um polo localizado na Região Norte que não tinha computador na escola. Eles tinham que ir ao *Ciber*, entendeu? Os polos tinham que ser mais equipados. A maioria mora na Zona Rural, então eles vinham para assistir aula depois voltava pra fazenda. Aí não tinha contato com outros colegas. Então eu acho que a preparação, a organização tinha que ser melhor e mais exigente. Mas aí não há interesse da instituição (PT 1).

Em segundo lugar, a deficiência que se traduz no distanciamento do aluno em relação aos conteúdos, isto é, o estímulo do convívio com outros colegas, a troca de experiências, que são fundamentais ao processo de aprendizagem, inexistem.

Porque o perfil dos alunos que entram, pelo que percebo está pautado na falta de disciplina de estudo, na falta de organização. Se for uma pessoa que tenha disciplina, que se organize, essa pessoa vai pra frente. Agora a maioria não tem hábito de estudo, ela vai sofrer muito. Pode ser que desista no meio do caminho (PT 1).

A falta de adaptação à rotina de estudos individuais que a modalidade exige e a dificuldade de se adaptar à metodologia acaba por desestimular o aluno. Nesse contexto, a estatística do Censo EAD BR (2010) mostra que, em um ciclo de quatro ou cinco anos no ensino presencial, a taxa de perda média no mercado fica ao redor de 45% a 50%. Na Educação a Distância, esta mesma taxa pode chegar a 70%. Mas tudo depende da qualidade de atendimento pedagógico que a instituição oferece.

Com relação ao atendimento pedagógico, a professora tutora explica como funciona a avaliação de conteúdos na EAD:

Eu fiquei indignada. Você acredita que eu fui lançar as notas da ATPS (atividades programada semanal), o coordenador tinha lançado a nota 3 (três) máxima, pra todo mundo. Eu apaguei tudo, aí eu recebi uma orientação que não era pra apagar. Ora, o aluno tinha tirado 1,5 e estava com a nota três. Você já imaginou? Tudo é para que o aluno seja aprovado e permaneça na instituição. Não vejo sentido você fazer de conta que é professor (PT 1).

Evidentemente, essa prática que causou indignação ao professor visa aprovar o aluno independente do conhecimento adquirido. Em decorrência disso, a professora percebe que o resultado de seu trabalho não tem valor porquanto verbaliza a falta de sentido de sua atividade

de trabalho. Assim, conforme a professora tutora, a instituição poderá reter o aluno por mais tempo ou até mesmo até o término do curso.

É assim que a forma de avaliação reafirma as exigências da instituição para garantir que não haja desistência. Nesse caso, o professor está obrigado, mesmo contra a sua vontade, a seguir os critérios ordenados pela instituição, visto estar em risco sua própria empregabilidade.

5.3 REMUNERAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Os docentes entrevistados têm pontos de vista diversos sobre a remuneração dos cursos EAD. Na realidade, há uma dificuldade do professor em visualizar uma base ideal para o seu salário, visto que atua como professor, mas não tem o aluno diante de si, isto é, sua atuação se dá sobre as atividades enviadas de modo virtual pelo aluno. Há que se considerar também que o fato da EAD ser uma modalidade relativamente nova, as instituições não têm um consenso sobre a sistemática de remuneração aos professores, ainda que a opção seja sempre pelo valor mínimo possível. Nesse aspecto o professor tutor revela que:

Entrei na justiça para questionar os salários que recebi durante o tempo que trabalhei. Para se ter uma ideia em 2013 o sindicato da categoria e a instituição acordaram o salário de 26,03 por hora/aula. Entretanto a instituição paga 14,50 por hora/aula alegando que somos trabalhadores administrativos. Ora, eu corrijo trabalho e provas e faço todas as atribuições docentes (PT 5).

Um das reclamações recorrentes entre os entrevistados é a alta proporção de alunos em relação aos docentes. Isso leva a uma exigência de padronização da rotina de trabalho no sentido de atender a todos os alunos a exemplo dos modelos industriais de produção. Isso reflete diretamente nas questões salariais.

Na verdade o trabalho do professor na EAD é um novo tipo de trabalho. Temos um padrão de comunicação, textos prontos e formatados, planilhas para preencher em tempo determinado. É um tipo de linha de produção industrial, ou telemarketing, cada professor tem uma quantidade de alunos para dar conta. É baseado nisso que nosso salário é calculado (PT 1).

Pela reflexão dessa professora, a atividade que ela pratica se aproxima do trabalho em linha de produção industrial. Ao analisar o processo de trabalho nas indústrias de automóvel, Clot (1990) verifica que o trabalhador busca a todo tempo um sentido e uma posição subjetiva.

As formas híbridas perpassam as situações de trabalho conhecidas. Por um lado, as equipes de operadores de instalações automatizadas e os técnicos de manutenção sentem que sua atividade deve se mobilizar sobre a organização e a gestão do sistema técnico. Por outro lado os critérios tradicionais de uma intensificação do trabalho Impelem as Diretorias a dimensionar de forma estreita sua atividade. Múltiplas tensões no seio da atividade tem sua origem nestas dissociações econômicas. Os homens e os grupos lhes respondem por arbitragens permanentes supondo tanto a experiência acumulada na frequência da instalação quanto a posição subjetiva de cada um em relação à empresa (CLOT, 1992, p.101).

As formas híbridas de trabalho estão associadas ao trabalho flexível, isto é o trabalhador polivalente. Certamente as atividades de trabalho no segmento industrial são diferentes de uma atividade em EAD. Para compreensão do que se define como as condições de trabalho docente na modalidade EAD torna-se importante entender os conceitos de organização escolar e organização do trabalho escolar, especialmente na modalidade EAD, que são fundamentais para o entendimento das relações de trabalho nessa área.

A organização escolar neste setor com semelhanças ao ensino presencial refere-se à forma como o ensino está estruturado: currículos, programas de ensino, metodologia e procedimentos didáticos, formas de avaliação, distribuição de conteúdos entre horas-aula, calendários escolares, etc. Além das atribuições de funções, tarefas, competências, horários de trabalho, carga horária dos tutores em seu posto de trabalho, relações de hierarquia, controles, formas de avaliação do desempenho, entre outros. Da mesma forma, a organização do trabalho escolar é um conceito econômico e, como tal, refere-se à divisão do trabalho na escola e à forma como o trabalho docente está organizado.

Os critérios de produtividade conduzidos pela parte gerencial das empresas levam a um controle de trabalho que, na maioria das vezes, gera intensificação dos ritmos de trabalho nas indústrias. Transpostos para as instituições privadas que operam na EAD, levam consigo a intensificação dos ritmos de trabalho do professor, isto é, o conceito de organização do trabalho escolar ajuda a compreender as relações sociais de trabalho.

[...] deve ser compreendido à luz das teorias econômicas. Compreende uma forma específica de organização do trabalho sob o capitalismo. No processo de trabalho capitalista, os insumos, objetos e meios de trabalho, estão submetidos a uma orientação bastante específica, que é a finalidade da produção sob o signo do capital. (OLIVEIRA, 2001, p. 56).

No sistema EAD efetivamente tem ocorrido reestruturação do trabalho dos docentes, ligando-o a resultados mensuráveis, associados à avaliação de desempenho, um processo constante de implementação, que traz inquietação e tensão no ambiente de trabalho, conforme explica o professor tutor:

Tenho um número específico de alunos sob minha responsabilidade que gira em torno de 500 a 600, dependendo da turma e do semestre. A correção dos trabalhos tem um prazo para ser entregue. Acontece que os alunos efetuam a postagem em cima do prazo e então tenho de 3 a 4 dias, às vezes, pra corrigir um volume enorme de trabalho. A coordenadora tem acesso ao sistema e controla o que estou fazendo; se não cumpro sou chamado para dar explicações (PT 5).

As orientações do Decreto 5.622/2005 (MEC, 2007) indicam o que os projetos pedagógicos para cursos e programas devem contemplar sem, entretanto, mencionar a relação tutor - número de alunos. A instituição em questão, ao estipular de 500 a 600 alunos por professor, extrapola essa relação expondo seus profissionais a uma intensa exploração de trabalho. Estes números são bem diferentes dos padrões adotados pelo MEC, na Universidade Aberta do Brasil (UAB).

UAB - Polo Presencial:

1 Coordenador de Polo

1 Técnico em informática (25 computadores completos, com acesso à internet)

1 Bibliotecário

1 Secretário

1 Tutor presencial para 25 alunos

1 Tutor Presencial para Laboratório Pedagógico de Ensino.

O documento intitulado Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância (NEVES, 2003), dentre outras questões, considera que uma instituição EAD deve:

- Estabelecer uma proporção professor-alunos que garanta boas possibilidades de comunicação e acompanhamento.
- Quantificar o número de professores/hora disponíveis para os atendimentos requeridos pelos alunos.
- Garantir que os estudantes tenham sua evolução e dificuldades regularmente monitoradas e que recebam respostas rápidas a suas perguntas, bem como incentivos e orientações quanto ao progresso nos estudos.

No escopo da discussão deste documento figura como parte fundamental o reconhecimento, por parte das instituições, em relação ao trabalho docente na EAD, reconhecimento este que não ocorre, segundo alguns professores tutores, assim como também não ocorre por parte de outros colegas.

Eu percebo que há uma diferença entre professor a distância, aquele que dá aulas via satélite e o professor tutor. Além da diferença salarial, o professor tutor é tipo um operário, ou professor de 2ª classe enquanto o professor a distância pertence à elite. Não sei por que, mas eles não gostam de conversar com a gente (PT 5).

Percebe-se uma hierarquia entre os próprios docentes, independentemente da titulação acadêmica de cada professor. A percepção do professor tutor de ser um professor de segunda classe remete ao desafio de pensar, em termos de subjetividade, que as formas de remuneração não deixam de ser um instrumento psicológico. Este é um aspecto importante no processo de envolvimento na atividade de trabalho, na medida em que pode estar vinculada a diversos sentidos subjetivos.

O desenvolvimento tecnológico sem dúvida faz parte das articulações engendradas pelo capitalismo para sua acumulação. Nesse panorama, a remuneração é uma questão fundamental do aspecto subjetivo relativo ao reconhecimento profissional uma vez que ressalta o trabalho do sujeito diante da sociedade. Por isso, o reconhecimento de seu trabalho, que se reflete também na questão financeira, gera sentido subjetivo ao trabalho. Assim, o salário obtido é significativamente importante no mundo do trabalho.

Esse é um dos fatores que levam professores tutores a buscar uma vaga para dar aula via satélite. Sabendo disso, a própria instituição incentiva a concorrência entre os professores, o que representa mais um motivo de instabilidade entre os docentes.

5.4 COGNITIVIDADE E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO

Qualquer tipo de trabalho, segundo Clot (1995) necessita estar carregado de força intelectual, energia voltada ao emprego dos aspectos cognitivos necessários ao exercício da atividade. Os componentes: atenção, memória, linguagem, inteligência, percepção, capacidade de cálculo, orientação relativa à visão e espaço são fatores pertinentes à realização de atividades comuns e de trabalho. Para o autor, esta energia que movimenta as atividades em direção aos objetivos estabelecidos é chamada de custo cognitivo.

Uma atividade tem tanto mais sentido quanto mais ela permite realizar os objetivos prescritos convocando o sujeito a formar outros motivos que não os que impeliam inicialmente a agir. Ao contrário, seu custo subjetivo é grande se o objetivo visado tem apenas uma relação longínqua com as causas novas ou iniciais, quer dizer se a atividade perde seu sentido.

Para além do custo cognitivo existe o custo subjetivo a ser canalizado quando, ao realizar uma ação que se quer eficaz, o sujeito investe nela suas expectativas, suas emoções, enfim, sua energia subjetiva. O custo cognitivo associado à ação causa seu significado racional. Do mesmo modo, o custo subjetivo incorporado à ação gera o sentido subjetivo desta ação. Segundo Clot (1995), quando objetivos e motivações pessoais não estão em

discordância, o sujeito lança mão de energia subjetiva extra para fazer frente à pressão gerada pela discordância, no sentido de manter a coerência em sua atividade de trabalho.

Hoje a gente vê certo despreparo em tudo. Falta organização por parte da estrutura, falta comunicação, falta orientação. Não que as pessoas estejam despreparadas, mas fazem com que as pessoas (professores) estejam despreparadas acerca dos meios, dos conteúdos dos materiais virtuais (PT 2).

De uma maneira geral, o custo subjetivo adicionado que o professor precisa pagar é alto e o resultado é o desestímulo, que gera o desgaste profissional. Para o autor, este tipo de tensão é comum a partir da implantação de sistemas informatizados nas instituições, isto é, adoção de novas regras e implantação de materiais tecnológicos com adequação de salário de acordo com os materiais instalados.

Nos últimos anos, as instituições têm oferecido cursos mais baratos que possibilitam o aumento do número de alunos e garantem lucros mais imediatos. Nesse contexto, as tensões psíquicas estão permanentemente presente entre os professores:

A cada final de semestre é uma tensão muito grande. Sempre corre a notícia de que haverá demissão. Dos últimos anos para cá a instituição tem demitido sistematicamente professores de acordo com o andamento dos cursos. Em julho de 2012 foram demitidos mais de 100 professores e os que ficaram sabiam que cedo ou tarde seriam demitidos. Já acostumei com o sistema administrativo da empresa, o importante agora é meu salário em dia (PT 6).

Na análise das circunstâncias que envolvem as situações de trabalho é imprescindível que se tenha sensibilidade para perceber as entrelinhas do que é revelado. É necessário verificar os elementos simbólicos da linguagem e outras manifestações expressadas pelo sujeito entrevistado.

O professor revela a tensão pela qual passa a cada semestre, expressa a apreensão pelas demissões sistemáticas e diz que já se acostumou com o sistema administrativo adotado pela empresa. No relato, o professor deixa clara a tensão que está posta aos professores desta instituição. Ao se referir a ela como empresa, demonstra entender que está se relacionando com um sistema empresarial, no qual o emprego depende do andamento dos cursos, cujo lucro está na diminuição de custos, isto é, o fator principal para isso é a demissão de professores. Neste caso, ao relatar que está acostumado com o sistema, demonstra que a motivação pelo trabalho está no salário que tem a receber. Portanto, neste processo de transformações de significação, o sentido de sua atividade de trabalho docente está concentrado na troca pelo salário ou que busque um novo sentido que se adeque às incoerências de sua atividade.

Em uma analogia a Clot (2006), ao não sentir reconhecimento do seu trabalho, o professor não estabelece engajamento e sua atividade perde o sentido, pois não permite a realização de metas vitais e dos valores que o professor extrai dos diferentes domínios da vida em que está envolvido (CLOT, 2006), de maneira que trabalhar é ser provado em situações de desafios relacionados ao mundo do trabalho. Nesse ambiente EAD, o professor, como outro trabalhador nas mesmas circunstâncias, precisa apreender posturas psíquicas para enfrentar o desgaste das relações de trabalho.

Por exemplo, a professora tutora explica abaixo o constrangimento pelo qual passavam os professores na instituição, quando do procedimento de vigilância no modelo de tutoria à distância:

Nós trabalhávamos todos juntos em um salão com cerca de 100 professores. Todos sabiam que o controle do trabalho era feito através do sistema computadorizado, até mesmo a nossa presença na instituição era feito conforme acessávamos o sistema. Apesar disso a instituição contratou algumas pessoas que tinham a função de vigiar nosso trabalho. Então, essas pessoas ficavam circulando entre as baias como feitores do tempo da escravidão. Eu, por exemplo, ajudei muito a instituição com minhas ideias. Colaborava de forma espontânea, mas esse tipo de vigilância é uma vergonha (PT 6).

A vigilância arcaica remete aos tempos da organização científica taylorista. Na perspectiva taylorista (1944) a organização científica racional do trabalho se fazia necessária, pois, para ela, os trabalhadores não reuniam capacidade intelectual para compreender a complexidade de seu trabalho, muito menos refletir, por iniciativa própria, formas mais desenvolvidas de executá-los. Além disso, segundo essa teoria, a indolência natural do trabalhador e sua dissimulação diante do trabalho acarretam baixa produtividade. Por causa disso, os trabalhadores deveriam passar por uma seleção, levando-se em conta suas aptidões, e permanecerem sob vigilância de um gerente mais competente que lhes orientasse seus movimentos e tempos de trabalho.

Ao perceber que o resultado dessa tarefa prescrita não representava o trabalho real, os gestores passaram a tentar captar o engajamento de valores nas atividades de trabalho, denominado competência do trabalhador. Nesse novo modelo de gestão das organizações, os administradores criam estratégias no sentido de captar os movimentos pessoais e coletivos dos trabalhadores com o objetivo de absorver a prescrição da subjetividade.

A gestão da subjetividade, segundo Clot (1995) é uma contradição do trabalho prescrito, tendo em vista que se pretende prescrever também os movimentos. Nisso, em toda atividade de trabalho incide um movimento adaptado de reconhecimento, seleção, ensino. São gestos artificiais que dificultam a inscrição no sentido da atividade.

O ser humano reduzido a movimentos artificiais, assim como sua motivação limitada ao seu salário, fundamenta o trabalho humano baseado na vigilância, no controle racional padronizado e na redução da autonomia do trabalhador. A subjetividade e o sentido do trabalho eliminado pela gerência científica contribuíram para o entendimento do trabalho como uma necessidade ligada à subsistência e não à realização pessoal, isto é, “o sentido do trabalho é então colocado em sofrimento” (CLOT, 1995, p.260).

As instituições educacionais também têm investido na dita capacitação de seus funcionários. Como consequência, o processo pedagógico em Educação a Distância é reestruturado pela informatização, mecanização e automação, condições essenciais para as seguintes características emergirem: a concepção prévia dos cursos igualmente ao trabalho preparatório que acontece antes do processo de produção; a dependência da efetividade do processo pedagógico ao planejamento, organização, formalização, padronização, objetivação e adoção de métodos racionais e científicos; a mudança de função e especialização dos profissionais envolvidos; a concentração dos recursos e uma administração centralizada.

Dessa forma, o modelo EAD exige um novo tipo de docente, orientado para manejar as máquinas informacionais e submeter-se a elas, tanto em sua dimensão concreta e objetiva como de forma ainda mais incisiva, em sua dimensão subjetiva, que pode levar à perda do sentido do trabalho.

6 PROFESSOR TUTOR E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE

O objetivo deste capítulo é refletir sobre as alterações no trabalho docente no ensino superior, entre estas, as mudanças ocasionadas pela introdução da modalidade EAD. Especificamente, do advento da modalidade EAD surge o questionamento: quais as reais transformações que estão acontecendo no trabalho docente?

O trabalho na educação tem particularidades semelhantes aos demais processos de trabalho, sem dúvida, mas este tipo de trabalho não deve ser comparado ao trabalho repetitivo e padronizado que acontece na indústria ou em um ambiente de escritório. Contrário a isso, o trabalho educativo envolve a criatividade, afetividade e autonomia.

De fato, o mercado de trabalho apresenta exigências de uma mão de obra qualificada. Entretanto, se essas exigências forem transferidas ao âmbito do trabalho docente essa determinação pode fazer com que a educação, o processo ensino aprendizagem perca o sentido de essência, isto é, fazer com que o diploma seja o objetivo principal em detrimento do conteúdo e da aprendizagem.

Com relação a isso, no sentido de refletir sobre as mudanças no trabalho docente, veremos a seguir como os professores tutores lidam com a perspectiva de criatividade e autonomia na atividade de trabalho na modalidade EAD via satélite.

6.1 CRIATIVIDADE E AUTONOMIA NO TRABALHO DOCENTE

Com o objetivo de entender as mudanças no trabalho docente é imprescindível considerar a natureza deste trabalho por ter especificidades e características próprias, particularidades que o tornariam livre da padronização, fragmentação ou sua troca por máquinas.

Contrariamente a isso, o advento da EAD via satélite introduz no processo de ensino, além da técnica, instrumentos de mediação tecnológicos que objetivam formalizar e simplificar as atividades docentes, uma espécie de padronização do ensino, dos currículos, conteúdos e avaliações. Para Marx, (1985) a relação do professor com o processo produtivo se relaciona conforme a seguir.

Nos estabelecimentos de ensino, por exemplo, os professores, para o empresário do estabelecimento podem ser meros assalariados; há grande número de tais fábricas de ensino na Inglaterra. Embora eles não sejam trabalhadores produtivos em relação aos alunos, assumem essa qualidade perante o empresário. Este permuta seu capital pela força de trabalho deles e se enriquece por meio desse processo. O mesmo se aplica às empresas de teatro, estabelecimentos de diversão etc. O ator se relaciona

com o público na qualidade de artista, mas perante o empresário é trabalhador produtivo. Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas (MARX, 1985, p.13).

Em seu tempo, o autor já percebia a relação de trabalho do professor com o empresário e os alunos. Essas manifestações produtivas que passavam despercebidas no tempo de Marx passam a ter importância fundamental para a aquisição da mais valia no setor da educação privada atual, agora intensificada na EAD semipresencial via satélite.

Segundo Marx (1985), para que o capital tivesse o real controle sobre todo o processo de trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista foi se operando um gradual e efetivo processo de alienação do trabalhador, que acabou por perder a propriedade dos meios de produção e o conseqüente desdobramento do produto de seu trabalho. Por essa razão, sem condições de sobrevivência, só lhe resta a propriedade de sua força de trabalho que, não sendo para ele valor de uso, acaba por aliená-la, vendendo-a para o capitalista.

O trabalho na modalidade EAD via satélite tem importantes diferenças em relação à educação presencial tradicional, na qual o saber prático dos professores é essencial. Suas diferenças ficam evidentes nesta pesquisa. Nesse modelo, em algumas atividades não é possível introduzir nenhuma inovação técnica, a correção de questões subjetivas, por exemplo.

De fato, o processo de trabalho na EAD se desenrola ao longo de uma seqüência de procedimentos que combina diversas e desiguais atividades, como foi mostrado anteriormente.

Essa diversidade de relações com o objeto de trabalho parece sugerir que ao longo do processo e nas diferentes etapas dos cursos existem diferentes modalidades. Quando analisa o trabalho na indústria, Marx chama isso de sujeição do trabalho ao capital (e poderíamos falar, também, em diferentes graus dessa sujeição). Mas é possível mostrar que, ao invés de diferentes modalidades de sujeição, estamos diante de diferentes formas sociais da sujeição especificamente capitalista do trabalho ao capital.

Como se sabe, Marx distingue entre sujeição real e sujeição formal do trabalho ao capital (MARX, 1971, p. 54 ss.). Em uma analogia a isso, na sujeição formal, o professor, em uma escola privada presencial, mantém os procedimentos tradicionais e o saber que os sustentam. A instituição compra a sua força de trabalho para se apossar do produto, sem se apossar, no entanto, do modo de elaborar as aulas, isto é, do processo de trabalho.

Seu domínio se limita, em princípio, ao processo de valorização, pois o que compra, nesse caso é, antes de tudo, tempo de trabalho e não modo de trabalhar. Neste caso, a dominação do capital sobre o trabalho aparenta ser uma dominação externa (MARX, 1981,

p.402). A alienação do professor se dá estritamente em termos da alienação do seu trabalho, mas não de sua consciência profissional. Com isso permanece um contraponto crítico ao processo de trabalho capitalista. Portanto, há uma desvinculação transitória entre a consciência e o trabalho.

Essa desvinculação não existe quando se instaura a sujeição real do trabalho ao capital, quando o capital desmonta o processo de trabalho organizado segundo a concepção artesanal, fragmenta seus procedimentos e o refaz segundo sua própria lógica. Isto é, reorganiza-o com base num saber que lhe pertence e que não pode ser apropriado isoladamente e com sentido por nenhum trabalhador em particular, ainda que este saber tenha sido expropriado do próprio trabalhador. É desse modo que se organiza o modo especificamente capitalista de produção.

Esta pesquisa indica que algumas particularidades se ocultam por trás das formulações quando o processo de trabalho é analisado mais de perto, nas micro relações que o compõem. É quando surge a oportunidade de examiná-lo nos seus pequenos detalhes, em sua prática diária. Na EAD, o momento criativo do processo de trabalho é criado pela própria instituição, pelos setores informáticos, na falta de recursos técnicos que compatibilizassem o trabalho de correção de provas, por exemplo, com os outros momentos do processo de trabalho.

É preciso, pois, distinguir entre ensino presencial e ensino a distância. Este último é o ensino que surge em consequência das próprias oportunidades oriundas da expansão universitária já citadas anteriormente nesta pesquisa e, das dificuldades do processo de trabalho para atender a crescente demanda, processo integrado e comandado pelos setores tecnologicamente mais modernos e desenvolvidos.

Nesse caso, há uma falsa aparência de que o professor atua como mediador do processo, e seu próprio ritmo determina a cadência do processo de ensino: “Nós professores somos responsáveis por manter contato com os alunos e pela aprovação ou reprovação dos estudantes” (PT5). Na realidade, os softwares e programas, isto é, a máquina, é claramente a mediadora do ritmo do professor. Conforme complementa a professora tutora (PT5: “nos dias que antecedem o prazo final de postagem dos trabalhos é uma verdadeira correria. Temos prazo de aproximadamente cinco ou seis dias para corrigir o volume de trabalho, que às vezes chega a mil e seiscentos (1.600) trabalhos”.

No caso do trabalho na tutoria EAD, a introdução do computador acarretou mudanças no uso do tempo, nos gestos e movimento. A imposição de um novo ritmo chegou através do trabalho comandado pelos programas e pelo fluxo contínuo, como nas esteiras industriais, de provas, tarefas e trabalhos para serem corrigidos. Ao conjunto de professores entrevistados o processo de trabalho impõe o ritmo informatizado, na medida em que este passa a dominar todo o processo.

A captura do saber tácito pelos programas computadorizados traz uma nova concepção sobre o trabalho dos professores a respeito da autonomia, da importância do saber prático. Nesse ambiente carregado de criatividade, procedimentos autônomos estão de fato se transformando. As mudanças que estão ocorrendo no trabalho docente EAD acabam por implantar uma nova divisão do trabalho social, que afasta sensivelmente o trabalho manual do trabalho intelectual. Apesar da prudência da administração da IES em proclamar a legitimidade do saber tradicional, pelo menos nas propagandas veiculadas pela televisão, na prática, este saber está sendo substituído, capturado pela tecnologia.

No período inicial de introdução da EAD, o setor de informática permitia que os professores especialistas exercessem seu conhecimento na organização dos materiais, organização dos cursos, na aplicação efetiva do seu saber. Ao professor tutor já foi reduzida a faculdade de pensar sobre seu trabalho, cabendo a ele a reação interpretativa ao ritmo de trabalho imposto pelo sistema. Aqui, o processo de trabalho caminha para um estágio que não depende mais da mediação de sua interpretação para sua sequência. Sua presença na modalidade EAD vai sendo transformada num instrumento operacional do sistema informatizado.

O que senti é que eles (administração) estavam formatando. Eles mandavam até os modelos da comunicação que a gente tinha que enviar para os alunos. Você passar dessa forma a informação para os alunos era padrão. Então tirou a liberdade do tutor de conversar com os alunos. Quando o trabalho é feito dessa forma é péssimo, porque eu não posso interagir com o aluno (PT 1).

A formatação a que se refere a professora tutora resume-se na elaboração de modelos prontos e padronizados para simplificar o trabalho. Com isso, a substituição de um trabalhador por outro é facilitada devido a sequência repetitiva das atividades. Sobre isso, o professor tutor (PT6) revela que de fato o “trabalho repetitivo que os professores tutores fazem na EAD é mais fácil e não requer prática ou experiência na docência. O mais importante é cumprir os prazos”. Porém, ocorre limitação da atividade do professor com interferência diretamente em sua criatividade laboral. Ao mesmo tempo, demonstra a preocupação da professora com relação a resultados do processo, pelo fato de que os objetivos da aprendizagem não consideram o aspecto pessoal do aluno, os recursos didáticos e os materiais. Contrariamente ao discurso de se colocar a ênfase no aluno, percebe-se aqui a interrupção da interatividade aluno-professor. Na mesma medida, o professor sofre interferências e requisitos contrários à sua formação:

Por exemplo, eu me identifico na maioria das vezes como professora porém, o sistema acaba danificando essa realização. Por diversas regras que acabam influenciando as pessoas (envolvidas) de forma negativa. Regras que muitas vezes não são, vamos dizer assim verdadeiras, não são boas. Elas danificam aquilo que você quer fazer de qualidade, naquilo que você estudou, naquilo que você quer alcançar (PT 2).

A frustração demonstrada no depoimento da professora é um reflexo da reestruturação informatizada, mecanização e automação da atividade docente, condições essenciais para as seguintes características emergirem: a concepção prévia das disciplinas igualmente ao trabalho preparatório que acontece antes do processo de produção; a dependência da efetividade do processo pedagógico ao planejamento, organização, formalização, padronização, objetivação e adoção de métodos racionais e científicos; a mudança de função e especialização dos profissionais envolvidos; a concentração dos recursos e uma administração centralizada.

Para os professores a distância, aqueles que ministram aulas diante das câmeras, a captura do saber teve particularidades. A expropriação acontece no ritmo do trabalho e não na atividade do trabalho propriamente. Esses fatores dão a aparência de uma simples sujeição formal do trabalho ao capital, e nela, a atividade depende em alguns aspectos criativos e habilidades pessoais e, portanto, de um saber próprio do professor (Marx, 1971).

Entretanto, a cadência do trabalho já não é regulada pelo professor, mas sim pelos próprios programas que já são planejados pelos setores administrativos, pois, “recebemos algumas orientações com relação à ministração de aulas. O tempo para comentários de cada slide é limitado assim como a quantidade de slides”.

Nesse quadro, é possível constatar a análise de Freyssenet (1990), segundo a qual as novas tecnologias, como a nova forma capitalista de emprego da automação, parece não significar simplesmente a substituição da força humana por outra artificial. Trata-se da substituição do conhecimento cotidiano, do saber fazer, do gesto produtivo pela materialização de uma parte dessa inteligência nas máquinas que movimentam mecanicamente as ferramentas, graças ao trabalho de um número restrito de “idealizadores”: os gerentes, que se utilizam do conhecimento do trabalhador docente.

Segundo Antunes (2000), o capital continua sem poder prescindir do trabalho na criação de valor, sendo, para isso, necessário aumentar a produtividade do trabalho, intensificando as formas de extração de sobre trabalho (mais valia) em tempo cada vez mais reduzido.

Essa expropriação, imperceptível ao trabalhador, fica explícita na pesquisa: a mesma PT (PT 2) que revelou frustração em sua atividade, perguntada sobre o sistema de treinamento em serviço, fez o seguinte depoimento: “nós recebemos capacitações sim. A gente pode discutir colocar as ideias, falar o que deve ser feito, melhorar o jeito de trabalhar”.

Com relação ao horário que realiza as atividades do treinamento, respondeu: “Nas minhas horas de folga em casa”; e se recebia algum valor monetário por isso: “Imagina, eu é que estou aprendendo”.

É exatamente isso que acontece na EAD quando as aulas são gravadas pelo sistema. A instituição pode reproduzi-las a qualquer tempo sem que o professor não tenha direitos sobre ela. Seu saber, portanto, é transferido para a empresa que o utiliza para a obtenção de lucros. Nessas condições o professor procura se reposicionar no processo educativo:

No começo eu tinha como meta uma realização pessoal. Porque eu não conhecia o sistema EAD em si. Ai quando começamos a trabalhar não era bem assim. Nós vimos que tutor é uma função, professor EAD é outra. De qualquer forma na tutoria EAD você tem sim uma atuação enquanto educadora. Como tutor você pode sim educar, fazer acontecer. Modificou um pouco a visão, mas não é mais aquela visão romântica, idealizadora de quando eu comecei, quando eu entrei (PT 2).

A fragmentação do trabalho docente, ainda que a professora concorde que tem uma função educadora, evidencia que a sua motivação inicial, a busca de realização pessoal sofre uma mudança com reflexos negativos na subjetividade do professor.

Outro professor observa a possibilidade do trabalho em grupo entre os professores, uma tentativa de adaptação à modalidade e seus métodos.

Como capacitar os alunos no ensino à distância? Eu acho que depende tanto do tutor à distância como do professor à distância. Na verdade depende dos quatro: professor online, conteudista, tutor à distância, e tutor presencial, mas todos têm que trabalhar juntos (PT1).

A professora tutora se refere à interatividade que deveria haver entre os docentes que compõem o processo. Neste caso, voltamos novamente a nos defrontarmos com a inconveniência do trabalho parcelado que, segundo a professora tutora, dificulta a capacitação dos alunos. Na realidade, as relações com os pares trata-se de práticas institucionais que irão refletir na subjetivação das atividades docentes.

Ora, uma das exigências mais requeridas ao trabalhador docente é a criatividade, quesito fundamental no movimento de transformação do trabalho docente. Até as últimas décadas do século XX, para o indivíduo trabalhar na atividade docente, ele deveria ter um conteúdo adquirido, uma especialização, além de sua formação acadêmica comprovada.

Os aspectos sobre criatividade na relação entre educação e empregabilidade nos setores industriais apresentam, na reflexão entre trabalho e novas tecnologias, a comprovação de que existe algo que supera a materialidade das relações de trabalho. Quando são implantados os centros tecnológicos de Educação a Distância, o trabalho docente se

fragmenta. Além das funções estarem sendo divididas entre professor à distância e professor tutor (ambos com formação docente), os conhecimentos destes profissionais estão sendo sistematizados, gravados e permanecem em poder da instituição.

A exemplo dos setores industriais, este processo designa uma realidade estranha ao trabalhador docente, que, entretanto, é fruto de sua própria produção e sobre a qual não dispõe mais de controle, além de engendrar uma nova divisão técnica do trabalho que acaba por fragmentar as atividades desta categoria.

As forças essenciais de cada indivíduo em particular se transformam em realizações do gênero humano, porém é o modelo capitalista, na medida em que este intervém como signo do trabalho, que as incorpora e as monopoliza em seu proveito (MACHADO, 1989)–Assim, o capitalismo possibilita o desenvolvimento de novas maneiras de organização de trabalho - cuja principal característica é a utilização das TICs – que, juntamente com suas adaptações para o trabalho docente, podem ser consideradas como a forma de modificar as relações entre o trabalhador e seu trabalho.

Nesse modelo, o trabalho não é mais parcelado. Exige-se que o trabalhador seja polivalente, conheça seu trabalho e contribua com sugestões para torná-lo ainda mais produtivo.

Os adeptos destes novos paradigmas organizacionais entendem que esta nova situação em que o trabalhador também pode pensar sobre o seu trabalho é muito mais “positiva” do que a anterior, em que predominava o trabalho parcelado. Porém, a contradição é que na modalidade de EAD via satélite é diminuída a oportunidade do professor de pensar sobre o seu trabalho:

Será que os trabalhadores tem tido realmente oportunidade de exercer e desenvolver suas capacidades criativas e seu senso crítico? Ou será que o acesso aos novos recursos e informações pelos trabalhadores está limitado e subordinado a uma regulação técnico-política, que daria apenas condições de exercício de capacidade heteroadministradas e instrumentais? (MACHADO, 1998, p.25).

O questionamento do autor refere-se às limitações impostas ao trabalho docente em razão da introdução dos novos recursos tecnológicos na educação. A regulação técnico-política estaria objetivando substituir os saberes, a criatividade, os conhecimentos específicos do trabalhador por soluções da maquinaria e da divisão do trabalho que possibilitem assimilar experiências de trabalho passado pelas TICs.

O desenvolvimento técnico da informatização sinaliza para um paradoxo em relação à natureza do trabalho docente por limitar a sua criatividade e proporcionar reflexos em sua subjetividade:

À medida que os produtos ficam mais sofisticados e recebem imagens e sons, a capacidade de criação do professor fica muito mais limitada, embora cada vez apareçam mais programas de autor aos quais se podem facilmente adaptar imagens e sons (ROCA, 1998, p.195).

O autor faz referência aos recursos da informática (softwares, programas) utilizados para dar suporte aos alunos nos cursos EAD. Sendo assim, a instituição, os recursos tecnológicos e os métodos de ensino deveriam se adaptar ao aluno. Neste caso, o professor precisa se adaptar ao novo modelo educativo.

Isso se comprova no depoimento da professora que, ao refletir sobre o ensino, o considera como um trabalho autônomo e criativo, porém percebe que a própria instituição deixa de dar os subsídios necessários ao seu trabalho. Isso se dá efetivamente em razão da sofisticação do sistema informatizado, que tem como contrapartida a redução da utilização do trabalho docente e dos custos trabalhistas. Entretanto, o discurso está voltado para a centralidade no aluno e sua auto formação.

Atualmente não temos coordenação. O contato é direto com Valinhos (SP). Quem decide tudo é a equipe de técnicos do ambiente virtual de aprendizagem (AVA). São conteúdos prontos que não sabemos quem elabora. E eu vou falar o que? Nada. O pessoal burocrático é quem diz tudo. Eu me sinto frustrada (PT4).

A reflexão que faz essa professora indica que há uma limitação na atuação do professor, no sentido de que os conteúdos são definidos em outros locais da instituição e por pessoas desconhecidas. Para os idealizadores do modelo, ao professor tutor não é necessário para a construção de um saber sobre a disciplina a ser estudada. Contraditoriamente, os conteúdos são postados no ambiente sem o conhecimento do professor tutor, que é o responsável pelo acompanhamento ao aluno. Assim, é compreensível verificar no depoimento da professora tutora a frustração ocasionada pela perda de autonomia na medida em que setores da administração determinam os conteúdos de aprendizagem.

Deste modo, as exigências feitas aos professores em termos de criatividade, o ensinar e aprender, a autonomia intelectual e a reflexão crítica ganham um sentido particular.

Através das mensagens você tem que descobrir como fazer para que o aluno aprenda. Tenho visto alguns alunos que não conseguem entender o que escrevo. O único jeito é pelas ferramentas que o ambiente proporciona, através de e-mails eu tento ensinar fazer uma tabela, um esquema, uma redação (PT2).

Na tentativa de descoberta de como ajudar o aluno a aprender, a professora tutora revela uma margem de criatividade que deve haver no trabalho docente. Entretanto, na

continuação de sua reflexão a mesma professora tutora demonstra a falta de coerência da instituição na elaboração da prática de ensino.

Enfim é complicado. O fórum pra participação, você tem que verificar se tem o fórum. Ele é criado em São Paulo. Não te comunicam, você tem que ficar entrando pra ver se tem. Entrar em todas as salas pra ver se tem uma mensagem. Tem que ter 36 fóruns. Mas é só para aviso não é para estudo, os alunos nunca entram pra perguntar. Para mim é o sistema que não permite um trabalho coerente (PT2).

O fórum de discussão é o ambiente onde os alunos e professores se encontram virtualmente para discutirem o conteúdo da disciplina. A atividade proposta aos alunos é criada por outros setores, sem qualquer participação do professor, cabendo a ele pesquisar no ambiente virtual o tipo de exercício postado via internet, visto que também não há nenhuma comunicação prévia.

De certa forma, o professor está alheio ao processo. Enguita (1991) afirma que existe uma natureza única da atividade do professor que conserva a coerência de sua ação de trabalho, até mesmo diante das tecnologias existentes no âmbito da educação. Sem dúvida, a natureza específica do trabalho docente não se presta facilmente à padronização, à fragmentação extrema das tarefas, nem à substituição da atividade humana pela das máquinas, ainda que esta última seja tão cara aos profissionais da tecnologia.

Entendemos ser pertinente a afirmação que o autor faz sobre a especificidade do trabalho docente. Como já vimos, existem peculiaridades que não são comuns em outras profissões. No entanto, a dispensa da criatividade dos professores dos cursos de EAD levanta outras questões relativas à sua vida profissional e autonomia no processo de trabalho. O relato de alguns indica que a mudança não está especificamente na figura do professor, mas no que ele representa enquanto sujeito que ensina e detém um saber. Com isso, ele procura redimensionar sua própria identidade.

Agora num sistema desses (EAD), eu não consigo fazer muita coisa, eu dependo de outras pessoas, e essas pessoas não estão interessadas, eu me sinto desesperada. Isso é sintomático entre minhas colegas também. Reconheço que somos professores, mas alguma coisa mudou na forma de nos vermos. Eu ia para o trabalho e me sentia angustiada (PT1).

O sintoma de isolamento que revela essa professora está relacionado ao sistema EAD, conforme ela mesma relata. Ela se vê diante de situações que não estão ao seu alcance para serem solucionados e, conforme ela mesma relata, alguma coisa mudou na forma de ver a si mesma.

Na educação presencial tradicional, o professor, por meio da interação com o aluno, revela seus conhecimentos, seus métodos de ensino e com isso estabelece o processo de ensino e aprendizagem. No ensino a distância, além dessas atividades são colocadas outras que requerem o domínio de habilidades de informática e comunicação.

Dessa forma, pode-se inferir que o professor EAD vivencia um processo que esbarra, atualmente, com exigências que intensificam cada vez mais sua atividade.

Todos os professores entrevistados têm a convicção de que a experiência no ensino presencial é fundamental para o trabalho do professor na Educação a Distância, pois esta tem suas bases no modelo pré-estruturado do ensino presencial.

Eu tenho 56 anos e trabalho desde os 15 anos. Sempre trabalhei em escolas particulares no ensino presencial. Fui coordenadora pedagógica e professora. No ensino presencial aquele professor que é professor mesmo, que tem a missão, ele se empenha de tal forma que o aluno percebe vivência naquilo. Então o que acontece: ele vai ter respostas do aluno muito mais rápido, ele vai saber que conseguiu realizar aquilo que ele queria então a satisfação dele é total. Aí quando comecei a trabalhar não era bem assim. Nesse modelo (EAD), é difícil (PT1).

Certamente, esta afirmação requer explicações, particularmente no que diz respeito à coerência e à unidade da subjetividade no trabalho, na medida em que é preciso conviver com o paradoxo colocado entre a educação presencial e à distância. Pode-se dizer que esta condição gera nesta professora o descontentamento, em razão das dificuldades que o sistema apresenta. Portanto, como processo de trabalho, a Educação a Distância possui dinâmicas próprias que exigem habilidades específicas e redimensiona a atividade docente. Como resultado, as transformações nas atividades de trabalho e métodos de ensino da EAD requerem mudanças de professor com características diferentes do ensino presencial.

Desta maneira, um perfil de profissional diferente apresenta-se para o exercício da atividade docente, conforme expressa a professora tutora:

No começo eu tinha como meta uma realização pessoal. Afinal, eu tinha expectativa de contribuir com a educação de milhares de pessoas. Porque eu não conhecia o sistema EAD em si, aí quando começamos a trabalhar não era bem assim. Nossas tarefas são bem diferentes de um professor presencial (PT2).

A modalidade EAD promete alcançar milhares de pessoas espalhadas pelo país, fato que justifica a expectativa dessa professora. Entretanto, ao descobrir que suas atribuições eram bem diferentes de um professor, entendeu que sua meta de educar estaria frustrada nessa modalidade de ensino.

Essas transformações remetem a repensar sobre o que o professor tutor pensa sobre sua atividade e quais as implicações para a sua subjetividade.

6.2 SENTIDO E SIGNIFICADO DO TRABALHO NA ATIVIDADE DOCENTE

De fato, o sentido que se dá ao trabalho vai além dos interesses propostos pelas instituições. Para a maioria dos professores participantes desta pesquisa, o sentido do trabalho está na esfera dos desafios da realização profissional e consequentes conquistas e prestígio social.

Não vale a pena trabalhar sem ter um resultado concreto. O EAD vai me engrandecer, trazer novo aprendizado com o uso da tecnologia. Novas formas de ensino e comunicação vão me realizar profissionalmente, pessoalmente, manter contato com outras pessoas, vai aumentar meu conhecimento. As ligações são fundamentais, o trabalho pra mim é tudo (PT1).

A reflexão desta professora tutor demonstra a importância que dá ao trabalho na EAD. A possibilidade de trabalhar com tecnologias, novas formas de ensino trazem novas perspectivas para a carreira. A expressão - realizar profissionalmente - faz referência ao discurso de sucesso no mercado de trabalho quando se pode trabalhar com a tecnologia, mas não descarta as – ligações - isto é, a colaboração dos pares. A professora não menciona a instituição, fato que demonstra que suas expectativas iniciais não estavam centralizadas na instituição que lhe deu o emprego, mas voltadas para as novas formas de ensino que esperava praticar.

A expectativa desta professora era de crescimento profissional, ter uma habilidade a mais por meio da utilização da nova tecnologia. O resultado esperado seria a realização profissional com o alargamento de suas habilidades e do conhecimento.

Por outra parte, a novidade do desafio tecnológico está relacionada à concorrência profissional:

Eu acho que a Educação a Distância é uma forma de estudo que veio para ficar. Acho que a tecnologia é só um meio para ensinar, tem vantagens e desvantagens. Quem tiver mais conhecimento de tecnologia, quem souber mais tecnologia tem mais chance de trabalhar. O problema é que tem que se atualizar diariamente porque a tecnologia é muito rápida (PT1).

O relato da professora tutora indica que, no seu entendimento, a EAD “veio para ficar”, entretanto para estar no mercado é preciso uma constante atualização tecnológica. A atualização tecnológica significa um empenho extra relacionado às competências pessoais

para se manter no mercado de trabalho. Evidencia-se aqui o foco na atualização tecnológica em detrimento dos estudos e pesquisas nas disciplinas de formação.

Na sua análise, a professora entende também que a tecnologia não influenciaria fundamentalmente no processo de ensino por tratar-se apenas de um meio por onde os conteúdos seriam transmitidos. Assim, quem conseguir dominar melhor o sistema poderá desenvolver melhor seu trabalho.

Entretanto, depois de um ano de experiência suas expectativas mudaram:

Agora num sistema desses (EAD), eu não consigo fazer nada disso, eu dependo de outras pessoas, e essas pessoas não estão interessadas, eu me sinto desesperada. Eu ia para o trabalho me sentia angustiada. Quando eu tinha que corrigir aquele monte de coisa, meu marido falava: vai corrigindo, ele ia lançando nota e eu corrigindo. Eu dizia: mas eu não aguento fazer isso, eu estou me agredindo porque eu não estou corrigindo, então é difícil, é difícil! (PT1).

Verifica-se aqui a preocupação desta professora, seu sofrimento causado pela ausência de integração entre os trabalhadores, na medida em que percebe que está solitária na execução de sua atividade. Ora, o sofrimento remete ao sujeito que experimenta sofrimentos em experiências com suas vicissitudes, seus problemas concretos do cotidiano, seu trabalho, sua família, projetos e anseios. (AMARANTE, 2008).

Constata-se assim, que a tentativa de trabalho em equipe difundido pelas organizações empresariais modernas não funcionam. O que se nota é o desespero mencionado pela professora relacionado ao acúmulo de serviço, ao ponto do próprio marido colaborar para o lançamento de notas.

Para outro professor, o trabalho na tutoria EAD era motivador pelo desafio que apresentava: “No começo eu tinha como meta uma realização pessoal, trabalhar com novas tecnologias, porque eu não conhecia o sistema EAD em si” (PT2). Este professor reconhece que a modalidade EAD trazia uma nova motivação, principalmente em face do desconhecido. Entretanto, essa perspectiva depois de dois anos de trabalho se transformaram:

Você tenta introduzir aquilo que você pensa, é uma forma de realização pessoal, mas as regras do sistema acabam atrapalhando a sua realização pessoal, o seu trabalho. A gente fica com uma sensação de impotência diante daquilo que gosta de fazer. A modalidade pode ser boa e interessante. Mas, você acha que dá para ensinar bem e de certa forma acaba atrapalhando seu desempenho (PT2).

O professor reconhece que a modalidade pode ser boa para a educação. Por isso a possibilidade de introduzir o seu saber, aquilo que pensa e sabe desperta nele a motivação para a realização pessoal. Porém, os desafios do novo, associado à realização pessoal, acabam

sendo prejudicados pelas regras e rotinas de trabalhos padronizados impostos pela instituição. Este sentimento de frustração é explicitado na sensação de impotência que sente diante dos impedimentos de realizar suas atividades. Isto é, na visão deste professor seu desempenho é atrapalhado pelas regras de trabalho que o sistema impõe às formas de trabalho docente.

Ora, no início, esses professores revelam encontrar sentido para seu trabalho e procuram um desempenho profissional melhor e adequado. O foco naquilo que “gosta de fazer” em detrimento das regras da própria instituição é uma articulação importante para o sujeito que sabe e que gosta de fazer, isto é, demonstra que encontrou o sentido de seu trabalho. Entretanto, com as limitações da função, tem uma sensação de impotência ao ser impedido de realizar aquilo que gosta de fazer.

Fazer o que gosta e se realizar profissionalmente significa dar uma melhor atenção aos alunos. “Ensinar bem” é ser protagonista do processo educativo enquanto coopera para o crescimento intelectual do aluno.

No conjunto de professores naturalmente alguns tem objetivos diferentes. O relato de outro professor revela uma postura diferente em relação ao trabalho:

Por outro lado eu nunca tive um trabalho tão tranquilo. Recebo meu salário em dia, não tenho aluno me questionando o tempo todo. Não sei por que tanta gente reclama desse trabalho. Faço minha carga horária e dá tempo de corrigir tudo sem me preocupar, afinal ninguém reprovava mesmo. Não precisa esquentar a cabeça (PT5).

O professor revela o sentido que dá ao seu trabalho a partir do salário que recebe. Além disso, demonstra sua falta de compromisso com o próprio aluno: “recebo meu salário em dia e não tenho aluno me questionando”. Por essa reflexão, o professor não está preocupado com a relação com o aluno, mas descobriu que a questão mais importante é cumprir as determinações institucionais. Para ele, cumprir a carga horária e corrigir todas as tarefas dos alunos significa dar conta daquilo que lhe foi confiado, isto é, ser produtivo em relação à instituição. Ele sabe que de qualquer forma os alunos serão aprovados, portanto, o que importa é eliminar a quantidade de trabalho existente e receber o que lhe motiva, o seu salário.

Diferente do posicionamento deste professor, merece destaque o esforço que faz a professora para a construção do aluno como sujeito do saber:

Eu detalhei como era pra fazer o TCC, toda semana eu dava instruções de como fazer, fazia roteiros do passo a passo para o aluno aprender a lidar com o sistema. Meu interesse era para que o aluno aproveitasse melhor os conteúdos. Eu fazia tudo isso por minha conta, pois a instituição não se interessava para melhorar para o aluno (PT1).

O interesse para o melhor aproveitamento do aluno significa que a professora se coloca a serviço do outro. Mesmo diante dos obstáculos, de detalhes que dificultam o acesso ao sistema, por conta própria a professora descobriu como ajudar os alunos a aprender. É evidente que o objetivo da atividade da professora está na busca de sentido: o interesse era em ajudar o aluno a aprender.

De acordo com Leontiev (1983), o ser humano pode enfrentar obstáculos, se adaptar a complexos processos, manipular objetos, representar conteúdos de objetos ou mudar aspectos das coisas. Esta capacidade criativa ocorre a partir do momento em que, levando em consideração suas imagens psíquicas, os objetos de uma determinada situação podem ser regulados e subjetivados.

Diante do desafio de inovação, “o produto pode regular a atividade somente no caso de estar representado para o sujeito em uma forma que permita compará-lo com o material de partida – com o objeto de trabalho – e com suas transformações intermediárias” (LEONTIEV, 1983, p.103).

Nesse caso, significa conceber uma estrutura com transformações em movimento, atividades flexíveis, mecanismos que exigem dos professores novas posturas, adaptações às novas tarefas. Este contexto aponta para formas de atividades transitórias entre motivo e produto, objeto concreto e sentido subjetivo, que dizem respeito ao processo criativo do trabalho. Nesse caso o sentimento é de frustração:

Por exemplo, eu me identifico na maioria das vezes como professor, porém, o sistema acaba prejudicando minha criatividade e prejudicando essa realização. Por diversas regras que acabam influenciando as pessoas (envolvidas) de forma negativa (PT2)

É uma tentativa de criação, de certa maneira solitária, na qual o professor busca ajustar compreensões e sentidos dados à sua atividade prática, buscando alcançar os objetivos propostos pela modalidade de ensino que se mostra diferente daquelas de experienciadas anteriormente.

O movimento de criação, que deveria formular atividades que explicitam o caminho por onde o aluno desenvolve sua aprendizagem, encontra dificuldades em razão das regras que a própria instituição impõe à prática do professor. As transformações constantes, a flexibilização da atividade e a precarização do trabalho colocam os professores diante de desafios que indicam a necessidade de tomar novas direções em suas atividades, novas posturas para adaptar-se às novas tarefas.

Essas transformações podem ser vistas em termos de uma contradição entre a lógica da profissão e a lógica da organização, na qual o aspecto subjetivo pode ser utilizado para examinar a dinâmica das mudanças e suas consequências.

Além disso, outros aspectos do trabalho docente foram afetados pelo advento da Educação a Distância, dentre eles a administração das escolas e a atividade do professor em si. A primeira trouxe importantes mudanças na instituição e uma nova forma de administração escolar, o que implicou na difusão de vocabulários e motivações e pressupostos próprios do setor de mercado.

Percebeu-se que a IES funciona como uma unidade de negócio, os coordenadores converteram-se em gerentes responsáveis por garantir a introdução de novos conteúdos curriculares e das novas políticas que afetam diretamente o trabalho docente.

Assim, esta investigação demonstra que tais coordenadores deixaram de ser percebidos pelos docentes como colegas ou pares:

Agora não! Agora o contato é só por formulários. Não temos uma referência de coordenação e nem sabemos ao certo quem é o coordenador porque as instruções vêm da sede da instituição. Parece que até isso é feito pelo sistema de forma mecânica. A verdade é que estamos perdendo de vista o outro, aquele colega que trabalha junto, que ajuda nas dificuldades, ou seja, tudo é feito de forma padronizada e impessoal (PT5).

Com essa forma de administração, a modalidade EAD busca dissolver o poder coletivo dos docentes e assumir o controle da forma e do conteúdo da educação, incrementando níveis de vigilância e supervisão do rendimento dos docentes. Estas transformações, ao que tudo indica, são no sentido de minar o entendimento acerca da docência como uma profissão especializada e redefini-la em função de ideologia de mercado racionalista e técnico.

Entretanto, para entender o impacto dessa forma de administração na subjetividade do professor é necessário ir além dos aspectos de desqualificação e exploração, pois, a partir da pesquisa de trabalho dos professores verificamos diferentes respostas que incluem desde a total rejeição até o entendimento da EAD como oportunidade para a obtenção de um maior reconhecimento social e um novo espaço para capacitação profissional:

Eu não desacredito dessa modalidade de educação. Eu só acho que tem que ter um investimento, uma preocupação maior. Com sinceridade, é importante a Educação a Distância? Eu acho que sim. Apesar de limitar o trabalho docente ele dá acesso a muita gente? Dá. Na minha visão o primeiro ano tinha que ser totalmente básico. Básico em que sentido: manuseio dos instrumentos, das ferramentas do sistema, assuntos gerais que envolvem a formação. No segundo semestre aí sim começa as matérias específicas. Mas ele tem que ter a base, como se fosse um pré-requisito (PT 4).

Ao achar que falta “uma preocupação maior” por parte da instituição, nota-se no relato o sentimento de abandono pelo qual o professor passa em relação ao apoio que a instituição deveria dar ao processo ensino aprendizagem. O sentido está em sua disposição em participar de uma modalidade que acredita ser viável, na medida em que possibilita o acesso à educação de muitos. A professora entende que poderia contribuir mais se a instituição permitisse. Sua opinião revela a intenção de contribuir no sentido de melhorar o processo de ensino na modalidade EAD, ainda que este imponha limites e também afete a divisão social do trabalho entre os docentes.

A divisão está em primeiro lugar na criação das funções de professor à distância, tutor à distância, tutor presencial e conteudista. A criação destas funções introduziu a redefinição de uma hierarquia entre as funções docentes e a concomitante reorganização do tempo de trabalho, da atividade e do salário. Assim, institui-se, portanto, professores de primeira e segunda classe.

Na reclamação trabalhista que fiz reivindiquei a equiparação salarial com o que recebe o professor de curso universitário. A instituição alegou no Tribunal do Trabalho que eu era auxiliar-docente e que por isso deveria receber menos que um professor de curso superior. Eu não sabia da existência da função auxiliar-docente mesmo porque eu fazia as funções de um professor: acompanhamento dos alunos, correção, atribuição de notas. Isso não é ser professor?(PT3).

Constata-se a diferenciação salarial entre as funções a partir da configuração hierárquica entre um e outro, isto é, a instituição cria a função de auxiliar docente mesmo que suas atribuições sejam as de um professor. Nesse caso, a atuação do professor à distância é contestada pelos pares (tutor à distância e tutor presencial), conforme explica a tutora à distância: essa situação gera conflito entre os professores pelo fato de haver uma diferenciação salarial e, sobretudo, hierárquica entre os pares.

O tutor presencial, se ele for preparado, talvez tenha mais retorno do que o professor à distância. O professor à distância é totalmente alheio ao que acontece na sala de aula e eu acho que isso não pode acontecer porque é ele que comunica ao aluno o conteúdo. Cabe ao tutor à distância e ao tutor presencial debater isso com o aluno, quer seja em Fórum, quer seja presencial (PT1).

O professor tutor demonstra seu descontentamento em relação ao sistema quando percebe que o professor a distância é responsável somente pela transmissão das aulas via satélite. Este é um dos problemas da modalidade EAD, pois há uma interrupção do ciclo que deve existir no processo ensino aprendizagem. A partir do momento em que o responsável

pela transmissão dos conteúdos fica alheio à aprendizagem do aluno, pode ocorrer a quebra de dos laços afetivos necessários ao processo.

No lugar de valorizar o professor especialista, a modalidade deu ênfase a um modelo de docente generalista, flexível, que tenha habilidades com informática. Ao mesmo tempo, além do controle vi sistema eletrônico, a instituição criou funções especializadas como o inspetor de tutoria - uma espécie de fiscal, cujas atribuições seriam a de fiscalizar, controlar as atividades diárias do professor tutor - conforme explica a professora tutora:

Era uma situação constrangedora porque eles (inspetores) vigiavam o que a gente estava fazendo para comunicar aos coordenadores. Mas, como eles não eram professores eles ficavam sem saber o que fazer. Eu pedia orientação sobre como proceder em determinada situação, o sujeito não tinha a mínima ideia do que se tratava (PT6).

O sentimento constrangedor mencionado pela professora tutora remete à vigilância que era feita ao trabalhador nas formas arcaicas dos tempos de Taylor (1944). Abrange aspectos da gerência científica e leva à percepção de temor, conforme relata outro professor tutor: “Este lugar é criação do mal. Trabalhar sob vigilância é o fim da dignidade. Não tenho vontade de ficar nesse lugar é um ambiente muito ruim de trabalhar” (PT5).

Sobre isso, Martins (1993) comenta que essa rejeição pelo lugar é mediatizada pelo imaginário arcaico que acaba ganhando visibilidade. O professor revela isso na figura do inspetor que vê, mas não orienta nem colabora. Ver e vigiar são técnicas de controle social aprimoradas com as inovações tecnológicas. Mais do que qualquer outra coisa, a menção ao mal aludida pelo professor tutor foi uma figuração crítica do ver oculto, da vigilância dissimulada e desleal, porque põem em dúvida os mecanismos da lealdade pessoal disseminada pela coordenação.

Nesse aspecto, o controle oculto é feito desde a entrada ao trabalho, que é controlada por câmeras. Há também verificação de presença por monitoração do acesso ao sistema computadorizado. O curioso é que os próprios professores, aqueles que têm bom conhecimento em informática, com o intuito de ajudar, elaboram planilhas dispostas em rede que acabam servindo para o controle de presença e da produtividade de cada professor tutor. De acordo com o depoimento professora_tutora:

As planilhas são feita por nossos colegas e inseridas no sistema. Acontece que todos os computadores estão em rede. Dá para controlar quantas provas corrigimos e o que estamos fazendo porque temos prazo na entrega. Agora, a quantidade de alunos é muita para cada tutor. O jeito é lançar as notas aleatoriamente sem corrigir corretamente (PT5).

De fato, o cumprimento de prazos na educação é muito comum e necessário. O que merece maior atenção é a observação que faz a professora tutora de não ter como corrigir corretamente as provas e exercícios, e mesmo com a vigilância que faz a coordenadora, ela acaba lançando as notas aleatoriamente, com o objetivo somente de cumprir suas atribuições dentro do prazo.

Portanto, o que se vê aqui é um tipo de controle para verificar exclusivamente a produtividade e não para que o processo ensino aprendizagem se dê com eficiência. Isto é, a tecnologia é um meio de controle da produtividade e de vigilância. Outros casos de postura crítica e desconfiança por parte de professores tutores foram verificados quando do acontecimento de cursos de treinamento *online* voltado para o uso das TICs, nos quais os professores eram desafiados a opinar sobre o binômio TICs e Educação. A professora tutora entrevistada alerta:

Desconfio que a instituição precisa de um rumo para prosseguir nas mudanças do formato do curso. Agora querem nossa opinião para fazer essas mudanças, ou seja, vamos ter que dar nossas ideias e ainda ter que pagar R\$ 40,00 para termos o certificado do treinamento (PT4).

A professora tutora percebe e desconfia da forma de expropriação que a empresa tenta fazer sobre o seu conhecimento profissional. Na realidade, ela entende que há o interesse da instituição que o professor compartilhe com ela a experiência adquirida na prática de sua atividade. A crítica feita diz respeito à dissimulação para extrair o saber tácito dos professores a nenhum custo, pelo contrário, com ganhos sobre o professor.

Este é um procedimento comum nas empresas capitalistas de uma forma geral. Nessa perspectiva vai se configurando um quadro que apresenta a estratégia da racionalização do trabalho docente, submetido à mesma lógica da reestruturação produtiva que se deu no mundo do trabalho dentro das empresas. De um lado, a queda na qualidade do ensino; do outro, a flexibilização do trabalho docente baseado na produtividade e no controle, dentro de uma visão estritamente empresarial que é agora exacerbada na modalidade EAD via satélite.

A instituição Y e a mídia de uma maneira geral divulgam a abertura de novos postos de trabalho a partir do advento da EAD. De fato, existe a criação de vagas de trabalho para um pequeno grupo de professores especialistas envolvidos no treinamento (qualificação) desses tutores, porém, em contrapartida ocorrem, periodicamente, demissões em massa, como já mencionamos anteriormente nesta pesquisa. Assim, há um processo de estagnação com vistas aos conteúdos que realmente precisam ser transmitidos aos alunos. Isto é, estes processos simultâneos de inibição e qualificação redefinem a divisão do trabalho com base em habilidades na área da informática e estabelece uma hierarquia entre os professores.

Ademais, a atividade de trabalho na modalidade EAD via satélite com as características básicas no modo de produção capitalista estão orientadas para o crescimento com base na exploração do trabalho docente. Por isso, o controle deste trabalho é vital e, assim, a necessária relação entre duas classes sociais, capital e trabalho torna-se essencial. A orientação para o crescimento também se manifesta da maneira como se conduz a inovação tecnológica, conferindo ao capitalismo seu caráter tecnológico e dinâmico, fatores que modificam a luta de classes.

No caso do trabalho docente, cabe aqui uma melhor análise, pois há um paradoxo nestas transformações. O problema da Educação a Distância é que a promessa do bom ensino está em contradição com a eficiência econômica. A educação de qualidade depende da complexa relação professor-aluno, além da necessária e significativa interação entre ambas as partes. Todo esforço para oferecer qualidade na educação pressupõe, portanto, investimento substancial e sustentável em tudo que envolve o trabalho educativo, qualquer que seja o meio utilizado para a educação.

Entretanto, as exigências existentes nas relações de produção de mercadorias, no entanto, minam a base do trabalho que deveria ser voltado para um satisfatório processo ensino aprendizagem, pois, para tornar a empresa rentável, a instituição reduz seus custos de ensino ao mínimo, prejudicando assim os compromissos para um efetivo processo educativo que, conforme exposto aqui, são alardeados pelos departamentos de marketing das instituições como sendo o que há de mais avançado. O resultado tem sido não só uma força de trabalho degradada, mas um produto educacional também precário. Portanto, o conflito da mercantilização da educação esta não só na autonomia profissional e nas condições de trabalho dos professores, mas, sobretudo, em nossa compreensão da própria educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta tese foi analisar a subjetividade do professor tutor na modalidade EAD, à luz das transformações operadas pelo capital, facilitadas pelas políticas neoliberais, tendo como problema central a investigação da atividade docente frente à introdução das novas tecnologias na modalidade de Ensino a Distância via satélite.

Para isso, partimos da evidência de que o processo educativo tem vínculos permanentes com o contexto social, atrelado ao desenvolvimento das técnicas, que também está relacionado diretamente às atividades escolares e, evidentemente, com a atividade do professor. Ora, o contexto mundial está permeado por contradições sociais e nesse aspecto as TICs têm ambiguidades com respeito às intenções e possibilidades sociais de uso.

É nesse contexto que o advento da modalidade EAD trouxe novas exigências ao trabalho docente. E é este o motivo pelo qual se buscou nesta pesquisa investigar as relações de trabalho, de poder e a manifestação das subjetividades nas atividades dos professores tutores que trabalham nessa modalidade de ensino.

As transformações na atividade do professor tutor estão na incorporação das TICs ao trabalho docente. Certamente, a mediação tecnológica ampliou o espaço social que possibilita interações diversas. Entretanto, as características principais da modalidade - ensinar à distância, mediação tecnológica, alta quantidade de alunos para cada professor tutor - apresentam fatores que apresentam distorções que dizem respeito ao trabalho docente, tais como a perda de autonomia, a intensificação do trabalho, questões de relacionamento com os pares, entre outros.

Em razão dessas distorções, constatou-se desânimo e frustração entre os professores tutores respondentes da pesquisa, não em razão da modalidade EAD em si, pois esta, se bem gerida, se revela uma importante ferramenta educacional, mas pelo modelo de gestão e organização de trabalho determinado pela instituição.

A alta quantidade de alunos por professor tutor faz com as instituições invistam no aprimoramento tecnológico, no sentido de buscar uma padronização das atividades, portanto na simplificação do trabalho. A padronização de fato tem o objetivo de que o professor tutor possa atender elevado número de alunos dentro de um determinado tempo, havendo como resultado disso a intensificação da atividade de trabalho desse profissional. Além disso, a modalidade EAD exige do trabalhador uma nova forma de desempenho, devido ao componente da virtualidade e, junto com isso, encontra no trabalho uma nova forma de organização institucional.

Verificou-se que na execução do trabalho diário, especialmente as relações - entre professor e aluno, professor e seus pares e coordenação - são dificultadas pela impessoalidade imposta pelo sistema tecnológico e que não há interesse por parte da instituição que seja melhorada. Entre os professores respondentes, conferimos que nem sempre o professor tutor tem condições de transmitir os ensinamentos propostos pela disciplina, em razão das dificuldades de comunicação que o sistema apresenta. Decorre disso que, para alguns, a função se resume em uma atividade mecânica de correção de tarefas e provas em troca do salário. O desinteresse que se percebe nos relatos dos professores está na condição de submissão ao sistema tecnológico, que lhe tira a autonomia necessária à atividade educativa. Junte-se isso à dificuldade de uma efetiva relação entre professor e aluno em razão da distância física. Fator que acentua o problema, conforme os relatos, são as dificuldades que o aluno tem para o acesso e utilização dos programas do sistema no sentido de melhor acompanhar os cursos.

Nessa modalidade de ensino, apontamos o fato de que o professor tutor, que deveria ser o mediador do processo, portador e emissor do conhecimento, se torna um tutor, cuja habilidade requerida é a de saber manusear instrumentos tecnológicos, que nessa forma de ensino, adotado por IES privadas, é o componente mais importante.

Entre os desafios dos professores tutores da EAD está o de compreender e fazer compreender que a modalidade está inserida em um contexto que precisa de reflexões sobre as contribuições da modalidade para a formação do sujeito, questionar se as instituições de forma a apropriam-se das tecnologias de forma ética quanto à ideologia política, pedagógica e didática.

Essa realidade requer um novo posicionamento do professor, principalmente no que diz respeito à sua permanência no mercado de trabalho. A modalidade EAD via satélite passa a exigir dos trabalhadores docentes posicionamentos quanto à autonomia intelectual e de trabalho, à criatividade, à prática do ensino e a questões relacionadas ao tempo de trabalho.

A reflexão a respeito disso nasce da percepção de que as tecnologias de EAD, apropriadas por investidores privados e praticamente sem fronteiras, favorecem a expansão do capital, ampliando o alcance e acelerando substancialmente a reprodução do capital na esfera da educação. Com a incorporação dos materiais tecnológicos, a atividade mediadora do trabalho do professor tem se modificado significativamente. A mediação tecnológica acaba por restringir a autonomia e eliminar postos de trabalho docente.

Essa tese procurou, por meio da interlocução com autores marxistas da Psicologia Sócio Histórica, estabelecer aproximações com os conceitos de atividade de trabalho, subjetividade, mediação e técnicas. A utilização das técnicas remete à origem da história

humana, pois é pela utilização das técnicas mediadas pelo simbólico que o desenvolvimento da cultura humana se torna possível. A ação do homem sobre a natureza significa agir sobre a técnica por meio da qual a natureza e o mundo são apropriados e essa apropriação transforma o homem.

A reflexão sobre o sentido do trabalho docente exigiu a compreensão do funcionamento psíquico e da atividade do ser humano baseado nas ideias da Psicologia Sócio Histórica, isto é, entre os componentes dos processos de construção das atividades, existem atividades mentais internas e atividades externas relacionadas à prática. Esse conjunto de atividades está aglutinado numa estrutura fundamentada em motivos, objetivos e ações. A partir do entendimento de como se desenvolve o processo de atividade humana, é possível compreender as transformações no mundo do trabalho.

O trabalho na EAD apresenta desafios a serem superados. Os relatos demonstram que custos subjetivos dos professores serão necessários para se adequarem a essa modalidade de ensino. Para Yves Clot (2006), custos subjetivos estão relacionados ao estresse, desgaste físico e mental, fatores considerados pelo autor como inerentes ao processo de busca de sentido pelo profissional docente. A propósito, como não se tem definido com eficácia a forma de transmitir o conhecimento nessa modalidade, o professor tutor tenta executar modelos didáticos semelhantes ao ensino presencial, ainda que as instituições ofereçam treinamentos para trocas de experiências no sentido de buscar métodos e técnicas de ensino apropriadas a essa modalidade.

No âmbito das relações de trabalho, as interações e articulações referentes a professor-aluno e professor-instituição revelam uma reorganização na qual o professor encontra-se na expectativa de criação de sentidos para enfrentar essa realidade. Situação esta decorrente de fatores tecnológicos, subjetivos, econômicos, organizacionais e relacionais.

Encontramos no processo de trabalho EAD a presença da organização taylorista de controle do trabalho. A evolução da gerência científica está na constatação de que os setores técnicos elaboram manuais de trabalho a partir da própria colaboração do professor tutor. A partir daí os instrumentos tecnológicos controlam a sua atividade e até mesmo sua produtividade, o que significa impor ritmo de trabalho ao sujeito docente similar ao trabalho industrial.

Foi possível perceber que o desenvolvimento tecnológico atual criou condições adequadas para o surgimento de um modo de produção em que a flexibilidade é objetivada e quase palpável: o trabalho virtual. Muitas promessas são atribuídas a esse tipo de trabalho: o aumento da produtividade, a universalidade da educação e um mundo sem fronteira, o que o torna ainda mais sedutor.

Conforme foi exposto nas demonstrações estatísticas, há um maciço investimento em equipamentos tecnológicos pelas instituições. Em contrapartida, o trabalhador docente se encontra refém das instituições, na medida em que os temas relacionados à utilização da força do trabalho docente - como as questões salariais, a intensificação do trabalho - não são regulamentados.

Particularmente, no caso pesquisado, a sobrecarga de trabalho pôde ser constatada, entre outras coisas, pela demissão em massa ocorrida em 2012. A quantidade de demissões, mais de cem (100), segundo os professores entrevistados, acarretaram a evidente sobrecarga do trabalho, o que foi demonstrado por relatos: a cada professor tutor coube orientar em média 600 alunos. Tal proporcionalidade se deu pelo volumoso investimento e uso da maquinaria tecnológica, padronização de tarefas dos professores, simultânea dispensa de trabalhadores. Para agravar esse panorama, os relatos dos professores indicam que a instituição passou a investir em *softwares* para oferecer cursos completos totalmente *online* por meio de aulas do acervo digital, produzidas anteriormente, vindo a eliminar postos de trabalho.

Nesse quadro, ocorreu a acentuação da competitividade entre os docentes no sentido da manutenção da empregabilidade, mesmo diante da intensificação do trabalho, considerando também que a instituição utiliza esporadicamente professores alocados no ensino presencial, sem vinculá-los ao EAD.

Refletir sobre a prática pedagógica na modalidade EAD remete à questão dos desafios que a tecnologia apresenta. A subjetividade do professor precisa se adaptar às exigências que essa novidade traz. Ora, verificou-se que no ambiente de trabalho, os professores estão limitados em suas atividades. Assim, o seu engajamento subjetivo que lhe daria a posição de sujeito da ação, é preterido em sua atividade de trabalho, portanto não é convidado a propor sentidos novos para a EAD. Sentidos que poderiam ser gerados em conjunto, de saberes individuais se interagindo com os pares e se recriando.

Demonstramos que os professores tutores nessa modalidade é estimulado mais em função do modo de produção vigente, capitalista, do que por uma razão social. Assim, a Educação a Distância pode ser vista como um nicho de mercado, passível de exploração econômica.

Também as entrevistas demonstram que a atividade de trabalho docente pode ser enquadrada como flexível e, por isso, o trabalhador surge no bojo dos redimensionados espaços e tempos contemporâneos, onde se produz novas formas de organização do capitalismo, responsável pela emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital.

A flexibilidade engendrada pelo modelo toyotista direciona para uma versatilidade do trabalhador, isto é, que ele saiba se deslocar de uma área para outra dentro da empresa e desenvolver atividades diversas. No caso da EAD, a flexibilidade que se exige é a de que o professor tenha aderido à Educação a Distância com o respectivo trânsito pelo ambiente virtual e, ao mesmo tempo, realize atividades do ensino presencial.

É na infraestrutura de produção do tempo e espaço que se desenvolve o Ensino a Distância. Agora revestida pelo poder do discurso tecnológico, a educação encontra espaços e tempos férteis para o seu desenvolvimento e emerge como símbolo de qualidade de vida individual e social da modernidade.

Buscamos a associação da subjetividade à autonomia docente com o intuito de compreender algumas questões presentes no trabalho docente à distância. As aproximações entre sentido e significado do trabalho pedagógico a distância inseridos nas relações de produção capitalista, trouxeram consigo implicações negativas ao trabalhador docente, escondidas nas falsas promessas de liberdade e flexibilização espaço-temporal.

A opção pelo tema estranhamento e alienação a partir da teoria marxista foi no sentido de evidenciar que existe um estranhamento do professor em relação ao seu objeto de trabalho. Já em Hegel, a alienação tem uma conotação positiva, com sua procedência nas ideias e no espírito, nas ações de objetivação e exteriorização. No modo de produção capitalista, a atividade de trabalho está centrada na obtenção do lucro, isto é, os produtos criados não são para a reprodução da vida social. O resultado do trabalho é destinado aos proprietários dos meios de produção, além do que o ato de criação está mudado. Para Leontiev, essas transformações causaram a ruptura entre o significado e o sentido da ação.

Conforme os relatos, constatou-se que relação de ensino e aprendizagem entre professor e aluno está fragmentada, uma vez que as funções estão divididas entre professor tutor, professor a distância e o próprio sistema tecnológico. Esta configuração instala um processo de subsunção real do trabalhador docente ao sistema.

Verificou-se que ocorre a divisão das tarefas, pois, ao professor a distância cabe somente a ministração de aulas via satélite, não sendo de sua responsabilidade a correção de provas e outras atividades. Esta atividade é de responsabilidade do professor tutor e, portanto, a visão sobre os resultados do trabalho é parcial para ambos. Outro problema verificado é com respeito à hierarquia entre professor a distância e professor tutor. Ao professor tutor cabe cumprir as funções de caráter repetitivas e pré-definidas, além de seu salário ser inferior.

Sem dúvida, em um país como o Brasil, o Ensino a Distância pode atender a demandas reprimidas de segmentos mais maduros profissionalmente, na medida em que viabilizam a superação de barreiras temporais e espaciais deste tipo de público-alvo. Nesse sentido, a EAD

se apresenta como um importante instrumento de intercâmbio e articulação de conhecimento e informações entre diferentes comunidades virtuais de aprendizagem, o que demonstra ser um grande potencial pedagógico.

É certo que as possibilidades educacionais que se abrem são importantes, visto que em 70% dos municípios do Brasil não há ensino superior. Além disso, no desenvolvimento destas novas metodologias de EAD, a utilização de estratégias e ações com base nos conceitos de interatividade e comunidades virtuais pode contribuir de forma decisiva para diminuir o índice de exclusão educacional existente no país.

Porém, conforme os dados apontados aqui, no que se refere especificamente à modalidade EAD, verifica-se a expansão do alcance e aceleração substancial da reprodução do capital também na esfera da educação. Uma das principais fontes de lucro é a otimização das suas formas de exploração do trabalho, indicando que os setores da educação do governo nacional prioritariamente desenvolvem políticas de expansão da EAD que favoreçam os interesses privados e, em seguida, possam cumprir as prioridades educacionais.

A presente análise partiu da concepção da Psicologia Histórico Cultural sobre subjetividade e atividade de trabalho e as suas manifestações na contemporaneidade, desde a adoção do modelo neoliberal e da reestruturação produtiva que esta ensejou na gestão das IES e na organização do trabalho docente na modalidade EAD – nele incluído o exercício do papel do professor tutor e do professor a distância, tomando a experiência de trabalho de professores desta modalidade.

Perda da autonomia frente à tecnologia: esse é o principal sintoma do isolamento acadêmico e político do professor, envolvido num processo institucional de individualização, de venda de força de trabalho para o capital e de sobrecarga de trabalho, que o impedem de exercer a sua função crítica criativa nos termos da definição essencial de uma Universidade.

Desse modo, a subjetividade do trabalho docente foi sendo configurada nos termos da perda de sentido da atividade de trabalho, nas suas várias dimensões: um produto do conhecimento cada vez mais definido externamente ao desejo do professor, um processo de trabalho flexibilizado e precarizado, gerando muitas vezes um desestímulo, uma relação interpessoal desestruturada e conflitiva com os pares aliados a uma perda do significado social e de sentido da atividade acadêmica.

Verificou-se que a instituição implementou a perda de autonomia e o desestímulo da força de trabalho por meio das práticas coercitivas nas relações de trabalho, como, por exemplo, a vigilância e a submissão aos programas tecnológicos, além de dificuldades na interação com os alunos, o não cumprimento de bases salariais institucionais e o implemento de sobrecarga de atividades sem que este tempo entre na contabilidade de seus salários.

Essas práticas levaram à expansão e ao aumento da lucratividade na instituição, devido à natureza flexível e à facilidade de interação com o processo de produção capitalista, como se pode ver pelas terceirizações dos polos nas diversas regiões do país. Essa tendência poderá fazer com que o trabalho, no caso do professor tutor e do professor a distância venha cada vez mais a tornar-se parte do processo de valorização do capital. E isso acontece em função do trabalhador docente apresentar-se como um meio de o capitalista extrair sobretrabalho.

A priori, nesse processo, considerando a constante evolução na instituição pesquisada, nota-se a tendência à concretização da flexibilização da produção e das relações de trabalho, em que se destaca a busca da redução dos custos por meio da implementação das Novas Tecnologias.

A EAD explicita problemas de organização do trabalho: novos sistemas de remuneração, novos sistemas de controle do trabalho, responsabilização unilateral dos assalariados e supressão de postos assalariados em favor de trabalhadores informais. A modalidade não contribui para a criação de empregos e pode até atuar como fator de desaparecimento de postos disponíveis.

É preciso destacar, porém, que na maior parte dos casos, a EAD não é causa direta do desaparecimento dos empregos. Ela somente reflete uma situação criada pela automatização das atividades e pelo progresso dos meios de comunicação como ferramenta do capitalismo contemporâneo.

Como vimos, existem especificidades na EAD que merecem a nossa atenção. Emprego assalariado, emprego a pleno tempo, pleno emprego e horas extras remuneradas são algumas expressões que floresceram em tempos de crescimento e que estão sumindo do nosso vocabulário. Igualmente foi mostrado que, entre os principais riscos do trabalho na Educação a Distância virtual, pode ocorrer os riscos de isolamento social e trabalhista do trabalhador e também, de que o trabalhador confunda sua vida profissional com sua vida privada.

Além disso, considerando a proporção aluno/docente, a padronização e a simplificação nas atividades do professor especialista, cujo saber é apropriado pelo sistema informatizado e disponibilizado para os novos contratados, deterioram o trabalho docente num processo de expropriação do trabalho vivo pelo (e para) o trabalho morto, representado pela maquinaria informática e os *softwares* da empresa.

Não obstante, em que pese a toda a precarização e alienação evidenciadas no trabalho docente inserido nesta nova modalidade de ensino, foi também possível vislumbrar na pesquisa a existência de espaços, grupos, um pequeno “núcleo” de docentes, capaz de gerar um pensamento crítico, criativo e não reprodutivo do modelo de eficácia neoliberal, cada dia mais presente na cultura universitária.

Como vimos, está ocorrendo uma internacionalização crescente da atividade educacional a partir do aumento das trocas internacionais e dos investimentos estrangeiros. A entrada das organizações estrangeiras com formas de reestruturação diferenciadas provoca competição com as instituições brasileiras. Para conseguirem se manter competitivas, estas devem atingir maior eficiência e modificar a sua organização e gestão do trabalho. Segundo essas exigências, o setor privado da educação brasileira precisa efetuar ajustes para sua completa inserção no sistema neoliberal, daí sua reestruturação produtiva.

Cabe ressaltar que, diante da conjuntura de privatização e conseqüente competitividade que se impôs no país em meados da década de 1990, a instituição pesquisada optou por se adequar aos novos padrões de exploração da força de trabalho docente instaurados pelo atual processo de reestruturação produtiva que marca as instituições privadas contemporâneas.

Assim, as possibilidades de racionalização do trabalho e de aumento da produtividade advindas da utilização das TICs estão praticamente normalizadas neste novo segmento de mercado, pois a dependência das instituições frente ao sistema econômico mundial acelerou as inovações. Com isto, os professores igualmente são obrigados a se adequar à velocidade das transformações ocorridas em seu trabalho, sendo desafiados a buscar as chamadas qualificações, comuns no mundo do trabalho atual, que o sistema tecnológico passa a exigir.

Consideremos, entretanto, que essas mesmas condições desestruturantes de trabalho podem também se transformar em fatores impulsionadores de uma luta pelo resgate de valores como a autonomia, democracia e qualidade do ensino superior.

REFERENCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Reflexões a partir da Psicologia Sócio-histórica sobre a categoria consciência. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 125-142, julho/ 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a05.pdf>. Acessado em: 22/12/2014.

ALVES, Giovani. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. In: Revista da RET ano V, numero 8, Marília, UNESP, 2011.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira. 1998. 203p.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo. Cortez, 2000

_____. O caracol e sua concha. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

_____. Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Práxis, 1999.

_____. A nova morfologia do trabalho no Brasil. In: Revista Nueva Sociedad nº 232 3-4/2011. Disponível em WWW.nuso.org/upload/articulos. Acesso em 12/10/2014.

APPLE, M. As novas tecnologias em educação: parte da solução ou parte do problema? In: Trabalho docente e texto. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995, p.150-173.

ARAUJO, U.F. O sentimento de vergonha como um regulador moral. São Paulo. Tese de doutorado, 1999, 280 fls. Tese de Doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BAKHTIN, M. Os Gêneros textuais In: Estética da criação textual. 4 ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, DC: Banco Mundial, 1995.

BARNSTEIN B.A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controles. Vozes Petrópolis, 1996.

BARRETO, Raquel Goulart (Org.). *Tecnologias educacionais e educação a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro, Ed.Quartet. 2001.

BERTOLDO, H.L. As origens do conceito de tecnologia: *téchne* (τεχνη) grega e técnica renascentista. CEFET-MG. 2004. 162 f.. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

BOITO JUNIOR, A. Neoliberalismo corporativismo de estado no Brasil. In: ARAUJO, Ângela (Org.). Do corporativismo ao neoliberalismo. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRANDÃO, H.H.N. Introdução à análise do discurso. 5ª ed. Campinas, ed. Unicamp, 1986

BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Censo2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/>>. Acesso em: 18 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Exposição de motivos: anteprojeto de lei da educação superior. 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/anteprojeto.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2007.

BRASIL_ Decreto5622 de 19/12/2005. Diário Oficial da União, 20/12/2005.

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. São Paulo_Boitempo Editorial, 1974.

CAMPO GRANDE NOTÍCIAS. Grupo lança curso de graduação EAD. 2013. Disponível em <http://www.campograndenoticias.com.br/brasil-br/19790>. Acesso em 04/06/2013

CAMPOS, R.C. Subjetividade e Trabalho Docente em Cursos de Educação a Distância. Tese de doutorado, 2002, 312 f. Programa de pós Graduação em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

CARDOSO, Fernando H. Mãos à obra, Brasil: proposta de governo. Brasília: [s. n.], 1994.

CLOT, Trabalho e poder agir. Trad. João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica, Belo Horizonte. FabreFactum, 2010.

_____.A função psicológica do trabalho. Petrópolis, Vozes, 2006.

_____.Le psychisme entre activitéesubjetivité. Modèles pour le psychisme. Paris: Eshélet Editions Medicine & Hygiene, p. 89-106, 1992.

DUARTE, Newton. Vigotsky e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernos da teoria vigotskyana. São Paulo: Cortez, 2000

_____.*A teoria da atividade como uma abordagem para a pesquisa em educação* in: PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 20, n. 02, p.279-301, jul./dez. 2002.

_____.Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A.N.Leontiev. IN: Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n 62 p.44-63, 2004.

ENGELS, F. Anti-During, 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGUITA, Mariano. A ambiguidade da docência; entre o profissionalismo e a proletarização. In: Teoria & Educação. Porto Alegre, nº 4, p. 41-61, 1991.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Eletrônico. Rio de Janeiro Nova Fronteira, 1999. Versão 3.0

FRANCISCO, Deise J. Criando laços via recursos informatizados: intervenção em saúde mental. 2007. 172 F. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Informática na Educação do Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, P. SILVA, T.T. (Org.) Neoliberalismo, qualidade total e educação 2 ed. Petrópolis, Vozes, 2002.

GIANAZZI, Julia; ALMEIDA, Sergio A. A Prática Pedagógica do Tutor no Ensino a Distância. Disponível em <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:19515&dsID=n02gianasi05.pdf>. Acesso em 12/10/2014.

GOBARA S; BATISTA, E. O fórum on-line e a interação em um curso a distância. Disponível em <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo9/artigos/8cErlinda.pdf>. Acesso em 03/02/2015.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *Historia de la Psicología: De La antigüedad a nuestros días*. México, Fondo de Cultura Económica. 1997.

_____. Psicologia e Educação: desafios e projeções. In: Trabalho pedagógico: realidades e perspectivas. Pp 102-117. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/te.htm>. Acesso em 18/09/2014.

_____. Pesquisa Qualitativa em Psicologia. Caminhos e desafios. São Paulo: Ed. Thomson, 2002.

_____. Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2003.

_____. Pesquisa Qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2005.

_____. Subjetividad social, sujeto y representaciones sociales. IN: Diversitas: Perspectivas em Psicologia, vol.4 n°2 Bogotá, 2008.

GRAMSCI. A. Os Intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

HABERMAS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

HEGEL, G. Fenomenologia do Espírito. Coleção Pensamento Humano, Vozes, trad. Paulo Meneses 2ª Ed., Petrópolis, Vozes, 1992.

HEGEL G. *Leciones sobre las pruebas de La existencia de Dios*, Madri Ed. Aguilar, 1970.

HEGEL, Georg W. F. *La ciência de la lógica, Primeira parte*, Buenos Aires, ed. Solar/Hachette, 1968.

HELOANI, J.R.M. Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar. São Paulo, Cortez, 1996.

HIRATA, Helena S. (Org.) O “modelo” japonês: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo, USP, 1993.

HIRATA, Helena S. Competências e divisão social do trabalho no contexto de novos paradigmas produtivos. In: Seminário Internacional Educação Profissional, Trabalho e Competências. Rio de Janeiro, CIET, SENAI, CNI, OIT, p.01-12, 1998.

INFRANCA, A.& VEDDA, M. *Gyorgy Lukács: Ética, Estética y Ontologia*, 1ª ed. Buenos Aires, 2007.

IPOSITO, Juliana C. ENTRE O TRABALHO DO PSICÓLOGO ESCOLAR E AS REAIS NECESSIDADES DA ESCOLA: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS. Campo Grande: UFMS. Dissertação de Mestrado.

KONDER, Leandro. O que é Dialética. 24ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

KRAPIVINE, V. (1986). *O que é o Materialismo Dialético?*. Edições Progresso: Moscou, 1986.

LANE, Silvia. Uma Psicologia Social baseada no materialismo dialético: da emoção ao inconsciente. Gramado, RS: Anais do II Encontro Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. 1989.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEÃO, Inara, B. Território, Ciência e Política. In: Colóquio Internacional de Psicologia.2004, UFMS. Campo Grande, 2004.

_____.A Relação impossível entre a Formação Acadêmica de Nível Superior e o Mercado do Trabalho: Alguns Comentários sobre a Formação em Psicologia. In: Intermeio Revista do Mestrado em Educação, Campo Grande, v.9, nº 17, p. 112-120, 2003.

_____. Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico ao interpsicológico. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n.2, 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500021&lng=en&nrm=iso> Acesso em 12/02/2015.

_____.Os professores universitários: a emoção e o pensamento em um trabalho intelectual institucionalizado. São Paulo: PUC. Tese de Doutorado, 1999.

LEHER, Roberto. Educação no Governo Lula: A ruptura que não aconteceu in: Os anos Lula contribuições para um balanço crítico 2003-2010. São Paulo, Vozes, 2010.

LENIN, Vladimir. Obras Completas, T 29, Moscú: Progreso, 1986

LEONTIEV, A N. Actividad, consciência y personalidad. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del hombre, 1978.

_____.O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEROI-GOURHAN, A. Os caçadores da pré-história. Lisboa: Ed. 70 1983 -1987

LEROI-GOURHAN, A. Evolução e Técnicas (O meio e as técnicas) Lisboa: ed. 70 1945 1984b.

LESSA, S. Sociabilidade e Individuação. 1995. 312 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 1995.

LUCKÁCS, G. *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma, Ed. Riuniti, 1976.

LUCKÁCS, G. *Hegel, Ciência de La Lógica*. Trad. de Augusta y Rodolfo Mondolfo. Prólogo de R. Mondolfo. 6ª Ed. Roma. Ediciones Solar, 1993.

_____. *Marx y El trabajo alienado*, Buenos Aires; Ed. CEPE, 1972.

_____. *Ontologia Del ser social: La reproducion*. Tradução de Sergio Lessa. Disponível em WWW.sergiolessa.com.br. Acesso em 14/05/2013.

LURIA, A.R. a CONSTRUÇÃO DA MENTE. São Paulo, Ícone, 1999.

MACÁRIO, E. Trabalho, Práxis Social e Educação: notas para uma teoria da atividade educativa, Revista Perspectiva, Florianópolis, Ed. UFSC, p. 409-440, 2009

_____. TRABALHO, REPRODUÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO. 184 F. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Ceará. Fortaleza, 2005

MACHADO, Lucilia. A educação e os desafios das novas tecnologias. IN: FERRETI, Celso, et al. (Orgs.) *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação; um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Ed Vozes, p. 165-184, 1998.

MARCUSE, Herbert (1954) *One-dimensional man*, [*El hombre unidimensional*], Buenos Aires, Planeta, 1993.

_____. *Razon Y revolucion*. Madri, Alianza Editorial. , 1971.

MARX K. A ideologia alemã, Feuerbach: Oposição das concepções Materialista e Idealista São Paulo, Ed Melhoramentos, 1985 – 1994. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap4.htm#t37>. Acesso em 21/05/2013.

_____. Manifesto do partido comunista, in: São Paulo, Coleção os Pensadores, Abril Cultura, 1985.

_____. Crítica a filosofia do direito de Hegel. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. El Capital (selección de textos). Buenos Aires, Editorial Libertador, 2003.

_____. Introdução à contribuição para a crítica da economia Política, 1859. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/contcriteconpoli/introducao.htm>, Acesso em 20/05/2013.

_____. O Capital. São Paulo, Ed Melhoramentos, 1985.

_____. Posfácio da segunda edição. In: O capital, v.1, t 1-2, 2 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

_____. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1 livro I, p. 201-233, 1968.

_____. Manuscritos econômicos filosóficos. 1844. Disponível em: [HTTP://marxists.org/portugues/mar/1844/manuscritos/index.htm](http://marxists.org/portugues/mar/1844/manuscritos/index.htm) Acesso em 11/04/2013.

MARX K. Processo de trabalho e processo de produzir mais valia. In: O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1 livro I, p. 201-233, 1968.

_____.O capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 volumes, 1980.

_____.*Contribucion a lacritica de la economia política*. Moscou, Ed.Progreso, 1989.

_____.O capital: crítica da economia política - livro primeiro o processo de produção do capital. Coordenação e revisão de Paul Singer, tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

_____.Para a critica da economia política. Os Pensadores, Vol. XXXV, SP, Abril Cultural, págs. 107-263, trad. 1974.

_____.Teses sobre Feuerbach. Trad. Álvaro Pina, disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em 27/08/2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. 4ª Ed; Lisboa/São Paulo: Presença/Martins Fontes, 2000.

_____.Trabalho Assalariado e Capital IN: Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, v.1, p.60-82, 1983.

MAUSS, Marcel. Técnicas do corpo IN: Sociologia e antropologia. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosa e Nafy, 2003.

MILL, Daniel. Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia. 2006. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós Graduação da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006.

MOORE, Michael G. KEARSLEY, Greg. Distance education: a system view. Belmont (USA): Wadstown Publish Company, 1996.

MORAN, Jose, M. O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios. Disponível em www.eca.usp.br/prof/moran. Acesso em 08/12/2014.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Referências de Qualidade para Cursos a Distância. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ReferenciaisQualidadeEAD.pdf> Acesso em: 03 jan. 2014.

PETERS, Otto. A Educação a Distância em Transição: tendências e desafios. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2004.

PUENTÉS, Roberto V; ARRUDA, Durcelina E.P. A DOCENCIA NO ENSINO SUPERIOR: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR COM TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO PRESENCIAL E A DISTANCIA. In: Ensino em Re-vista, v.18, n.2. Uberlândia, UFU, 2011.

PUENTÉS, Roberto V.; LONGAREZI, Andrea M. Escola Didática Desenvolvimental: Seu Campo Conceitual na Tradição da Teoria Histórico –Cultural. In: Educação em Revista, Belo

Horizonte, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/edur/2013nahead/aop_224.pdf. Acesso em 22/09/2014.

POCHMANN, Marcio. Políticas Sociais e padrão de mudanças no Brasil durante o governo Lula In: Ser Social, Brasília, v.13 n.28 p.12-40.

REBOUÇAS, Fernando. *Comodities*, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.infoescola.com/economia/commodities>. Acesso em 15/04/2014.

ROCA, Octavi. A Automação e a formação à distância; as tecnologias da educação nos processos de aprendizagem. In: SANCHO, Juana M. (Org.) Para uma Tecnologia educativa. 1987

ROMERO-GARCIA, O. Motivando para el trabajo. Caracas, Cuadernos Lagoven, série siglo, 1985. Disponível em <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/similar.php?lang=en&text>

SANTAYANA, M. O Estado a serviço dos ricos. *Revista do Brasil, Vermelho on-line*, 6 jun. 2008. Disponível em: <http://vermelho.org.br/base.asp?texto=38372>. Acesso em: 12/01/2015.

SANTOS, L. G. & Leão, I. B. O inconsciente sócio-histórico: notas sobre uma abordagem dialética da relação Consciente Inconsciente. *Revista Psicologia e Sociedade*, 24(3): 638-647 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/17.pdf>. Acesso em 26/04/2013. São Leopoldo, RS: Ed. Unisinos, 2004.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. Vol. 12 nº 34. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012.

_____. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo, Cortez, 1980.

_____. *Pedagogia Histórico-Crítica primeiras aproximações*. 8ª ed. Campinas/SP, Autores associados. 2003.

SCHELLER, Fernando. *kroton-compra unoparpor-13-biecrece em educação a distância*. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso>: acessado em 15/08/2012.

SILVA JUNIOR, J. R; GONZALES, J.L.C. *Formação e trabalho: abordagem ontológica da sociabilidade*. São Paulo, Xamã, 2001.

SILVA, M..O processo de construção das identidades individuais e coletivas do ser-tutor no contexto da educação a distância hoje. 2008. 281 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade do rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

SILVER, Beverli, J.2005.*Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SINGER, Paul. Poder, política e educação. In: *Revista Brasileira de Educação*. Belo Horizonte, n. 1, p. 5-15, jan./abr.1996.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Tradução João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2005

TASSIGNY, Monica. Ética e ontologia em Lukács e o complexo social da educação in: Revista Brasileira de Educação, nº25, p. 82-93, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a07.pdf>. Acesso em 15/05/2013

TAYLOR, Frederick W. *Principio de Administracion Cientifica*. Buenos Aires: Ed. Argentina de Finanzas y Admnistracion, 1944.

_____.Princípios de Administração Científica. Ed. Atlas S.A, 1995.

TEIXEIRA, I. Tempo Enredados, Teias da condição Professor. 1998.383 f. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1998.

TUMOLO, P. S. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. São Paulo, Educação e Sociedade, ano XXII, n.77, 2001

VELLUTO, Luciele. Fusão Kroton e Anhanguera: Lição de negócios. Disponível em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/117790_FUSAO+KROTON+E+ANHANGUERA+LICAO+DE+NEGOCIOS. Acesso em 04/10/2013.

VIANNEY, João. O Cenário brasileiro da EAD. 2º Ciclo de Seminários Internacionais: Educação no Século XXI – Modelos de Sucesso. Brasília, jun. 2008. Disponível em <HTTP://www.educacaoeseculoxxi.com.br/dpwnccenariobrasileirodaead.pdf>. Acesso em 20/01/2013

VIGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____.O problema da consciência. In: Teoria e método em psicologia. São Paulo, Martins Fontes, 1996d.

_____.Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____.O significado histórico da crise da psicologia. Uma investigação metodológica. In: Teoria e método em psicologia. São Paulo, Martins Fontes, 1996c.

_____.Transformação Socialista do Homem. 1930. Disponível em : <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>. Acesso em 06/01/2014.

WALLON, Henry. *La vida mental*. Barcelona Editorial Critica, 1985.

ZANELLA, A.V. ATIVIDADE, SIGNIFICAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO: CONSIDERAÇÕES À LUZ DA PSICOLOGIA HISTÓRICO CULTURAL. In: Psicologia em Estudos, v.9, n1 p.127-135, Maringá, Ed. UEM, 2004.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Centro de Ciências Humanas e Sociais
Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEdU



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
PARTICIPANTE**

PESQUISADOR: Sergio Antunes de Almeida – Doutorando em Educação

ORIENTADORA: Profa. Dra. Inara Barbosa Leão

Caro (a) Colega

O objetivo da presente pesquisa de doutoramento em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, é compreender de que modo a modalidade educação a distância, no modelo semipresencial via satélite, operacionalizada por universidades privadas, compõe a subjetividade docente. Por isso, para conhecer melhor e refletir a partir das práticas concretas necessito de informações sobre suas atividades de trabalho na Educação a Distância. Participarão deste estudo professores (as) tutores a distância em universidades privadas que operam nesta modalidade de ensino.

Sua participação consistirá em submeter-se a uma entrevista que, por questão de precisão no registro de informações prestadas deverá ser gravada, transcrita e posteriormente armazenada em meio eletrônico e entregue ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFMS.

Esclareço de antemão que lhe é assegurado total sigilo sobre suas respostas. Elas serão analisadas e eventualmente o produto final poderá ser publicado e divulgado em eventos, mas essa divulgação priorizará a omissão de qualquer elemento que permita a sua identificação.

Sua participação no estudo é voluntária, mesmo assim poderá interromper a qualquer momento sem que isso lhe cause qualquer ônus ou transtorno de qualquer natureza.

Em qualquer etapa de desenvolvimento da pesquisa os sujeitos participantes terão acesso ao pesquisador Sergio Antunes de Almeida para esclarecimento de eventuais dúvidas, que poderá ser encontrada pelos telefones (67) 8175-2116 ou srg.antunes@hotmail.com.

Se por ventura existir alguma dúvida quanto aos procedimentos éticos envolvidos na pesquisa, por favor, entrar em contato com:

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, no telefone (67) 3345 718

ANEXO2 - ENTREVISTA

Prezado/a Professor/a,

Atualmente, faço uma pesquisa de doutorado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) sobre a atividade de trabalho do educador que utiliza novas tecnologias (a Internet) na modalidade de ensino a distância no modelo via satélite.

Meu objetivo é compreender as alterações provocadas na subjetividade dos professores por consequência da atuação nessa modalidade e as relações pessoais e profissionais por ela exigida.

Neste sentido, CONVIDO ao colega que trabalha com Educação a Distância que responda o presente questionário. Sua contribuição será de grande valor para a investigação.

Contando com sua colaboração, agradeço pelo seu esforço em responder e enviar todo o questionário (mesmo que suas respostas sejam sucintas). Caso você tenha interesse em receber uma cópia digital do trabalho de tese final, favor deixar seu e-mail.

Esclareço que seu nome se manterá em absoluto sigilo, conforme as normas de pesquisa vigente.

Atenciosamente,

Sérgio Antunes de Almeida

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

VISÃO DE TRABALHO (Trabalho e subjetividade)

1. Como entende o processo de trabalho/Atividade? –
2. Como você percebe a interferência do trabalho na subjetividade do professor/educador? –
3. Você recebeu formação específica para ser professor nessa modalidade?
4. Quais suas expectativas antes de iniciar suas atividades na modalidade EAD?
5. Qual a reflexão que você faz hoje sobre as suas expectativas iniciais?
6. Em sua opinião qual seria o professor/tutor ideal?

POSIÇÃO FRENTE À MODALIDADE EAD (Educação e sociedade)

7. Qual a avaliação que faz da ausência de relação pessoal entre professor e aluno para o processo de ensino e aprendizagem?
8. Qual a avaliação que faz da ausência de relação pessoal entre professor e aluno para o processo de desenvolvimento da identidade/personalidade do professor e do aluno?
9. Qual a avaliação que faz das Universidades que oferecem cursos EAD?
10. Qual a avaliação que faz da educação pelo aumento de ingresso de estudantes na modalidade EAD?

OPINIÃO SOBRE OS ESTUDANTES

11. Qual sua percepção sobre perfil dos estudantes ingressantes nesta modalidade de ensino?
12. Qual sua opinião sobre o resultado da formação dos alunos EAD?

QUESTIONÁRIO:**1. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO****SITUAÇÃO PESSOAL:**

NOME:

Estado Civil: Solteiro (a) Casado Separado/divorciado viúvo (a)

Idade:

Filhos: nº _____ Idades

Nome da Instituição que trabalha ou trabalhou:

Cargo que exerce/exerceu: _____

Horas/semanais de exercício de trabalho: _____

Tempo de profissão no ensino presencial: _____

Tempo de profissão no EAD via Internet: _____

Tempo de profissão no EAD via outros meios: _____

Nível de escolaridade:

Graduação Especialização Mestrado Doutorado Pós-doutorado **ATIVIDADES EXECUTADAS NO ENSINO À DISTÂNCIA VIA INTERNET:
TEMPO MÉDIO GASTO**

Quantidade de alunos: ()	Sim	Não	Horas/Minutos	
Manter contato com alunos de ordem burocrática				
Orientar alunos sobre atividades das disciplinas				
Corrigir trabalhos dos alunos				
Corrigir provas				
Ministrar a aula				
Elaborar provas				
Preencher diário de atividades				
Construir esquemas de avaliação de curso				
Elaborar relatório de curso				
Elaborar planilhas para controles de notas				
Efetuar a mediação de aula via satélite				
Outras atividades				

Comparando o Ensino presencial e o EAD via satélite, quais as dificuldades mais frequentes que são encontradas?

No ensino presencial:

No ensino à distância: _____

5. CONDIÇÕES DE TRABALHO

Como se organiza sua jornada de trabalho?

Nº de horas/semanais: _____

Enumere alguns fatores de desgaste físico

1. _____

2. _____

3. _____

Enumere alguns fatores de desgaste mental

1. _____

2. _____

3. _____

Sala de trabalho: Própria: Compartilhada:

Se compartilhada, com quem? _____

ANEXO3 - ROTEIRO DE AULA

CURSO SUPERIOR EM PEDAGOGIA		
Disciplina	Módulo	Ano:
Professor:	Data	
Tele Aula:19h20min	Aula atividade:	
Aula 1: Tema:		
TÓPICOS	CONTEÚDOS	TEMPO PREVISTO
Introdução	Boas vindas	00.5 mnts
	Introdução	19h20min -19h25min
	Comentários sobre a aula	
Educação Infantil	O que é pedagogia	Tempo total: 00h30minMnts.
	Educação Infantil	
	O que diz os PCNs	
	Atividade em sala – 5 mnts	Tempo Total 00h25min
SEGUNDO TÓPICO DA AULA	Relacione nestas linhas o conteúdo do tópico	
TERCEIRO TÓPICO DA AULA	Relacione nestas linhas o conteúdo do tópico	Tempo Total 00h28min. 20h20min – 20h48min
Encerramento	Agradecimentos Finais	00h02min
Tempo Total		01h30min